

Rosana Sousa de Moraes Sarmiento

**A ASSISTÊNCIA SOCIAL À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE  
RUA: UM ESTUDO NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS/SC**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção do Título de Doutora em Sociologia Política.

Orientadora: Dra. Márcia Grisotti

Florianópolis  
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Sarmento, Rosana Sousa de Moraes

A assistência social à população em situação de rua: um estudo na cidade de Florianópolis/SC / Rosana Sousa de Moraes Sarmento; orientadora, Márcia Grisotti - Florianópolis, SC, 2015.

279 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Inclui referências

1. Sociologia Política. 2. população em situação de rua. 3. assistência social. 4. proteção social. I. Grisotti, Márcia. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. III. Título.

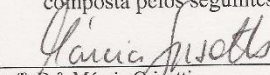


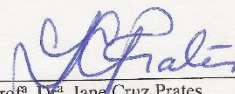
**Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política**  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Campus Universitário - Trindade  
Caixa Postal 476  
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil  
E-mail: [ppqsp@cfh.ufsc.br](mailto:ppqsp@cfh.ufsc.br)

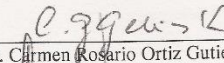
**"A assistência social à população em situação de rua: um estudo na cidade de Florianópolis/SC".**

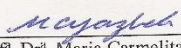
**Rosana Sousa de Moraes Sarmiento**

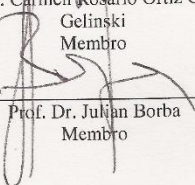
Esta tese foi julgada e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pelos demais membros da Banca Examinadora, composta pelos seguintes professores:

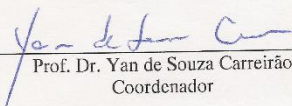
  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Grisótti  
Orientadora

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jane Cruz Prates  
Membro

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carmen Rosario Ortiz Gutierrez  
Geliński  
Membro

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Carmelita Yazbek  
Membro

  
Prof. Dr. Julian Borba  
Membro

  
Prof. Dr. Yan de Souza Carreirão  
Coordenador

FLORIANÓPOLIS (SANTA CATARINA), FEVEREIRO DE 2015.



A  
Bonsay, Surfista, Atleta, Alemão, Hulk, Gatiado, Fortinho, Falante,  
Artista, Graxa e Loira por toda lição aprendida com vocês durante as  
entrevistas. Recebam o meu respeito e admiração.

A  
Hélder, companheiro, amigo e grande incentivador.  
Ariana, Anaíra, Hariel e Paulinho, filhos amados que souberam ser  
pacientes com as minhas ausências.

A Laércio e Terezinha, pais queridos que sempre acreditaram em mim.

A Rosely e Junior, *manos* que sempre torceram por mim.

A Mário da Costa Barbosa, grande mestre que me ensinou a importância  
que é administrar vidas por meio de minha profissão.

A  
Karla Terezinha Rosa (*in memoriam*), amiga querida, meu carinho por  
você é imenso. Nunca vou te esquecer.



## AGRADECIMENTOS

Esta tese é fruto do esforço conjunto de pessoas e organizações que me auxiliaram seja subjetivamente, transmitindo energias positivas, vibrando e me fortalecendo com suas palavras e carinho, seja materialmente, subsidiando-me por meio de bolsa de estudos para custear meu intento e/ou fornecendo informações.

Assim, agradeço a Deus e a toda espiritualidade amiga que me acompanha e me intuiu para que não perdesse meu foco e acreditasse no que estava fazendo com determinação.

Agradeço também à professora Márcia Grisotti por ter me aceitado como sua orientanda, ao mesmo tempo em que oportunizou conversas enriquecedoras para a construção desta tese.

Agradeço o apoio institucional da UFSC que disponibilizou a Bolsa Reuni no período 2010-2012 e à CAPES-PROF no período 2012-2014 para que eu reunisse condições materiais de cursar o doutorado e construir esta tese.

Agradeço a disponibilidade e atenção das organizações que me receberam, cederam informações e documentos para o meu acervo de pesquisa: a Secretaria Municipal de Assistência Social; Diretoria de Planejamento e Gestão da Informação da Secretaria Municipal de Assistência Social; Diretoria de Proteção Especial da Secretaria Municipal de Assistência Social; a Casa de Acolhimento Institucional-Abrigo/masculino do Centro; Centro Pop; Casa de Acolhimento Institucional e Casa de Passagem Feminina; Abrigo Municipal Masculino Adulto; Casa de Apoio Social; Secretaria Municipal de Saúde; Centro de Apoio Psicossocial – CAPS-ad/Continente; Consultório na Rua; Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS – GAPA, Alcoólicos Anônimos – AA, Plantão Social da Catedral Metropolitana de Florianópolis, Associação Espírita Fé e Caridade – AEFC; Centro Cultural Escrava Anastácia - CCEA; Secretaria Municipal de Segurança Pública; Guarda Municipal de Florianópolis - GMF; Polícia Militar de Florianópolis – 4º Batalhão; Movimento de População de Rua – MPR de Florianópolis.

Meu agradecimento também ao corpo de professores do curso de doutorado em Sociologia Política pelo acolhimento e conteúdo apreendido, engrandecendo-me a carreira acadêmica com seu saber e experiência.

Ao corpo administrativo do programa de pós-graduação nas pessoas de Albertina e Fátima meu carinho, pois sempre foram atenciosas em minhas necessidades de apoio acadêmico.

Minha atenção especial à banca que qualificou meu projeto de tese com sua crítica e contribuições precisas para clarificar melhor objeto, objetivos e a estrutura da tese. Naquele momento os professores Alexandre Bérqamo, Carmen Gelinsk e Fernando Ávila me animaram quando acreditaram em meus propósitos, impulsionando-me a caminhada de investigação e escrita.

Não poderia deixar de ressaltar a preciosa atenção que meu amigo Chiquinho concedeu quanto à correção textual desta tese e sugestões dadas. Receba meu eterno agradecimento pela gentileza e pontualidade com que atendeu ao meu pedido.

Deixo também o agradecimento aos meus colegas do doutorado, levando saudades de nossos cafés, diálogos acadêmicos recheados de criticidade, brincadeiras e muito companheirismo: Ana Saccol, Ana Maria, Cleber, Daniel, Denise, Domitila, Karla, Marcos, Maria de Lourdes, Mariana e Zenalda. Nunca esquecerei vocês.

Meu carinho e gratidão à minha família querida: pais, irmãos, esposo, filhos, sogros, cunhada, nora e sobrinhos. Vocês não imaginam o quanto foram importantes neste momento de minha vida. Sei o quanto sofreram comigo nas horas de cansaço e quase desistência, ao mesmo tempo em que me apoiaram sempre, vibrando e torcendo por mim. Amo todos vocês.



## O BICHO

Vi ontem um bicho  
Na imundície do pátio  
Catando comida entre os detritos.  
Quando achava alguma coisa,  
Não examinava nem cheirava:  
Engolia com voracidade.  
O bicho não era um cão,  
Não era um gato,  
Não era um rato.  
O bicho, meu Deus, era um homem.  
(Manuel Bandeira)



## RESUMO

SARMENTO, Rosana Sousa de Moraes. **A assistência social à população em situação de rua**: um estudo na cidade de Florianópolis/SC. Florianópolis, 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2015.

O debate sobre a população em situação de rua (PSR) está presente no campo de ação das políticas públicas, porém poucas vezes se prioriza conhecer a percepção dessa população sobre os serviços que lhe são prestados e/ou garantidos. Este estudo objetivou compreender a percepção da PSR em Florianópolis acerca dos serviços de assistência social e verificar em que medida estes serviços correspondem ao que está previsto pelo Decreto nº 7.053/2009. Para desvelá-lo, realizou-se pesquisa qualitativa com levantamento bibliográfico acompanhada de pesquisa de campo tanto na rua, quanto nos espaços institucionais. Para critério de seleção da PSR entrevistada, priorizou-se a abordagem de maiores de 18 anos de ambos os sexos, acompanhados ou não pelo serviço municipal Centro de Referência ao seu atendimento, o Centro-Pop. Nos espaços institucionais profissionais dos serviços públicos municipais da assistência social (Centro Pop e Casas de Acolhimento/Abrigos); da saúde (Consultório na Rua e Centro de Atenção Psicossocial-CAPS); do Conselho Municipal de Assistência Social; assim como representantes de organizações não governamentais que atuavam com o atendimento a PSR foram ouvidos. As análises das respostas obtidas foram baseadas em sete categorias conceituais: status, estigma, fenômeno, realização, pobreza, exclusão social e interdependência. Assim, verificou-se, sob a perspectiva da PSR, que estes não estão recebendo uma proteção social de forma integral; que há necessidade do investimento em ações que fortaleça a intersetorialidade da assistência social com as demais políticas públicas; que é importante valorizar o movimento de organização e participação política deste usuário; que as ações de intervenções com ele não asseguram relações interdependentes reificando a figuração de que indivíduo e sociedade são instâncias separadas. A partir disso, sugeriu-se uma metodologia de intervenção para com a PSR visando à construção de relações mais interdependentes entre eles e a sociedade.

**Palavras-chave:** população em situação de rua, assistência social, proteção social.



## ABSTRACT

SARMENTO, Rosana Sousa de Moraes. **The social assistance to the homeless population: a case-study in Florianópolis/SC.** Florianópolis, 2015. Thesis (PhD) – Federal University of Santa Catarina, Philosophy and Social Sciences Centre. Graduation Program on Political Sociology, Florianópolis, 2015.

The debate on the homeless population (HP) is present in the public policies field, but it seldom prioritizes know the perception of this specific group of people about the services that are provided and/or guaranteed for them. This study aimed to understand the perception of this population segment on the public service received by social assistance and if this service meets their needs as provided by Decree no. 7053 in Florianópolis. In order to reach this aim, a qualitative research was combined with both the field work on the street and in institutional space. For selection criteria of the HP interviewed, people over 18 years-old, both sexes, accompanied or not by the Reference Center - Centro-Pop, municipal service for their health care - were addressed. At the institutional space, professionals from the municipal public services of social assistance (*Pop. Center* and *Refuge / Homeless Shelters*); health workers (*Office on the street* and *Psychosocial Care Center*); the Municipal Council of Social Assistance; as well as representatives of non-governmental organizations (NGOs) who have been working with homeless care were heard. The responses analysis was based on seven conceptual categories: status, stigma, phenomenon, *realização*, poverty, social exclusion and interdependence. The following findings were identified from the perspective of Homeless People: They are not being socially protected from a comprehensive health perspective; there is a need for investment in actions that strengthen the dialogue between social assistance and other public policies; it is important to enrich and incentive the organization of the Social Movement of this user; the intervention actions to them does not ensure an interdependent relationship, reifying the idea that individual and society are different instances. Based on that, this study has purposed an intervention methodology to HP in order to build interdependent relationships between them and the society.

**Keywords:** homeless population, social assistance, social protection.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Associação Espírita Fé e Caridade.....	95
Figura 2: MPR de Florianópolis em manifestação pública na Secretaria Municipal de Assistência Social.....	114
Figura 3: Comunidade Lar Recanto da Esperança em Florianópolis ..	121
Figura 4: Centro Pop em Florianópolis .....	123
Figura 5: Padrão básico de uma visão egocêntrica da sociedade .....	176
Figura 6: Representação de indivíduos interdependentes (“família”, “estado”, “grupo”, “sociedade” etc).....	177
Figura 7: Fluxograma ilustrando a consciência interdependente das elites. ....	186





## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Tipologia dos Moradores de Rua (SNOW, 1998).....	55
Quadro 2: Número de Moradores de Rua na amostragem de rastreamento por instituição. ....	137



## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1: População em Situação de Rua segundo histórico de internação em instituições, 2007-2008 (%).....	79
Gráfico 2 – Gráfico comparativo de mapeamentos 2010 e 2013 da Guarda Municipal de Florianópolis.....	225



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: População em situação de rua segundo posse de documentos de identificação, 2007-8: .....	81
--	----



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA – Alcoólicos Anônimos  
AEFC – Associação Espírita Fé e Caridade  
AFLOV – Associação Florianopolitana Voluntários  
ALESC – Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
BF – Bolsa Família  
BPC – Benefício de Prestação Continuada  
CAPS-AD – Centro de Atendimento Psicossocial – Álcool e Drogas  
CAPSi – Centro de Atendimento Psicossocial Infantil  
CDL – Câmara de Diretores Lojistas  
CDI – Comitê para Democratização da Informática  
CCEA – Centro Cultural Escrava Anastácia  
CEJA – Centro de Educação para Jovens e Adultos  
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social  
Centro POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua  
CIAMP/Comitê Poprua – Comitê Municipal Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua  
COMEIA – Comunidade Espírita de Integração Assistencial  
CONSEG – Conselho Municipal de Segurança  
Cnr – Consultório na Rua  
CNDDH – Conselho Nacional de Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores  
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica  
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social  
CREMV – Centro de Referência e Assistência às Mulheres Vítimas de Violência  
CRESS/SC – Conselho Regional de Serviço Social – Santa Catarina  
CT – Comunidade Terapêutica  
DRT – Delegacia Regional do Trabalho  
DSA – Departamento de Serviço Assistencial  
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social  
DPF – Departamento da Polícia Federal  
DSS – Departamento de Serviço Social  
DST – Doenças Sexualmente Transmissível  
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente  
ECCET – Espaço de Convivência, Criatividade e Educação para o Trabalho

ESAG – Escola de Administração e Gerência  
FATMA – Fundação do Meio Ambiente  
FBESP – Fundação do Bem-Estar Social do Pará  
FEC – Federação Espírita Catarinense  
FENARECO – Feira Nacional do Marreco  
FLORAM – Fundação Municipal do Meio Ambiente  
FUCABEM – Fundação Catarinense do Bem-Estar do Menor  
GAPA – Grupo de Apoio ao Portador da AIDS  
GEPSS – Grupo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social  
GMF – Guarda Municipal de Florianópolis  
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INSS – Instituto Nacional de Seguro Social  
IPQ – Instituto Psiquiátrico  
IVG – Instituto Vilson Groh  
LA – Liberdade Assistida  
LBA – Legião Brasileira de Assistência  
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
META – Instituto de Pesquisa de Opinião  
MPR – Movimento de População de Rua  
MNPR – Movimento Nacional de População de Rua  
NAF – Núcleo de Apoio à Família  
NOB – Norma Operacional Básica  
ONG – Organização Não Governamental  
PM – Polícia Militar  
PNAS – Política Nacional de Assistência Social  
PROADQ – Projeto de Atendimento à Dependentes Químicos  
PROCON – Proteção e Defesa do Consumidor  
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
PSC – Prestação de Serviços à Comunidade  
PSR – População em Situação de Rua  
SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social  
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SESPA – Secretaria de Segurança Pública  
SUAS – Sistema Único de Assistência Social  
UBS – Unidade Básica de Saúde  
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina



UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais  
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina  
UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina  
UPA – Unidade de Pronto Atendimento



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>29</b>
<b>PARTE I: APROXIMAÇÕES SOBRE O PÚBLICO ALVO: A POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA</b> .....	<b>37</b>
<b>CAPÍTULO I - VARIAÇÕES CONCEITUAIS</b> .....	<b>53</b>
<b>CAPÍTULO II - O VIVER EM SITUAÇÃO DE RUA</b> .....	<b>65</b>
<b>CAPÍTULO III - CONTEXTO LOCAL E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>85</b>
3.1 APROXIMAÇÃO COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NOS ESPAÇOS INSTITUCIONAIS .....	95
<b>3.1.1 Associação Espírita Fé e Caridade</b> .....	<b>95</b>
3.1.1.1 <i>Espaço de Convivência, Criatividade e Educação pelo Trabalho – ECCET</i> .....	101
<b>3.1.2 O Comitê Municipal Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua – CIAMP</b> .....	<b>107</b>
<b>3.1.3 Comunidade Lar Recanto da Esperança</b> .....	<b>121</b>
<b>3.1.4 Centro de Referência Especializado para População em Situação De Rua - Centro Pop</b> .....	<b>123</b>
<b>3.1.5 A Casa de Acolhimento Institucional/Abrigo-Centro</b> .....	<b>126</b>
<b>3.1.6 Centro de Atendimento Psicossocial Álcool e Drogas – CAPS-ad</b> .....	<b>128</b>
3.2 APROXIMAÇÃO COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA RUA .....	131
<b>PARTE II: A RUA: ROTINA E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA</b> .....	<b>135</b>
<b>CAPÍTULO IV - APRESENTAÇÃO DOS HOMENS ENTREVISTADOS</b> .....	<b>139</b>
<b>CAPÍTULO V - APRESENTAÇÃO DAS MULHERES ENTREVISTADAS</b> .....	<b>167</b>

<b>CAPÍTULO VI - RUA: RESULTADO DE UMA ESCOLHA?....</b>	<b>175</b>
<b>CAPÍTULO VII - RUA: DESAFIOS E SUPERAÇÕES.....</b>	<b>191</b>
<b>CAPÍTULO VIII - RUA: APONTANDO NOVOS CAMINHOS.</b>	<b>217</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>233</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>247</b>
<b>APÊNDICE A - Formulário de entrevista aos profissionais .....</b>	<b>257</b>
<b>APÊNDICE B - Formulário de entrevista à população em situação de rua .....</b>	<b>258</b>
<b>APÊNDICE C - Cenários Focais .....</b>	<b>259</b>
<b>APÊNDICE D - Termo de consentimento livre e esclarecido .....</b>	<b>261</b>
<b>ANEXO A - Mapa da ilha de Florianópolis.....</b>	<b>262</b>
<b>ANEXO B - Mapa da região central de Florianópolis.....</b>	<b>263</b>
<b>ANEXO C - Decreto N. 7.053/2009.....</b>	<b>264</b>
<b>ANEXO D - Lei municipal n. 8.751 de 07 de dezembro de 2011..</b>	<b>270</b>
<b>ANEXO E - Decreto n. 11.624 de 04 de junho de 2013.....</b>	<b>275</b>

## INTRODUÇÃO

Esta tese busca dar continuidade aos estudos iniciados no mestrado sobre a execução da política de assistência social. Naquela época, 1997, os estudos sobre a atuação dos assistentes sociais na esfera pública me revelaram que o cenário de execução dessa política pública mais se aproximava da realidade de uma estrutura onde predominavam a mobilização de recursos e interesses patrimonialistas, ficando para segundo plano o real atendimento das necessidades da população.

A partir de então, neste doutorado em Sociologia Política, voltei-me a investigar quanto ao olhar do usuário do serviço público. E ao selecionar com que usuário trabalhar, optei por conhecer a realidade social da população em situação de rua. Particularmente vi a oportunidade de tentar compreender por que estas pessoas ainda encontram-se na rua mesmo com todas as transformações ocorridas na sociedade. Os anos passam, mas a sua permanência e crescimento na rua parecem desafiar as ações das políticas públicas, em especial da política pública de assistência social.

Por esta população ter uma estruturação indefinida, singular e espacialmente dispersa, é então caracterizada como um “fenômeno síntese de múltiplas determinações, cujas características, mesmo com variações históricas, o tornam um elemento de extraordinária relevância na composição da pobreza nas sociedades capitalistas” (SILVA, 2009, p. 91).

Entendo que além da necessidade de conhecer o que é este fenômeno e como se manifesta na sociedade, é preciso ouvi-lo para apreender o que tem impulsionado se apresentar à sociedade como a população que

[...] usa de estratégias próprias de subsistência, sendo que a principal delas é recorrer às chamadas bocas de rango, locais de distribuição gratuita de comida, feita predominantemente em espaços públicos: praças, viadutos e parques. Concentram-se no centro da cidade, na maioria das vezes nos finais de semana, e são feitas por instituições filantrópicas de caráter assistencial. Além das Casas de Convivência conveniadas com a Prefeitura, que oferecem serviços de banho, barba e lavagem de roupas, [...] muito procuradas pela população de rua, as demais alternativas são

soluções improvisadas: bicas, chafarizes, represas ou postos de gasolina” (SILVA, 2009, p. 106, 108).

Neste sentido, por entender que esta população tem uma estrutura de vida que foge aos modelos considerados “normais” de perceber e se organizar no mundo, é importante conhecer e compreender a trama que estrutura e sustenta suas relações e necessidades, o sentido normativo de convivência e de estabelecimento de vínculos. Este segmento populacional tem alcançado relevância não só socialmente, mas também nos âmbitos acadêmico e político, uma vez que sua condição de existência retrata de forma muito cruel o nível de desigualdade social da sociedade brasileira.

Considero que o atendimento a este público em suas necessidades socioassistenciais e demais áreas constitui-se como um desafio às políticas públicas porque me parece questionável se o padrão normativo<sup>1</sup> de proteção social brasileiro está correspondendo às condições criadas por esta população no enfrentamento de suas condições de vivência.

Residir em Florianópolis recentemente (à época da entrada no doutorado), tal como a concomitante necessidade de realizar leituras sobre o tema ao qual me candidatei, instigaram-me a escolher esta capital para conhecer e compreender alguns aspectos que envolviam o fenômeno população em situação de rua no contexto nacional.

O primeiro destes aspectos foi saber que a População em Situação de Rua - PSR de Florianópolis não estava participando das reuniões, encontros que estavam ocorrendo entre o Movimento Nacional de População de Rua – MNPR e o ex-presidente Lula (2004-2009) para pautar a dificuldade do atendimento de suas necessidades no âmbito das políticas públicas de um modo geral e, especificamente, no que concerne a sua não adequação aos critérios de inclusão propostos pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004)/NOB/SUAS. Estas dificuldades sinalizaram a urgente necessidade de que fosse criada uma política pública de assistência social para seu atendimento.

Um segundo aspecto foi tomar conhecimento de que em 2009 o ex-presidente Lula assinou o Decreto nº 7.053 que instituiu a Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua, mas que trazia

---

<sup>1</sup> Padrão normativo entendido como conjunto de normas, princípios que permeiam o contexto formal e de funcionamento da(s) estrutura(s) institucional(is), isto é, balizam a operacionalização dos programas e serviços de proteção social brasileiros.

em seu Artigo 2º a possibilidade de facultar às unidades federativas sua adesão ou não.

Ambas as situações me mobilizaram alguns questionamentos:

Em que medida a ideia de especificar o atendimento desta população no âmbito de política pública, facultando-o a uma agenda governamental, contribuirá para o redimensionamento da realidade de assistência social (ou da realidade de vida) dessa população?

Que transformações são possíveis dimensionar no atendimento da assistência social à população em situação de rua com a chegada do Decreto nº 7.053?

Há diferenças de significados entre os discursos dos agentes da assistência social e a população em situação de rua sobre a assistência social em vigor?

Quais os tipos de vínculos que esta política de assistência social consegue estabelecer com a população em situação de rua para que possa cativá-la, fortalecê-la e empoderá-la<sup>2</sup> para a construção de um novo imaginário social, um novo sentido de vida dessa população?

Com todo este avanço no marco regulatório da proteção social a este segmento, por que continuam na rua?

Estas inquietações me permitiram construir a seguinte tese:

As iniciativas anteriormente citadas de política de proteção social ofertadas à população em situação de rua parecem garantir uma proteção com pouca efetividade. Na primeira alternativa (PNAS/2004) porque essa população não se enquadrava aos critérios de inclusão de seus princípios. Na segunda alternativa (Decreto nº 7.053/2009) porque o atendimento dessa população estaria condicionado a uma política de governo e não de Estado, além da incerteza de que a interdisciplinaridade e a

---

<sup>2</sup> Segundo Horochovski (2006, p. 2), Pode-se inicialmente entender empoderamento como a capacidade de os indivíduos e grupos terem controle sobre o que lhes afeta, escolhendo, com o maior grau possível de autonomia, seus cursos de ação em múltiplas dimensões – política, econômica, cultural, entre outras –, o que implica ampliação da participação cidadã no processo político de tomada de decisão. O termo foi utilizado inicialmente em países de língua inglesa, sobretudo os EUA. Os primeiros estudos sobre o tema que apareceram em língua portuguesa – traduções ou originais – traziam a grafia primitiva. Entre esses estudos, talvez o principal seja o seminal *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*, de John Friedmann (1996). Após, passou-se a colocar o termo, já em português, entre aspas (como em Lisboa, 2000), que caíram conforme o vocábulo foi-se incorporando à língua, mesmo que ainda não se o encontre nos principais dicionários.

intersetorialidade pretendidas se operacionalizem efetivamente, uma vez que ficara submetida às políticas locais adversas.

Este olhar me impulsionou a selecionar como objeto desta tese o estudo da percepção da população em situação de rua sobre o atendimento público recebido na assistência social e se esse serviço atende suas necessidades conforme o que está previsto pelo Decreto nº 7.053.

Para alcançar este desafio desenhei como objetivos específicos:

1- Identificar e compreender que vínculos estão sendo estabelecidos nos processos de atendimento realizados nos serviços assistenciais à população em situação de rua que se propõem interdisciplinares e intersetoriais.

2- Analisar se os vínculos construídos entre as duas instâncias estão garantindo a reversão da situação dessa população em situação de rua.

3- Identificar a existência de novos campos de força que possam configurar a construção de novos vínculos, ou seja, um novo diagrama de relações e referências sociais.

Para desvelar o objeto proposto, percorri o caminho da pesquisa qualitativa com levantamento bibliográfico acompanhada de pesquisa de campo. A aproximação com o tema me exigiu um longo percurso de leituras, apropriando-me do conteúdo presente em livros, teses, dissertações, artigos, decretos, leis e resoluções.

Situada teoricamente sobre o tema, veio a hora de ir a campo. A amostra de pesquisa foi do tipo intencional (onze pessoas que estavam ou tiveram passagem pela rua, mas que já saíram, além de técnicos de dezessete instituições, entre elas governamentais e não governamentais) selecionada de duas formas:

1- a partir da conversa com a população em situação de rua que participava dos trabalhos oferecidos por ONG em Florianópolis ou na rua. Priorizei a abordagem de pessoas com mais de 18 anos de ambos os sexos, acompanhadas ou não pelo Centro de Referência ao seu atendimento, o Centro-Pop, serviço de natureza municipal.

2- Por indicação da própria população em situação de rua o escopo de instituições a ser pesquisa foi ampliado incluindo além dos profissionais dos serviços públicos municipais da assistência social (Centro Pop e Casas de Acolhimento/Abrigos), da saúde (Consultório na Rua e Centro de Atenção Psicossocial-CAPS), do Conselho Municipal de Assistência Social, os representantes de organizações não



governamentais que atuavam com o atendimento à PSR<sup>3</sup>. O contato com estes órgãos me facilitou o acesso à documentação institucional.

3- A escuta da população em situação de rua me apresentou também a realidade de pessoas que conseguiram sair da rua. Procurei o contato destas para uma aproximação e conhecimento de suas histórias de vida. Senti a necessidade de conhecer para compreender porque algumas pessoas conseguem alcançar a reversão e outras não?

A forma de aproximação ocorreu mediante entrevistas com usuários e técnicos, aplicando um formulário semiestruturado, gravadas (quando autorizadas); narrativas e análise de conteúdo de histórias de vida e fotografia<sup>4</sup>; observação participante em reunião do Comitê de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua.

As entrevistas com as organizações foram todas pré-agendadas, mas com a população em situação de rua obedeceu à oportunidade em que os encontrei, seja no próprio espaço da rua, seja na ocasião em que participavam de atividades institucionais. Com este público específico, apesar de começar a dialogar com eles orientada por um roteiro, em alguns momentos a entrevista direcionou-se seguindo os moldes da entrevista não-diretiva (CHIZZOTTI, 1991, p. 93), precisando manter-me na escuta ativa, com atenção receptiva a todas as informações prestadas. Entrevista discretamente com interrogações de conteúdo que fossem ao encontro do interesse da pesquisa.

A análise qualitativa obedeceu ao agrupamento, por categoria de entrevistados, num sentido mais abrangente em que análise e interpretação dos discursos estiveram contidas no mesmo movimento, o de olhar atentamente para os dados da pesquisa. Segundo Minayo (1994), este é um momento em que procurei estabelecer uma compreensão dos dados coletados no sentido de confirmar ou não os pressupostos da pesquisa, responder as questões que formulei e ampliar meu conhecimento sobre o assunto pesquisado.

---

<sup>3</sup> Como o Grupo dos Alcolicos Anônimos-AA, o Plantão Social da Catedral Metropolitana de Florianópolis, Comunidade Terapêutica Lar Recanto da Esperança, Albergue Noturno “Manoel Galdino Vieira”, 4º Batalhão da Polícia Militar e Guarda Municipal. A opção por ouvi-los resultou da percepção de que estas tinham um significado relevante para a PSR porque marcaram suas trajetórias. Aguçou-me a curiosidade de conhecer como estavam atendendo e/ou que tipo de relação estabeleciam com a PSR.

<sup>4</sup> As fotos apresentadas no trabalho foram de minha autoria ou capturadas em noticiários locais ou de jornais editados por grupos de PSR.

Pesquisar sobre a PSR me fez ver inicialmente a importância de clarear o que significa este termo, pois o contato com o conjunto de leituras acerca do assunto permitiu localizar uma grande variação conceitual.

Autores como Snow e Anderson (1998), Silva (2009), Prates, Prates, Machado (2011), Giorgetti (2004), Bursztyn (2000), Escorel (2000) e Frangella (2009) disponibilizaram explicações variadas, mas complementares entre si, observando que as estruturas sociais que mobilizam relações sociais em diversos níveis sociais promovem classificações, reproduzem significado e sentidos de uma nova sociabilidade que é a convivência com um grupo populacional o qual, por estar na rua e sobreviver da rua, ainda é caracterizado como um fenômeno a ser desvelado, que na vivência de seu processo de realização modifica a paisagem urbana e cresce desordenadamente, desafiando a ação das políticas públicas.

A leitura sobre as obras de Goffman (1988) demonstraram o quanto a PSR muitas vezes é tratada com estigma, sendo alvo de juízos distantes daquilo que realmente vive, sendo caracterizada e categorizada pelo que aparenta ser, sua apresentação e modos, não pelo que é enquanto ser humano, reiterando o sentido de uma relação reificada.

A necessidade de compreender o movimento histórico que envolveu a organização da Proteção Social ao pobre e sua repercussão na constituição do marco regulatório, que hoje sustenta a política pública de assistência social brasileira, e a necessidade de também saber distinguir sobre os conceitos de pobreza e exclusão social exigiu um conjunto de leituras sobre as concepções de Pontes (2013), Telles (1990), Paugam (2003), Castel (2000), Di Giovanni (1998), Iamamoto (2007), Sposati (1985) e Yazbek (1993).

A análise da nova sociabilidade resultante do aparecimento do fenômeno população em situação de rua e a ideia de que sociedade e indivíduo não estão separados constitui uma perspectiva de compreensão da relação homem<sup>5</sup> e mundo que a partir de Elias (2008) e Hochman (2006) permitiu construir uma análise sobre as percepções da PSR e das organizações em Florianópolis de forma interdependente.

Esta tese está organizada em duas partes. A Parte I, chamada Aproximações sobre o público alvo: a população adulta em situação de

---

<sup>5</sup> O termo “homem” é mantido ao longo do texto por ser a expressão utilizada pelos autores de referência. Reconheço aqui a importância do debate e posição crítica contemporâneos em torno da expressão “homem” que tem, a partir dos estudos das relações de gênero, uma conotação sexista.

rua está composta por três capítulos. O primeiro capítulo é chamado de Variações Conceituais, no qual apresento algumas tipologias sobre como essa população vem sendo designada conceitualmente, conseqüentemente identificada na sociedade. O segundo capítulo, O Viver em Situação de Rua, traz a discussão sobre o contexto histórico da pobreza, a intervenção governamental e a busca de estratégias de combate à exclusão e constituição dos marcos regulatórios como a LOAS/1993, a PNAS/2004 e o Decreto nº 7.053/2009. No terceiro capítulo, chamado Contexto Local e Procedimentos Metodológicos, faço a explanação do meu traçado de pesquisa. Este ainda é subdividido em dois subitens onde um trata da Aproximação com os espaços institucionais que atuam com a PSR e o outro sobre a Aproximação com a população em situação de rua na rua.

A Parte II, chamada A rua: rotina e estratégias de sobrevivência, também está estruturada em cinco capítulos. O quarto capítulo trata do perfil dos homens, o quinto capítulo do perfil das mulheres entrevistados com vivência na rua. O sexto capítulo, chamado Rua: resultado de uma escolha? analiso a percepção da PSR sobre as determinações que contribuíram para sua vivência na rua. O sétimo capítulo, Rua: desafios e superações tratei, a partir do que me foi dito nas entrevistas, como a PSR vive, seus desafios de sobrevivência e como procede para superá-los no seu dia a dia. O oitavo capítulo é Rua: apontando novos caminhos, problematizo situações vividas pela PSR na sua relação com o atendimento institucional e, a partir da identificação das lacunas existentes entre o universo da PSR e a legislação em vigor, apresento uma sugestão de abordagem e intervenção com este grupo populacional no âmbito da assistência social.

O texto é fechado com as Considerações Finais no intuito de alinhar os pontos de argumentação levantados e o resultado das impressões que alcancei retomo alguns questionamentos os quais levantei ainda na primeira parte do trabalho que sugeriram minhas intenções com esta pesquisa e apresento as respostas às quais cheguei.



## PARTE I: APROXIMAÇÕES SOBRE O PÚBLICO ALVO: A POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA

No dia 14 de novembro de 2013, às 11h, eu registrava uma ensolarada manhã primaveril em Florianópolis e me movimentava a passos largos e ansiosos pela Rua Victor Meireles, no centro comercial da cidade, muito conhecida por sediar o Museu de mesmo nome<sup>6</sup>. O destino final era o Abrigo<sup>7</sup>, Centro masculino para desabrigados mantido pela prefeitura municipal.

O abrigo fica localizado nesta rua estreita, calçada por paralelepípedos, que num dia de semana segue apertada por vários carros estacionados porque é perímetro que abriga estabelecimentos comerciais e quase nenhuma residência. Quando passo em frente ao PROCON (Órgão de Proteção e Defesa do Consumidor) que fica a caminho do abrigo vejo uma mulher jovem, magra, dormindo na calçada acompanhada de seus três cachorros bem ao lado da porta do estabelecimento. Mais adiante, próximo à Delegacia Regional do Trabalho - DRT vejo também um casal ocupando a calçada, sentados e conversando. Logo percebi que mesmo à luz do dia, alguns desabrigados

---

<sup>6</sup> O Museu Victor Meirelles é uma unidade museológica vinculada ao Instituto Brasileiro de Museus do Ministério da Cultura e está instalado desde 1952 na casa onde o artista nasceu no Centro de Florianópolis. Com 63 anos de existência, o museu hoje engloba não só espaço das coleções e da casa do artista – patrimônio histórico –, mas um espaço cultural de abordagem contemporânea. Ver mais In: <http://www.museuvictormeirelles.gov.br/historico/#sthash.n6kge2rL.depuF>.

<sup>7</sup> De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2014), o Serviço de Acolhimento Institucional para adultos e famílias em situação de rua configura-se como acolhimento provisório com estrutura para acolher com privacidade pessoas do mesmo sexo ou grupo familiar. Deve ser ofertado em unidades (abrigo institucional e casa de passagem) distribuídas no espaço urbano de forma democrática, respeitando o direito de permanência e usufruto da cidade com segurança, igualdade de condições e acesso aos serviços públicos. O abrigo institucional é uma unidade que oferece acolhimento provisório, inserida na comunidade, com características residenciais e que proporcione ambiente acolhedor e respeite as condições de dignidade dos seus usuários. Deve ofertar atendimento individualizado e especializado, com vistas a conhecer a história da pessoa que está sendo atendida. É importante também que sejam realizadas abordagens coletivas a fim de favorecer o fortalecimento de vínculos sociais, comunitários e familiares. Deve funcionar 24h ininterruptamente e o prazo previsto de permanência é de até seis meses.

resistem aos olhares e movimentação de quem passa lhes parecendo invisíveis, mantendo-se nos locais em que dormiram à noite.

Ao chegar ao abrigo fui recebida por um jovem que mais tarde foi apresentado a mim como sendo um dos educadores sociais daquele plantão. Este pediu para eu aguardar que a coordenadora já viria me atender.

Enquanto aguardava observei que ao atravessar a porta de acesso principal existia uma sala não tão grande, mas que conjugava num mesmo ambiente a função de sala de estar e de jantar. Esta continha duas mesas que ora servia para refeição, ora para apoio a outras atividades de leitura. Alguns residentes estavam sentados em cadeiras brancas de plástico, estando algumas quebradas. Uma escada desprovida de corrimão e sinalização em seus degraus dava acesso ao piso superior, onde imaginei se localizarem os quartos. Nas paredes, alguns enfeites anunciando a proximidade do Natal e um quadro de avisos contendo informações sobre os aniversariantes do mês e uma escala de tarefas para recolhimento o lixo, limpeza dos banheiros, arrumação dos quartos e saídas para o lazer. Na parede próxima à entrada estava afixado um quadro contendo informações sobre endereços de pensões e quartos disponíveis para aluguel (mais tarde me foi esclarecido que estes são destinados aos residentes que estariam deixando o abrigo).

Uma porta contendo um aviso “permitido o acesso apenas de funcionários” separava esta sala de uma copa/cozinha, um banheiro e uma saleta apertada de uso multifuncional, pois foi adaptada para funcionar como secretaria, sala da coordenação, da técnica para atendimentos individuais e para localização do arquivo que guarda a documentação dos residentes. Também era possível ver da sala onde eu esperava a coordenadora uma pequena área externa iluminada pela luz solar, abrigando roupas no varal e uma lavanderia coberta. No chão havia dois pesos feitos de cimento e ferro, provavelmente usados para exercício físico dos residentes.

A sala começou a ficar movimentada pela chegada dos residentes que participariam naquele final de manhã de uma reunião colegiada<sup>8</sup> que

---

<sup>8</sup> Conforme prevê o Texto de Orientação para o Reordenamento do Serviço de Acolhimento para População Adulta e Famílias em Situação de Rua, esta reunião faz parte do entendimento que este serviço deve funcionar mediante uma gestão colegiada. Assim, todas as quintas-feiras, às onze horas, todos se reúnem para discussão de assuntos referentes à rotina da casa, conflitos de relacionamentos e/ou decisões que precisem ser tomadas para o funcionamento adequado do abrigo. Nas palavras do próprio Texto: “Metodologia participativa de trabalho

ocorre todas as quintas-feiras às 11h entre a coordenação, funcionários e residentes. Dos 21 residentes, somente um não participou, porque estava doente. A inexistência de acessibilidade adequada fez com que esse residente que estava doente fosse acomodado de forma improvisada ali embaixo, porque não podia subir escadas. Dez residentes estavam trabalhando naquele horário e dois eram uruguaiois. Participaram também, além da coordenadora, a assistente social e dois educadores sociais<sup>9</sup>.

Não tardou e a coordenadora adentrou a sala, cumprimentou-me e convocou todos para se acomodarem nas cadeiras para começar a reunião. Iniciou informando que, conforme consultado anteriormente e aprovado pelos residentes, eu estaria participando da reunião de gestão colegiada como observadora. Passou-me a palavra para eu me apresentar e informar a finalidade de minha presença naquela reunião. Foi autorizada também a gravação da reunião e meu acesso ao livro de Ata. A fotografia deste momento foi negada porque alguns alegaram que estariam se expondo e preferiam que suas imagens fossem preservadas, o que foi respeitado.

Neste dia não havia uma pauta previamente agendada, então os assuntos foram apresentados ora pela coordenadora ou pela assistente social, ora pelos residentes, com intensa participação, por quase duas horas de reunião. Os assuntos discutidos começaram pelo fornecimento de marmitas que foi seguido pela discussão da escala de recolhimento do lixo; organização dos quartos; lavanderia desorganizada; higiene das toalhas; má utilização das toalhas; uso inadequado do vaso sanitário; reclamação sobre o comportamento do Educador Social da noite; o não

---

para a construção conjunta com o usuário do seu processo de saída das ruas, com dignidade e respeito à sua vontade e nível de autonomia”.

<sup>9</sup> Prefeitura Municipal de Florianópolis, através de Concurso Público - Edital nº. 005/2012, realizou Concurso Público para provimento do Quadro Único de Pessoal Civil da Administração Direta, de acordo com a Lei Complementar Municipal CMF 063/2003, inserindo novos assistentes sociais e educadores sociais. Para ser um Educador Social é exigida formação mínima do Ensino Médio completo, devendo estar apto a planejar, desenvolver e avaliar atividades no âmbito socioeducacional. Esta Lei está em consonância com a Resolução nº 9 de 15 de abril de 2014 onde o MDS ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações de Ensino Médio e Fundamental do SUAS de acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS. No Artigo 4º desta Resolução é entendido que “As ocupações profissionais com escolaridade de ensino médio, que compõem as equipes de referência do SUAS, desempenham funções de apoio ao provimento dos serviços, programas, projetos e benefícios, transferência de renda e ao CadÚnico, diretamente relacionadas às finalidades do SUAS [...]”.

atendimento do telefone à noite; segurança da sala da secretaria (dinheiro dos residentes); definição do horário do almoço; uniformidade no atendimento dos dois residentes mais idosos da casa e quanto à escala de saída no final de semana.

A dificuldade com o fornecimento de marmitas foi o assunto sugerido pela coordenação do abrigo para iniciar a reunião:

Vamos começar por um assunto que já me ligaram agora. O pessoal da Barriga Verde que é quem faz as marmitas de vocês me ligou agora há pouco perguntando se a marmita de domingo passado, hoje já é quinta, se tava requentada porque teve queixa de uma outra casa que a marmita veio requentada e querem saber se aqui também.

[Um residente logo se manifestou]:

Tava sim, até porque alguém quando foi esquentar a comida virou uma massa.

[A coordenadora continuou].

Como vocês não me falaram eu não sabia dizer se sim ou não e disse que geralmente vocês reclamam na quinta porque é o dia da reunião. Como a gente já falou à Barriga Verde no domingo, quem coordena não tá lá. Tem pessoas que só trabalham durante a semana e tem coisas que acontecem que eles só vão saber se a gente comunicar.

[Um residente estrangeiro interferiu e disse]:

Por favor, lembre pra não mandar pepino.

[Ao que a coordenadora retrucou]:

Ah! Já sei, a salada de pepino é a única que não tem saída aqui. Então, a comida foi requentada mesmo. Como a gente tem o ritmo de falar só na reunião, talvez vocês possam, quando ocorrer algum problema com comida, já imediatamente me avisar.

[Um residente disse]:

Eu tinha passado esta informação para o educador do dia.

[A coordenadora então respondeu]:

Me falaram que a massa tinha azedado, mas não tinham me dito que a comida estava com aspecto de requentada.

[O residente insistiu]:

Eu falei.

[Outro residente pediu a palavra e disse]:



Eu queria falar se não dava pra pedir pra alternarem o tipo de comida porque tem vindo seguidamente só frango.

[A coordenadora disse]:

Isto eu já falei com o fornecedor.

[Mais um residente disse]:

Outra coisa que precisa ver é que quando a gente abre a marmita sai um cheiro de barata do alumínio.

Talvez seja a forma como ela é guardada.

[A coordenadora então disse]:

A gente já combinou antes, é importante que vocês me passem todas as questões porque vocês sabem que esta marmita é bem cara, não é uma marmita barata e a gente tem que exigir uma coisa de qualidade. Ela custa quase R\$13,00. Vocês sabem que eu tiro foto às vezes, mando pra eles quando vem pouco feijão. Então a gente precisa sempre tá conversando sobre isso. Tem que ser de qualidade independente do preço, mas... ela é uma marmita super... e vai continuar sendo pelo fato de que não teve concorrência.

[Um residente perguntou]:

Será que é assim pelo fato de saberem que aqui é um abrigo?

[Outro residente falou com ar de indignação]:

É, agora eles já venceram a licitação né, já ganharam?

[A coordenadora então explicou]:

Na verdade eles têm um grande restaurante, então o que vem pra vocês é a mesma coisa que é servida no restaurante e que vai pra outras casas porque como tem o abrigo das mulheres, aqui e mais a outra casa é mais ou menos a mesma marmita que vai.

[O residente que perguntou se esta situação acontecia porque estavam num abrigo complementou]:

Digo assim, da comida vir requentada.

[E a coordenadora continuou]:

Em geral, o pessoal da coordenação lá é super atencioso, a gente tem combinado várias trocas, mas o que acontece de vir coisas ruins é mais no final de semana quando eles não estão lá. Que nem a história da maionese, eu sei que vocês gostam, mas em função do tempo que o carro leva pra

passar em todos os abrigos pra deixar todas as marmitas ela pode estragar. É uma coisa que não deveria estar vindo mais. Isto eles não sabiam e já tá vindo há três meses e eu não sabia também. Alguém falou pra ela porque não sabia que os funcionários botavam maionese. Então eu vou escrever sobre todo este assunto. A pizza tá tranquila né?

[Os residentes responderam quase que num coro único]:

Tá ótimo. Só tá vindo pouca, podia mandar mais.

[A coordenadora explicou]:

É que é assim, a cada quatro marmitas eu consigo pegar uma pizza pra ficar com o mesmo valor. Lembre que a gente tem direito a tantas marmitas por mês e tantas por ano. Então, a cada quatro marmitas eu transformo numa pizza e ainda tem o refrigerante. Então, o nosso cálculo de marmitas diárias tem que transformar em pizza e refrigerante.

[Um residente interferiu dizendo]:

Falando em pizza eu queria dizer que tão armazenando a pizza no armário com o risco de apodrecer, não põe na geladeira, a pizza fica dura. A gente também chega do trabalho à noite e vai comer a pizza e não tem o mesmo número de pedaço de pizza pra gente. Se o cara não tava lá, quem tá comendo?

[Ao que a coordenadora então falou]:

Tinha parado com esse problema, começou agora de novo né?

[Outro assunto que também demandou discussão acalorada foi sobre a atuação do educador social noturno sobre o qual um residente fez a seguinte queixa]

Quero falar que o educador da noite. Um dia descí, fui sem fazer barulho e sai na área de trás pra fumar e o educador da noite viu que eu tava lá, foi e fechou a porta e fiquei lá trancado.

[A coordenadora relembrou]:

Ele já sabe que vocês podem ficar acordados.

[O residente que estava falando, complementou]:

Pois é, ficou combinado que a gente pode ficar por aqui desde que não atrapalhe quem tá lá em cima dormindo.

[Neste momento, a reunião foi interrompida porque um dos residentes que havia pedido para sair da reunião minutos atrás para se preparar e sair ao trabalho desceu as escadas e cochichou no ouvido da assistente social. Esta, perguntou em voz alta ao educador social se tinha desodorante para servir ao residente e a resposta foi negativa. Outro residente disse que emprestava a ele. Continuando o diálogo sobre o que o educador fez, a coordenadora disse]: Isso com os educadores, já aconteceu com frequência e vocês sabem que podem ficar em silêncio acordados.

[Outro residente disse]:

Eles sabem disso, eles ficam insistindo nisso sabe, eles não falam diretamente, ficam jogando, não sei o quê...

[A coordenadora então recordou um dos combinados entre eles]:

A única coisa que a gente combinou que a porta da cozinha vai ficar fechada, vocês abrem e fecham por causa da questão da alimentação, dos ratos. Agora o ritmo continua o mesmo, vou relembrar no caderno [neste caderno são registrados informações que auxiliam a comunicação entre os funcionários do Abrigo] que vocês podem em silêncio ficar acordado, todo mundo tem ritmo diferente de sono se sabe disso. Se tu chega tarde do trabalho, tu não vai deitar logo, não consegue, tu, o J., seu C., acorda às 4h, tem vários ritmos diferentes.

[E um residente completou]:

A gente que trabalha de segurança numa casa noturna, até desligar, leva horas.

[A coordenadora reafirmou]:

Sempre que acontecer este problema vocês comuniquem porque eles sabem que podem ficar acordados desde que em silêncio.

[O residente que tinha feito a queixa sobre o educador resolveu aproveitar a oportunidade e desabafou seu descontentamento com o funcionário].

Aproveitando a deixa desse educador, é a terceira vez que acontece isso. Sobrou um guaraná das pizzas, aí eu pedi pra colocar pra gente na janta e ele disse que não. Ele disse que era muito pouco.

Eu disse que sim e ele disse que não. Acabou que ele não colocou e tomou de madrugada, ou seja, aquilo que tá ali, pelo que sei é pra gente tomar. É a terceira vez e digo por mim. Eu não sei se vou ter paciência de novo, eu posso até ser excluído da casa, mas não sei se vou ter paciência com ele. Ele não tá falando com moleque. E é o seguinte, ele tá tomando uma coisa que não é dele. No outro dia, de manhã o educador vem perguntar quem tá comendo? Alguém tá comendo? É o residente? Não. Ele que tem a mania de tá comendo o que não é dele. Se tem um pouco de guaraná é pra dividir, um golinho pra cada um ou bota fora. Ele é mal educado. Como já disse, eu sou vingativo. Se eu não pegar ele aqui, eu vou trabalhar como segurança e vou pegar ele drogado numa festa e garrar ele a pau e ele não vai ter o que falar aqui dentro porque ele já fez caso com seu C., como ele não tá dando motivos a mim é fácil ficar incomodando com os outro, com quem não fala, alguém que é quieto, introvertido é fácil, agora deixa ele vir comigo pra ver o que vai acontecer. Uma hora lá ou eu, ou outro estourado lá na casa vai acabar estourando com ele. Ele faz porque ele é debochado. Não sei se só eu que percebo. Eu já vi mais de uma pessoa falar. Alguma coisa tá errada né?

[A coordenadora recordou]:

A gente já tinha conversado sobre isso, S.

[E ele reafirmou]:

Não é pelo guaraná, é pelo gesto que ele faz.

[Um outro residente resolveu reforçar o que o colega disse]:

Um dia ele chegou ali, comeu cinco pão, passava, passava margarina, doce, mas como pode? Entendesse?

[A coordenadora explicou]:

Eles [os educadores sociais] têm direito a mesma refeição que vocês. A marmita e ao lanche da tarde.

[O residente que falou dos pães ainda completou]:

Ele chega de noite, pega os cinco pão e pega o copinho dele, porque ele tem um copinho sabe, encheu ali, e fiquei olhando só ele que ia tomar o guaraná. Nem pra oferecer pro homem que tava do

lado dele. Chegou lá, se serviu e guardou de novo. Tirou o copo de novo, tomou.

[Aquele residente que disse já estar impaciente com o educador pediu uma explicação]:

Qual o procedimento que a gente faz com um negócio desse? Porque por exemplo, eu sou usuário de droga, se o educador me pega usando droga aqui ele vai e conta pra ti. E o contrário, nós quando ele tá fazendo isso, qual é o procedimento?

[E a coordenadora respondeu]:

Tem comunicar pra mim.

[Com o intuito de reforçar a orientação o residente insistiu]:

Ah! Então, se eu vejo que o educador tá fazendo isso ou aquilo, eu posso ligar pra você?

[E a coordenadora respondeu]:

Sim.

[Outro residente que estava calado até este momento disse]:

A minha queixa é mais ou menos a mesma da dele, coisa de comida. Uma noite eu pedi dois sanduíches e ele disse que não. Que só podia um. Eu disse que não, que aqui tá liberado pra gente pegar quanto quiser. E aí é como ele falou [apontou para o que acabara de falar], a gente vai pedir alguma coisa pra ele e ele faz deboche, essas coisinhas básicas ele sempre faz.

[A coordenadora fez uma explicação sobre a dificuldade com a troca de educadores]:

Vocês sabem que a gente tem dificuldade com os educadores né, só um é estatutário, os outros são de processo seletivo, até ontem eu tava tentando conversar pra... o caso do I., por exemplo, ele é noturno e tá fazendo o favor de trabalhar de dia, só que ele tem os problemas de saúde da esposa, acaba que é ruim pra ele trabalhar de dia, é ruim pro abrigo porque ele tem que faltar muito. A gente tá tentando que ele volte pra noite, mas não tem possibilidade. Me disseram que não tem como porque tá faltando educador de dia, a gente tá tentando substituir alguns ou ... porque é ruim pra ele vir de dia e ruim pra mim porque ele acaba faltando de mais. Eu tô dando o exemplo do I porque ele tá aqui junto na reunião. Não tem tido negociação, eles não tão querendo demitir os

educadores pra colocar outro no lugar porque o concurso já é agora em primeiro de dezembro [2013]. O que a gente tem tentado fazer é agir, fazer supervisão com eles de manhã, a gente já começou, faz um mês e pouco, alguns problemas de relacionamento eu sei que já tá mudando, eu sei porque eu pergunto para os residentes e respondem que isso melhorou.

[Um residente então disse]:

Mas, tem um que não muda.

[E a coordenadora concordou]:

É, eu sei. Agora vocês viram que eu tô ficando aqui algumas noites né. Não combino com eles, mas eu fico e espero, fico fora do horário de trabalho pra tentar algumas coisas, conversar e fazer junto e mostrar que pode ser diferente, né. Por enquanto a gente vai tentando por aí. Alguns casos eu já conversei com a gerente dá uma advertência, por isso vocês têm que comunicar.

[Um residente falou indignado]:

A gente já tem uma história difícil, uma vida na rua, a gente já tem uma série de problemas, ainda vem um moleque desse debochar da cara da gente. Quer o quê?

[E a coordenadora continuou]:

Na verdade, os nossos maiores problemas era com o outro educador que acabou saindo, agora que tá sendo com o J., mas todos têm problemas com todos, tem gente que tem problema com o B., tem gente que tem problema com o I.

[O residente completou]:

Tá, mas o B. não tem história de ser debochado, o I., o A., o W., mas nenhum desses outro são debochado. Ele tem falta de respeito também.

[E a coordenadora diz]:

Mas, lembra que tua queixa na reunião passada foi sobre outro educador.

[E o residente responde]:

Sim.

[E a coordenadora continua]:

Tua queixa da semana passada foi tentada resolver, e a tua queixa não era a mesma dos outros. O teu problema era justamente a solução pra alguns. Agora todo mundo tá concordando que é um problema, então a gente vai conversar com ele.

Cada coisa a gente vai ter que conversar. Por exemplo, semana passada, tá na Ata, o S. comentou que ele não gostava que o W. pegava muito [toque físico], já outros residentes disseram que gostam deste contato físico que se sentem acarinhados. Então, eu já conversei com ele naquele dia e passei os nomes de quem não gosta. Então, ele com essas pessoas, vai ser mais tranquilo, manterá a distância física evitando tocar na pessoa. Então, a questão da alimentação, cada problema que acontece a gente senta com os educadores, com os da noite é mais difícil porque não é meu horário de trabalho. O que eu faço? Ou deixo escrito, ou tento vir aqui ficar à noite pra conversar com eles<sup>10</sup>.

\*\*\*\*\*

A cena precedente, baseada em minha observação, apesar de não estar descrita na sua integralidade porque não relatei toda a pauta discutida, mas apenas alguns aspectos dela<sup>11</sup>, caracteriza uma reunião institucional atípica porque traz a experiência de gestão colegiada de um abrigo público municipal. Comumente seus residentes são chamados de população de rua, população em situação de rua, mendigo, pedinte, deambulantes ou andarilhos, *Sans-Domicile-Fixe*, *homeless*. A forma como são definidos neste momento ali é o que menos importa, pareceu ser o mais importante naquele momento a preocupação em arrumar a casa como se fosse um espaço domiciliar comum. Foco este que se apresenta ambivalente porque os relatos deixam claro o conflito entre conciliar o convívio domiciliar sem desatrelar dos parâmetros funcionais de um serviço público, ou seja, disciplinar corpo enquadrando-os a uma realidade de normas.

Conflito este que nos remete a preocupação trazida por Foucault quando discutiu em sua Aula de 25 de janeiro de 1978 sobre a diferenciação entre segurança e disciplina, e como esses dispositivos atingem e provocam as pessoas.

---

<sup>10</sup> Trecho de uma reunião com a PSR que participei como observadora.

<sup>11</sup> Meu propósito neste momento inicial foi apenas de chamar atenção do leitor impactando-o para uma realidade pouco comum no cotidiano das relações sociais de uma sociedade. Posteriormente, esta cena será retomada quando for analisar os aspectos institucionais.

Todo sistema legal se relaciona a um sistema de normas. Mas creio que é preciso mostrar que a relação entre a lei e a norma indica efetivamente que há, intrinsecamente a todo imperativo da lei, algo que poderíamos chamar de urna normatividade, mas que essa normatividade intrínseca a lei, fundadora talvez da lei, não pode de maneira nenhuma ser confundida com o que tentamos identificar aqui sob o nome **de procedimentos, processos, técnicas de normalização** [...]. **A disciplina normaliza**, e creio que isso é algo que não pode ser contestado. Mas é necessário precisar em que consiste, na sua especificidade, a normalização disciplinar. [...]. A disciplina, é claro, analisa, decompõe, decompõe os indivíduos, os lugares, os tempos, os gestos, os atos, as operações. **Ela os decompõe em elementos que são suficientes para percebê-los, de um lado, e modificá-los, de outro.** É isso, esse célebre quadriculamento disciplinar que procura estabelecer os elementos mínimos de percepção e suficientes de modificação. Em segundo lugar, **a disciplina classifica** os elementos assim identificados **em função de objetivos determinados**. Quais são os melhores gestos a fazer para obter determinado resultado? Qual é o melhor gesto a fazer para carregar o fuzil, qual a melhor posição a tomar? Quais são os operários mais aptos para determinada tarefa, as crianças mais aptas para obter determinado resultado? Em terceiro lugar, a disciplina estabelece as sequências ou as coordenações ótimas: **como encadear os gestos uns aos outros**, como dividir os soldados por manobra, como distribuir as crianças escolarizadas em hierarquias e dentro de classificações? Em quarto lugar, **a disciplina estabelece os procedimentos de adestramento progressivo e de controle permanente** e, enfim, a partir daí, estabelece a demarcação entre os que serão considerados inaptos, incapazes e os outros. Ou seja, é a partir daí que se **faz a demarcação entre o normal e o anormal** (FOUCAULT, 2008, p. 74-75, grifo nosso).



Embora se considere que este espaço institucional exercite o diálogo coletivo com seus residentes em prol de interesses coletivos, é visível nas falas o desconforto apresentado em aderir a uma rotina e a obediência a uma disciplina que por mais normal que pareça aos olhos de quem não precisa dormir num abrigo, estabelecerá um padrão de normalização, como sugeriu Foucault, do espaço que é estranho àquele residente, o qual não se reconhece ali, pois passou parte de sua vida sem regras, sem normas, sem disciplina, ou seja, disciplinou-a e normalizou-a ao seu modo. No entanto, este residente sabe que, se não se enquadrar aos procedimentos definidos, mesmo que estes tenham sido resultado de uma discussão colegiada da qual tomou parte, será punido com advertência ou expulsão se fugir ao que foi combinado, ou seja, por agir fora dos padrões de normalidade previstos para o convívio social daquele ambiente.

A experiência de gestão coletiva é uma realidade que pode ou não estar acontecendo em outros serviços públicos municipais dessa modalidade abrigo, seja em Florianópolis, seja em outros centros urbanos brasileiros porque é um procedimento recente desta modalidade institucional prevista no Texto de Orientação para o Reordenamento do Serviço de Acolhimento para População Adulta e Famílias em Situação de Rua<sup>12</sup>, que ainda busca sua legitimidade. Ademais, a situação de pessoas em situação de rua, embora não seja uma característica da contemporaneidade, permanece um grande desafio à sociedade quanto ao convívio e enfrentamento deste fenômeno no cotidiano das relações sociais, desafio este que se inicia com o desconhecimento de quantos são.

Quantificar numericamente esta população é um tema que vem provocando debates porque não há uma precisão numérica que represente todo o território nacional atualizada. No entanto, parece ter sido consensual a impressão de que seu número tem aumentado nos últimos vinte anos. Em função do censo do IBGE não contabilizar este contingente populacional porque sua amostra toma por referência a

---

<sup>12</sup> Este documento foi organizado no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome pela Secretaria Nacional de Assistência Social com o apoio do Departamento de Proteção Social Especial para o reordenamento dos serviços de acolhimento (Abrigos Institucionais; Casas de Passagem e Serviços de Acolhimento em República). Com a chegada da Política Nacional para População Adulta em Situação de Rua, instituída pelo Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 e, considerando o texto da Resolução nº 109 que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, foi necessário o reordenamento dos Serviços de Acolhimento para Pessoas Adultas e Famílias em situação de rua.

localização domiciliar, o único instrumento oficial que tem servido de base para estudos e pesquisas acerca desse público é o relatório de uma pesquisa<sup>13</sup> nacional sobre População em Situação de Rua encomendada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS de abril/2008, através do qual foi identificado que 31.922 pessoas estavam em situação de rua, tomando por base uma amostragem com 71 cidades brasileiras com mais de 300.000 habitantes.

Vale ressaltar que algumas capitais como São Paulo, Belo Horizonte e Recife não participaram desta pesquisa porque já haviam realizado levantamentos recentes à época, assim como Porto Alegre<sup>14</sup>, que solicitou sua exclusão da amostra por estar conduzindo uma pesquisa de iniciativa municipal simultaneamente ao estudo contratado pelo MDS. Esta situação me leva a conjecturar que apesar de ter havido uma iniciativa de âmbito federal naquele ano, não é usual acontecer sistematicamente este levantamento, ficando facultado às administrações governamentais das unidades federativas, como foi o caso das capitais acima citadas:

O estudo “Estimativa do Número de Pessoas em Situação de Rua da Cidade de São Paulo em 2003”, contratado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de São Paulo, e realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

---

<sup>13</sup> Esta pesquisa destacou “a importância da realização de estudos que pudessem quantificar e permitir a caracterização socioeconômica do desabrigado de modo que pudesse orientar a elaboração e implementação de políticas públicas direcionadas a esse público. Ademais, o desabrigado não é incluído nos censos demográficos brasileiros e de outros países, fundamentalmente porque a coleta dos dados dos censos é de base domiciliar” (BRASIL, 2008b).

<sup>14</sup> Para um melhor conhecimento científico acerca da população em situação de rua, nos anos de 2007/2008, Porto Alegre realizou um Estudo sobre a realidade daquelas pessoas. Foi contratada a Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a realização do mesmo o qual foi intitulado “Cadastro e Estudo do Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre/RS”. Ao todo, foram pesquisadas 1.203 pessoas adultas em situação de rua. Do total, 356 pessoas foram entrevistadas dentro da rede de serviços e 847 nas ruas e logradouros da cidade. No entanto, recentemente a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em parceria com a FASC, realizou novo levantamento onde o estudo abarcou somente o cadastramento de adultos em situação de rua, totalizando 1.347 pessoas, durante o período de realização da pesquisa, de 13 a 21 de dezembro de 2011 (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE; FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA, 2011).

(FIPE), estimou que, **em 2003**, o número de pessoas em situação de rua nos distritos pesquisados da cidade de **São Paulo** era de 10.399 (META, abril, 2008, p.4). Grifo nosso.

O “2º Censo da População de Rua de **Belo Horizonte**”, realizado **em 2005**, estimou que a população adulta em situação de rua era de, aproximadamente, 916 indivíduos. Somando-se a esses indivíduos o total de crianças e adolescentes que estavam sob sua responsabilidade na rua, atingiu-se o total de 1.164 pessoas (META, abril, 2008, p.4). Grifo nosso<sup>15</sup>.

Na pesquisa “Censo e análise qualitativa da população em situação de rua na cidade do **Recife**” realizada **em 2005**, estimou-se que o contingente de pessoas em situação de rua nesse município era de 1.390. Desse contingente, 888 eram adultos (BRASIL, 2008a, p. 4, grifo nosso).

Segundo Faria e Machado (2004, p. 34) o contingente populacional que tem se encontrado na rua soma um número expressivo de indivíduos que vivem da indústria da reciclagem ou que não conseguem se adequar à ordem social, familiar e econômica, destacando-se alcoolistas, drogadictos e trabalhadores urbanos desempregados. Constituem um fenômeno formado por questões sociais e causas psíquicas, resultando numa heterogeneidade de grupos, que na atualidade, tem sido identificado pelo uso da expressão “populações de rua”.

Marcel Bursztyn (2000, p. 48-49) afirma que forças centrífugas confrontadas com forças centrípetas num contexto de estrangulamento do mercado de trabalho presente em metrópoles brasileiras explicam o crescente contingente de moradores de rua e de populações perambulantes. Neste sentido, as forças centrífugas seriam o resultado da ação das políticas públicas na valorização das áreas centrais, resultante das melhorias de infraestrutura urbana empurrando a miséria para a periferia. De outro lado, a precariedade das condições de vida nas

---

<sup>15</sup> Esta capital já realizou dois censos, um em 1998 e outro em 2005. Em 2013 fez novo levantamento realizado pela Prefeitura Municipal em parceria com a UFMG, onde foram identificadas 1827 pessoas em situação de rua no município de Belo Horizonte. Mais informações sobre este último levantamento consultar: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=154144&pIdPlc=&app=salanoticias>.

periferias, somada às precárias perspectivas nas zonas rurais de economia tradicional e estagnada, funcionariam como força centrípeta.

Assim como estes autores, considero que outras questões também são relevantes, além da necessidade de quantificá-los. Quem são essas pessoas? De onde vêm? Como vivem? Por que vivem na rua? Como conseguem sobreviver física, social e psicologicamente na rua? Qual o sentido da vida pra elas?

Estas questões estimulam a construção desta tese procurando conhecer o fenômeno da população adulta em situação de rua na cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, região sul do Brasil no período de 2011 a 2013. Porém, antes será necessário esclarecer sobre as variações conceituais na designação desse fenômeno e algumas considerações sobre sua presença histórica na sociedade.

## CAPÍTULO I - VARIAÇÕES CONCEITUAIS

Pude constatar por meio de aproximações com pessoas que estão vivendo na rua, que já saíram dela ou retornaram a ela, que este espaço passa a fazer parte da vida delas por uma união de fatores diversos e que existem diferenças notáveis nessas pessoas e nas circunstâncias que as envolvem. Neste sentido, apresentarei neste tópico algumas tipologias sobre como esta população de rua vem sendo designada conceitualmente, consequentemente, identificada na sociedade.

No Brasil, é comum encontrar as designações de população de rua ou população em situação de rua, sobre as quais explicarei mais adiante, mas início falando sobre o termo desabrigado que conheci quando li Snow. Este fez uma pesquisa no Texas e a partir dos resultados encontrados, considerou que não é adequado unificar a ideia de população de rua porque viu que os motivos que levaram uma pessoa a viver na rua não são os mesmos.

[...] algumas pessoas se tornam moradoras de rua devido a desastres de massa como terremotos, inundações ou furacões. Outros são moradores de rua porque o tipo de trabalho que fazem os obriga à migração perpétua. Alguns enfrentam o desabrigo quando fogem de seus países por razões políticas ou econômicas. E outros ainda confrontam o desabrigo quando mudanças econômicas e institucionais arraigadas os empurram para as ruas. Cada um desses grupos vivencia algum grau de desabrigo, mas a natureza dessa experiência muitas vezes varia consideravelmente entre eles (SNOW; ANDERSON, 1998, p. 23).

As diferenças existentes entre as formas de desabrigo para este autor podem ser definidas a partir de três dimensões: uma dimensão residencial; uma dimensão de apoio familiar e uma dimensão de valor moral e de dignidade baseada num papel desempenhado.

Na primeira dimensão o desabrigo é tipificado como um estilo de vida, sobretudo pela ausência de moradia convencional permanente. A segunda dimensão é caracterizada por Snow como a ausência de apoio familiar. A terceira dimensão do desabrigo é o grau de dignidade e de valor moral associado às diversas categorias de desabrigo. Considerando essas dimensões a partir de uma perspectiva sociológica o morador de rua

estará sempre desempenhando para a sociedade um papel que lhe foi outorgado, ou seja, que melhor representa a sua identidade.

[...] ser morador de rua é, entre outras coisas, ser o detentor de um papel básico ou de um status modelar. Esses termos se referem a status que são centrais ao modo como somos vistos e como nos vemos. Papéis básicos ou status modelares são em geral altamente visíveis, são relevantes para a interação na maioria das situações e são em geral repositórios de valor moral e dignidade. Dignidade e valor moral, então, não são primordialmente características individuais, mas, ao contrário, brotam dos papéis que desempenhamos (SNOW; ANDERSON, 1998, p. 26).

O que o autor quis dizer com esta reflexão é que muitas vezes dependendo do papel que desempenhamos na sociedade decorrerá um status, um modelo a ser apreciado e copiado. A sociedade brasileira tradicionalmente percebe as profissões de advogado e médico com grande prestígio. Para ele, papéis ou status que são estigmatizados, por contraste, conferem má reputação a seus detentores porque em sua grande maioria carrega implicitamente o peso do “defeito de caráter”. Com relação às pessoas moradoras de rua, este “defeito de caráter” advém de uma percepção pública que tende a imputar-lhes a responsabilidade por sua situação e imperfeição moral e na ameaça que se acredita que elas possam representar à segurança e bem-estar dos cidadãos.

A este respeito, Goffman (1988) analisa o comportamento que a sociedade estabelece como forma de categorizar as pessoas e o conjunto de atributos que lhes é imputado, seja nos ambientes sociais que frequentam, seja com relação às rotinas que permeiam as relações sociais nesses ambientes.

Neste sentido, enfatizou que a sociedade é capaz de proceder com uma avaliação de outrem imaginando a sua identidade social, mesmo que a um olhar distante, elencando atributos de “honestidade” e atributos de ocupação, por exemplo, e ao mesmo tempo em que está com ele, observar que sua identidade social real pode estar muito ou pouco distante da identidade social ora imaginada. Assim, “baseando-se nessas preconceções, nós as transformamos em expectativas normativas, em exigências apresentadas de modo rigoroso” (GOFFMAN, 1988, p. 12).

Tal comportamento sinalizado pelo autor remete ao conceito de Estigma, compreendendo-o como “[...] um tipo especial de relação entre

atributo e estereótipo, embora eu proponha a modificação desse conceito, em parte porque há importantes atributos que em quase toda a nossa sociedade levam ao descrédito” (GOFFMAN, 1988, p. 13).

Relacionar a situação de desabrigado a alguém que tem um “defeito de caráter” é generalizar que todos que estão em situação de desabrigo são desonestos e, portanto, seres estigmatizados pela situação em que se encontram ao mesmo tempo em que se corre o risco de pressupor que há uma distância entre normais<sup>16</sup> e estigmatizados.

Preocupado em registrar que existem diferenciações sobre este público estudado e em geral estigmatizados pela sua aparência, Snow definiu que o desabrigo pode ser visto como uma categoria genérica, com os moradores de rua constituindo uma subcategoria porque eles não constituem uma população homogênea. Esta percepção levou-lhe a construir uma tipologia dos moradores de rua fundamentada em seu próprio mundo e que capta as semelhanças e diferenças entre eles à medida que tentam sobreviver física, social e psicologicamente, classificando-os como:

Quadro 1: Tipologia dos Moradores de Rua (SNOW, 1998).

<p><b>Recém-deslocados:</b></p>	<p>Quaisquer que sejam as causas do desabrigo, os comportamentos adaptativos e a orientação cognitiva daqueles indivíduos que se encontram na rua pela primeira vez mostram semelhanças que os distinguem dos moradores de rua que estão lá há mais tempo. Apresentam-se compreensivelmente amedrontados com o novo mundo estranho e violento. Encontram-se num estado de anomia dentro do qual a rua lhes parece um ente desconhecido do qual não fazem parte. Em decorrência, buscam instituições como os</p>
---------------------------------	---

---

<sup>16</sup> Goffman esclarece sobre o uso do termo normal, dizendo que um indivíduo que não consegue ser facilmente recebido no cotidiano da relação social porque de alguma forma repele as pessoas, possui um estigma, uma característica diferente que não havíamos previsto. Assim, “nós e os que não se afastam negativamente das expectativas particulares em questão serão por mim chamados de normais. As atitudes que nós, normais, temos com uma pessoa com um estigma, e os atos que empreendemos em relação a ela são bem conhecidos na medida em que são as respostas que a ação social benevolente tenta suavizar e melhorar. Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano” (1988, p. 14-15).

	albergues, abrigos que fornecem alimentação, banho e pouso.
<b>Vacilantes:</b>	O medo que uma pessoa tem do ambiente dos moradores de rua tende a diminuir à medida que ele se torna familiar. Consegue ter maior facilidade em conseguir comida, abrigo e companhia, seus laços com o passado vão sendo parcialmente substituídos e gradualmente desaparecendo. Porém, são indivíduos que vivem no limiar da cisão com o passado domiciliado e com a construção de uma identidade com o presente, que é a rua. Nesta tipologia, o autor subdivide ainda em Vacilantes Regulares e Vacilantes Institucionalmente Adaptados.
<b>Vacilantes regulares</b>	São moradores de rua que estão em situação de ambiguidade e passagem de status, como por rompimento com os pais ou com o cônjuge e passaram a perambular e buscar formas de sobreviver na rua.
<b>Vacilantes institucionalmente adaptados</b>	Referem-se à suspensão da passagem de um status para outro. É um estado de transição, dentro do qual o status daqueles assim situados é congelado temporariamente entre dois mundos sociais e seus estilos de vida correspondentes. Exemplos mais concretos vêm de instituições de contenção como prisões, instituições de longa permanência onde as pessoas passam a cumprir pena ou passam a trabalhar nesses locais por evidenciar um comportamento exemplar.
<b>Outsiders:</b>	São indivíduos que podem se deixar levar mais ainda para a vida na rua, tendo sua orientação cognitiva e sua rotina cotidiana concentradas na sobrevivência na rua, não se preocupando em sair dela. Para eles a vida na rua é inquestionável. Eles são divididos em três subtipos: andarilhos, mendigos e doentes mentais.



<b>Andarilhos:</b>	São migratórios, possuem um forte senso de independência e autocontrole, desprezam os novatos de rua e aqueles que vivem parte pedindo esmolas, parte aceitando apoio de instituições de serviços sociais. Tem o álcool como central em suas vidas, mas não tanto quanto os mendigos. Tendem, assim como os outsiders, a não olhar para frente, para uma vida além das ruas. E esta aceitação pela rua frequentemente os levam a se desfazer de seus nomes de batismo em favor de nomes de rua.
<b>Andarilhos Tradicionais</b>	São herdeiros do estilo de vida dos antigos andarilhos, que se baseia num ciclo de trabalho, bebida e migração. Seu meio de subsistência preferido tende a ser o trabalho remunerado e suas viagens são em grande parte determinadas por variações sazonais e regionais nos mercados de trabalho. É improvável que fiquem muito tempo parados num lugar e demonstram um forte impulso de viajar.
<b>Andarilhos Hobbies</b>	São herdeiros da contracultura da década de 60. Eles se identificam com heróis da contracultura e do rock, viajam bastante, praticam artes e artesanato, usam e vendem drogas e ficam perambulando juntos pelas ruas quase que de modo comunitário.
<b>Mendigos:</b>	Na amostra pesquisada por <i>Snow</i> , o mendigo é um não trabalhador, não migrante, cujo raio de ação está, em geral, limitado a uma zona marginal e que é um alcoólatra crônico que pouco viaja. Foi possível identificar o mendigo tradicional e o mendigo <i>redneck</i> .
<b>Mendigo Tradicional</b>	É o que mais se aproxima da imagem tradicional do alcoólatra da zona marginal. São relativamente imóveis e fortemente dependentes do álcool, não se envolvendo com trabalho remunerado. Isto ocorre nem tanto porque são preguiçosos, mas porque se tornam indiferentes ou porque estão fisicamente debilitados devido aos anos de vida dura e muita bebida. Sobrevivem graças a uma combinação de mendicância, comércio, catação de

	lixo, doações de instituições de caridade e apoio do serviço social.
<b>Mendigo Redneck</b>	Estes constituem uma variação do mendigo, provavelmente, característica do sudoeste de Austin/Texas onde Snow fez a pesquisa. Assemelham-se ao mendigo tradicional pela sua relativa imobilidade e uso pesado do álcool, mas são diferentes em outros aspectos. Sobrevivem de uma combinação de venda de plasma <sup>17</sup> , comércio e esmolas. Tendem a andar juntos, quase como se fosse uma gangue. Gostam de viajar, se apresentam com barbas e cabelos compridos se parecendo com os andarilhos hippies, mas preferem música country ao rock e às drogas. São demasiadamente briguentos.
<b>Doentes mentais</b>	As observações de Snow indicam que os doentes mentais catam lixo mais que quaisquer dos outros tipos, exceto o mendigo tradicional, e que são os mais frequentes recebedores de suplementos federais de renda. Sua rotina diária não inclui muito uso nem de álcool nem de drogas ilícitas. Os outros moradores de rua os evitam e eles retribuem da mesma maneira. Geralmente são mais reclusos e socialmente isolados.

Fonte: Adaptado de Snow e Anderson (1998).

Precisei considerar também a perspectiva de alguns autores brasileiros, dentre o universo de produções existentes, como Bursztyn (2000), Giorgetti (2004), Prates, Prates e Machado (2011) e Silva (2009).

Prates, Prates e Machado (2011, p. 193-194) identifica expressões como *deambulantes* ou andarilhos associadas à situação de rua como a de um indivíduo que vive deslocando-se, o que segundo ela, não é um traço comum a esse segmento populacional. Defende que o nomadismo entre os andarilhos é o resultado de sua expulsão dos locais onde foram aceitos por um período, porém em outro momento foram expulsos por acumularem objetos e lixo no espaço público, fazerem uso de drogas, terem surtos e delírios ou simplesmente por incomodarem os moradores do bairro com sua presença.

---

<sup>17</sup> Venda de Plasma pode ser compreendida como venda de sangue. Diferente do Brasil naquela localidade, Texas/EUA, segundo Snow era comum a comercialização de órgãos e sangue.

Evidencia que suas características são diversas, apresentando-se como andarilho solitário, famílias que habitam pontes, viadutos, parques ou terrenos baldios, loucos de rua que vivem sozinhos e pequenos grupos que permanecem em locais mais ou menos fixos, deslocando-se para abrigar-se das intempéries, mas no âmbito de um mesmo bairro, e aqueles que circulam entre abrigos e albergues públicos, os mais diversos estudos reconhecem que se constituem como um segmento heterogêneo.

Outro aspecto importante é apresentado ainda por Prates; Prates; Machado com relação ao uso do termo população de rua, pois entende que considerar que um sujeito é de rua seria o mesmo que considerar que alguém é de casa ou de apartamento. Vive-se em casas, apartamentos ou, no caso do segmento analisado, no espaço da rua, e esta pode ser uma situação contingente. Ver essa situação não como processo, mas como um estado, é um modo de reiterá-la sem reconhecer a perspectiva do movimento de superação – e essa parece ser uma questão central. Estar em situação de rua ou habitar a rua é diferente de ser de rua. Vista como determinação, apresentar-se-ia tal qual situação social com remotas perspectivas de superação.

Para se opor ao termo acima, estes autores propõem ser mais adequado compreender que o indivíduo vive um processo de rualização, na medida em que é reconhecido como processo social, condição que vai se conformando a partir de múltiplos condicionantes, num *continuum*, razão pela qual processos preventivos e a intervenção junto àqueles que estão ainda há pouco tempo em situação de rua parecem ser fundamentais para que se logre maior efetividade em termos de políticas públicas.

Outro aspecto que também preocupa é a frequente comparação da PSR como mendigos. Os mendigos são aqueles que praticam a mendicância, que esmolam em sinaleiras, nas ruas, na porta de prédios públicos. Muitos dos sujeitos que habitam as ruas não praticam a mendicância, o que foi mostrado em estudo do tipo censo realizado em Porto Alegre com sujeitos adultos em situação de rua (REIS; PRATES; MENDES, 1994). Naquela localidade, de um total de 222 moradores de rua que, na ocasião, viviam na cidade, 47,5% costumavam esmolar, 50,2% recebiam alimentos da comunidade e 47% outros auxílios, como roupa, cobertores, dinheiro – o que foi reiterado por estudo, de mesmo tipo, realizado cinco anos depois no mesmo município (ABREU et al., 1999).

Perspectiva diferenciada trouxe Giorgetti (2006) ao fazer um estudo comparativo sobre o morador de rua entre Brasil e França, em que apresentou o seguinte entendimento sobre os termos “população de rua” e “população em situação de rua”:

Recentemente, o Serviço Social em São Paulo<sup>18</sup> pensando em ressaltar o caráter processual da vida nas ruas, criou a expressão pessoas em situação de rua, para delimitar as trajetórias (idas e vindas) e enfraquecer a ideia predominante (e pejorativa) de que se trata de pessoas de rua, que não têm outra característica senão o fato de pertencer às ruas da cidade. Entretanto, essa definição oferece outro problema, pois na verdade, nem em Paris, nem em São Paulo, estamos falando de situações concretamente reversíveis (GIORGETTI, 2006, p. 20).

A preocupação desta autora é mostrar que ainda não existem pesquisas suficientes que comprovem que as situações nas quais estas pessoas se encontram são reversíveis. Esta reflexão não significa que desacredite do potencial transformador das mesmas, uma vez que esta é uma característica inerente da condição humana, mas as suas preocupações se voltam para as chances reais que esta população tem de sair da rua. Assim, optou por utilizar o termo morador de rua.

Com relação ao termo mendigo, Giorgetti opta por não comparar a população de rua com esse termo porque lhe parece pejorativo e esclarece que em Paris corresponde ao termo *clochard*. Atualmente, o termo mendigo, segundo a autora, afasta-se muito da realidade observada em sua pesquisa onde a população de rua é composta por desempregados.

Esclarece ainda que não é adequado afirmar que população de rua corresponde ao termo sem-teto porque é muito específico do movimento organizado de luta por moradia, seja em São Paulo, seja em Paris. Reitera ainda que o termo *Sans-Domicile-Fixe* em Paris corresponde às pessoas que não possuem domicílio fixo e não têm moradia de tipo convencional. No entanto, Giorgetti identifica um problema em São Paulo com esta definição uma vez que nessa cidade existem favelas, que não são moradia do tipo convencional, mas as pessoas que moram nessas habitações não podem ser incluídas na mesma categoria que os moradores de rua.

Bursztyn (2000, p. 42), ao realizar uma análise sobre o contingente crescente de pessoas que não tem acesso ou vínculo com o mercado de trabalho e, nesse sentido, não são objeto da proteção social pública brasileira, identifica que “há uma tendência mundial no crescimento da população de rua (sem teto, *homeless*), pois já não são mais os mendigos

---

<sup>18</sup> Giorgetti não esclarece quem é este grupo de serviço social de São Paulo.

tradicionais, os *clochards*, os *hippies*, os *squatters*, os deficientes físicos ou mentais, ou os vagabundos, como em outros tempos. Agora, a estes se juntam os involuntariamente desvinculados do mundo do trabalho”.

Recorda ainda que na década de 1970, pesquisadores sociais brasileiros identificaram uma categoria social chamada de biscateiros, que desempenhavam uma função econômica útil, ainda que informal, inserindo-se marginalmente em nossa sociedade. Eram atores sociais que desempenhavam um papel econômico dinâmico com capacidade de resistência às crises, dada sua flexibilidade e baixo custo.

No entanto, Bursztyn diferencia os biscateiros da população de rua atual uma vez que possuíam vínculos mais sólidos com as cidades. “Tinham endereço, embora residissem em ‘habitações subnormais’. Sua relação com a população oficial era institucionalizada: não representava perigo, prestavam serviços, podendo, para tanto, entrar – como prestadores de serviços – nas casas da população inserida no circuito formal da economia” (2000, p. 43).

Sobre os novos habitantes da rua, não são como os biscateiros ainda que possuam uma característica similar a estes quanto à flexibilidade e/ou capacidade de adaptação às diferentes formas de trabalho, ainda que não tenham profissão adequada.

Podem ser meramente *lúmpen*, que sobrevivem de esmolas, da caridade pública ou de pequenos furtos, mas podem também desempenhar atividades econômicas úteis. Entretanto, ainda que possuam a [...] versatilidade dos biscateiros – o que, aliás, é um atributo desejável do trabalhador pós-moderno -, os moradores de rua têm uma característica peculiar: a de não serem assimilados pelo mundo do trabalho oficial, não lhes sendo, portanto, franqueada a entrada nas residências dos incluídos. Por esta razão, talvez, suas atividades ‘produtivas’ muitas vezes se resumem à obtenção do estritamente necessário à subsistência imediata: a comida (BURSZTYN, 2000, p. 43).

Bursztyn, também ao discutir os períodos de migração brasileira, identifica que em 1990 surge um novo tipo de migrante, aquele que não mais interrompe sua trajetória para instalar-se em algum lugar por um longo tempo. Podem ser comparados aos nômades porque não têm endereço fixo, trafegam pelo país, a pé, de carona, de carroça, sem destino determinado e definitivo. Em geral são levados pelo acaso, por notícias

de alguma oportunidade em algum lugar. “São os ‘perambulantes’, que migram sem parar, não criando raízes em qualquer destino e que, muitas vezes, não romperam os vínculos com a origem, para onde regressam com certa frequência, permanecendo o tempo necessário para serem de novo lançados na estrada pela necessidade de sobrevivência” (BURSZTYN, 2000, p. 47).

Outra definição importante é a distinção dada por Faria e Machado entre “moradores de rua” e “população sem-teto”. Para eles, população de rua corresponde “a uma designação genérica abarcando toda a diversidade de pessoas e grupos que vivem nas ruas, pelos mais distintos motivos, de maneira mais ou menos permanente. Já

[...] o termo ‘população sem-teto’ possa ser mais bem empregado no caso daqueles que claramente perderam a sua moradia de forma involuntária, que por contingências financeiras ou em virtude de enchentes ou outras calamidades públicas. Cabe lembrar que estas pessoas vítimas de desastres naturais muitas vezes nem chegam a vivenciar trajetória de rua, uma vez que podem ser acolhidas em abrigos públicos ou em locais improvisados (FARIA; MACHADO, 2004, p. 41).

A partir destas distintas perspectivas conceituais é possível dizer que o fenômeno em questão expressa como a exclusão social no Brasil adquire especificidades na medida em que o desenvolvimento econômico expandiu e aprofundou vulnerabilidades associadas à pobreza. A unidade familiar permaneceu como principal suporte das relações sociais da classe trabalhadora pobre, que nunca chegou a ser substituído ou significativamente contemplado por ações públicas. A cidadania não foi universalizada e o mercado informal desempenhou um importante papel como mecanismo de inserção. Esta perspectiva de análise identifica que a pobreza estrutural, associada às intensas desigualdades sociais, configura o principal eixo de desvinculação da população em situação de rua (ESCOREL, 2000, p. 146-147).

Para este estudo, havendo a necessidade em distinguir entre aqueles que estão em “situação de rua” e os “moradores de rua”, optei pelo entendimento de que as pessoas estão em situação de rua, seja porque se encontrassem em abrigos, albergues e casas de convivência destinada ao acolhimento e/ou abrigo temporário, intermitente ou definitivamente, seja por se encontrarem em atividades de perambulação/circulação,

catação pelas ruas e/ou por alegarem fazer da rua seu local de existência e habitação, mesmo que temporária ou intermitentemente.

Esta opção vai ao encontro da definição usada pelo Decreto nº 7.053, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, que considera

população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

Identifiquei com as leituras realizadas sobre o fenômeno PSR diferentes perspectivas de análise de compreensão sobre sua origem, rebatendo nas discussões sobre a pobreza, onde ora é relacionada a fatores estruturais, ora a fatores que atribuem a responsabilidade ao indivíduo, repercutindo nas formas diferenciadas de políticas públicas para combatê-la. Assim, o próximo item se ocupará do diálogo com autores pertinentes a estas questões, assim como abordará como a proteção social à PSR foi se organizando na área da assistência social.





## CAPÍTULO II - O VIVER EM SITUAÇÃO DE RUA

Escrever sobre o desabrigo não é uma tarefa fácil porque ainda não o vivi até hoje. Tentei nesta pesquisa, de uma forma aproximada e com inspiração etnográfica, ver, observar, ouvir, sentar junto à calçada em tardes quentes de verão, comer junto em um centro comercial movimentado para compreender, mesmo que a distância, porque em nenhum momento passei o dia inteiro vagando ou mesmo pousando na rua, o que significa não ter um teto para se abrigar ao cair do dia? Como ele consegue sobreviver? De que forma a sociedade reage frente a esta realidade?

O que encontrei de relatos que antecederam a minha pesquisa está disponível em várias publicações, as quais reafirmam que a condição de depender da rua para sobreviver não é pertinente só ao mundo de hoje. Outros lugares e períodos históricos vivenciaram essa experiência marcada por variações contextuais, de fundo econômico, político e social, impactando sobre as condições de pobreza, da exclusão social.

Essas variações e suas diferentes formas de interpretação repercutiram na formulação de ações de combate à pobreza até as atuais políticas de proteção e seguridade. No Brasil estas respostas são recentes, a exemplo da política pública de assistência social de 2004 e a política pública de assistência social à população em situação de rua, de 2009.

Como não é objetivo desse trabalho fazer uma análise da pobreza e exclusão social nos vários períodos históricos, farei um corte focalizando o tema da pesquisa em relação à situação de pobreza das classes trabalhadoras. Ademais, considero inviável discorrer sobre o fenômeno em estudo desatrelado dessa discussão apoiando-me em autores que o analisam de diferentes formas, mas com abordagens complementares enriquecendo o diálogo proposto.

Segundo Pontes (2013), à época da sociedade feudal e nos tempos modernos, aproximar-se da pobreza era visto como sinal de “má sorte”, de não fazer parte da nobreza, não estar sob a proteção de alguém influente e poderoso, além de não ter uma ocupação ou ofício bem situado na sociedade. Nestas condições seria impossível alcançar altos patamares na mobilidade social porque esta era entendida como uma vontade divina, ficando assim sob a atenção das ações de corporações religiosas.

Com a passagem deste antigo regime ao capitalismo, a noção de pobreza altera-se, passando a ser relacionada ao trabalho. Segundo Pontes, deixa de ser entendida como “vontade de Deus” para ser entendida como “não cumprimento da ética do trabalho”. E para reforçar

o entendimento, recorre a Bauman para esclarecer que esta ética consiste em dois princípios básicos:

Se se quer conseguir o necessário para viver e ser feliz, deve-se fazer algo que os demais consideram valioso e merecedor de um pagamento; segundo, é absurdo e irracional deixar de se esforçar depois de haver alcançado a satisfação; que não é honesto descansar; trabalhar é um valor em si mesmo, uma atividade nobre e hierarquizante (...) Trabalhar é bom, não o fazer é mau (BAUMAN, 2000, p. 17 apud PONTES, 2013, p. 76).

Neste sentido, a sociedade passa a conviver com uma realidade onde a ordem era afastar-se da pobreza porque indicava “não trabalho” e a solução seria adentrar ao mercado de trabalho, mas este não conseguiu absorver toda a mão de obra que foi liberada da servidão feudal, resultando em um contingente de desempregados desprovidos de assistência social.

Fica estabelecida uma “nova ordem social” de bons e maus pobres, podendo aqueles se constituírem em mão-de-obra com potencial para ingressar no mercado de trabalho e a estes estavam reservadas a mendicância, a vadiagem, podendo ser punidos por reincidirem e por provocarem a desordem social.

Esta concepção pesou muito negativamente sobre o indivíduo porque previa que se estivesse fora do mercado de trabalho incidiria sobre si um conjunto de fatores que contribuiriam para tornar-se um desabrigado, porque passaria a conviver com a ausência material, perda de status, decadência moral. Ao tomar a pobreza na vida das classes trabalhadoras, Telles (1990, p. 37-45) destaca que “a pobreza” pode tomar uma conotação maior que o sentido econômico se tomada com o valor de sua implicação nos processos de ruptura, construção da vida. A condição de pobreza é capaz de gerar no imaginário social das classes trabalhadoras uma interpretação própria da condição em que vivem, definindo, à sua maneira, sua relação com o crime, a pobreza e a desordem moral.

Definição esta que não é acompanhada pela concepção das políticas públicas planejadas para o enfrentamento do desabrigo porque parecem partir de uma visão distante, voltada mais para a descrição das condições do desabrigo tomando por referência aspectos demográficos, perfis, necessidades, demandas numa perspectiva de propor soluções que alcancem a satisfação do ter e não do ser que procurasse se aproximar

mais para compreender como as pessoas que estão nestas condições constroem sua rede de relações.

A análise dos estudos sobre as alternativas historicamente pensadas como solução da pobreza mais a reiteraram maquiando, atenuando via programas sociais, tendendo a reforçar o vínculo de subalternidade e legitimação da estrutura econômica de classes a que a sociedade brasileira está submetida. O que terá justificado tais soluções à pobreza?

Pontes propõem uma reflexão interessante, afirmando que a concepção de pobreza tem oscilado entre duas correntes principais, impactando no direcionamento final das Políticas Sociais de atenção ao pobre: daqueles que acreditam que a pobreza existe por causas individuais e aqueles que divergem por entenderem que o problema é fruto da estrutura social.

A primeira corrente oriunda de uma visão utilitarista do uso e benefício das coisas entende que

O Individualismo nasce da concepção de que a sociedade constitui-se de um agregado de indivíduos livres e iguais, que buscam satisfazer seus desejos e preferências. Se, nessa ‘corrida’, alguns não alcançarem um nível aceitável de sobrevivência, tornarem-se pobres, como regra geral, devem se queixar a si mesmo, pois não foram capazes de serem ‘vencedores’ na ‘justa’ competição do mercado. Pertence a essa corrente também a concepção de que assistir aos ‘perdedores’, através de ‘políticas sociais’ que lhes garantam ‘direitos sociais’, leva, justamente, à situação inversa, ou seja, ao aumento da pobreza e da exclusão social (GANS, 1995; MORENO, 2000 apud PONTES, 2013, p. 79-80).

A segunda corrente entende que o problema é fruto da estrutura social e subdivide-se em defensores da pobreza pela carência de recursos materiais e aqueles que veem a pobreza como privação de capacidades. O fato é que a pobreza pode ser analisada por diferentes perspectivas, seja pela ausência de recursos materiais, culturais, sociais, seja porque pessoas ou famílias se encontram abaixo da linha de pobreza, seja porque tomam

como medição do bem-estar e pobreza o critério de renda qualificando-os em pobreza absoluta ou relativa<sup>19</sup>.

A visão sociológica de pobreza em Serge Paugam (2003) ressalta a dificuldade dos sociólogos conseguirem chegar a um consenso sobre os traços que pudessem definir a pobreza. Relembra as diversas tentativas de inicialmente medir o fenômeno da pobreza utilizando-se de critérios que pudessem precisar onde ela começa e quando pode se tornar uma ameaça à existência humana. Saber que um indivíduo está necessitado de alimentação, habitação e vestimentas e verificar qual o mínimo para subsistir impõe inúmeras dificuldades porque as normas que permitem defini-lo são relativas e variam em seus modelos conforme a evolução histórica das sociedades.

Para Paugam (2003), a pobreza da Idade Média é distinta da pobreza das sociedades modernas em muitos aspectos, sejam eles relacionados ao ambiente, à cultura, ao modo de vida com discrepâncias econômicas que podem atingir um mesmo território geográfico de um país. Em contrapartida, nas sociedades modernas a pobreza tende a se definir a partir de uma faixa de renda que cresce de acordo com o aumento da riqueza, tendendo a se perpetuar nos regimes onde a distribuição de renda é determinada pela remuneração de trabalho e pelas rendas do capital.

Observa ele ainda que, em função da relatividade dos critérios estabelecidos segundo lugares e épocas, ocorre a formação de um paradoxo: os cientistas sociais não conseguem medir de modo satisfatório um fenômeno cuja definição parece clara à opinião pública ao ponto de mobilizar várias instituições para o atendimento de populações necessitadas.

---

<sup>19</sup> Sobre esta distinção, Vinhais e Souza afirmam que: “[...] A construção de uma linha de pobreza envolve escolhas metodológicas e normativas por parte do analista. Dentre as mais prementes está a opção de um critério absoluto ou relativo de mensuração da pobreza. Por linha de pobreza absoluta entende-se aquele valor constante em termos reais atrelado a algum critério fixo como, e.g., o mínimo necessário para obter uma determinada cesta de bens previamente estabelecida pelo analista. Por linha de pobreza relativa entende-se aquele valor fixado em relação à renda média ou mediana da população. Por exemplo, o valor correspondente a um quarto da renda per capita. Ambas possuem vantagens e desvantagens. A linha de pobreza absoluta permite a comparação entre níveis de pobreza de tal modo a precisar a evolução do padrão de vida absoluto ao longo do tempo ou entre regiões sem confundir com mudanças da distribuição de renda. Já a linha de pobreza relativa estabelece considerações distributivas nesta análise” (2006, p. 2).

Este autor adverte também para a presença no âmbito da literatura sociológica de dois vieses teóricos para analisar a pobreza: uma tese que parte da análise do comportamento do pobre, denominada “cultura da pobreza” ou “subcultura dos pobres”, e outra contrária, interessada nas causas externas, chamada de “estrutural”. São duas perspectivas ideológicas que reforçam o antagonismo e tornam difícil a articulação, porém explicam a reprodução da pobreza sustentando-se em fatores internos e externos. O ponto questionável trazido pelo autor se faz pelo fato de que as duas teorias foram elaboradas dissociando o universo dos pobres dos demais segmentos da sociedade. Assim,

[...] elas admitem, de imediato, como verdadeiro e autêntico um recorte da realidade que se baseia, de fato, numa percepção socioética das noções de sucesso e de fracassos materiais, como já foi visto, conforme os lugares e épocas. **Em vez de analisar o processo que conduz à designação e à rotulagem das populações desfavorecidas em uma sociedade ou em um determinado meio, ou seja, em vez de explicar os mecanismos que participam da construção social da pobreza**, elas apenas legitimam no plano intelectual as definições e as interpretações do senso comum (PAUGAM, 2003, p. 53, grifo nosso).

Embora a existência dessa ambiguidade sobre a noção de pobreza como categoria sociológica, Paugam vai buscar apoio em Georg Simmel, para quem a sociologia da pobreza procede com uma análise profunda de um grupo da sociedade cujo status é o de assistido. Neste sentido observa que sociologicamente é pertinente não a pobreza em si, mas as formas institucionais que esse fenômeno assume numa dada sociedade ou num determinado meio. Assim, é pertinente relacionar a “pobreza” como condição social reconhecida e os “pobres” como um conjunto de pessoas cujo *status* social é definido por instituições especializadas de ação social que assim a designam.

Nesta linha de raciocínio é possível compreender que pobreza e exclusão social são conceitos diferentes porque enquanto o conceito de pobreza tem uma vertente de base econômica, entendida como ausência de recursos ou de rendimentos, o conceito de exclusão refere-se a um processo complexo e multidimensional, com efeitos progressivos e cumulativos nos indivíduos e nos grupos, nos espaços locais e nas regiões, assim como na sociedade em geral. Trata-se, na linha de argumentação de

Robert Castel (2000), de “um agravamento da desestabilização da condição salarial” que conduz à dependência e à ruptura com todos os laços sociais, inclusivamente em relação aos laços familiares.

A exclusão ou os estados de exclusão, conforme Castel, é o resultado de trajetórias diferentes porque ninguém nasce excluído, não se esteve sempre excluído, a não ser que se trate de um caso muito particular. A partir de 1984 passou a se chamar de “nova pobreza” porque não se trata mais de uma pobreza residual (marcada por pessoas que sempre estiveram à margem da sociedade, nunca entraram nos circuitos habituais do trabalho e da sociabilidade, vivem entre si e se reproduzem de geração em geração).

A ‘exclusão’ para Castel atualmente nomeia situações que traduzem uma degradação relacionada a um posicionamento anterior. Assim, é a situação vulnerável de quem vive de um trabalho precário, ou que ocupa uma moradia de onde pode ser expulso se não cumprir com seus compromissos. Uma pessoa pode parecer bem integrada à sociedade por ter um trabalho e uma boa qualificação, mas no momento em que é dispensado do trabalho isto faz com que perca as suas proteções. Isto quer dizer que sujeitos integrados à sociedade podem tornar-se vulneráveis, particularmente pela precarização na zona das relações de trabalho impactando também na zona de sociabilidade levando-o ao isolamento social. Neste sentido, afirma que na maior parte dos casos, ‘o excluído’ é de fato um desfilhado cuja trajetória é feita de uma série de rupturas em relação a estados de equilíbrio anteriores mais ou menos estáveis, ou instáveis (CASTEL, 2000, p. 24).

Outra perspectiva importante é defendida por Silva (2009) e que acompanha as preocupações trazidas Castel (2000) em função das reiteradas vezes que o indivíduo pode sofrer o seu afastamento das relações do mundo do trabalho. Neste sentido, compreende que a população em situação de rua é um fenômeno resultante de causas estruturais, a partir de expressões concretas da relação entre o capital e o trabalho, refletido nas manifestações das mudanças recentes no mundo do trabalho.

A autora recupera que este fenômeno remonta ao surgimento das sociedades pré-industriais da Europa quando aquela realidade viveu o período da acumulação primitiva, provocando expropriação de terras, empobrecimento do povo camponês que não conseguiu ser absorvido com a mesma celeridade em que a indústria nascente se desenvolvia. Muitos se transformaram em mendigos ou ladrões, que por força das circunstâncias, deu origem ao pauperismo que se generalizou na Europa Ocidental no final do século XVIII. É neste contexto que se origina o fenômeno da população em situação de rua.

Segundo esta autora, o desenvolvimento do capitalismo se afirma com a formação de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, cujas condições histórico-estruturais que mantém o seu funcionamento originam e reproduzem continuamente o fenômeno população em situação de rua. Estas mesmas condições deram origem ao capital e asseguram sua acumulação, resguardando-se as especificidades históricas, econômicas e sociais de cada país. Ressalta ainda que esta população, no âmbito da superpopulação relativa, abriga-se, sobretudo, no pauperismo (*lupem proletariado*) ou no máximo, na população estagnada que se encontra ocupada, principalmente em ocupações precárias e irregulares.

Tomando por referência Iamamoto (2005 apud SILVA, 2009) e Netto (2004 apud SILVA, 2009), Lucia Silva relaciona que, na contemporaneidade, o fenômeno população em situação de rua “é uma expressão incontestada das desigualdades sociais resultantes das relações capitalistas, que se desenvolvem a partir do eixo capital/trabalho. E como tal, é expressão da questão social<sup>20</sup>” (SILVA, 2009, p. 27).

---

<sup>20</sup> Iamamoto propõe uma compreensão contemporânea para a questão social anteriormente entendida apenas como reflexo da divisão da sociedade em classes e da disputa de riqueza socialmente gerada. A partir desta perspectiva sugere uma hipótese diretriz para esta concepção contemporânea: “na raiz do atual perfil assumido pela questão social encontram-se as políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo – das instituições e mercados financeiros e empresas multinacionais. Estas são forças que capturam o Estado, as empresas nacionais, o conjunto das classes e grupos sociais que passam a assumir o ônus das exigências dos mercados. [...] o predomínio do capital fetiche conduz à banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro, o que se encontra na raiz das novas configurações da questão social na era das finanças. Nessa perspectiva, a questão social é mais do que as expressões de pobreza, miséria e ‘exclusão’. Condensa a banalização do humano, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que o realizam – na era do capital fetiche. A subordinação da

Isto porque o mundo do trabalho contemporâneo vive mudanças resultantes da reestruturação produtiva, que trouxe o aprofundamento do desemprego e do trabalho precário, consubstanciando a expansão da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, propiciando a elevação dos níveis de pobreza.

Assim, entende que a pobreza é imanente à ordem capitalista e só será eliminada com a superação dessa estrutura social. A pobreza extrema caracterizada pela não propriedade dos meios de produção e reduzido acesso à riqueza produzida socialmente é o que tem caracterizado a população em situação de rua.

Ademais, a expressão população em situação de rua designa uma situação ou condição social que não resulta apenas de fatores subjetivos vinculados à sociedade e à condição humana como em geral é relacionada, mas para Silva, é uma situação ou condição social produzida pela sociedade capitalista, no processo de acumulação capitalista.

A partir desta perspectiva teórica apontada por estes autores, construí minha compreensão sobre como a pobreza e a exclusão social vem se desenhando nesta sociedade de economia capitalista, impactando em vidas como a da população em situação de rua que se apresenta como elemento excluído da sociedade por enfrentar vários processos de desfiliação e rupturas na sua trajetória de vida.

No Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS é a instância coordenadora do sistema de proteção social de forma que a população em situação de rua e demais segmentos sociais são reconhecidos como um grupo que tem vários tipos de necessidades, designando-o como um assistido da política pública de assistência social.

É importante ressaltar que, em função dos reflexos sociais da crise econômica, manifesta-se de forma diferente nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, “o rebaixamento da atividade econômica nas sociedades de capitalismo avançado e, junto com ele, a necessidade de maiores compensações sociais, levanta o debate quanto às efetivas intenções do *Welfare State* em dar uma solução à pobreza e às desigualdades sociais” (SPOSATI, 1985, p. 22).

Para esta autora, o Brasil tende a desenvolver políticas sociais emergenciais não no sentido de que a ação estatal esteja incapaz para responder as necessidades sociais com prontidão e rapidez, mas que são políticas que mantêm um caráter emergencial porque em geral respondem

---

sociabilidade humana às coisas – ao capital-dinheiro e ao capital mercadoria – retrata, na contemporaneidade, um desenvolvimento econômico que se traduz como barbárie social” (IAMAMOTO, 2007, p. 124-125).



às necessidades da população de forma eventual e fragmentada. Acrescentaria que muitas delas estão submetidas à agenda política de governo (com políticas descontinuadas, transitórias), não constituindo uma política de Estado (com políticas de direito assegurado em longo prazo).

Neste sentido, em face do aumento das condições de pauperização e exclusão de grande parcela da população, as políticas sociais acabam se tornando “um conjunto de programas, cuja unidade se faz a reboque dos casuísmos de que surgiram, [...] há uma necessidade de ampliação dos serviços sociais como alternativa de resolução das necessidades da população” (SPOSATI, 1985, p. 23).

Nestes termos, as políticas sociais no Brasil terminam por ficarem comprometidas porque

ao contrário de caminhar na direção da consolidação, a modalidade que irá conformar as políticas sociais brasileiras será primordialmente o caráter assistencial. Com isto o desenho das políticas sociais brasileiras deixa longe os critérios de uniformização, universalização e unificação em que se pautam (ou devem pautar) as propostas do *Welfare State*. Em contraposição à universalização utilizarão, sim, mecanismos seletivos como forma de ingresso das demandas sociais (SPOSATI, 1985, p. 23).

Embora esta realidade enfatizada por Sposati seja real, a assistência social brasileira a partir da Constituição Federal de 1988 passa a ter uma nova concepção, pelo menos no âmbito legal, o que se mantém reproduzido enquanto discurso oficial, pois é incluída no sistema de Seguridade Social porque essa Constituição inovou colocando o direito à assistência social no mesmo patamar dos direitos à saúde e à previdência social. Sua regulamentação é orientada pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, de dezembro de 1993.

Segundo a Política Nacional de Assistência Social - PNAS de 2004, a inserção da assistência social na Seguridade Social aponta para seu caráter de Política de Proteção Social articulada a outras políticas do campo social voltadas à garantia de direitos de condições dignas de vida. Ressalto que além da proteção social essa Política tem a função de vigilância social e defesa dos direitos socioassistenciais.

Por Proteção Social entendem-se as formas institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus

membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações [...] Neste conceito, também tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto os bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração na vida social sob várias formas. Ainda, os princípios reguladores e as normas que, com o intuito de proteção, fazem parte da vida das coletividades (DI GIOVANNI, 1998, p. 10).

A LOAS, além de estabelecer o funcionamento da PNAS, foi criada com o objetivo de garantir uma política de proteção a quem necessita. Em mais de vinte anos de existência já passou por várias alterações, mas mereceu destaque pela instituição do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que veio para descentralizar a prestação de serviços assistenciais na intenção de tornar mais efetiva à população em situação de vulnerabilidade social.

O SUAS traz como novidade também a possibilidade da participação conjunta de representantes federativos, mas também da sociedade civil por meio dos conselhos de assistência social, entidades e organizações de assistência social abrangidas pela Lei.

Define ainda o SUAS como eixos estruturantes da PNAS a matricialidade sociofamiliar, a descentralização político-administrativa e territorialização, as novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil, Financiamento, Controle Social, o desafio da participação popular/cidadão usuário, a Política de Recursos Humanos, a Informação, o Monitoramento e a Avaliação.

Segundo o Art. 6º-A da LOAS, a assistência social está organizada em tipos de proteção:

➤ proteção social básica cujos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social devem prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

➤ proteção social especial entendida como conjunto dos serviços, programas e projetos que objetiva contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

De acordo com o Art. 6º-B, estas proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS. Em seu §3º está previsto que o estabelecimento com o poder público de convênios, contratos, acordos ou

ajustes será a forma pela qual as entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS executarão os serviços, programas, projetos e ações de assistência social.

Estas proteções sociais nos níveis básico e especial serão ofertadas, ainda segundo a LOAS, no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social (Art.6º-C).

Segundo a Norma Operacional Básica – NOB/SUAS (2004), a Proteção Básica além de ser operada pelo CRAS, territorializada de acordo com o porte do município<sup>21</sup>, também deverá contar com a rede de serviços socioeducativos direcionados para grupos geracionais e intergeracionais, grupos de interesses, entre outros; disponibilizar benefícios eventuais; benefícios de Prestação Continuada; serviços, projetos de capacitação e inserção produtiva.

Em relação à Proteção Especial, por ser direcionada a situações de risco ou violação de direitos, incluirá sua atenção a crianças e adolescentes em situação de trabalho; adolescentes em medida socioeducativa; crianças e adolescentes em situação de abuso e/ou exploração sexual; crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, idosos, migrantes, usuários de substâncias psicoativas e outros indivíduos em situação de abandono; famílias com presença de formas de negligência, maus tratos e violência.

Esta Proteção Especial deverá ofertar rede de serviços de atendimento domiciliar, albergues, abrigos, moradias provisórias para adultos e idosos, garantindo a convivência familiar e comunitária; uma rede de acolhida para crianças e adolescentes com repúblicas, casas de acolhida, abrigo e família acolhedora; serviços especiais de referência para pessoas com deficiência, abandono, vítimas de negligência, abusos e formas de violência; ações de apoio a riscos circunstanciais em decorrência de calamidades públicas e emergências.

A Proteção Especial está dividida em Proteção Especial de Média Complexidade e de Alta Complexidade. A de Média Complexidade

---

<sup>21</sup> A PNAS (2004) toma por referência a Classificação dos Municípios segundo Total de Habitantes sugerida pelo IBGE e Atlas do Desenvolvimento Humano de 2000 da seguinte forma: Municípios Urbanos Pequenos I (até 20.000 habitantes); Municípios U. Pequenos II (de 20.001 até 50.000 habitantes); Municípios U. Médios (de 50.001 até 100.000 habitantes); Municípios U. Grandes (de 100.001 a 900.000 habitantes) e Metrôpoles (mais de 900.000 habitantes) (BRASIL, 205c).

compreende o atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares não foram rompidos. Requerem uma estruturação técnico-operacional e atenção especializada e mais individualizada e/ou de acompanhamento mais sistemático e monitorado como: Serviço de orientação e apoio sociofamiliar; Plantão Social; Abordagem de Rua; Cuidado no domicílio; Serviço de habilitação e reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência; Medidas socioeducativas em meio aberto (Prestação de Serviços à Comunidade – PSC e Liberdade Assistida – LA).

Os serviços de Alta Complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para as famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados do núcleo familiar e/ou comunitário. Para isto é preciso que sejam atendidos em espaços institucionais que ofereçam Atendimento Integral Institucional; Casa Lar; República; Casa de Passagem; Albergue; Família Substituta; Família Acolhedora; Medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada); Trabalho protegido.

Apesar de estar previsto o atendimento da população em situação de rua pela Proteção Especial, não se sentia atendida em suas necessidades. Em setembro de 2005 ocorreu o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, que visou discutir com o MDS estratégias coletivas, levantar desafios e colher recomendações para a formulação de políticas, nacionalmente articuladas; o Financiamento para a população em situação de rua por meio do Fundo Nacional de Assistência Social; a Pesquisa Nacional Censitária e Por Amostragem da População em Situação de Rua e a Inclusão da população em situação de rua no Cadastro Único.

Destaca-se também como resultado desse processo a promulgação da Lei 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que inclui no artigo 23º da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993) a criação de programas de amparo às pessoas que vivem em situação de rua.

Com vistas à construção de uma política específica para o atendimento da população em situação de rua - PSR, foi aprovado em 25 de outubro de 2006 um Decreto que cria o Grupo de Trabalho Interministerial – GTI, com a finalidade de elaborar diretrizes técnicas e propor medidas necessárias para a criação de programas para PSR na organização dos serviços de assistência.

Como ação prioritária, foi destacada a importância da realização de estudos que pudessem quantificar e permitir sua caracterização

socioeconômica, de modo a orientar a elaboração e implementação de políticas públicas direcionadas a tal público. Assim, no período de agosto de 2007 a março de 2008, o MDS realizou uma Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua já mencionada em item anterior deste texto. Aqui incluirei algumas informações sobre o perfil nacional dessa população resultante dessa pesquisa.

Conforme consta no Relatório do Instituto Meta, o estudo de abrangência nacional identificou um contingente de 31.922 adultos em situação de rua nos 71 municípios pesquisados. O público-alvo da pesquisa foi composto por pessoas com 18 anos completos ou mais vivendo em situação de rua. Embora expressivo, o relatório enfatizou que esse contingente não deve ser tomado como o total de população vivendo em situação de rua no país. Como ressaltado anteriormente, a pesquisa foi conduzida em um conjunto de municípios brasileiros, e não em sua totalidade. Se, por exemplo, forem somados ao contingente encontrado nessa pesquisa os resultados dos estudos conduzidos em São Paulo, Belo Horizonte e Recife (já anteriormente referendados neste texto), atingirão número consideravelmente mais elevado.

No entanto, cabe considerar que essas pesquisas foram realizadas em momentos distintos e seguindo metodologias diversas. Assim, não é possível estimar o tamanho total da população em situação de rua no país apenas somando-se os resultados das diferentes pesquisas.

Foi identificado que estas pessoas estão vivendo em calçadas, praças, rodovias, parques, viadutos, postos de gasolina, praias, barcos, túneis, depósitos e prédios abandonados, becos, lixões, ferros-velhos ou pernoitando em instituições (albergues, abrigos, casas de passagem e de apoio e igrejas).

O contingente ora descrito equivale a 0,061% da população dessas cidades. Em outros levantamentos realizados (São Paulo, Belo Horizonte e Recife) foram encontrados índices semelhantes. A população em situação de rua é predominantemente masculina (82%). Mais da metade (53%) das pessoas adultas em situação de rua entrevistada possui entre 25 e 44 anos.

Das pessoas em situação de rua 39,1% se declararam pardas. Essa proporção é semelhante à observada no conjunto da população brasileira (38,4%). Declararam-se brancos 29,5% (53,7% na população em geral) e pretos 27,9% (apenas 6,2% na população em geral). Assim, a proporção de negros (pardos somados a pretos) é substancialmente maior na população em situação de rua. Os níveis de renda são baixos, pois a maioria (52,6%) recebe entre R\$ 20,00 e R\$80,00 semanais.

A formação escolar apontou que 74% dos entrevistados sabem ler e escrever, mas 17,1% não sabem escrever e 8,3% apenas assinam o próprio nome. A imensa maioria não estuda atualmente (95%). Apenas 3,8% dos entrevistados afirmaram estar fazendo algum curso (ensino formal 2,1% e profissionalizante 1,7%).

Os principais motivos pelos quais essas pessoas passaram a viver e morar na rua se referem aos problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). Dos entrevistados no censo, 71,3% citaram pelo menos um desses três motivos (que podem estar correlacionados entre si ou um ser consequência do outro).

A respeito da trajetória e deslocamento, a pesquisa localizou que 45,8% dos entrevistados sempre viveram no município em que moram atualmente. Do restante (54,2% do total), 56% vieram de municípios do mesmo estado de moradia atual e 72% vieram de áreas urbanas. Isso significa que uma parte considerável da população em situação de rua é originária do mesmo local em que se encontra, ou de locais próximos, não sendo decorrência de deslocamentos ou da migração campo/cidade.

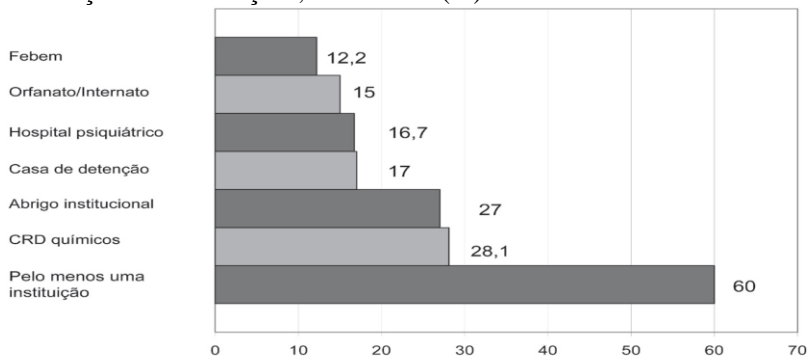
A maioria dos entrevistados (59,9%) viveu sua vida em um número pequeno de cidades (até três cidades). O percentual de pessoas que viveram em seis cidades ou mais é de 11,9%, indicando um comportamento de deslocamentos frequentes, que se convencionou denominar como “trecheiro”.

Dos que já moraram em outra(s) cidade(s), 60,1% não dormiam na rua ou em albergue na cidade anterior. Dos que já moraram em outra(s) cidade(s), 45,3% se deslocaram em função da procura de oportunidades de trabalho. O segundo principal motivo foram as desavenças familiares (18,4%).

Do total de indivíduos pesquisados, 48,4% estão há mais de dois anos dormindo na rua ou em albergue. Dos que dormem em albergue, estima-se que o tempo de permanência seja elevado. Encontram-se no tempo regular de permanência (1 até 6 meses) 30,4%; Estão há mais tempo 33,3%. E não informaram 36,3%.

Grande parte dos entrevistados apresentou histórico de internação em instituições, vide gráfico abaixo:

Gráfico 1: População em Situação de Rua segundo histórico de internação em instituições, 2007-2008 (%)



Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (Dados da Amostra), Meta/MDS (2008, p. 8).

Nota: Os percentuais não totalizam 100% pois a informação é coletada em quesito de marcação múltipla.

Quanto ao pernoite, a maioria costuma dormir na rua (69,6%). Um grupo relativamente menor (22,1%) costuma dormir em albergues ou outras instituições. Apenas 8,3% costumam alternar, ora dormindo na rua, ora dormindo em albergues.

Segundo o relatório da pesquisa, na última semana, em relação à data da entrevista, a maioria dormiu somente na rua (60,5%). Pernoitaram somente em albergues ou em outras instituições 20% e alternaram rua e albergue 8,3%.

Preferem dormir na rua 46,5% dos entrevistados, enquanto 43,8% manifestaram preferência por dormir em albergues. Entre aqueles que manifestaram preferência por dormir em albergue, 69,3% apontaram a violência como o principal motivo da não preferência por dormir na rua. O segundo principal motivo foi o desconforto (45,2%). Entre aqueles que manifestaram preferência por dormir na rua, 44,3% apontaram a falta de liberdade como o principal motivo da não preferência por dormirem em albergue. O segundo principal motivo foi o horário (27,1%) e o terceiro a proibição do uso de álcool e drogas (21,4%), ambos igualmente relacionados com a falta de liberdade.

No que tange aos vínculos familiares, 51,9% dos entrevistados possuem algum parente residente na cidade onde se encontram. Porém, 38,9% deles não mantêm contato com esse parente e 14,5% mantêm contato em períodos espaçados, num intervalo de dois em dois meses até

um ano. Os contatos são mais frequentes (diários, semanais ou mensais) no caso de 34,3% dos entrevistados.

O relacionamento de 39,2% dos pesquisados com seus parentes é considerado bom ou muito bom, enquanto 29,3% consideram esse relacionamento ruim ou péssimo. Nestas circunstâncias, 23,1% mantêm contato com parentes que vivem fora da cidade em que se encontram.

A respeito do trabalho e renda, a população em situação de rua é composta, em grande parte, por trabalhadores, pois 70,9% exercem alguma atividade remunerada. Dentre elas, destacam-se: catador de materiais recicláveis (27,5%); flanelinha (14,1%); construção civil (6,3%); limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%).

Apenas 15,7% destas pessoas pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência. Informação importante para desmistificar o fato de que a população em situação de rua é composta por “mendigos” e “pedintes”. Assim, apenas uma minoria pede dinheiro pra sobreviver.

Esta realidade mostra que sendo trabalhadores, a maioria (58,6%) afirmou ter alguma profissão. As mais citadas foram àquelas ligadas à construção civil (27,2%), ao comércio (4,4%), ao trabalho doméstico (4,4%) e à mecânica (4,1%).

Contudo, a maior parte dos trabalhos realizados situa-se na chamada economia informal, pois apenas 1,9% dos entrevistados afirmaram estar trabalhando atualmente com carteira assinada. Essa não é uma situação ocasional em virtude de que 47,7% dos entrevistados nunca trabalharam com carteira assinada. Entre aqueles que afirmaram já haver trabalhado alguma vez na vida com carteira assinada, a maior parte respondeu que isso ocorreu há muito tempo (50% há mais de cinco anos; 22,9% de dois a cinco anos).

Sobre o quesito acesso à alimentação e cidadania, o relatório nacional identificou que a maioria (79,6%) consegue fazer ao menos uma refeição por dia, sendo que 27,4% compram comida com seu próprio dinheiro. Em contrapartida, 19% não conseguem se alimentar todo dia (ao menos uma refeição/dia).

A saúde da população em situação de rua está muito comprometida, sendo evidenciado que os problemas mais citados são: hipertensão (10,1%), problema psiquiátrico/mental (6,1%), HIV/AIDS (5,1%) e problemas de visão/cegueira (4,6%). Dos entrevistados, 18,7% fazem uso de algum medicamento. Postos/centros de saúde são as principais vias de acesso a esses medicamentos. Daqueles que os utilizam, 48,6% afirmaram consegui-los por esse meio. Quando doentes, 43,8% dos entrevistados procuram em primeiro lugar o hospital/emergência. Em segundo lugar, 27,4% procuram o posto de saúde.



A higiene é um quesito que exige desta população estratégias diversificadas, as mais citadas para o banho foram: a própria rua (32,6%), ora buscando albergues/abrigo (31,4%), banheiros públicos (14,2%) e a casa de parentes ou amigos (5,2%). Para as necessidades fisiológicas foram: a rua (32,5%), os albergues/abrigo (25,2%), os banheiros públicos (21,3%), os estabelecimentos comerciais (9,4%) e a casa de parentes ou amigos (2,7%).

Portar documentos é também um desafio, uma vez que facilmente são extraviados, seja por não saberem onde deixaram, seja por serem roubados. Assim, 24,8% das pessoas em situação de rua não possuem quaisquer documentos de identificação, o que dificulta a obtenção de emprego formal, o acesso aos serviços e programas governamentais e o exercício da cidadania. O total dos que possuem todos os documentos de identificação mencionados na pesquisa corresponde a 21,9%.

Tabela 1: População em situação de rua segundo posse de documentos de identificação, 2007-8:

<b>Tipo de Documento</b>	<b>%</b>
Carteira de Identidade	58,9
Carteira de Nascimento/Casamento	49,5
CPF	42,2
Carteira de Trabalho	39,7
Título Eleitoral	37,9
Sem documento algum	24,8
Todos os documentos	21,9

Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, Meta/MDS (2008a, p. 12).

No tocante ao acesso aos programas governamentais, a grande maioria não é atingida pela cobertura de tais programas: 88,5% afirmaram não receber nenhum dos benefícios existentes. Dentre os benefícios recebidos destacaram-se a aposentadoria (3,2%), o Programa Bolsa Família (2,3%) e o Benefício de Prestação Continuada (1,3%).

As pessoas em situação de rua sofrem muitas discriminações, que se expressam, por exemplo, no fato de serem frequentemente impedidas de entrar em certos locais, dentre os mais citados estão: estabelecimento comercial, Shopping Center, transporte coletivo, bancos, órgãos públicos, além de não verem cumpridos os direitos a receber atendimento na rede de saúde e tirar documentos. No relatório foi ressaltado que o registro

desses locais tomou por base apenas os impedimentos sofridos, não sendo considerado o fato de que muitos entrevistados, para evitar constrangimentos, nem tentam se aproximar de certos locais prevendo provável negativa.

Sobre a participação em movimentos sociais e cidadania, a grande maioria (95,5%) não participa de qualquer movimento social ou atividade de associativismo. Apenas 2,9% confirmaram participação em algum movimento social ou associação. A maioria (61,6%) não exerce o direito de cidadania elementar que é o voto para a escolha dos representantes parlamentares e dos executivos governamentais, uma vez que não possui título de eleitor.

Com este levantamento o MDS redirecionou a assistência social à PSR propondo uma política pública específica ao seu atendimento no sentido de alcançar maior eficiência, eficácia e efetividade de sua assistência, como também uma melhor articulação com as demais áreas da saúde, educação, habitação, segurança alimentar, segurança pública, direitos humanos, cultura e lazer.

Esta providência foi necessária porque a forma como a assistência social foi organizada pela PNAS/SUAS/2004 não se coadunaram às características da realidade vivida pela PSR. Os princípios de territorialidade e de matricialidade familiar enfatizavam a proteção às pessoas, as circunstâncias do território em que estavam instaladas priorizando o núcleo familiar e os riscos do cotidiano que as deixam vulneráveis. Esses princípios se tornaram obstáculos à inclusão da PSR no sistema de proteção social idealizado, pois ela não possui domicílio fixo e tem os laços familiares fragilizados e/ou rompidos, conforme informado no relatório da pesquisa nacional anteriormente citado.

A partir de maio/2008, a população em situação de rua passa a ter uma Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> A presente Política é fruto das reflexões e debates do Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração da Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua, instituído pelo Decreto s/nº, de 25 de outubro de 2006, e composto pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério das Cidades, Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Defensoria Pública da União, além da fundamental participação de representantes do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), da Pastoral do Povo da Rua e do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social (CONGEMAS), representando a sociedade civil organizada. Ressalte-se o protagonismo que o público-alvo desta

como forma de orientar a construção e execução de políticas públicas voltadas a este segmento da sociedade, historicamente à margem das prioridades dos poderes públicos.

No entanto, esta Política só foi implementada quando o ex-presidente Lula, ao final de seu mandato, assinou o Decreto nº 7.053 de dezembro de 2009 que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.

Esta Política estabelece a liberdade às unidades federativas de incluí-la no conjunto das políticas públicas existentes, submetendo-a a uma opção política de governo e não de Estado. Nos termos do Art. 2<sup>o</sup>: “A Política Nacional para a População em Situação de Rua será implementada de forma descentralizada e articulada entre a União e os demais entes federativos que a ela aderirem por meio de instrumento próprio” (BRASIL, 2009).

Além da liberdade de adesão a este instrumento e o desafio de fazê-la funcionar de forma descentralizada e articulada intersetorialmente, traz como novidade a organização de um comitê intergestor para acompanhar e monitorar o serviço público oferecido à PSR conforme o Art. 3<sup>o</sup>

Os entes da Federação que aderirem à Política Nacional para a População em Situação de Rua deverão instituir comitês gestores intersetoriais, integrados por representantes das áreas relacionadas ao atendimento da população em situação de rua, com a participação de fóruns, movimentos e entidades representativas desse segmento da população (BRASIL, 2009).

Com a aprovação da Resolução nº109 de novembro de 2009, todos os municípios que ainda não tinham os serviços de acolhimento institucional à população em situação de rua e que aderiram ao Decreto nº 7.053 tiveram que organizá-los seguindo os padrões tipificados nessa Resolução. Ademais, foi necessária a organização de texto orientador aos gestores municipais de como proceder com o reordenamento dos serviços chamado Texto de Orientação para o Reordenamento do Serviço de Acolhimento à População Adulta e Famílias em Situação de Rua.

---

Política Nacional, por meio do MNPR, tem em todo o processo de avaliação e discussão das propostas (BRASIL, 2008b, p. 2).

Florianópolis, lócus de minha pesquisa, aderiu ao Decreto nº 7.053 a partir da Lei municipal nº 8.751 de 07/12/2011. Em 04/06/2013, o prefeito do município instituiu por meio do Decreto nº 11.624 o Comitê de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para População em Situação de Rua e somente em 08/08/2014 o município assinou o Termo de Adesão à Política Nacional para População em Situação de Rua com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República<sup>23</sup>. No próximo item será descrito sobre como esta realidade vem se configurando.

---

<sup>23</sup> Apesar da área de assistência social estar responsável pela proteção especial à PSR, a meu juízo, não está sendo protagonista da articulação e transversalidade com as demais áreas das políticas públicas como deveria ser o seu papel ante a garantia e defesa dos direitos sociais, pois no atual governo da presidenta Dilma Russel, é a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República quem está assumindo o papel articulador com as demais secretarias e a sociedade civil para a discussão dos direitos e da violação de direitos da PSR pondo em pauta a necessidade de que a Política Nacional de Assistência à População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053/2009) seja garantida realmente como prevê em seu texto uma proteção integral que avança para além da proteção especial às suas necessidades de vida e de reprodução social.

### **CAPÍTULO III - CONTEXTO LOCAL E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A preocupação com a forma de execução da política de assistência social é algo que me acompanha desde a realização do mestrado em Serviço Social. Foi percebido naquela época que o espaço institucional, cenário de execução dessa política, mais se apresentava como uma estrutura onde predominavam a mobilização de recursos e interesses patrimonialistas deixando em segundo plano a realização de uma política pública que assegurasse realmente o atendimento da população em suas necessidades. Naquela circunstância, foi investigada a ideia<sup>24</sup> dos assistentes sociais sobre esfera pública.

Desde então, a partir do momento da obtenção do mapeamento do olhar técnico, foi vista a importância de continuar este estudo, agora atentando para o olhar do usuário<sup>25</sup> do serviço público<sup>26</sup>.

A inquietação com a realidade social da população em situação de rua é algo que particularmente me instiga há tempo também, mas somente neste doutorado está sendo viabilizada a investigação deste tipo de usuário da assistência social pública.

---

<sup>24</sup> Ideia enquanto maneira particular de ver as coisas, opinião, conceito e juízo de esfera pública (ver SARMENTO, 1997).

<sup>25</sup> Segundo a Resolução CNAS nº24/2006 é considerado usuário: “Os Usuários são sujeitos de direitos e público da Política Nacional de Assistência Social - PNAS e que, portanto, os representantes de usuários ou de organizações de usuários são sujeitos coletivos expressos nas diversas formas de participação, nas quais esteja caracterizado o seu protagonismo direto enquanto usuário. § 1º Serão considerados representantes de usuários, pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da PNAS, organizadas sob diversas formas, em grupos que têm como objetivo a luta por direitos. Reconhecem-se como legítimos: associações, movimentos sociais, fóruns, redes ou outras denominações, sob diferentes formas de constituição jurídica, política ou social. § 2º Serão consideradas organizações de usuários aquelas juridicamente constituídas, que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos a defesa dos direitos de indivíduos e grupos vinculados à PNAS, sendo caracterizado seu protagonismo na organização mediante participação efetiva nos órgãos diretivos que os representam, por meio da sua própria participação ou de seu representante legal, quando for o caso.” In: Brasil (2011b, p. 36).

<sup>26</sup> Na Conclusão de minha dissertação de Mestrado intitulada O Discurso da Ação Profissional dos Assistentes Sociais na Interrelação do Público com o Privado, defendida na PUC/SP em 1997, p. 141. Apresentei o conceito de serviço público compreendo-o “como atividades desenvolvidas por órgãos da administração pública sob a égide de um regimento normativo que envolve uma gestão complexa de interesses”.

A indignação de presenciar cotidianamente a impossibilidade de uma parcela da população não conseguir sair da rua, além de observar que os anos passam e sua permanência e crescimento desafiam as ações de assistência social levaram-me a tomar este público para investigação.

Por esta população ter uma estruturação indefinida, singular e espacialmente dispersa, é caracterizada como um “fenômeno síntese de múltiplas determinações, cujas características, mesmo com variações históricas, o tornam um elemento de extraordinária relevância na composição da pobreza nas sociedades capitalistas” (SILVA, 2009, p. 91).

Entendo que além da necessidade de conhecer o que é este fenômeno e como se manifesta na sociedade, é preciso ouvi-lo para apreender o que tem impulsionado se apresentar à sociedade como a população que

[...] usa de estratégias próprias de subsistência, sendo que a principal delas é recorrer às chamadas bocas de rango, locais de distribuição gratuita de comida, feita predominantemente em espaços públicos: praças, viadutos e parques. Concentram-se no centro da cidade, na maioria das vezes nos finais de semana, e são feitas por instituições filantrópicas de caráter assistencial. Além das Casas de Convivência conveniadas com a Prefeitura, que oferecem serviços de banho, barba e lavagem de roupas, [...] muito procuradas pela população de rua, as demais alternativas são soluções improvisadas: bicas, chafarizes, represas ou postos de gasolina (SILVA, 2009, p. 106, 108).

Neste sentido, por entender que esta população tem uma estrutura de vida que foge aos modelos considerados “normais” de perceber e se organizar no mundo, é importante conhecer e compreender a trama que estrutura e sustenta suas relações e necessidades, o sentido normativo de convivência e de estabelecimento de vínculos. Este segmento populacional tem alcançado relevância não só socialmente, mas também nos âmbitos acadêmico e político, uma vez que sua condição de existência retrata de forma muito cruel o nível de desigualdade social causado pela sociedade economicamente capitalista.

Considero que o atendimento a este público em suas necessidades socioassistenciais e demais áreas se constitui um desafio à política pública

porque me parece questionável se o padrão normativo<sup>27</sup> de proteção social brasileiro está correspondendo às condições criadas por esta população no enfrentamento de suas condições de vivenciar a vida.

A presença de pessoas em situação de rua nos grandes centros urbanos em situação de extrema pobreza marcam fortemente o cenário das cidades no mundo e no Brasil e especialmente em Florianópolis isto não seria diferente. Tendo escolhido este município para residir também o elegi como contexto local para realizar minha pesquisa ao ingressar no doutorado em 2010.

Quando em 2007 cheguei à famosa Ilha da Magia, pareceu-me uma cidade tranquila, um misto de urbano e provinciano onde as pessoas transitavam tranquilas e despreocupadas, não se viam sujeiras nem pichações, pedintes ou cachorros vadios, o noticiário local não trazia com tanta ênfase preocupações com a presença da violência em seus mais diversos aspectos.

Aos poucos este cenário foi se alterando. Passados oito anos de convívio com esta realidade pude testemunhar a transformação urbana caracterizada pela ampliação e qualificação econômica e estrutural atraindo migrantes de toda parte, mas trazendo consigo os problemas de cunho social e de segurança pública como as dificuldades com a mobilidade social, exploração imobiliária, aumento do tráfico e da violência, aprendendo a conviver com outros cenários como a presença nos semáforos disputados pelos artistas circenses, ambulantes e pedintes.

Neste período também observei o crescimento gradativo de um segmento que embaçou a vitrine da famosa ilha paradisíaca pelo encanto de sua natureza e praias diversas. Segundo o noticiário local, muitos eram migrantes que se tornaram população em situação de rua; mas com o aumento do tráfico de drogas (principalmente o crack), muitos usuários desta droga começaram a dividir o mesmo espaço, não se distinguindo mais o nativo do migrante com quem estava na rua.

Paralelamente, ouviam-se notícias via mídia televisiva e impressa sobre os Fóruns, Audiências, manifestações públicas de um grupo que se identificava como representantes do Movimento de População de Rua local e seu ingresso nos eventos nacionais organizados pelo Movimento Nacional de População de Rua – MNPR como o “1º Congresso Nacional do Movimento de População de Rua: protagonizando histórias e garantindo direitos”, realizado em Salvador no período de 19 a 21 de

---

<sup>27</sup> Padrão normativo entendido como conjunto de normas, princípios que permeia o contexto formal e de funcionamento da(s) estrutura(s) institucional, isto é, balizam a operacionalização dos programas e serviços de proteção social.

março de 2012; a manifestação deste Movimento cobrando do poder público municipal providências para o atendimento de suas necessidades.

Observei o descompasso de ações e providências públicas ante a realidade que se apresentava, pois a população estava num crescendo e Florianópolis pareceu não dispor de equipamentos e políticas públicas eficazes para o seu enfrentamento.

Segundo Franzoni (2002, p. 43-44 apud MICHELUZZI, 2003, p. 19)

A população migrante, adulta e em situação de rua em Florianópolis, busca emprego nesse polo turístico, porém tem grandes dificuldades para inserção no mercado de trabalho. [...] apresentam baixo nível de escolarização, pouca ou nenhuma qualificação profissional [...]. Grande parte da população adulta de rua é formada por migrantes, que vão de município em município, em busca de emprego. Ao encontrar uma realidade totalmente adversa àquela esperada, passam a alojar-se nas ruas, embaixo de pontes, passarelas, etc. [...].

A única unidade de referência ao atendimento da PSR é o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro Pop, em Florianópolis iniciou seu trabalho em 2010 com capacidade para atendimento de 50 pessoas oferecendo três alimentações (café, almoço e café da tarde), banho e estrutura para lavar roupa. Hoje sua capacidade foi ampliada para o atendimento a 100 pessoas e além dos serviços anteriores também já dispõem de guarda-volumes, salas para realização de oficinas.

Dados do Centro Pop e do Serviço de Abordagem Social ratificam a realidade crescente deste público no período de 2010 a 2013. Em 2010 o Centro Pop realizou atendimento a 698 pessoas em situação de rua no período de janeiro a julho/2010, sendo que 177 pessoas foram atendidas na sede do Centro Pop e 521 em atividade externa da Abordagem Social. Em 2012 o número de abordagens externas foi de 213, mas a frequência deste público à sede do Centro Pop aumentou para 593 até abril/2013. Quadro este que sofreu modificação no final deste mesmo ano onde foram abordadas externamente 774 pessoas em 676 atendimentos.

Mesmo com sua ampliação, a demanda de atendimento tem sido crescente com uma frequência de migrantes de outros Estados e municípios, pois dos 676 adultos em situação de rua abordados até o final de 2013, 245 eram de outros Estados, 219 de outros municípios de SC, 27 de outros países e apenas 154 de Florianópolis.



A escolaridade destas pessoas é baixa, predominando o ensino fundamental completo e o ensino médio incompleto. Porém, há casos de pessoas com ensino superior completo e até com mais de uma graduação.

Estas pessoas que aqui chegam vêm atraídas pela imagem de uma cidade turística com a possibilidade de conseguirem boas oportunidades de trabalho. Florianópolis destaca-se como centro regional na prestação de serviços e no comércio. Atua como centro político-administrativo na qualidade de capital do Estado de Santa Catarina.

No entanto, sua infraestrutura em termos de Acolhimento Institucional ainda é insuficiente. Esta população, por estar em contato com a rua, é vulnerável ao envolvimento com a dependência química, adquirindo também, em alguns casos, transtornos psiquiátricos e doenças infectocontagiosas.

Os migrantes que chegam sozinhos ou acompanhados pelo grupo familiar vêm com a expectativa de acomodação em albergues como é comum nas grandes capitais. No entanto, Florianópolis dispõe apenas de um albergue masculino com capacidade para 30 vagas, de natureza privada, administrado pelo grupo de maçons e que está sempre lotado.

O setor terciário é o mais expressivo no Estado, pois além de ser integrado pelas sedes do governo estadual e das representações de órgãos e entidades federais, englobam um centro comercial e de serviços bastante desenvolvido e diversificado; especialmente nas atividades bancárias, educacionais e de saúde, não deixando de enfatizar o segmento do turismo, ainda que quase realizado apenas de janeiro a março, com pouco desenvolvimento no período de inverno, pois o mesmo representa uma grande movimentação na economia local, determinando diretamente o aumento da renda per capita.

O setor secundário vem apresentando nos últimos anos um grande desenvolvimento, notadamente na indústria do vestuário, alimentos, móveis, bebidas, mas principalmente na chamada indústria não poluente da microinformática.

Quanto ao setor primário a sua magnitude é de pequena relevância, entretanto algumas culturas ainda se destacam como a cana de açúcar, mandioca, banana e milho. As atividades pesqueiras também são fontes de geração de riqueza através da pesca artesanal de algumas comunidades (Barra da Lagoa, Lagoa, Ingleses, Pântano do Sul), dentre outras.

As informações oficiais dos serviços públicos municipais que atendem a PSR registram que é mais comum o ingresso deste segmento no mercado de trabalho formal em atividades no ramo da construção civil ou de empresas de vigilância ou limpeza nas organizações privadas. No âmbito do mercado informal, com a presença de maior contingente, é

possível encontrá-los vinculados a atividades de ambulantes, flanelinhas, panfletagem, descarregando caminhões em feiras livres, coletando lixo e comercializando material reciclável.

Florianópolis é o maior Município da recém-denominada Região Metropolitana, composta por nove cidades (Florianópolis, Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Gov. Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara). Destas, São José, Palhoça e Biguaçu também se encontram discutindo e em processo de organização de seus serviços e quadro funcional para adequarem-se ao atendimento à PSR, uma vez que são municípios menores, mas que já registram a presença deste segmento. É possível afirmar que, pela proximidade geográfica destes quatro municípios (inclusive Florianópolis), transforme-se num corredor de frequente trânsito da PSR em busca de trabalho e/ou como canal de fuga da rota do tráfico, ou ainda pela simples vontade de viver em outro território.

Segundo o Censo de 2010/IBGE (último realizado), Florianópolis é um município com uma população aproximada de 421.240 hab, com uma área territorial de 675,409 km<sup>2</sup>, uma densidade demográfica de 623,68 hab/km<sup>2</sup>, e um PIB per Capita de R\$ 26.749,29.

Sobre as tendências demográficas, há registros de que as mudanças ocorridas com relação à população de Santa Catarina desde a década de 60 propiciaram migração de forma expressiva para os centros urbanos. De pouco mais de 35% da população na cidade, hoje se tem 80% de habitantes urbanos. Este é um movimento que ainda não cessou, contudo, tem diminuído gradativamente.

A população catarinense tem crescido num ritmo constante e em grandes saltos, pois não mostrou, historicamente, saldos migratórios negativos, o que significa dizer que o número de pessoas que chegam ao Estado tem sido sempre maior do que o número de pessoas que saem. Somado ao crescimento natural da população, estima-se chegar ao ano 2020 com mais de sete milhões de habitantes (CARIO, 2008, p. 29).

Considerando este contexto de realidade e tendo realizado leitura do Relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua<sup>28</sup> ocorrido nos dias 01 e 02 de setembro de 2005 em Brasília, sob a

---

<sup>28</sup> O Encontro teve como objetivo geral discutir os desafios e estratégias para a construção das políticas públicas para a população em situação de rua, e contou com a participação de representantes de municípios - pertencentes aos governos municipais, entidades não governamentais e representativas da população em situação de rua - especialistas no tema e representantes das Secretarias do MDS. O presente Relatório registra os eixos centrais que nortearam as discussões dos

coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Secretaria Nacional de Assistência Social, identifiquei que entre os desafios encontrados na discussão do fenômeno população em situação de rua está a pequena e abrangente produção de informações<sup>29</sup>. E dentre as estratégias previstas para superação desses desafios há a necessidade de produzir dados, seja por meio da realização de pesquisas censitárias e qualitativas, seja na organização de um sistema de informações para subsidiar a formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

Constatei também a partir deste relatório que Florianópolis não estava presente neste fórum, pois a região sul estava representada apenas por Londrina/PR e Porto Alegre/RS. Estes elementos me mobilizaram investigar a realidade florianopolitana no que concerne à expressão do fenômeno população adulta em situação de rua no sentido de agregar informações à literatura especializada existente e, conseqüentemente, disponibilizar os resultados de minha pesquisa para a qualificação da

---

participantes no Encontro. Ao tornar público este Relatório, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome disponibiliza as contribuições produzidas nesta experiência única para a formulação e implementação de políticas para a população em situação de rua, marcando o compromisso do Governo Federal com este segmento vulnerável da população brasileira ([www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)).

<sup>29</sup> Segundo o levantamento realizado por Silva (2012) acerca da produção de teses e dissertações, no período de 1993 a 2010 foram produzidos 139 trabalhos acadêmicos totalizando quase 8/ano, sendo 117 dissertações de mestrado e 22 teses de doutorado. O crescimento desta produção variou entre 1993 a 1999 de 1 a 5 trabalho/ano; entre 2000 a 2005 esta variação foi de 2 a 12 trabalhos/ano e entre 2006 a 2010 a variação chegou de 11 a 16 trabalhos/ano. As áreas mais interessadas em pesquisar sobre a população de rua em nível de mestrado foram: Serviço Social; Psicologia; Saúde Pública e Ciências Sociais. Em nível de doutorado as áreas mais presentes foram: Ciências Sociais; Serviço Social; Saúde Pública; Sociologia; Linguística; Geografia; Teologia; Ciências Biológicas; Saúde Coletiva e Medicina. O conjunto das produções revelou o predomínio de estudos voltados para a preocupação em caracterizar o fenômeno, dando visibilidade ao processo de exclusão, bem como os serviços oferecidos a essa população nos espaços pesquisados. O estudo revelou a preocupação dos autores em registrar os vínculos do fenômeno, as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e o processo de globalização vigente. Identificou concentrações de produção sobre o tema em universidades, o que pode ser incentivo de movimentos de intercâmbio a gerar uma comunidade epistêmica sobre o tema.

Política de Assistência Social no atendimento deste segmento<sup>30</sup>.

Como já citado anteriormente, a emergência deste fenômeno em Florianópolis me pareceu recente e incomodou-me ver que a população em questão, enquanto movimento organizado, não se destacava em âmbito nacional da mesma forma como se viam representados os Estados do Paraná e o Rio Grande do Sul. Como conceber que Florianópolis/SC, localizada geograficamente entre estes dois estados, estaria à parte deste processo? Por que esta população não estaria recebendo as influências deste movimento social?

Os questionamentos já apresentados no início desta tese me mobilizaram a compreender o sentido da vida na rua enquanto “a sinalização de um caminho, de uma direção a ser adotada e que possibilita ao indivíduo uma tomada de posição diante dos fatos e das pessoas ao seu redor. Isso significa, na prática, o fornecimento dos instrumentos necessários para que essa tomada de posição seja possível: que julgamentos fazer, o que enfatizar e como expressar-se” (BERGAMO, 2007, p. 45).

A intenção é “descobrir algo que ainda não foi dito” (ECO, 1989, p. 22) que possa, de forma interligada, alcançar a importância acadêmica e a importância social que este estudo persegue. Verificar se este pressuposto é verdadeiro é o desafio desta tese.

Conhecer os fatores que impulsionam a escolha de algumas pessoas pelo espaço da rua e como esta situação é vivenciada e percebida pelo poder público e pela sociedade local é de extrema relevância para discussão e reflexão teórica sobre o tema.

Para desvelar o objeto proposto, percorri o caminho da pesquisa qualitativa com levantamento bibliográfico e com profunda inserção do pesquisador no campo, auxiliada pela análise de conteúdo usando as narrativas resultantes das entrevistas realizadas e de histórias de vida. Estas foram orientadas por um formulário semi-estruturado e gravadas (quando autorizadas).

Para me aproximar sobre o tema foi necessário um longo percurso de leituras, apropriando-me do conteúdo presente em livros, teses, dissertações, artigos, Decretos, Leis, Resoluções, documentários e filmes.

Situada teoricamente sobre o tema, foi a hora de ir a campo precisando garantir uma postura de pesquisadora segura, mas que oscilava de vez em quando em busca da forma mais adequada de aproximação e

---

<sup>30</sup> A explicação sobre esta mudança no atendimento à população em situação de rua consta do capítulo II, Parte I.

abordagem do meu público alvo, a população estabelecida na rua. “Agi como se descobrisse um domínio novo e como se, para descrevê-lo, tivesse necessidade de medidas e marcos inéditos” (FOUCAULT, 2010, p. 154).

A aproximação com a população em situação de rua de Florianópolis ocorreu de duas formas: ora em espaços institucionais, ora na rua. Priorizei a abordagem de pessoas com mais de 18 anos de ambos os sexos, acompanhados ou não pelo Centro de Referência ao seu atendimento, o Centro-Pop. No decorrer e evolução da pesquisa, fui conhecendo pessoas que já tinham saído da rua que me motivaram ouvi-las também atendendo minha curiosidade sobre as possibilidades de reversibilidade dos casos.

Além destes estava previsto ouvir os profissionais dos serviços públicos municipais da assistência social (Centro Pop e Casas de Acolhimento/Abrigos), da saúde (Consultório na Rua e Centro de Atendimento Psicossocial-CAPS), do Conselho Municipal de Assistência Social, assim como representantes de organizações não governamentais que atuavam com o atendimento a PSR. O contato com estes órgãos me facilitou o acesso à documentação institucional.

No entanto, conforme fui me aproximando, observei a necessidade de escutar outros personagens, tais como organizações que atendem a população em situação de rua, mas não constavam do meu conjunto de entrevistados, como: o Grupo dos Alcoólicos Anônimos-AA, o Plantão Social da Catedral Metropolitana de Florianópolis, Comunidade Terapêutica Lar Recanto da Esperança, Albergue Noturno “Manoel Galdino Vieira”, 4º Batalhão da Polícia Militar, Guarda Municipal. A opção por ouvi-los resultou da percepção de que estas tinham um significado relevante para a PSR porque marcaram suas trajetórias.

As entrevistas com as organizações foram todas pré-agendadas, mas com a população em situação de rua obedeceu à oportunidade em que os encontrei, seja no próprio espaço da rua, seja na ocasião em que participavam em atividades institucionais. Com este público específico, apesar de começar a conversa com uma orientação norteadora do diálogo, em alguns momentos a entrevista direcionou-se seguindo os moldes da entrevista não-diretiva (CHIZZOTTI, 1991, p. 93), precisando manter-me na escuta ativa, com atenção receptiva a todas as informações prestadas. Entrevista discretamente com interrogações de conteúdo que fossem ao encontro do interesse da pesquisa.

Precisei ter uma atitude disponível à comunicação, onde a PSR pudesse ter confiança em dialogar descontraído, livre para exprimir-se, sem receios, falar sem constrangimentos sobre seus atos e atitudes. Isto

me exigiu estar atenta às comunicações verbais e atitudinais (gesto, olhar, silêncio, choro, etc.) sem qualificar os atos do informante, exortá-lo, aconselhá-lo ou discordar das suas interpretações, nem ferir questões íntimas (CHIZZOTTI, 1991), mas exigindo-me acima de tudo consolá-lo e respeitá-lo naquele momento.

Os relatos sobre a vida nas ruas constituíram-se verdadeiras histórias de vida pelo nível de detalhamento que alguns alcançaram, construindo uma extensa biografia que resgatou sua memória da infância à idade adulta. Estas informações contidas na vida pessoal de cada um resultaram na autobiografia, valorizada pela oralidade, trazendo suas percepções pessoais, os sentidos íntimos que marcaram sua experiência ou acontecimento vividos no contexto da sua trajetória de vida (CHIZZOTTI, 1991, p. 95).

Quanto ao grupo focal, este não foi realizado por falta de conseguir reunir um grupo de PSR em condições favoráveis (de ambiente e apoio) para que a técnica fosse realizada com sucesso. As fotos apresentadas no trabalho foram de minha autoria ou capturadas em noticiários locais ou de jornais editados por grupos de PSR.

A análise qualitativa obedeceu ao agrupamento, por categoria de entrevistados, num sentido mais abrangente em que análise de conteúdo e interpretação das narrativas estiveram contidas no mesmo movimento: o de olhar atentamente para os dados da pesquisa. Segundo Minayo (1994) este é um momento em que procurei estabelecer uma compreensão dos dados coletados, no sentido de confirmar ou não os pressupostos da pesquisa, responder as questões que formulei e ampliar meu conhecimento sobre o assunto pesquisado.

Para a leitura e análise teórica subsidiei-me em autores (já citados na Introdução) que, apesar de defenderem perspectivas teóricas diferenciadas, avaliei que, para a discussão do meu objeto de pesquisa, eles apresentavam reflexões de natureza crítica acerca da estrutura de sociedade capitalista, da construção e interação das relações de sociabilidade, propiciando a compreensão histórica e estrutural de constituição do fenômeno PSR sem os riscos de uma discussão eclética, mas enriquecendo a discussão por complementarem-se em suas abordagens e argumentações.

Neste sentido, para a primeira parte da tese foi necessário a aproximação com as categorias status, estigma, fenômeno, realização, pobreza, exclusão social que ajudaram a tecer o pano de fundo histórico e estrutural da sociedade que contribuiu com o surgimento do fenômeno PSR, assim como compreender as diferentes formas de designação e de constituição das respostas da sociedade no âmbito das políticas públicas

para seu enfrentamento (sem no entanto, realizar uma problematização mais ampla e profunda sobre Política Pública porque não era objeto de interesse na pesquisa, embora sabendo da importância deste tema).

Na segunda parte do trabalho para análise e interpretação das narrativas privilegiei o diálogo com um autor da sociologia, Norbert Elias, porque avaliei que sua proposta de leitura sobre a sociedade e o indivíduo na relação interdependente melhor me instrumentalizava para compreensão do fenômeno PSR e sua relação com a sociedade trazendo à tona as dificuldades resultantes do contraste das relações de poder e influência pertinentes a uma tese em Sociologia Política.

### 3.1 APROXIMAÇÃO COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NOS ESPAÇOS INSTITUCIONAIS

A aproximação com espaços institucionais ocorreu quando me inseri em atividades junto a: Associação Espírita Fé e Caridade - AEFC; Comitê de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua; Casa de Acolhimento Institucional/Abrigo-Centro; Centro Pop; Comunidade Terapêutica Lar Recanto da Esperança; Centro de Atendimento Psicossocial Álcool e Drogas – CAPS-ad.

A AEFC e o Comitê foram os espaços onde tive maior inserção como pesquisadora, precisando descrever com mais amplitude esta minha aproximação em detrimento das demais, para os quais farei uma rápida apresentação.

#### 3.1.1 Associação Espírita Fé e Caridade

Figura 1: Associação Espírita Fé e Caridade



Fonte: Autora (2015).

A primeira forma de aproximação com a população em situação de rua ocorreu por meio de meu trabalho voluntário na Associação Espírita Fé e Caridade – AEFC, vinculada ao Departamento de Serviço Assistencial-DSA que assessoriei na reorganização, localizada bem no coração do centro comercial de Florianópolis, à rua Fernando Machado nº 245 e próxima ao albergue noturno “Manoel Galdino Vieira”.

Minha participação nesta organização não governamental ocorreu a partir de 2009 quando a diretora<sup>31</sup> do departamento de assistência social desta ONG me conheceu e, ao saber de minha formação profissional, solicitou que eu a assessorasse na organização do trabalho assistencial da casa porque observou que estava precisando ser estruturado. Ademais, estava muito incomodada com a atitude de alguns trabalhadores que ali atuavam na rejeição do atendimento a mendigos e pedintes. Na sua percepção, a casa deveria acolhê-los e não expulsá-los.

Passei a realizar encontros sistemáticos para conhecer a realidade da Associação, identificando que chamavam de trabalho assistencial: a confecção de enxoval e artesanato feito por senhoras, antigas frequentadoras. Os enxovais tinham como destino as Casas de Saúde com Maternidade para serem doados às mães carentes financeiramente. O artesanato era comercializado entre os próprios participantes da Associação, cuja renda era revertida para ajudar alguma família que ali precisasse de algum auxílio material. As visitas aos hospitais e unidades de detenção eram enquadradas como responsabilidade de outra diretoria, a de divulgação da Doutrina Espírita.

Alguns membros mais antigos da Associação eram reticentes à organização de um trabalho assistencial que implicasse grande atendimento ao público porque temiam reiniciar uma ação que foi muito combatida pelo risco do assistencialismo. Reiniciar porque no período entre 1979 a 1995 esse trabalho assistencial, segundo registros documentais e depoimentos de antigos trabalhadores, aparece organizado sob a forma de Departamento com os seguintes setores: Berçário, COMEIA (Comunidade Espírita de Integração Assistencial), Visitas a enfermos e Assistência Material contemplando gestantes, idosos, crianças, desempregados e pedintes.

---

<sup>31</sup> Esta sra. acabara de vir de Niterói/RJ passando a residir em Florianópolis pela segunda vez. Naquela localidade participava em uma casa espírita com atividades de assistência social a um grande número de moradores de rua.



No entanto, o forte dos trabalhos com famílias foi deslocado por um grupo de trabalhadores que se retirou e criou outro espaço<sup>32</sup>, denominado Casa dos Girassóis, localizado no Morro do Governo, mais conhecido como Morro do Mocotó. Ali o trabalho ficou voltado às crianças, adolescentes e suas respectivas famílias residentes no morro, oferecendo atividades no contraturno escolar. Aquela área também era considerada como descoberta no âmbito da assistência social pública municipal<sup>33</sup>. Assim, a AEFC passou grande período desenvolvendo apenas atividades de estudo e divulgação da Doutrina Espírita e o trabalho assistencial funcionando em endereço à parte com outro CNPJ.

Após um intervalo de 14 anos, a partir de 2009 a nova gestão dos trabalhos de assistência social entendeu a importância de retornar às atividades assistenciais, mas com o cuidado de construir uma programação que corroborasse os preceitos da Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004, onde a participação das organizações da sociedade civil é prevista como ação complementar à política pública, evidenciando a importância da articulação destas com os equipamentos públicos que prestam assistência social.

Neste sentido, a nova diretora da assistência social desta Associação<sup>34</sup> aceitou visitar a Secretaria Municipal de Assistência Social

---

<sup>32</sup> “[...] à época, orientação da LBA (Legião Brasileira de Assistência) e da Diretoria de Serviço Social da Prefeitura de Florianópolis, bem como de pesquisas feitas em várias regiões da ilha” que levaram à conclusão de que “a área de maior carência de recursos psico-socioeconômicos era o Morro do Governo, também conhecido como Morro do Mocotó” (Proposta do DSA, 2009).

<sup>33</sup> Salientava também que, se a comunidade espírita florianopolitana contava com trabalhos assistenciais desenvolvidos pela SERTE (Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação) em Cachoeira de Bom Jesus, pela SEOVE (Sociedade Espírita Obreiros de Vida Eterna), no Campeche, e pela Sociedade Espírita de Assistência e Promoção Social Teresa de Jesus com o Lar de Zulma, no Continente, caberia, portanto, à Associação Espírita Fé e Caridade atender a parte central da ilha, através da COMEIA.

<sup>34</sup> Após orientação e discussão acerca dos conceitos caridade, assistência social e assistencialismo, a diretoria se sensibilizou da necessidade de conhecer o marco regulatório da política pública de assistência social em âmbito nacional, estadual e municipal, assim como se dispôs a visitar a rede de serviço municipal de atendimento a famílias e moradores de rua. Isto também os fez decidir por uma intervenção complementar ao trabalho de assistência social desenvolvido pelo município, colaborando com ações que proporcionassem a oportunidade do crescimento das pessoas no âmbito da formação do homem integral e informação do acesso aos serviços enquanto direitos sociais e do atendimento às necessidades

para conhecer como funcionavam os espaços organizados pela Prefeitura para o atendimento da assistência social. Ao mesmo tempo apresentou suas intenções quanto à atuação em assistência social com mulheres, precisamente gestantes e nutrízes e com a PSR. O trabalho com mulheres, conhecido como Grupo Maria de Nazaré, concentrou-se nas tardes das quintas-feiras, enquanto o trabalho com a PSR, organizado pelo Grupo Benedita Fernandes, aos sábados à tarde. Em função de meu interesse de estudo e participação direta na AEFC relatarei com mais detalhes os trabalhos deste último grupo.

O Grupo Benedita Fernandes começou suas atividades com a PSR no segundo semestre de 2009, nos sábados à tarde, quase sem público porque os pedintes que apareciam à porta da Associação costumavam comparecer somente em dias úteis e nos horários que o público chegava para assistir às exposições doutrinárias. Isto remeteu à necessidade de o Departamento de Serviço Assistencial – DAS da AEFC fazer um trabalho de orientação aos trabalhadores que atuavam na recepção dessas doutrinárias para o acolhimento, escuta e encaminhamento dos pedintes para os sábados à tarde, pois a casa estaria realizando um trabalho específico de atendimento a eles. Porém, transcorreu significativo tempo até que estes entendessem esta dinâmica.

Além do trabalho de sensibilização à recepção da Associação, os trabalhadores do Grupo Benedita Fernandes tomaram como iniciativa ir à rua estabelecer contato com a PSR. Organizavam 50 lanches (sanduíche e suco) e uma equipe de quatro pessoas saía pelos arredores da Associação visitando espaços onde eles poderiam estar. Dentro da Associação, permaneciam outras três pessoas (entre elas, eu) para atendimento àqueles que aparecessem. O roteiro de aproximação e abordagem destas pessoas incluía o território do centro comercial como a Rua Vitor Meireles, pois na frente do PROCON e da Delegacia Regional do Trabalho ficavam dois grupos ocupando as calçadas no final de semana; a Praça XV; o Mercado Público; a Praça das Nações e Terminal da Cidade de Florianópolis. Naquele ano de 2009 os trabalhadores ainda voltavam com sacolas contendo sanduíches, seja em função do número reduzido de pessoas perambulando e/ou pousando nas ruas, seja porque alguns rejeitaram o alimento por estarem sem fome ou porque quando a equipe passou estavam dormindo.

No interior da Associação a frequência era nenhuma. Assim, um dos trabalhadores que saía à rua sugeriu convidar aqueles que abordavam

---

materiais eventuais com o apoio do acompanhamento técnico do poder público às pessoas atendidas.

para vir até a AEFC se quisessem dialogar ou receber algum auxílio material em roupas, calçados e materiais de higiene. Isto fez com que fosse realizada uma campanha com os demais trabalhadores para arrecadar tais itens e disponibilizar kits emergenciais para situações eventuais, não caracterizando que a organização trabalharia com distribuição porque entendia que não era seu papel, mas do poder público.

Mais tarde, outro trabalhador tomou a iniciativa de confeccionar cartão de visita com o endereço, dia, horário e o nome das pessoas que a população em situação de rua poderia procurar na AEFC. Aos poucos a frequência foi crescendo e construindo laços de afetividade e confiança. Os lanches que antes só eram levados à rua tiveram que ser aumentados, deixando parte deles na AEFC para oferecer a quem ali chegasse.

No final daquele ano o Grupo Benedita Fernandes fez uma atividade diferente que chamou de Tarde com Chico Xavier<sup>35</sup>, sendo organizado um grande lanche coletivo, que mais pareceu um gostoso café colonial, com música ao violão, cantoria e muita conversa. A expectativa era: será que a população em situação de rua iria vir? Apesar de terem sido avisados no sábado anterior sobre esse lanche, sua vinda era uma grande incógnita. Resultado: apareceram umas três pessoas. O grupo que saía à rua resolveu ir ao encontro daqueles que encontrassem pelo caminho para convidar ao lanche. Ao todo participaram 10 pessoas em situação de rua. Comeram, cantaram as músicas que solicitaram, conversaram, riram e todos saíram muito satisfeitos com aquele momento de confraternização natalina. Inicialmente a Tarde com Chico Xavier ocorreria duas vezes por ano, a primeira no final de 2009 e as demais em 2010 sempre no final de cada semestre.

---

<sup>35</sup> É importante ressaltar que o Grupo Benedita Fernandes, ao dar as boas vindas à população em situação de rua, esclarecia que apesar daquele espaço ser um Centro Espírita, a proposta dos encontros não tinha como finalidade doutrinar e/ou converter ninguém ao Espiritismo. Assim não lhes seria exigido frequentar as exposições doutrinárias e/ou participar de algum outro ritual. Este Grupo, além de estar experimentando um trabalho novo, também dava os primeiros passos para a construção de uma convivência relacional tanto entre os próprios trabalhadores, quanto também destes com a PSR. A intenção primeira era construção de um vínculo de afetividade que envolveria uma recepção e acolhida atenciosa, olho no olho, chamando pelo nome ou apelido onde ambas as partes se sentissem bem, oportunizando um espaço para conhecimento mútuo e aos poucos fosse apresentando que o propósito do Grupo era de estabelecer naquelas tardes de sábado um Espaço de Convivência, Criatividade e Educação para o Trabalho - ECCET. Posteriormente, detalharei melhor sobre esse ECCET.

A rotina de atendimento do Grupo Benedita Fernandes estendeu-se com esta dinâmica até o primeiro semestre de 2012. A partir do segundo semestre daquele ano ocorreu o crescimento do público buscando alimento na AEFC nos sábados à tarde. Aos poucos foi sendo identificado que estas pessoas estavam abrigadas no Albergue “Manoel Galdino Vieira” (que havia sido reaberto ao funcionamento em julho daquele ano), mas queixavam-se de que lá só tinham acesso a banho, janta e pouso. No sábado não tinham como se alimentar durante o dia porque não havia nenhum serviço público municipal aberto e a cidade não dispunha de restaurante popular. No domingo já era de conhecimento deles um almoço servido no salão anexo à Catedral Metropolitana de Florianópolis, organizado por outro conjunto de ONG.

Com a frequência cada vez maior, o Grupo Benedita Fernandes precisou reestruturar a atividade Tarde com Chico Xavier não mais acontecendo duas vezes por ano, mas todos os sábados. Apesar de esse Grupo passar a receber mais pessoas para dentro da AEFC, não deixou de realizar o trabalho de atendimento para fora, indo ao encontro daqueles que continuavam no espaço da rua (tem saído com 80 sanduíches, mas às vezes não tem sido suficientes para atender a todos).

Isto remeteu à necessidade de buscar mais trabalhadores, formando novos grupos para atuarem aos sábados servindo uma refeição mais consistente, porque a fome era grande e só um lanchinho de pão com suco ficou insuficiente. A PSR passou a almoçar aos sábados na AEFC. E o trabalho que começou para dentro da casa atendendo três pessoas, atualmente já alcançou a margem de 120 almoçando neste mesmo espaço.

Em face da nova realidade, o Grupo Benedita Fernandes precisou organizar o atendimento deste segmento, seja no âmbito da estrutura física como também no âmbito da preparação dos trabalhadores. No que diz respeito à estrutura física, o grande salão que era usado para exposições doutrinárias foi reorganizado aos sábados à tarde com mesas e cadeiras, tendo sido adquirido todo o material necessário para que ficasse adequado ao serviço de almoço coletivo. A preparação dos trabalhadores deu-se a partir de aproximações sucessivas por meio da compreensão e utilização da metodologia Espaço de Convivência, Criatividade e Educação pelo Trabalho – ECCET, que iria nortear as atividades com a PSR.

Esta metodologia foi idealizada por um assistente social chamado Mário da Costa Barbosa, que orientou sua intervenção profissional no trabalho com a Fundação do Bem Estar Social do Pará – FBESP, em Belém/PA, com crianças e adolescentes em conflito com a lei e também

contribuiu assessorando organizações espíritas em suas ações de caráter assistencial.

Em função da importância que esta metodologia alcançou para o desenvolvimento dos trabalhos de assistência social à PSR na AEFC, considerando-se minha participação direta e que pode ser uma estratégia inovadora de atuação com este grupo populacional no âmbito do serviço público municipal, precisarei explicar sobre seus princípios norteadores.

### *3.1.1.1 Espaço de Convivência, Criatividade e Educação pelo Trabalho – ECCET*

A publicação de *Conviver para Amar e Servir* (2013) trouxe a oportunidade de entrar em contato com informações sobre a trajetória percorrida por Mário da Costa Barbosa (1936-1990) que deixou marcas nos territórios de São Paulo, do Pará e de Santa Catarina pelo seu ímpeto bom, prudente e visionário no trato dos assuntos concernentes ao trabalho com a assistência social.

Segundo os organizadores da obra<sup>36</sup>, esta foi resultado da coleta de gravações em VHS da década de 1980 que foram transcritas, somada às entrevistas aos amigos que conviveram com ele e a reunião de algumas registros das décadas de 1970 e 1980 sobre seu trabalho de formação junto aos trabalhadores das casas espíritas.

Em sua Introdução é proposto ao leitor um estudo linear, frisando a importância de que a Metodologia do Espaço de Convivência, Criatividade e Educação pelo Trabalho somente poder ser apreendida na articulação das dimensões (categorias) associadas à dinâmica da ação consciente e planejada para tal. É uma metodologia que apesar do enfoque mais específico ao serviço assistencial espírita que lhe é dado, pode ser expandida a todas as atividades, independente do seu público, se infantil, jovem, adulto ou idoso e a qualquer trabalhador espírita ou não das mais diversas realidades socioculturais. Assim, os relacionamentos que ali se desenvolvem devem ser de aprendizado, crescimento e de libertação para todos.

A partir do exposto, falar do Espaço de Convivência, Criatividade e Educação pelo Trabalho é, para Barbosa, antes de qualquer coisa, compreender que a noção de **espaço de convivência** vai além da ideia de um conjunto formado por paredes, chão e teto:

---

<sup>36</sup> Vale ressaltar que no âmbito profissional, Mário Barbosa não deixou nada publicado sobre esta metodologia a não ser a obra, resultado de seu mestrado na PUC/SP, *Planejamento e Serviço Social*, 3ª Ed., São Paulo, Cortez, 1990.

Entende-se muito menos o espaço físico enquanto estrutura predial é muito mais a valorização do espaço relacional, que também é cultural, pois o atendimento também pode ser feito nas ruas, nas residências, além de na própria Casa Espírita. Naturalmente, com a evolução dos atendimentos, precisa-se de um espaço físico para realizar as atividades, mas este não pode e nem deve ser o principal aspecto para que as atividades assistenciais aconteçam (PAROLIN; SARMENTO; PONTES, 2013, p. 80).

Neste sentido, a metodologia não propõe que se saia às ruas fazendo proselitismo ou atendendo a pessoas de forma indiscriminada, porque o espaço precisa ser construído com o outro, em uma dinâmica sociocultural. O importante e fundamental é se “colocar com disposição e tempo para o trabalho com o outro, propiciando a criação de um espaço relacional, afetuoso e reconhecedor do outro como sujeito” (PAROLIN; SARMENTO; PONTES, 2013, p. 81).

Este espaço relacional mediado pela conversação prazerosa e construtiva não funciona como uma via de mão única pois entende a possibilidade do conhecimento mútuo. “Não se tratando de um espaço improvisado e/ou imposto, em que se obriga que o assistido sente-se, ouça uma palestra, [...], e retorne a sua vida sem nenhuma outra referência [...] porque se trata de um espaço construído no dia a dia, de conversa feliz, amigável [...]” (PAROLIN; SARMENTO; PONTES, 2013, p. 81), de escuta nutrindo uma relação que ambas as partes sejam beneficiadas (o que atende e o que é atendido).

A convivência para o autor parte do sentido de ter maior proximidade. Esta pressupõe que é preciso um convívio em determinado tempo e espaço (proximidade física). Se não existe a vontade de estreitar laços, de permitir que o outro se manifeste na relação, sem estar fisicamente próximo, provavelmente se acentuará a indiferença, o descaso e o distanciamento entre as pessoas.

Esta convivência demanda também a necessidade de uma visão ampliada e contemporânea do trabalho assistencial. Segundo Barbosa (2013) isto remete à valorização do tempo suficiente que pede algumas horas naquele lar visitado, com aquela família em atendimento. Ressalta ainda a necessidade do trabalho assistencial não se restringir às doações materiais porque isso já se constitui um direito fundamental do ser humano.

Ele se preocupa com uma atuação que abranja também o resgate de outros valores que muitas vezes são reproduzidos num ambiente familiar e em outras relações em sociedade de forma desequilibrada, resultando em relações dolorosas, desarmônicas, críticas e delicadas. São situações que provocam também o endurecimento das pessoas para enfrentar as dificuldades da vida, buscando muitas vezes o apoio em estratégias de sobrevivência que falseiam a realidade vivida para garantir que sejam incluídos nos serviços de assistência e/ou aceitos em demais espaços. Caberia buscar conhecer e refletir sobre o que aconteceu com esta pessoa para que precise fazer uso de estratégias para falsear sua condição de vida. Será que o atendente não tem responsabilidade na forma como está atendendo ao não inspirar confiança para que haja uma fala verdadeira?

Reproduzindo textualmente:

O que nós fizemos, ou a nossa sociedade fez com essa pessoa para ela agir assim? Ou ainda, é preciso refletir se o trabalho está sendo desenvolvido na perspectiva de que as pessoas devem fazer um esforço profundo de aceitação da sua condição de vida ou se está atuando de maneira que as pessoas possam sentir-se em condições de construir uma nova ética social (PAROLIN; SARMENTO; PONTES, 2013, p. 87).

A partir do que a metodologia propõe não se pode entender o homem sem entender o mundo, nem entender o mundo sem entender o homem. Barbosa tem a compreensão de que o homem e o mundo estão numa relação dialética de movimento em transformação. O serviço assistencial que ele defende está longe de ser uma ajuda de alimento, de roupa ou de calçado. É, sobretudo, a garantia do direito, sendo o próprio direito à vida o primeiro dos direitos do ser humano.

Quando a pessoa se apresenta ao trabalho assistencial é porque quase sempre está envolvido em problemas que envolvem interesses materiais e particulares, submetendo-os a uma desigualdade social, à pobreza e à miséria, uma situação que não lhe permite viver, apenas sobreviver.

No espaço de convivência é preciso que as situações apresentadas sejam acompanhadas passo a passo, não dando importância à maneira como vivem e/ou se apresentam, por meio de aproximações sucessivas no

sentido de encontrar formas alternativas para equacionar determinados problemas.

Ao lado da convivência há a **criatividade** como “a capacidade que o ser humano tem em mudar e transformar as coisas, as situações, as relações e as injunções nas quais se encontra. Segundo a etimologia da palavra, criatividade está relacionada com o termo criar, do latim *creare*, que significa dar existência, sair do nada, estabelecer relações até então não estabelecidas pelo universo do indivíduo, visando a determinados fins” (PAROLIN; SARMENTO; PONTES, 2013, p. 101).

Em função de a metodologia propor que se analise a criatividade sob uma perspectiva além (porém, não excludente) do processo de criação em si, os organizadores do livro que expõe as ideias de Barbosa informaram em Nota:

Que este processo de criação entende-se: “materialidade proveniente do processo criativo” tudo o que resulta do processo de criação, como: objetos e peças artísticas, artesanatos em geral, invenções, descobertas, culinária, estudos, processos administrativos, etc. Ou seja, tudo aquilo que resulta de atividades realizadas de maneira não-mecânica em todo e qualquer gênero da atividade humana (PAROLIN; SARMENTO; PONTES, 2013, p. 102).

Isto porque Barbosa entende que o estímulo à criatividade é recurso extremamente valioso para instigar as necessidades mais nobres e sublimadas do indivíduo, como autodescobrimento, autoestima, autoamor, autossatisfação, autorrealização, etc. Também está voltada à percepção da própria capacidade de transformar a si mesmo e ao meio, de se superar, por intermédio dos desafios de variadas conotações (inclusive das atividades lúdicas, artesanais etc) e outras situações relacionadas ao cotidiano das pessoas.

A criatividade está intimamente ligada ao trabalho enquanto atividade transformadora e geradora de progresso, mas não aquele trabalho que aliena o homem, que o submete à dominação ou o escraviza. O autor refere-se ao trabalho que liberta, amplia a inteligência e que vai além do interesse individual.

É sabido que a complexidade das condições sociais tem contribuído como um dos fatores para a imposição de bloqueios aos grupos sociais. A interação que ocorre no viver e conviver sofre ajustes, adaptações, acoplamentos, que resultam em bloqueios ou como



sustentação do fluir da capacidade criativa do indivíduo e do grupo. A capacidade de fluir depende do grau de segurança e confiança e não da capacidade de aprendizagem ou da inteligência (PAROLIN; SARMENTO; PONTES, 2013, p. 106-107).

Para Mário Barbosa, ter pensamento progressista é pensar o futuro de maneira criativa, planejar os meios de realizar as metas e objetivos e partir para a ação em uma dialética contínua de superação da realidade (BARBOSA, 1990, p. 35, apud PAROLIN; SARMENTO; PONTES, 2013, p. 110).

Assim, para que a participação do homem ocorra de forma criativa e decisória na construção do desenvolvimento pessoal e social é importante que o trabalhador que abraça a assistência social tenha um comportamento de prontidão em variados conhecimentos para que possa sustentar uma relação baseada na convivência e na mediação do processo em si. Para tal, precisará utilizar a sua criatividade para realizar as correlações entre o planejado e o conteúdo que emerge do grupo, quer pelas conversações, quer pelas atitudes dos indivíduos, sem se posicionar como ‘doutrinador’ e, sim, como [...] aquele que caminha ao lado [...] (PAROLIN; SARMENTO; PONTES, 2013, p. 115).

Sobre a **educação**, eixo de toda a dinâmica da metodologia, corresponde à reflexão das relações vivenciadas e à descoberta dos seus limites e possibilidades. Educação que extrapola os informes (mas não os exclui), em que estes são componentes que fluem da necessidade do grupo e da conversação.

Neste sentido, o autor chama atenção para a importância da metodologia nas relações sociais, destacando que a potencialidade educativa exige de todos que a utilizam a sabedoria de extrair das mais diversas situações conteúdos a se “trabalhar”. Isto exige o preparo adequado para discutir reflexivamente o “conteúdo” expressado pelo grupo em termos de comportamento, concepções e valores.

Por entender que a educação é o ato de me rever, de me transformar, esse ato de transformar não é um ato intelectual, é uma ação concreta que me diz que é preciso modificar porque assim o estou sentindo e não porque o outro quer que eu me modifique. Assim, nas atividades desenvolvidas, o principal conteúdo está nas relações entre as

pessoas e, a partir delas, o conteúdo que emergir será a base das reflexões trabalhadas.

A educação que liberta e não oprime ou discrimina é a mais difícil de ser exercitada porque requer tempo, disponibilidade para avançar e recuar, relação de confiança recíproca para ser autêntica, capacidade de utilizar as horas, os dias, os minutos que se dispõem de forma a marcar profundamente a vida daqueles que caminham na mesma trajetória. Ademais, exige que eu compreenda quando o outro ainda não alcançou o seu momento, o seu tempo para alcançar com clareza o que eu já alcanço porque cada um tem o seu tempo para despertar para o aprendizado das coisas, da vida.

Sobre o **trabalho** a metodologia entende-o como atividade útil, que pode traduzir-se em oficinas artesanais, esportes, jardinagem, culinária, artes e atividades recreativas em geral, mesmo os bazares, as entrevistas etc, desde que todos os trabalhadores estejam envolvidos, considerando os aspectos já citados (espaço, convivência, criatividade, educação). Barbosa considera “trabalho” as ações em que as pessoas empenham a sua energia criativa e capacidade operativa na execução das tarefas.

Desta forma, a criatividade está intimamente associada ao trabalho como libertadora, pela possibilidade de ampliação da inteligência e aporte da evolução espiritual. Portanto, o trabalho para este autor não é apenas fazer o pão ou confeccionar roupas, por exemplo, mas também fazer poesias, música, teatro, isto é, encarar o trabalho como fonte de satisfação do homem. Para que se sinta satisfeito é preciso que participe do planejamento das atividades em que está envolvido. Quanto maior seu envolvimento, maior seu comprometimento e autorrealização com o produto de seu próprio trabalho.

Por meio do trabalho e da educação, Barbosa acredita que o ser humano reconstrói a si mesmo na relação com o outro, dando surgimento a um novo homem.

A partir da apreensão desta Metodologia pelos trabalhadores da AEFC que atuam com a assistência social, o trabalho do Grupo Benedita Fernandes foi se moldando conforme as necessidades e solicitações da PSR.

Os trabalhos se encerram às 17h porque o salão precisa ser preparado para outra atividade pública que começa às 19h30. Quando se aproxima o horário de término da atividade, a PSR já sabe que precisa sair e aos poucos vai se despedindo, alguns ajudam na reorganização e limpeza do salão por livre iniciativa. É certo que os que estão visivelmente indispostos pelo uso recente da droga e/ou do álcool ficam mais

resistentes a deixar a casa porque querem ficar descansando, mas eles cedem ao diálogo paciente e esclarecedor sobre a necessidade de a casa utilizar o salão para a próxima atividade. Vale ressaltar que a grande maioria dos visitantes sai logo após o almoço e não são obrigados a ficar até o final do horário.

### **3.1.2 O Comitê Municipal Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua – CIAMP<sup>37</sup>**

Paralelamente ao trabalho da Associação Espírita Fé e Caridade com a PSR, comecei a participar como apoiadora das lutas do MPR, representando a entidade Federação Espírita Catarinense - FEC<sup>38</sup> como organização da sociedade civil nas discussões, tendo sido chamada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, na pessoa do Sr. Secretário Hélio Abreu Filho, em 2010.

Este Secretário, à época, organizou um Grupo Técnico de Atenção à População em Situação de Rua em função do recente Decreto nº 7.053/2009 que instituía a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.

Assim, em 18 de maio de 2010, este secretário assinou a Portaria/SEMAS/GAB/Nº01/2010, estabelecendo uma ação articulada junto ao Programa Abordagem de Rua, a ser coordenada pela Secretaria Municipal de Assistência Social-SEMAS e apoiada pelas demais secretarias e órgãos da Prefeitura de Florianópolis.

Esta Portaria trouxe como desdobramento o convite à Associação Espírita Fé e Caridade para participar de uma reunião em 09/08/2010 com o Secretário Municipal de Assistência Social. O intuito era apresentar suas ações com a PSR e participar das discussões acerca da “constituição de um Grupo Técnico de Atenção à População em Situação de Rua que

---

<sup>37</sup> Mais conhecido como Comitê Pop Rua.

<sup>38</sup> A FEC é a entidade que representa a comunidade espírita no âmbito estadual em Santa Catarina. Em função de ter sob sua gerência dezesseis Unidades Regionais Espíritas – URE que representam o conjunto de casas espíritas por região, a AEFC e o Centro Espírita Amor e Humildade do Apóstolo – CEAHA são casas espíritas que fazem parte da 1ª URE e desenvolvem trabalho de assistência social com a PSR. Neste sentido foi importante que a FEC fizesse parte do Comitê Pop Rua para acompanhar as discussões a respeito da nova política.

pudesse atuar permanentemente com base na Campanha ‘Faça caridade – não dê esmolas’, articulando paralelamente à Rede Socioassistencial (retaguarda) para garantia da completude do atendimento à demanda” (Ofício Circular GAB/SEMAS nº 33/2010).

Ademais, este Grupo Técnico também teria a missão de capitanear a implementação do Programa Moradores de Rua (2009), cuja missão seria “recomendar e adotar medidas técnico-administrativas voltadas para a inclusão social da população em situação de rua no Município de Florianópolis no âmbito das diferentes Secretarias, Órgãos e Entidades parceiras, incluso Conselho Tutelar, Ministério Público, Polícia Civil e Militar, Câmara de Vereadores, entre outros.”

A deflagração desta Campanha resultou tanto em posicionamentos de apoio quanto de repúdio. A Associação entendeu que apoiaria o investimento no Programa Moradores de Rua, mas discordou da Campanha. É importante destacar que essa Campanha adveio como uma das vertentes das campanhas, em âmbito nacional, contra a exploração de mão-de-obra infantil. Neste sentido, a Associação, ao se posicionar contra a Campanha em Florianópolis, apoiou-se em motivos que foram ao encontro do posicionamento do ex-ministro Patrus Ananias durante seu exercício no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, quando publicou texto onde se manifestou a respeito.

Há muitas maneiras de combater a esmola. Uma delas parte da própria condenação do ato de dar esmolas, considerando basicamente dois pressupostos: primeiro, que a condição da existência da esmola – a desigualdade – é indigna; segundo, porque, na perspectiva republicana, as pessoas que necessitam de ajuda devem ser assistidas por políticas públicas permanentes e normatizadas e não podem depender de favores. [...] A crítica da esmola é pertinente na medida em que denuncia as condições sociais que permitem sua existência e que evidenciam seu lado indigno. Mas devemos cuidar para que essa crítica não resvale para crítica ao ato de ajudar o próximo. Há um significado importante da esmola e o resgate de sua essência, dando a ela o devido lugar que ocupa na construção de valores de fraternidade e solidariedade, é outra maneira de combater a falta de indignidade que reside no ato de dar ou receber esmolas. [...] Não nos esqueçamos de que a esmola, em toda sua história que remonta a tradição

judaico-cristã – e também de outras religiões – é um gesto de momento. Portanto, temos de reconhecer que uma grande conquista dos nossos tempos, do Estado Democrático de Direito, é o fato de hoje permitirmos que o atendimento das necessidades básicas das pessoas não sejam movidas por momento, mas que sejam um compromisso solidário de todas as pessoas para assegurar o acesso regular e constante a todos os serviços e direitos necessários à dignidade humana: alimentação, segurança econômica, assistência social, trabalho, saúde, educação, moradia, etc. A maior justiça que podemos alcançar com esse ideal de fraternidade é ter Estado e sociedade compartilhando bens e valores na construção de um projeto de nação que promova o mais forte sentimento de pertencimento, de pátria (ANANIAS, 2007).

Outro desdobramento do contato da SEMAS com as Secretarias e sociedade civil foi a participação da AEFC no Fórum Social Pró Política de Atenção à População em Situação de Rua, ocorrido em 26/10/2010. Este evento foi dividido em dois momentos, sendo que no primeiro foram apresentados: Diagnóstico Situacional da População em Situação de Rua; Programas Governamentais; Programas e Serviços das Organizações Não Governamentais<sup>39</sup>.

No segundo momento, a representante do Instituto Comunitário da Grande Florianópolis – ICOM relatou experiências nacionais e internacionais sobre como organizar um Fundo Comunitário de Investimento Social: alternativa para mobilização e soma de recursos de vários atores da comunidade. A intenção da SEMAS foi de estimular os presentes a reunirem investimentos financeiros no sentido de organizar um Fundo subsidiador de ações em prol da população em situação de rua.

Além disto, a SEMAS apresentou uma Avaliação da Rede Socioassistencial e Diagnóstico das Incompletudes: sugestões e contribuições/indicativos onde os presentes puderam ter acesso a informações levantadas pelo Programa Abordagem de Rua sobre o perfil da PSR e qual era a rede de serviços de seu atendimento e funcionamento.

---

<sup>39</sup> As ONG que apresentaram trabalho foram: Vida Limpa; Fé e Alegria; Associação Espírita Fé e Caridade; Associação Beneficente Psicanálise de Deus; Centro Espírita Amor e Humildade do Apóstolo e Associação Florianopolitana de Voluntários - AFLOV.

Feito isto, apresentaram uma proposta de Carta de Adesão (2010) aos participantes do Fórum Social como forma de estimular as organizações que aceitassem a adesão ao Fórum Pró População de Rua, listando os compromissos em dez itens:

1. “Desenvolvimento de ações articuladas e integradas de retaguarda ou sustentabilidade ao atendimento à população de rua;
2. Adoção de medidas e instalação de serviços de prevenção e enfrentamento à violência, proteção e defesa de Direitos fundamentais e sociais;
3. Inclusão social e emancipação das pessoas em situação de rua para outro modo de vida;
4. Atendimento qualitativo e dentro dos padrões de dignidade e valores éticos de cidadania;
5. Produção, sistematização e divulgação de dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a população em situação de rua e a rede existente de serviços públicos;
6. Disseminação de nova cultura, visão e concepção sobre a população de rua: não violência, sujeito de direitos, tratamento digno e sem discriminação, respeito mútuo, cidadão merecedor e protagonista de mudanças;
7. Desenvolvimento de metodologias socioeducativas, de atendimento integral e em complementariedade, processos que respeitem a história e o contexto de cada pessoa;
8. Engajamento em Campanhas socioeducativas de sensibilização e mobilização da sociedade, que desestimulem o ato de dar esmolas e fomentem as ajudas voltadas à cidadania;
9. Apoio material, técnico e financeiro ao processo de acolhida e de encaminhamento de pessoas em situação de rua, atendidas pelos serviços e programas da Rede;
10. Colaboração e engajamento no processo de capacitação de técnicos, gestores e outros para o atendimento à população de rua.” (BRASIL, 2010e).

A proposta de assinatura desta Carta resultou em muita discussão entre as organizações presentes, que não manifestaram consenso com os compromissos aventados, ressaltando a necessidade de leitura, discussão

e solicitação de levar esta proposta ao conhecimento de suas diretorias. O item nº 8, que se referia às Campanhas, sucedeu maior discordância, estando a Associação mais uma vez se manifestando contra. Também não assinou a Carta justificando que levaria para discussão junto à sua diretoria, assim como algumas organizações presentes que não tinham autonomia institucional para decidir naquele momento.

Cada participante recebeu uma pasta onde, além da programação do evento, havia documentos<sup>40</sup> que foram construídos pela SEMAS na gestão do Secretário Sr. Hélio Abreu, mas que para entrar em vigor dependeriam da apreciação e aceite do Prefeito Dário Berger (gestão 2005-2012): Protocolo Interinstitucional de Atenção à População em Situação de Rua; Plano Municipal de Atenção à População em Situação de Rua de Florianópolis; Protocolo de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Rua; Termo de Compromisso a ser assinado pelo Colegiado de Secretários Municipais Responsáveis pela Política Municipal de Assistência Social, alcançados pela Política Nacional para a População em Situação de Rua.

A gestão do prefeito Dário Berger terminou e os documentos foram ignorados, ficando subentendido a todos que participaram do movimento Pró Política de Atenção à População em Situação de Rua que este assunto não fazia parte da agenda política do novo gestor. Consequentemente, o Sr. Hélio Abreu foi afastado do cargo quando o novo prefeito assumiu, o Sr. César Souza Junior. A SEMAS passou a ser secretariada pela Sra. Dalva Maria De Luca Dias, a qual constantemente entrou em confronto com a população em situação de rua em manifestações públicas por seus direitos.

Em entrevista ao Jornal Hora de Santa Catarina, o Sr. César Souza Junior foi questionado quando ainda era candidato a prefeito: “Em seu governo, qual seria a política de atenção ao morador de rua, para que mude a realidade atual, de pessoas vivendo em terminais e praças da capital?” Sua resposta gerou uma grande expectativa:

O problema é muito sério. A primeira coisa será a construção de um abrigo público municipal no Centro da cidade, ainda no primeiro ano de governo. De cara, precisamos de 200 vagas – que, depois, serão ampliadas. Junto ao abrigo, porém,

---

<sup>40</sup> Como estes documentos não foram considerados e, portanto, não tiveram prosseguimento, optei por não fazer maiores detalhamentos sobre seus conteúdos, restringindo-me a citá-los.

haverá alternativas para servir de portas de saída da rua, como tratamento de dependência química, curso de formação profissional e auxílio psicológico e psiquiátrico. E vou além: os moradores de rua que conseguirem ultrapassar todas as etapas dessa recuperação serão contratados pela própria prefeitura, nas áreas terceirizadas, como serviços gerais e vigilância. Daremos o exemplo, para, na prática, ajudá-lo a se reinserir no mercado de trabalho. Senão, fica muito difícil ele conseguir algo fora, sozinho, com uma carteira de trabalho em branco (FRANTZ, 2012, p. 6).

Na gestão do novo prefeito, até 2014, das intenções apresentadas na entrevista, o município ainda não conseguiu oferecer as 200 vagas prometidas, não fez nenhuma contratação, mas conseguiu abrir um abrigo no Centro. Num intervalo de menos de dois anos o prefeito já empossou três pessoas diferentes para gerenciar a Secretaria Municipal de Assistência Social em Florianópolis – SEMAS: Sra. Dalva Maria de Luca Dias (2012), Alessandro Balbi Abreu (2013) e Tiago Silva (2014), o que repercutiu em priorizar ou não ações em favor da PSR na agenda política dessa Secretaria.

A gestão da SEMAS em 2012 foi marcada por intenso confronto com a PSR, uma vez que esta começou a ter visibilidade ao se mobilizar por melhores condições de atendimento. Talvez esta atitude tenha sido decorrente de sua primeira participação em eventos políticos nacionais, como o já citado 1º Congresso Nacional do Movimento da População de Rua: “protagonizando histórias e garantindo direitos”, aliado às suas dificuldades de atendimento em âmbito local.

Ao retornar do Congresso, a PSR passou a se reunir toda segunda-feira, às 14h, no salão paroquial da Catedral Metropolitana de Florianópolis, para discutir suas necessidades e pautas de ações para melhoria das condições de acesso a seus direitos. Pude participar de suas reuniões iniciais como observadora. Assim, a primeira pauta de reivindicação foi a reabertura do único albergue existente na cidade, o “Manoel Galdino Vieira”<sup>41</sup>. Porém, este albergue é de propriedade

---

<sup>41</sup> Segundo estudo realizado por Rosa (2010, p. 32) “O albergue Noturno de Florianópolis, localizado na Avenida Hercílio Luz, oferece cama, alimentação e local para banho por até dez dias seguidos, e não permite o uso de nenhum tipo de substância química – incluindo-se aqui o cigarro e o álcool. [...]. Ali dentro, também é proibido conversar alto, tocar algum instrumento ou usar outra roupa



particular, pois pertence à Maçonaria, mas a PSR pedia que a SEMAS providenciasse convênio com aquele estabelecimento, fornecendo-lhe equipe técnica adequada ao acompanhamento dos albergados. A maçonaria alegou que fechou<sup>42</sup> o estabelecimento devido à falta de

---

que não o pijama do albergue; e como é proibido o porte de objetos afiados, também não se pode fazer a barba. A privacidade é praticamente inexistente: além da conversa entre os albergados ser recriminada ou até proibida, há dois chuveiros sem porta. Há apenas um quarto para todos os homens albergados (e outro para mulheres, apesar de estas praticamente nunca frequentarem o local), e o banheiro não possui divisória ou porta. Após as 21h, só é permitido urinar em um balde que é deixado no centro do quarto.

A disciplina é mantida rigidamente por um policial militar e um assistente. Entra-se no albergue às 19h30, logo em seguida toma-se banho e janta-se. Após a janta, cada um lava seu prato e talheres e, em seguida, o policial distribui tarefas para que os próprios albergados façam uma rápida limpeza do local, que dura cerca de vinte minutos. Entre elas estão limpar o chão do banheiro, o chão da área exterior ou varrer a calçada do pátio interno, por exemplo. Todos são acordados pelo policial aproximadamente às 6 da manhã, quando é oferecido café e pão. As exigências para se albergar também são bem pontuais: não se permite a entrada de indivíduos que tenham sido presos, estejam sendo procurados pela polícia ou que estejam visivelmente embriagados ou entorpecidos. Pessoas com doenças infectocontagiosas também não podem se albergar, nem deficientes físicos ou mentais. É preciso também portar um documento com foto (identidade ou carteira de trabalho), o que não inclui nenhum tipo de Boletim de Ocorrência, por exemplo. De fato, nos dias em que dormi no local, parecia haver um contraste: em média, de cada dez ou quinze pessoas que tentavam entrar, cerca de um quarto delas era barrado pelas razões citadas acima. Como o número de pessoas barradas é grande, muitas camas costumam ficar vazias. Ao todo, o albergue oferece vinte vagas para homens e quatro para mulheres, mas a procura também costuma ser bem baixa. A média de albergados em todas as noites que passei no local gira em torno de dez ou doze indivíduos”.

Segundo informações do presidente da instituição o albergue tem capacidade para trinta vagas onde seis delas são destinadas às mulheres. Fiz contato por telefone e informou que com a abertura do albergue municipal observou uma queda na procura desse albergue, mesmo na alta temporada, com uma média de vinte pessoas. Este contato foi realizado em janeiro, 2015.

<sup>42</sup> Na mesma notícia anteriormente citada foi informado que: “o Albergue foi Instalado há 85 anos no número 506 da Avenida Hercílio Luz, no Centro da cidade, o abrigo atendia moradores de rua e viajantes que chegavam à Capital e não tinham lugar para ficar. Com capacidade para 20 homens e 10 mulheres, o local funcionava por meio de uma parceria entre comerciantes, maçonaria e a Polícia Militar (PM)” (DIÁRIO CATARINENSE, 2012).

segurança e ausência de policiamento militar e declarou que só reabriria se contasse com a presença da PM no local.

Passados muitos encontros e desencontros nas falas e discussões entre a Secretária e o MPR, o Ministério Público também foi acionado por esse Movimento para que pressionasse a Prefeitura a tomar providências para a reabertura do albergue, como também adequação dos serviços oferecidos pela Unidade de Referência no Atendimento à PSR, chamado Centro-Pop, e na ampliação de serviços de acolhimento porque Florianópolis só dispunha de uma Casa de Acolhimento/Abrigo, localizada no Continente.

Para isto o MPR organizou manifestação na porta da SEMAS para solicitar seu atendimento pela então Secretária Municipal de Assistência Social, Sra. Dalva Lucca, sem sucesso. O protesto (foto abaixo) teve como objetivo solicitar intervenção para reabertura do albergue da Maçonaria.

Figura 2: MPR de Florianópolis em manifestação pública na Secretaria Municipal de Assistência Social



Foto: Jessé Giotti/Agência RBS. In: Jornal Diário Catarinense (2012).

Segundo reportagem do Diário Catarinense, neste dia, além de o grupo reivindicar a reabertura do albergue, solicitou ainda providência urgente para a instalação de um abrigo provisório em função da

proximidade do inverno, o que se desdobrou no agendamento de uma reunião na Câmara de Vereadores solicitando o envolvimento, além da SEMAS, do Ministério Público, da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), do Centro Pop e do Conselho Municipal de Segurança (CONSEG). “O grupo foi recebido pelo secretário-adjunto de Assistência Social, Ildemar Cassias Pereira. Durante o encontro, foi decidido o agendamento da reunião através de requerimento a ser aprovado na Câmara de Vereadores. O vereador Renato Geske (PSD) se responsabilizou em levar para o plenário a questão” (DIÁRIO CATARINENSE, 2012).

Em 27 de junho/2012 o MPR participou de uma reunião na Assembléia Legislativa com a deputada estadual Dirce Heirdesscheidt, envolvendo as secretarias de assistência social dos municípios de São José, Palhoça, Biguaçu e Florianópolis para discutir políticas públicas à PSR.

Em 31 de julho/2012, o MPR participou de uma reunião com a Secretária de Assistência Social, Sra. Dalva de Lucca, para conversar sobre como os programas de assistência para a população de rua se articulam ou poderiam se articular para melhor atendê-los. Segundo informações apresentadas em e-mail que circulou entre as entidades apoiadoras, tomei conhecimento de que foi uma reunião tumultuada, na qual os próprios representantes da gerência de Proteção Social Básica, do Centro Pop e da Secretaria Municipal de Saúde travaram um diálogo com muito enfrentamento. Isto dificultou muito para a própria PSR o expor e o defender de suas propostas, que eram de: Realizar reuniões periódicas para se construir ações integradas; Criar o comitê intersetorial com composição paritária, assegurando o lugar da comissão de população de rua. Obtiveram como resultado positivo que a Secretária enviasse um ofício ao prefeito César Souza Jr. solicitando a criação do Comitê.

A necessidade da instalação de um Comitê de Monitoramento e Acompanhamento da Política de Assistência Social para a População em Situação de Rua se fazia urgente, uma vez que Florianópolis já contava com a Lei municipal nº 8.751 de 07 de dezembro de 2011, marcando a adesão do município à Política Nacional (Decreto nº 7.053/2009). Ademais, foi muito problematizada a insuficiência de estrutura municipal nos diversos setores (assistência social, saúde, educação, segurança pública, habitação, lazer e cultura), evidenciando a completa desarticulação intersetorial para o atendimento das necessidades da PSR.

Da manifestação ocorrida em junho/2012, solicitando a reabertura do albergue, desdobrou-se uma reunião na Câmara de Vereadores que só aconteceu em 28 de outubro de 2012, tendo a Comissão de Direitos

Humanos da Câmara dirigido a reunião que serviu para mobilizar autoridades e sociedade civil para a necessidade do Município providenciar a instalação de um albergue ou a reabertura do albergue da Maçonaria. Deste encontro resultou a decisão do proprietário do albergue da Maçonaria em reabri-lo até 9 de julho de 2012 com a condição de que a Polícia Militar se responsabilizasse pela segurança durante todo seu funcionamento à noite.

A prefeitura alegou a impossibilidade de realizar convênio com este albergue porque ele não apresentou a documentação adequada, inviabilizando, desta forma, que a entidade oferecesse serviço técnico especializado. Assim, seu serviço estaria reduzido ao pernoite oferecendo banho, janta e local para dormir.

Neste mesmo período, precisamente nos dias 12 a 14 de outubro de 2012, ocorreu o II Fórum<sup>43</sup> Regional Sul do Movimento População de Rua, intitulado “Políticas Públicas para a população de rua: avanços e desafios”, cujos objetivos foram:

1. Criar oportunidades para que as autoridades tenham conhecimento do que está acontecendo nas políticas para a População de Rua e participem na melhoria da implementação das mesmas.
2. Dar visibilidade ao Movimento População de Rua.
3. Desenvolver formação de políticas públicas para a População de Rua presente no Fórum.
4. Articular as ações do Movimento nos três Estados do Sul.
5. Definir o que o Movimento está precisando e não está tendo.

Neste encontro estiveram presentes delegações do MPR vindos do Rio Grande do Sul e do Paraná. Foi a primeira vez que o MPR de Santa Catarina participava de um encontro regional sul. Foram dois dias de discussões entre eles, aos quais pude participar como observadora por representar entidade apoiadora do movimento, assim como outras que ali se fizeram presentes.

Deste Fórum resultou a elaboração do documento Estratégias do Movimento da População de Rua da Região Sul para 2013/2014, para orientar suas ações a partir de 14 eixos: 1- Defesa de adesão pelos estados e municípios ao Decreto nº7.053/2009; 2-Articulação e Fortalecimento do MNPR na Região Sul; 3- Atenção ao orçamento direcionado às Políticas Públicas para PSR; 4- Luta pelos espaços de moradia e acolhimento/habitação e assistência social; 5- Melhoria da infraestrutura

---

<sup>43</sup> O I Fórum ocorreu em Curitiba/PR em 2011 e o III Fórum aconteceria em Porto Alegre/RS. O MPR de Florianópolis ainda não existia em 2011 para poder participar no ano anterior.

de banheiros públicos; 6- Melhoria do acesso aos serviços de saúde; 7- Monitoramento/capacitação dos serviços de segurança pública; 8- Investimento em ações para o mercado de trabalho; Investimento em ações de segurança alimentar; 9- Investimento em ações na área da educação; 10- Investimento nas áreas de cultura e esporte; 11- Investimento na capacitação dos trabalhadores sociais (garantir a contratação de pessoas com trajetória de rua); 12- Luta pela defesa dos direitos humanos; 13- Luta pelo controle social.

Neste mesmo período o MPR também participou de outro evento, desta vez em parceria com o Conselho Regional de Serviço Social – CRESS/SC. O “Seminário População em Situação de Rua e o Serviço Social: Concepções, Práticas e Contradições” foi uma iniciativa da Comissão de Ética e Direitos Humanos desse Conselho, do Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social – GEPSS, do Departamento de Serviço Social – DSS/ UFSC e do MPR de Florianópolis. Ocorreu em 25 de outubro de 2012 no Auditório Paulo Stuart Wright (Plenarinho), da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

O Seminário objetivou conhecer as políticas públicas direcionadas à população em situação de rua; refletir sobre as práticas profissionais junto a essa população e dialogar com o Movimento de População em Situação de Rua. Contou com a exposição de assistentes sociais de três municípios diferentes, Florianópolis, São José e Chapecó, apresentando suas experiências no serviço público municipal no atendimento à PSR.

À tarde foi a vez da PSR se manifestar por meio de seus representantes: Sr. Leonildo José Monteiro Filho – Movimento Nacional de População em Situação de Rua e do Centro Estadual de Defesa dos Direitos Humanos da População de Rua e Catadores – Região Sul; Daniel Paz dos Santos – Coordenação Municipal de Florianópolis e Coordenação Estadual de Santa Catarina (em função da ausência do Sr. Celso Luiz Pereira) e Sr. Leandro João Ouriques – Coordenação Municipal de São José.

Alcançou um conjunto de resultados importantes para o fortalecimento e apoio do MPR em Florianópolis, dentre os quais cito alguns, como: criou oportunidade de dar visibilidade à sua situação, estimulou a aproximação entre a rede de serviços municipais, profissionais (estavam presentes também psicólogos, pedagogos, sociólogos que atuam na rede de serviços) e academia (grande participação de alunos também); uma articulação do conjunto Conselho Federal de Serviço Social - CFESS/CRESS e GEPSS/DSS/UFSC na defesa de uma direção política clara contra as diferentes formas de violências e na defesa dos direitos humanos da justiça e da democracia.

Embora todas as oportunidades de tornar pública a discussão sobre a necessidade de aprimoramento da política pública de atendimento à PSR, somente em 6 de março de 2013, no Fórum Intersetorial sobre a Política Pública para a População em Situação de Rua – PSR, sediado pela Câmara Municipal de Florianópolis, que aconteceu a indicação dos participantes do Comitê com dez representantes do poder público e dez da sociedade civil. Contudo, o Comitê só passou a existir de direito quando o prefeito assinou o Decreto nº 11.624 de 04 de junho de 2013<sup>44</sup>. Foi neste Comitê que eu comecei a representar a Federação Espírita Catarinense – FEC, entidade da sociedade civil, seja pelo vínculo que eu já havia estabelecido com a PSR por meio de meu trabalho na Associação Espírita Fé e Caridade, seja porque também atuava na FEC prestando assessoria aos centros espíritas que desenvolviam trabalhos assistenciais no Estado de Santa Catarina.

No período de implementação do Comitê, a SEMAS já estava sob outra coordenação, a do Sr. Alessandro Balbi Abreu, que demonstrou grande interesse em aproximação com a PSR, passando a ouvi-la, recebê-la em seu gabinete e tomar como uma de suas prioridades de sua agenda política a melhoria da qualidade dos serviços de atendimento a este segmento.

Demonstrando haver vontade política por parte do atual secretário foram providenciadas mudanças na infraestrutura física do Centro Pop, o qual foi reformado; ampliou o número de vagas de serviços institucionais de abrigo; foi inaugurada uma Casa de Acolhimento/Abrigo<sup>45</sup> no Centro da cidade para 30 vagas masculinas e uma Casa de Passagem para Mulheres em Situação de Rua e/ou Violência<sup>46</sup>, firmou convênio com a

---

<sup>44</sup> É importante ressaltar que em Florianópolis o marco regulatório de sua adesão ao Decreto nº 7.053/2009 foi se concretizando em momentos diferentes. Enquanto o Comitê Municipal foi instituído em 2013, em 07/12/2011 a Câmara Municipal de Vereadores de Florianópolis instituiu a Lei nº 8.751, que regulamenta a Política Municipal de Atendimento à População em Situação de Rua no Município de Florianópolis. Em 08/08/2014 o município assina com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República o Termo de Adesão à Política Nacional de Assistência à População em Situação de Rua.

<sup>45</sup> Quando visitei este abrigo observei que não possuía adequação das medidas de segurança básicas para funcionamento de um espaço coletivo de utilidade pública (como ausência de extintores de incêndio, dificuldade de acessibilidade, escada sem sinalização nos degraus, andar superior sem tela protetora). Questionei-me como poderia estar funcionando sem o cumprimento destas medidas?

<sup>46</sup> Esta Casa de Passagem para mulheres em situação de rua foi instalada de forma adaptada ao espaço do abrigo para mulheres vítimas de violência. A meu ver este

ONG Centro Cultural Escrava Anastácia subsidiando também o serviço de Casa de Acolhimento/Abrigo para 20 vagas, sendo 16 masculinas e 4 femininas, acompanhadas de suas crianças.

O Comitê hoje está completando um ano de existência, tendo se reunido nove vezes em 2013 e quatro vezes em 2014. Suas reuniões são mensais, sendo realizadas toda terceira quarta-feira do mês e, em julho de 2014, organizou o primeiro Seminário de capacitação dos participantes do Comitê.

O primeiro ano de gestão foi caracterizado por um investimento no conhecimento e aproximação entre o trabalho das diversas secretarias municipais para apresentação de sua programação, serviços para a PSR e os participantes do Comitê. Paralelamente, foram discutidos também diversos assuntos referentes a ações de higienização, discriminação e violação dos direitos humanos nos âmbitos do acolhimento institucional, segurança pública, segurança alimentar, educação e habitação, em geral trazidos pelo representante municipal do MPR em Florianópolis.

Entre as dificuldades percebidas destaco a não priorização e valorização deste espaço por parte de seus integrantes, registrando-se ausências constantes, o que resultou no cancelamento de algumas reuniões por falta de quórum. Também há falta de uma permanência daqueles que representam as entidades, pois observei que nem sempre eram as mesmas pessoas que estavam representando a entidade na reunião anterior, o que exigia alterar e/ou retardar a pauta a ser discutida em face da necessidade de apresentação das novas pessoas, recuperação da origem e finalidade do Comitê.

Outro problema é a ausência da participação das Entidades governamentais, pois as mais assíduas são a de Assistência Social (esta não pode faltar porque foi indicada para secretariar o Comitê), a de Saúde e a Fundação Municipal de Esportes (a qual raramente se manifestou). Na representação da Sociedade Civil, o MPR, a FEC e o Centro Cultural

---

procedimento fere o que está previsto no Texto da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e a Política Nacional de Abrigamento de Mulheres em Situação de Violência. Por mais que se considere que as mulheres em situação de rua também possam ser vitimadas pela violência na rua, elas precisariam de um espaço separado para seu atendimento porque seu perfil e história de vida são diferentes das mulheres que tem casa e estão no abrigo porque sofreram uma violência no interior de sua vida familiar, sendo submetidas ao espancamento pelo companheiro, estão sofrendo ameaça de morte, sendo forçadas a se esconderem temporariamente, muitas vezes em companhia de seus filhos, por medida de segurança. Questiono se a convivência de dois públicos de diferentes serviços de acolhimento institucional é possível num mesmo espaço físico.

Escrava Anastácia foram os mais presentes no conjunto de todas as reuniões.

Esta dificuldade na participação efetiva dos membros do Comitê trouxe como desdobramento a não priorização da organização de um Regimento Interno e da não divisão de seus participantes em Comissões como já existe no Comitê mais antigo e em funcionamento em Belo Horizonte, criado em 2010.

A programação de suas atividades ficou sempre submetida ao conjunto de pautas resultantes de cada reunião e que já sinalizariam as discussões posteriores. Pareceu-me que o Comitê estava funcionando mais como um espaço de apagar incêndios e de testemunhar reiteradas reclamações de ausência de políticas públicas para PSR, com a constatação da não intersetorialidade dos serviços, além dos constantes conflitos que mais pareceram confrontos pessoais.

Em função deste cenário, na reunião de março de 2014, foi entendida a necessidade de organização de um seminário de capacitação dos integrantes do Comitê. O Seminário ocorreu dia 24 de julho do mesmo ano, participei de sua organização juntamente com a SEMAS e o Centro Cultural Escrava Anastácia.

O “Seminário sobre a Política Para a População em Situação de Rua” contou com as presenças do Sr. Carlos Alberto Ricardo Junior, representando a Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República e o Comitê Nacional de Monitoramento e Acompanhamento da Política para a População em Situação de Rua pela manhã e, à tarde, da Sra. Luana Ferreira Lima, que representa o Conselho Nacional de Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores – CNDDH no Comitê Pop. Rua de Belo Horizonte. Na manhã ouvimos sobre a Concepção Política que orienta as ações do Comitê e o Marco regulatório e de seu funcionamento, à tarde a Socialização da Experiência do Comitê Municipal de Belo Horizonte.

Para minha surpresa, o Seminário agregou uma participação para além dos próprios componentes do Comitê. Como sua infraestrutura foi providenciada pela SEMAS, a programação contou com a presença do novo o prefeito Secretário Municipal de Assistência Social, Sr. Tiago Silva, representando o prefeito César Junior, o Secretário Municipal de Saúde, Sr. Carlos Daniel M. S. Moutinho Junior, o representante do MPR de Florianópolis, Sr. Daniel Paz dos Santos, o Representante da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, Sr. Carlos Alberto Ricardo Junior, a representante do CNDDH de Belo Horizonte, Sra. Luana Ferreira Lima, e o representante da Câmara de Dirigentes



Lojistas de Florianópolis – CDL, Sr. Elídio Yocikazu Sinzato, que cedeu o espaço físico para realização do seminário e é integrante do Comitê.

Organizei uma síntese sobre o Comitê de Florianópolis contando sua história, tempo de existência, principais ações e desafios, que foi lida no início do cerimonial para situar os presentes sobre a temática do evento. Ademais, participei da coordenação da primeira mesa onde o representante do Comitê Nacional fez a apresentação da Concepção política que orienta as ações do Comitê Nacional como também sobre o Marco regulatório e de funcionamento do Comitê.

A partir do relato de experiência de sucesso na organização e funcionamento do Comitê de BH o Comitê de Florianópolis concluiu o ano de 2014 voltando-se para a construção do seu Regimento Interno, fato este que ainda não foi finalizado mais uma vez pela dificuldade em se reunir todas as entidades nesta discussão. Com o recesso das festas de final de ano os trabalhos foram suspensos para serem retomados em 2015.

### **3.1.3 Comunidade Lar Recanto da Esperança**

Figura 3: Comunidade Lar Recanto da Esperança em Florianópolis



Fonte: Foto de: Roberto Castello Branco (2014).

O Lar Recanto da Esperança é uma das Comunidades Terapêuticas – CT existentes em Santa Catarina e que faz atendimento a pessoas do sexo masculino com dependência química. Tem convênio com a Prefeitura Municipal e por isso recebe a PSR que deseja tratamento ao solicitá-lo no Centro Pop. Pedi autorização para realizar entrevista com a direção desta casa, mas apesar de me informarem que eu iria receber uma resposta por mail, esta nunca chegou.

De qualquer forma conheci o espaço por iniciativa própria porque sempre no primeiro domingo do mês a casa recebe amigos e familiares para visita e fui ver alguns rapazes que acompanhei pela Associação Espírita Fé e Caridade e que estavam em tratamento.

Inicialmente, fui visitar dois que estavam pela segunda vez buscando tratamento, mas quando conversava com eles foram aparecendo outros os quais me conheciam da Associação e almoçaram conosco algumas vezes nas tardes de sábado.

Foi um reencontro muito gostoso com a presença de familiares e crianças. Inicialmente, o coordenador dos trabalhados fez uma abertura explicando o que fazem e dando as boas vindas. Em seguida ouvimos uma apresentação musical com canções religiosas executadas por todos os residentes e que foi finalizada quando proferiram o que chamam Oração da Serenidade. Observei que neste momento alguns deles permaneceram de olhos fechados durante toda a apresentação, outros em silêncio, outros emocionados, chorando ao estarem presentes na frente de seus filhos, mulheres e mães. Um deles passou o tempo todo carregando seu menino ao colo.

Após a apresentação, todos foram convidados a um lanche coletivo resultado das doações em pães, bolos e salgados que os familiares e amigos levaram para saborearem juntos.

Os dois primeiros a que me referi (A. e J.)<sup>47</sup> ainda não haviam completado um mês de permanência na casa e se encontravam em processo de adaptação à sua rotina. O tempo máximo para ficarem é de seis meses, não sendo permitido o retorno imediato para o eventual caso de recaída. Cabe considerar que não é garantido, ao sair da CT, que a pessoa ingresse automaticamente no espaço de uma República<sup>48</sup>, o que seria o mais indicado.

---

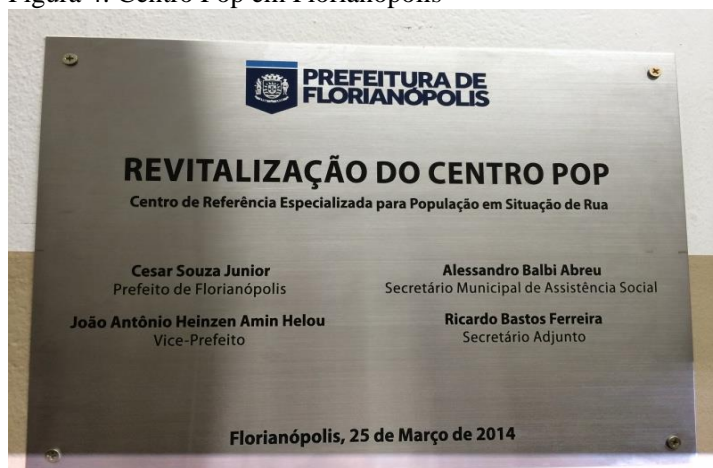
<sup>47</sup> Conforme combinado com a PSR utilizarei suas iniciais/apelido para preservar seu anonimato. Na segunda parte do trabalho detalharei sobre estes dois personagens.

<sup>48</sup> Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2014, p. 51), a República é o serviço que oferece proteção, apoio e moradia

Em 2014 Florianópolis passou a oferecer o serviço de República, mas ainda muito insuficiente ante a demanda de pessoas que precisariam de um espaço desta natureza para recomeçar sua vida. Essa república recebe somente dez pessoas, sendo cinco homens e cinco mulheres, mas que tenham comprovado vínculo de trabalho.

### 3.1.4 Centro de Referência Especializado para População em Situação De Rua - Centro Pop

Figura 4: Centro Pop em Florianópolis



Fonte: Autora (2015).

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) foi previsto no Decreto nº 7.053/2009 e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Está voltado ao atendimento especializado à população em situação de rua. Em Florianópolis fica localizado junto à Passarela do Samba Nego “Quirido” – Avenida Gustavo Richard, s/n – Centro. Segundo informação da SEMAS, este local foi cedido temporariamente pela Secretaria Municipal

---

subsidiada e deve ser desenvolvido em sistema de autogestão ou cogestão, possibilitando gradual autonomia e independência de seus moradores. É destinado a pessoas adultas com vivência de rua em fase de reinserção social, que estejam em processo de restabelecimento dos vínculos sociais e construção de autonomia.

de Turismo, Cultura e Esporte em função da inexistência de outro local apropriado perante a urgência de sua implementação.

O Centro Pop foi inaugurado em 2010 em condições precárias de infraestrutura material e humana. Na época atendia cerca de cinquenta pessoas em situação de rua e com a intenção de disponibilizar serviços especializados e continuados, conjugando atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida.

Tudo isto é mediado por uma equipe interdisciplinar (assistentes sociais e psicólogos) que faz o atendimento, encaminhamento e acompanhamento de usuários que frequentam o Centro Pop, como também acompanham Oficinas, Trabalhos em Grupo e a hora da alimentação coletiva (café da manhã, almoço e café da tarde) e higiene pessoal.

No Centro Pop também funciona o Serviço de Abordagem Social (Rua), que já existe desde 2001, reconhecido antes da criação do Centro Pop como um Programa da SEMAS que funcionava em uma sala desta Secretaria. Somente em 2010, com a criação do Centro Pop, saiu de dentro das instalações da SEMAS e passou a funcionar como serviço. Entretanto, nas duas circunstâncias seu compromisso foi sempre com o atendimento socioeducativo pela busca ativa/abordagem espontânea e/ou denúncias para restabelecer os vínculos familiares, escolares e comunitários de crianças, adolescentes e adultos em situação de rua.

O atendimento do Centro Pop ocorre das 8h às 19h de segunda a sexta e aos sábados das 9h às 19h, neste dia o Serviço Abordagem de Rua funciona atendendo somente a chamados/denúncias por meio dos telefones (48) 9957-2147 e 08006431407.

Em 2013, as ações desenvolvidas pelo Centro Pop envolveram:

- Revitalização do espaço físico com pintura, reforma dos banheiros, colocação de portas, entre outras;
- Aumento do número de refeições com atendimento de 30 para 50 usuários/dia;
- Revitalização da entrada do Centro Pop com plantio de árvores, flores e colocação de grama;
- Parceria com o Comitê para Democratização da Informática- CDI para inclusão digital dos usuários (em implantação);

- Parceria com o Projeto Lagoa Azul, promovendo o acesso cultural através do Cine Pipoca;
- Parceria com a FLORAM na realização de oficina de papel reciclado com início previsto para 15/05;
- Parceria com o Projeto Novo Rumo, de alunos do curso de administração da Universidade do Estado de Santa Catarina- UDESC/ESAG, contemplando a reforma de oito salas que serão utilizadas para realização de Oficinas;
- “Roda de Conversa” promovida pelo Projeto Novo Rumo, tendo como palestrante o Sr. Dalvo – ex-morador de rua;
- Parceria com o Consultório na Rua da Secretaria Municipal de Saúde que realizou campanha de vacinação contra a gripe, capacitação para os funcionários sobre prevenção e tratamento da Tuberculose e coleta de amostras para exames.
- Ampliação do quadro de funcionários com a contratação de Motoristas e Educadores Sociais para atuarem no Centro Pop e Serviço de Abordagem Social (Rua);
- 1ª Oficina de Capacitação para os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Em 2014 o espaço foi revitalizado, aumentou o fornecimento de “quentinhas” para almoço de 100 para 150. Além das oficinas em funcionamento existe no local o serviço de cabeleireiro e ainda enfermagem, quinzenalmente. Há previsão de um carro móvel com serviço odontológico que irá servir tanto os residentes da Casa de Apoio/Abrigo do Continente alternando com atendimentos também no Centro Pop.

Embora o relatório deste espaço em 2013 tenha registrado até dezembro 872 atendimentos, o Centro Pop observou um crescimento no número de pessoas que têm circulado em suas instalações, principalmente na hora das refeições, pois são poucos que aceitam e/ou buscam o atendimento da equipe técnica o que reforça a dificuldade de cadastramento e identificação.

Minha aproximação com este espaço se deu quando fui fazer as entrevistas com a coordenadora e a equipe que faz a Abordagem Social

para conhecer o trabalho de cada um. No entanto, já participei neste local de reunião do Comitê Pop Rua porque insisti junto aos participantes do Comitê quanto à importância de aproximação com o espaço institucional que acolhe o segmento da PSR no sentido de ver de perto seu funcionamento.

Em outra oportunidade estive no Centro Pop também para discutir com a equipe de assistente social e psicólogo casos de pessoas em situação de rua que passaram em um sábado na AEFC e precisava conhecer melhor suas histórias de vida, saber se estavam cadastradas e sendo acompanhadas e discutir com esses técnicos encaminhamentos em parceria.

### **3.1.5 A Casa de Acolhimento Institucional/Abrigo-Centro**

Esta Casa foi instalada por pressão do Ministério Público à Prefeitura de Florianópolis em função da inexistência de infraestrutura adequada para abrigamento da PSR, conforme notícia publicada no Portal de Comunicação do MP/ Cidadania e Direitos Humanos:

#### **Florianópolis deverá melhorar atendimento a moradores de rua.**

Foi concedida a medida liminar requerida pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) para determinar que o Município de Florianópolis viabilize local digno, estruturado fisicamente e operacionalmente, com no mínimo 30 vagas, para acolhimento temporário a moradores de rua. O prazo estabelecido pelo Judiciário para o cumprimento da decisão - ainda passível de recurso - é de 60 dias. Caso a medida liminar não seja cumprida, o Secretário Municipal de Assistência Social fica sujeito à multa pessoal de R\$ 5 mil por dia de atraso. A medida liminar foi obtida em ação civil pública ajuizada pela 30ª Promotoria de Justiça da Comarca da Capital, com atribuição na área da cidadania. Na ação, ajuizada após a instauração de um inquérito civil no qual foi apurada situação relatada pelo Movimento População de Rua, o Promotor de Justiça Daniel Paladino demonstra que não há em Florianópolis uma rede efetiva de proteção ao morador de rua, principalmente no que se refere ao serviço de

acolhimento temporário (SANTA CATARINA, 2012).

A Prefeitura providenciou a instalação deste equipamento institucional no bairro da Prainha, região central. Após a casa encontrar-se pronta e mobiliada e prestes a ser inaugurada em janeiro/2013, a população residente da rua onde funcionaria o Abrigo se manifestou contra e abriu um processo judicial por dano e infecto. Assim, em vista da pressão do promotor e da cobrança de multa diária, em 19/07/2013 foi inaugurado o Abrigo/Centro para receber até 30 homens em situação de rua em outro endereço, na Rua Vitor Meireles, Centro.

Minha aproximação deu-se inicialmente pela necessidade de entrevistar a diretora e a assistente social do abrigo, mas posteriormente participei de uma reunião de gestão coletiva que ocorre todas as quintas-feiras, às 11h, com a participação das pessoas que estão residentes. Além disso, visitei o Abrigo para saber da situação de algumas pessoas que estava acompanhando também via Associação Espírita, fato que me fez ficar conhecida de todos no abrigo e sendo sempre muito bem recebida, ao ponto de em uma ocasião um dos residentes pedir para eu entrevistá-lo para minha pesquisa.

Também acabei contribuindo materialmente com este Abrigo em função de minha participação na Associação. Ocorre que esta sempre está recebendo muitas coisas, de naturezas diversas, para doação. Certa vez fui visitar o abrigo e observei que todos padeciam de muito calor, pois estávamos no alto verão. A diretora informou que naquele momento estava inviável conseguir ventiladores, uma vez que mal a prefeitura estava conseguindo dar conta das despesas mínimas da casa como alimentação e material de higiene, pois até papel higiênico, item essencial, estava sendo pedido para outros serviços institucionais.

Resolvi divulgar na Associação a situação que presenciei e ouvi, passando a solicitar a doação de ventiladores usados. Duas pessoas se manifestaram fazendo as doações. Quando fui entregar os ventiladores, solicitei que estes fossem entregues no dia da reunião de gestão coletiva porque gostaria de informar que a Associação Espírita Fé e Caridade fez esta doação sensibilizada com o estado de precariedade material que se encontrava este serviço público municipal.

Porém, entendia que esta é uma responsabilidade da Prefeitura Municipal e que os residentes do abrigo não deveriam esmorecer ante esta doação, devendo lutar pelos seus direitos de acessar a um serviço público de qualidade, sendo também incentivados a tomarem parte nas lutas do Movimento de População de Rua - MPR para que, além de fazerem

pressão pelos seus direitos, ganhassem visibilidade e respeito político em seu coletivo de luta.

Foi reiterado também que a Associação como membro da sociedade civil está para desempenhar, entre outras funções estatutárias, uma assistência social complementar e não substitutiva do papel governamental. Este procedimento foi informado à diretoria da Associação e procedi desta forma na entrega da doação.

### **3.1.6 Centro de Atendimento Psicossocial Álcool e Drogas – CAPS-ad**

O surgimento deste equipamento institucional de amparo à saúde mental é resultante de uma iniciativa do Ministério da Saúde brasileiro, precisamente em 2001, apoiada pelas proposições da III Conferência Nacional de Saúde Mental que marca a transição do modelo de atenção à saúde pós Reformas Sanitária e Psiquiátrica<sup>49</sup>.

Com a implantação do Programa Nacional de Atenção Comunitária em 2002, o Ministério da Saúde inclui usuários de álcool e outras drogas oficialmente como problema de saúde pública, organizando uma política pública específica de atenção às pessoas com estas dependências dentro de sua estrutura na saúde mental.

É uma política que vai ao encontro dos preceitos das Reformas Sanitária e Psiquiátrica, assim como defini como estratégia a ampliação do acesso ao tratamento, uma compreensão integral e dinâmica do problema, a promoção dos direitos e a abordagem da redução de danos. Neste sentido, é construída uma rede estratégica de serviços extra-hospitalares, pautada na redução de danos, com o foco na reabilitação e reinserção social com atuação comunitária de âmbito territorial<sup>50</sup>.

---

<sup>49</sup> Estes Movimentos, de acordo com Borba (1998) marcaram o processo de abertura política vivido pelo Brasil no final da década de 70, destacando-se duas correntes político-ideológicas: uma formada por representantes do complexo médico-industrial em defesa da privatização da saúde e outra, através da qual intelectuais, profissionais da saúde e estudantes encabeçaram o Movimento da Reforma Sanitária. Para maior detalhamento consultar também Fleury e Ouverney (1997) e Escorel (2008).

<sup>50</sup> A construção de uma rede comunitária de cuidados é fundamental para a consolidação da Reforma Psiquiátrica. A articulação em rede dos variados serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico é crucial para a constituição de um conjunto vivo e concreto de referências capazes de acolher a pessoa em sofrimento mental. Esta rede é maior, no entanto, que o conjunto dos serviços de saúde mental do município. Uma rede se conforma na medida em que são



Os Centros de Atenção Psicossocial para atendimentos de pacientes com dependência e/ou uso prejudicial de álcool e outras drogas CAPS ad representam os dispositivos centrais de ação estratégica no contexto da rede psicossocial apresentada pelo Ministério da Saúde. Conforme o Relatório de Caracas, suas funções estão assim definidas:

É função dos CAPS prestar atendimento clínico em regime de atenção diária, evitando assim as internações em hospitais psiquiátricos; promover a inserção social das pessoas com transtornos mentais através de ações intersetoriais; regular a porta de entrada da rede de assistência em saúde mental na sua área de atuação e dar suporte à atenção à saúde mental na rede básica. É função, portanto, e por excelência, dos CAPS organizar a rede de atenção às pessoas com transtornos mentais nos municípios. Os CAPS são os articuladores estratégicos desta rede e da política de saúde mental num determinado território. Os CAPS devem ser substitutivos, e não complementares ao hospital psiquiátrico. Cabem aos CAPS o acolhimento e a atenção às pessoas com transtornos mentais graves e persistentes, procurando preservar e fortalecer os laços sociais do usuário em seu território. De fato, o CAPS é o núcleo de uma nova clínica, produtora de autonomia, que convida o usuário à responsabilização e ao protagonismo em toda a trajetória do seu tratamento (BRASIL, 2005a, p. 27).

---

permanentemente articuladas outras instituições, associações, cooperativas e variados espaços das cidades. A rede de atenção à saúde mental do SUS define-se assim como de base comunitária. [...] O território é a designação não apenas de uma área geográfica, mas das pessoas, das instituições, das redes e dos cenários nos quais se dão a vida comunitária. Assim, trabalhar no território não equivale a trabalhar na comunidade, mas a trabalhar com os componentes, saberes e forças concretas da comunidade que propõem soluções, apresentam demandas e que podem construir objetivos comuns. Trabalhar no território significa assim resgatar todos os saberes e potencialidades dos recursos da comunidade, construindo coletivamente as soluções, a multiplicidade de trocas entre as pessoas e os cuidados em saúde mental. É a ideia do território, como organizador da rede de atenção à saúde mental, que deve orientar as ações de todos os seus equipamentos (BRASIL, 2005, p. 26).

Segundo a Secretaria Municipal de Saúde em Florianópolis<sup>51</sup> a Rede de Atenção à Saúde Mental encontra-se em processo de construção e iniciou seus atendimentos a pessoas com sofrimento mental grave no Centro de Atenção Psicossocial Ponta do Coral para adultos e para crianças e adolescentes no Centro de Atenção Psicossocial para Crianças e Adolescente (CAPSi).

Atualmente, oferece dois CAPS ad - II, sendo um na Ilha e outro no Continente (este é considerado para referência no atendimento à PSR) e um CAPSi para atender crianças e adolescentes com alto grau de sofrimento psíquico na faixa etária entre 14 e 18 anos incompletos. Há uma previsão de inaugurar em 2014 um CAPS ad – III no Continente, com capacidade para receber pacientes para atendimento e desintoxicação por um período de até 14 dias funcionando 24h e também de uma Unidade de Atendimento Terapêutico par mulheres, crianças e adolescentes.

O CAPS realiza assistência à Saúde Mental a partir de uma perspectiva interdisciplinar, conforme o novo modelo de cuidados em saúde mental que busca incentivar a autonomia do paciente e sua reintegração à sociedade.

Seu objetivo é a prevenção, assistência e reabilitação psicossocial das pessoas atendidas, egressos de hospitais psiquiátricos ou não. Tem uma atenção singularizada estabelecendo Projetos Terapêuticos individuais nos quais cada paciente é acompanhado por pequenas equipes regionalizadas no sentido de construir conjuntamente seu atendimento nos projetos de saúde e o estabelecimento de metas a serem alcançadas por ele com a mediação do serviço.

Assim, nos casos em que os pacientes decidem pela internação nas Comunidades Terapêuticas, a Secretaria Municipal de Saúde fez um convênio com o Lar Recanto da Esperança para 90 vagas, das quais 60 são reguladas pelo CAPS e 30 pelo Centro Pop, o que significa dizer que somente essas duas instâncias podem encaminhar pessoas em situação de rua para o tratamento prolongado nessa CT.

Minha aproximação ocorreu com o CAPS-ad – Continente por ocasião da entrevista ao seu diretor. Este informou que a PSR chega para o atendimento seja por demanda espontânea, seja por encaminhamento

---

<sup>51</sup> As informações sobre a Secretaria Municipal de Saúde foram retiradas do seu site oficial (<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/saude/index.php?cms=saude+mental&menu=6>) e dos registros de meu Diário de Campo realizados quando os representantes dessa Secretaria visitaram o Comitê Pop Rua em 02/10/2013 para apresentar o funcionamento de seus serviços e o fluxo de atendimento da PSR.

realizado pelo Centro Pop, Casa de Acolhimento Abrigo do Continente ou do Abrigo-Centro.

No entanto, nem sempre foi assim. Antes de 2006 o Programa de Abordagem Social que funcionava dentro da SEMAS oferecia dentre outros projetos o Projeto de Atendimento a Dependentes Químicos - PROADQ, o qual fazia o encaminhamento da PSR direto para as CT. A partir de 2006, com a inauguração do CAPS-ad Continente, isto foi alterado uma vez que ambas as Secretarias (de Saúde e de Assistência Social) conversaram sobre a necessidade de adotar uma prática condizente com o novo modelo de saúde mental que valoriza a articulação com outras estratégias de tratamento e redução de danos<sup>52</sup> e não apenas a internação em clínica. Assim, antes da opção CT o paciente precisa passar por uma avaliação médica e interprofissional no CAPS.

### 3.2 APROXIMAÇÃO COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA RUA

As pessoas que abordei no espaço da rua para entrevista, exceto quatro, não me eram desconhecidas. Já havia construído com elas um vínculo de aproximação em função de frequentarem a Associação Espírita Fé e Caridade aos sábados à tarde.

Assim, as pessoas que estão vivendo na rua combinaram comigo que em algum dia e hora da semana passariam no local onde se encontravam para conversarmos. Já aqueles que estavam abrigados em espaços institucionais ou retomaram a vida em família agendei para conversarmos.

---

<sup>52</sup> Segundo a Portaria nº 1028 de 1º de julho de 2005, o Ministério da Saúde resolve deliberar sobre o entendimento da prática de Redução de Danos: Art. 1º Determinar que as ações que visam à redução de danos sociais e à saúde, decorrentes do uso de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência, sejam reguladas por esta Portaria. Art. 2º Definir que a redução de danos sociais e à saúde, decorrentes do uso de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência, desenvolva-se por meio de ações de saúde dirigidas a usuários ou a dependentes que não podem, não conseguem ou não querem interromper o referido uso, tendo como objetivo reduzir os riscos associados sem, necessariamente, intervir na oferta ou no consumo. Art. 3º Definir que as ações de redução de danos sociais e à saúde, decorrentes do uso de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência, compreendam uma ou mais das medidas de atenção integral à saúde, [...], praticadas respeitando as necessidades do público alvo e da comunidade” (BRASIL, 2005b).

O Terminal Cidade de Florianópolis que opera as linhas de ônibus intermunicipais da Grande Florianópolis, localizado no bairro Centro, próximo à conhecida Praça XV, ao Camelódromo e ao Mercado Municipal, recebe além dos ônibus a presença da população em situação de rua, que utiliza dos bancos para descansar, dormir ou vender sua força de trabalho.

Foi o caso de V. (Graxa) que trabalha lá como engraxate e tem uma vida construída ora em espaços de acolhimento institucional, ora na rua.

Nas mediações deste terminal, em um dos restaurantes populares que o margeiam, conversei também com C. (Bonsay), que sobrevive com a venda de artesanato, árvores feitas de arame como se fossem bonsais. Este, na ocasião da entrevista, apresentou-me a uma amiga que já havia saído da rua, mas que ao saber de minha pesquisa pediu para ser entrevistada também. Como M. (Falante) já trabalhava e tinha um horário disponível mais reduzido marcamos para conversar outro dia em sua hora de almoço no espaço físico da Associação.

Também foi num bar próximo a este Terminal que entrevistei Vi. (Loura), que já foi atendida pela Associação durante sua terceira gravidez. Havia perdido o contato com ela porque após ter o bebê, desapareceu. Tornei a encontrá-la quando já estava na sua quinta gravidez. Dos quatro bebês anteriores dois estavam sob a guarda de parentes e os outros dois em abrigo da prefeitura, pois o Conselho Tutelar lhe retirou a guarda.

Na Associação também entrevistei R. (Surfista), morador da Rua Bocaiúva, precisamente dorme no jardim do Banco Citibank, próximo à Casa de Saúde São Sebastião e ao Colégio Menino Jesus. Esta rua é conhecida pelos bares, lojas e shopping, sendo que a prefeitura tem planos de transformá-la, padronizando seus serviços e ganhando a identidade de uma *boulevard* com muitas opções para divertimento, serviços e turismo.

Surfista também é frequentador da Associação e, coincidentemente, certa feita, quando eu passava em frente à Associação, encontrei-o por lá, cabisbaixo, triste, reclamando de tudo e de todos, então o convidei para conversar. Sugeri que poderia ser na Associação, uma vez que estávamos à sua porta, no que ele aceitou de pronto e concedeu-me a entrevista. Vale destacar que as pessoas entrevistadas no espaço físico da Associação assim optaram por terem autorizado a gravação, procedimento que seria comprometido pelos ruídos próprios à rua. Também estavam muito fragilizadas, choraram e se sentiram com mais privacidade para desabafarem.

Outra pessoa em situação de rua entrevistada foi A. (Gatiado), que na ocasião morava na calçada de um dos lados da Rua General

Bittencourt. Esta rua fica bem no Centro e corta uma das principais Avenidas, a Hercílio Luz, iniciando-se na Rua Victor Meirelles, muito conhecida por localizar o museu homônimo e, agora para a PSR, também por estar localizada a Casa de Acolhimento/Abrigo. Ele estendeu uma cobertura na calçada e sentamos para conversar.

J. (Fortinho), Da. (Alemão), Doug. (Artista), C. (Paranaguá) e L. (Sorriso) já estavam fora da rua, porém ainda abrigados em Casas de Acolhimento Institucional e conversamos naquele espaço com entrevista agendada previamente. Na ocasião, Da. (Alemão), C. (Paranaguá) e L. (Sorriso) estavam representantes do Movimento de População de Rua em Florianópolis. Hoje, só Da. (Alemão) continua em tal função. Paranaguá e Sorriso foram entrevistados para que eu pudesse conhecer a história do MPR em Florianópolis. Assim, nossa conversa não abrangeu a vida pessoal de cada um. Como retornaram para rua não mais os encontrei porque saíram de Florianópolis.

Ro. (Hulk) e Dalv. (Atleta) já saíram da rua e hoje tem uma vida em família e com trabalho. Conheci Hulk em uma reunião chamada pelo Centro de Saúde do bairro de Coqueiros para discutir providências com a população em situação de rua que começava a aparecer e preocupar os moradores daquela região.

Hulk é Pastor evangélico e estava lá porque soube da reunião no posto de saúde e foi conferir o que seria discutido, pois mantém um trabalho com pessoas carentes no morro da Carvoeira, vinculado à sua igreja e, às vezes, dá apoio àqueles que estão na rua, acolhendo-os, alimentando-os e dando abrigo até eles tomarem um rumo na vida.

Atleta saiu da rua, fez tratamento para se desvincular das drogas e hoje é um corredor de maratona, casado, com dois filhos e trabalha como segurança.

Na segunda parte do trabalho desenvolverei sobre o resultado desta aproximação com estas pessoas.



## PARTE II: A RUA: ROTINA E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

A rotina e as estratégias de sobrevivência da PSR em Florianópolis constitui um repertório importante a ser investigado em minha pesquisa de forma exploratória e longitudinal, uma vez que me propus a captar e compreender como percebem o atendimento realizado pela assistência social nesse município. Não privilegiando uma visão simples, superficial e estética, mas conhecendo suas raízes, causas e relações de existência a partir de um quadro amplo do sujeito como ser social e histórico para poder explicar e compreender o desenvolvimento da vida humana e de seus diferentes significados no meio cultural estabelecido pelo contato com a rua.

No entanto, “[...] repertórios de estratégias e sobrevivência não surgem espontânea e independentemente de nossa vontade. Eles são produto de ação recíproca entre os recursos e a inventividade dos moradores de rua e as restrições organizacionais, políticas e ecológicas locais” (SNOW; ANDERSON, 1998, p. 48).

Assim, senti necessidade de compreender como a experiência de viver na rua é administrada pela sociedade, considerando para tanto os serviços e/ou agências de controle e de estabelecimentos comerciais que interagem diretamente com eles. Pude então, além de conversar diretamente com quem está na rua, saiu da rua, saiu, mas retornou, ouvir também pessoas que interagem com eles atuando na administração e/ou controle por meio do serviço público de assistência e de saúde municipais, na área da segurança pública, em organizações não governamentais.

Embora a amostra seja pequena, pois relatarei aqui sobre a vida de onze pessoas que interagem e/ou interagiram com a rua, a possibilidade de minha aproximação também com outra parte deles por meio do trabalho desenvolvido na AEFC e no Comitê Pop Rua me permitiram compreender o desenrolar das ações ou processos que são produzidos, reproduzidos, contrastados e alterados no interior de um contexto social e histórico específicos.

Posso afirmar que meu envolvimento com este trabalho foi *sui generis* porque ora me vi como pesquisadora, ora como uma simples cidadã desenvolvendo um trabalho voluntário, ora representando uma organização da sociedade civil. Às vezes isto pareceu um pouco confuso, complexo, mas sem perder a noção da grande oportunidade que tive de estabelecer contatos, relações, falar em defesa da PSR, me posicionar politicamente, silenciar e/ou só observar e anotar, ter que estabelecer uma triagem sobre o material para pesquisa discernindo por isto ou aquilo ao

passo que enxergava o valor de tudo isto para meu crescimento pessoal e profissional.

O fato é que não consegui vivenciar a experiência de separar o olhar do pesquisador de forma objetiva e neutra como defende as teorias positivistas para o uso da ciência investigativa. Minha inserção em vários espaços de discussão sobre a PSR me oportunizou uma compreensão de multiperspectiva sobre o viver na rua.

Considerando as diferentes possibilidades de contato com a PSR não poderia esquecer que, além de a realidade social ser multifacetada para ser apreendida apenas de uma forma, este é um público que tem uma forma muito heterogênea de circulação urbana e interação social características que me mobilizou para utilizar de variadas estratégias de aproximação e conhecimento de sua realidade. Neste sentido, à medida que fui me envolvendo com meu objeto de pesquisa e público-alvo o processo investigativo foi tomando a forma de uma pesquisa triangulada<sup>53</sup> porque aproveitei dos momentos de minha participação em entrevistas, reuniões, dos almoços na AEFC, das manifestações do MPR, dos fóruns na Câmara Municipal, da leitura de reportagens e/ou documentos, da parada para registrar um momento fotográfico, resultando na coleta de rico material quantitativo e qualitativo.

Como já mencionado no item 1.3 minha presença como trabalhadora voluntária do Grupo Benedita Fernandes da AEFC aos sábados à tarde foi elemento chave para quebrar barreiras pessoais de aproximação com a PSR. Não sabia ao certo como fazer esta aproximação. Posso afirmar que o diferencial nesta aproximação foi o tratamento que procurei dar aos encontros. Sempre fui cuidadosa em recepcioná-los olhando em seus olhos, estendendo a mão para cumprimentá-los, procurando chamá-los pelo nome, convidando para entrar, aproveitando a oportunidade do encontro para estabelecer um vínculo que se traduzisse em atenção e respeito.

Percebi que estes cuidados com a relação com o outro foram eficientes porque aos poucos, conforme o diálogo foi se alinhando, pois a linguagem também sofre alterações para que ambos consigam se

---

<sup>53</sup> Segundo Minayo (2005, p. 29) “Triangulação é um conceito que vem do interacionismo simbólico e é desenvolvido, dentro dessa corrente, primeiramente por Denzin (1973), significando a combinação e o cruzamento de múltiplos pontos de vista; a tarefa conjunta de pesquisadores com formação diferenciada; a visão de vários informantes e o emprego de uma variedade de técnicas de coletas de dados que acompanha o trabalho de investigação. Seu uso, na prática permite interação, crítica intersubjetiva e comparação [...]”.



comunicar, tanto eu quanto ele ou ela iam se tranquilizando, coração desacelerando e a convivência se fortalecendo. Este processo se repetiu várias vezes até que eu já pudesse ser considerada pessoa amiga, confiável ao ponto de apresentar meu interesse particular, enquanto pesquisadora também, para pedir uma entrevista e esta ser concedida.

Outra situação que logo de início me aguçou a curiosidade era saber quantas pessoas estavam em situação de rua. Porém, esta foi uma informação difícil de ser alcançada e que, com a participação às reuniões do Comitê Pop. Rua, identifiquei que não era apenas uma curiosidade pessoal. Florianópolis ainda não realizou uma pesquisa censitária da PSR, fato este que, segundo os próprios participantes do Comitê, tem dificultado conhecer seu perfil, necessidades e compatibilidades com os serviços oferecidos de assistência social. Esta lacuna me mobilizou a rastrear cadastros/relatórios junto às instituições públicas ou privadas a fim de ter uma noção de quantos são. No Quadro II é possível ver este quantitativo a partir das instituições pesquisadas.

Quadro 2: Número de Moradores de Rua na amostragem de rastreamento por instituição.

<b>Instituição</b>	<b>Número de Casos*</b>
Centro Pop/Abordagem Social	Em 2013, 774 (abordagens realizadas); 676 (casos atendidos); 872 (total de PSR acompanhadas)
Abrigo Casa de Apoio Social - Jardim Atlântico	Em 2013, 150 (atendidos) e 106 (novos residentes)
Abrigo - Centro	20 residentes em 2013 e 13 até junho/2014.
Abrigo Feminino - Agronômica	7 residentes (2014)
Albergue da Maçonaria	20
Albergue Municipal (inaugurado em 19/08/2014)	281 (19/08 a 31/12/2014)
Centro Cultural Escrava Anastácia	Até o primeiro semestre/2014, 61 atendidos, sendo 53 homens e 8 mulheres
Guarda Municipal de Florianópolis	300 (2010) e 319 (2013) **

Fonte: Guarda Municipal de Florianópolis (2013).

\*Número de Casos constante dos registros documentais e/ou informados pelos funcionários entrevistados.

\*\* Em 2010 uma equipe da Guarda Municipal de Florianópolis realizou um levantamento dos moradores de rua e/ou usuários de drogas na cidade de Florianópolis. Durante um período de um ano descobriu 66 cenas de uso de

drogas na região central e continental da cidade, cadastrando cerca de 300 pessoas. Em 2013, a pedido do Comitê Gestor Crack é Possível Vencer do Município de Florianópolis, parte da equipe inicialmente formada deu seguimento aos trabalhos por um período de três meses, aproximadamente, e se deparou com 74 cenas de uso somente na região central da cidade, cadastrando 319 pessoas, sendo que uma pequena parcela foi reencontrada.

Mesmo tendo uma população aproximada de 421.240 hab., Florianópolis ainda não registra sequer mil pessoas em situação de rua, apresentando características próximas àquelas registradas durante o levantamento realizado pelo MDS em 2008 conforme citado anteriormente. O número é proporcionalmente baixo, mas já requer providências para uma estrutura adequada ao seu atendimento.

Testemunhei que de 2010 até 2014 o serviço público de atendimento à PSR se ampliou, mas muitos são os desafios a serem transpostos. Conhecendo e comparando o discurso oficial (das organizações que atendem a PSR) com o discurso da PSR foi possível evidenciar a percepção que este segmento tem sobre o serviço público que lhe é oferecido, como se estabelecem os campos de força e a construção de vínculos.

Nesta segunda parte apresentarei o discurso de meus entrevistados que vivem ou viveram a situação de rua sumariando sobre o relato de suas vidas, as suas justificativas sobre a escolha pela rua, o que ela significou para si, como foi/é seu dia a dia, como utiliza os serviços de assistência social e/ou saúde do município, como observa o atendimento de suas necessidades, sua adesão ou não à participação do MPR e o significado da rua em sua vida.

## CAPÍTULO IV - APRESENTAÇÃO DOS HOMENS ENTREVISTADOS

**V. (Graxa)** 28 anos, nasceu em Florianópolis, foi abandonado pelos pais que, não lembra quem são, aos 8 anos. Viveu uma longa trajetória de entrada e fuga até os 18 anos em espaços para acolhimentos de crianças e adolescentes. Entrou em contato com o mundo do vício, da droga, mas não usou nada. Disse que preferiu buscar outra maneira de sair da rua. “Oportunidade de emprego, mas tá difícil porque não adianta tu ter profissão se tu não tem endereço. Entendeu? Tem a discriminação por ser morador de rua”.

Durante este período recebeu um tipo de apadrinhamento do Juiz da Vara da Infância e da Juventude à época, responsável por suas transferências conforme completava o período de permanência em determinada instituição. Assim, morou um tempo em Lages, Porto Alegre e em Florianópolis no abrigo do São Lucas.

Concluiu o Ensino Médio, tem curso técnico de eletricista pelo SENAI. Sua relação com o trabalho iniciou aos 16 anos em Lages, na gestão do prefeito Raimundo Colombo (atual governador de Santa Catarina), que o ajudou a adquirir esta formação educacional e atuar na prefeitura de Lages como *office-boy*.

Ao atingir a maioridade, conseguiu trabalhar no setor de saneamento básico na prefeitura de Porto Alegre, por influência de José Fortunati, prefeito àquela época. Deu a entender que ao final de sua gestão perdeu o trabalho. Neste período em que já não era mais aceito em abrigo morou de favor na casa de um, de outro, mas segundo ele “não é bom viver de favor. Por mais que tu ajude, dizem assim, tu tá de favor”. Após sua saída do trabalho e descontente onde morava resolveu sair andando por aí. Assumiu a postura de um andarilho parando em Brasília, São Paulo, Curitiba, Lages, Porto Alegre até voltar a Florianópolis porque seus documentos foram roubados e só poderia tirar a segunda via aqui.

Hoje seu ponto de parada é o Terminal Cidade de Florianópolis, onde trabalha como engraxate desde 2008, já fez amizade com os motoristas e cobradores de ônibus. Estes também o ajudam com a alimentação. Chega sempre às 6h da manhã, pega o carrinho de bala e o gelo para o pessoal que paga para ele fazer isto e começa a engraxar. No final do dia, vai até a rodoviária, paga R\$10,00 para tomar banho, lava suas roupas na torneira das Lojas Americanas e dorme na calçada do prédio da Justiça Federal porque os vigias sabem que ele não faz bagunça nem sujeira. Não frequenta o Centro Pop e avalia que “o jeito que o Centro

Pop funciona, dá o cafezinho e seis e meia bota todo mundo pra fora, isto não ajuda”.

**C. (Bonsay)**, 37 anos, natural de Biguaçu/SC, foi outro entrevistado, filho de pais separados e com seis anos foi abandonado pelo pai. Seu pai ainda é vivo, consta que reside em Garopaba e a mãe mora em Florianópolis, mas não tem contato com ambos. Residiu até os 15 anos na FUCABEM (Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor D. Jaime Câmara), em Palhoça. “Então, lá eu tinha formação, aprendizado, escola, oficina de profissionalização. Eu tinha tudo na mão que eu podia usufruir né? Tinha acesso a muitas coisas, atividade, tudo. E daí até que eu comecei a aprontar, começa a fazer coisas que não devia e me desligaram. Daí eu caí nas ruas”.

Conta que um dia acordou e não viu mais a mãe e nem o pai. Estava só com seu irmão mais velho e um bebê recém-nascido.

Porque quando a mãe saiu de casa foi da noite pro dia. No outro dia eu me acordei e não tinha mais ninguém em casa. Não tinha minha mãe e nem as duas irmãs mais velhas que eu. Só ficou eu, meu irmão Tião e mais um neném recém-nascido que tinha uns quatro ou cinco meses. Daí passaram-se dois dias e o neném morreu no colo do meu irmão. O pai saía pra trabalhar e ficava uns dois dias fora. Meu irmão era pai e mãe. Ele cuidava dele e de mim também. E morreu né? Naquele dia seis horas da tarde ele morreu. Foi bem triste naquele dia.

A vida na FUCABEM foi marcada por muitas fugas até que, aos 15 anos, em um de seus retornos, a assistente social o apresentou a uma mulher que dizia ser sua mãe. Acha que ela estava tentando uma reaproximação. Sem entender nada pediu sua bênção. O irmão mais velho já estava próximo de completar 18 anos. Esta mulher tinha um terreno no bairro da Tapera aqui em Florianópolis, mas não tinha como construir. Morava de favor com a patroa e mais um filho pequeno. Bonsay acha que a instituição ou o Estado se aproveitou do aparecimento da mãe e “eles despacharam dois de uma vez só”. Mesmo morando de favor na casa de sua patroa com um filho pequeno, deu a ela uma casa de madeira de pinus, sem nada dentro, que segundo ele, sem pintura a madeira entortou logo.

Bonsay lamentou muito pelo irmão que estava próximo da maioridade e tinha possibilidade de ingressar na Marinha, que fica no bairro do Estreito.

No caso dele, eles foram um pouquinho cruel com ele porque ele ia entrar pra escola de marinheiro ali no Estreito. E daí que essa coordenadora parece que não podia, não sei o que, não sei o que... e ele não foi mais. E ele era um cara super estudioso, disciplinadíssimo, sabe? E daí era a chance da vida dele e não foi. Fomos morar junto numa casa que não tinha nada, nada nem fogão, nem panela, nada.

A fome e a falta de aproximação com a mãe contribuíram para que Bonsay e seu irmão fossem até o centro da cidade andando em busca de alimento. Quando chegaram próximo à Praça XV, lembra com gosto, viu a molecada pendurada em uma mangueira. Foi ali que ele e seu irmão mataram a fome que lhes corroía.

Depois disso o irmão se aproximou de um grupo de amigos, fez amizade e foi morar na casa de um deles. Neste momento se deu a primeira grande decepção de Bonsay com o irmão pois ele não quis levá-lo consigo. Isto o fez ficar perambulando pela rua sem saber o que fazer. Dizia-se muito ingênuo, desconhecedor de tudo, muito envergonhado, não conseguia pedir comida a ninguém.

Até que encontrou um grupo de garotos: “E assim eu fiquei na rua. Fiquei sozinho e fui me juntar aos bons né? Me juntei com uma rapaziadinha lá. No aterro ali. E fui chegando, fui chegando. Eles tavam cozinhando umas comida assim... tinha um monte de papelão, uma lata, panela cozinhando ali e comendo tudo no papelão de prato. Prato de papelão! Eu achei estranho, mas perguntei se eles tinham um pouco”. E assim foi construindo seu novo grupo familiar, a “rapaziadinha” da rua. Com eles aprendeu a cheirar cola, fumar maconha, roubar e praticar a malandragem.

Aos 17 anos entrou para outra instituição, a Casa Santa Rita de Cássia, indicada por um peregrino (morador de rua), recém-inaugurada no bairro da Agrônômica. Foi buscar vaga por conta própria, sem o encaminhamento de nenhuma entidade e/ou órgão público. Lá ofereciam cursos profissionalizantes tais como corte de cabelo, pintura e teatro. Sempre gostou de arte, frequentou algumas aulas de teatro, mas nunca gostou de estudar, cursou até a quinta série, sem completá-la. Também deixavam sair dois dias e duas noites. Foi em uma destas saídas, sempre envolvido com usuários e traficantes, que conheceu a cocaína.

Quando completou 18 anos passou a andar com gente “da pesada”, usar arma, roubar, usar crack, se envolver com crime, eventos que perduraram até os 21 anos. Neste intervalo já havia sido preso duas vezes,

mas na terceira vez, quando estava recentemente em liberdade, acabou se envolvendo em um crime sendo condenado a 30 anos, mas como seu parceiro no caso assumiu a culpa, ele ficou como coautor. “A pena diminuiu porque ganhei perdão de pena e induto por bom comportamento e por já ter pagado uma certa quantia de pena, o presidente na época, Lula, me deu dois anos de benefício. Então eu fiquei 5 anos e 8 meses”.

Tem um filho de 16 anos que teve com uma prima da mulher de seu irmão, resultado de uma das visitas que fazia a ele nas noites em que era liberado da Casa Santa Rita para sair. O filho e mãe do garoto o visitavam no presídio, mas ainda nesta época acertou com a companheira que não dava mais certo o relacionamento, passando a conviver como amigos. Hoje o menino vive com a mãe e Bonsay dá apoio na compra de material escolar e se falam esporadicamente.

Nesta época quando procurava reverter sua situação passou também por Clínicas Terapêuticas para tratamento da dependência química, pois avaliou que seu pior período foi quando passou usar crack, que o levou a se comparar a um lixo humano, trapaceando a tudo e a todos pela aquisição do crack. Nunca terminou o tratamento pois sempre abandonava antes do término, mas avalia que aprendeu muito neste período chegando até a retomar os estudos no CEJA (Centro de Educação para Jovens e Adultos), mas no momento em que conversamos já havia interrompido novamente e estava pretendendo retomar um curso de paisagismo que iniciou certa vez quando foi ajudado pela ONG Centro Cultural Escrava Anastácia, mas que também não concluiu.

Quando passou o tempo preso conheceu um senhor que fazia arvorezinhas de arame, tipo bonsai. Observou o trabalho e quando saiu da cadeia conseguiu comprar material (alicate e arame) com a ajuda de doação das pessoas e tentou fazer. Conseguiu, vendeu bem e hoje é uma de suas fontes de renda. Quando o entrevistei não estava mais na rua, tinha recém começado um trabalho em uma empresa de serviços gerais em meio expediente e estava morando com uma amiga, ex-moradora de rua também. Atualmente, recebe acompanhamento do CAPS-ad (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas) porque neste período em que está trabalhando já apresentou recaídas. Pegou atestado médico e conseguiu retornar ao trabalho.

Demonstrou grande tristeza e pesar com o destino de seu irmão que hoje está doente e esquecido no Hospital de Custódia. Ao recordar sobre a situação do irmão, lembrou sua segunda decepção com ele:

Meu irmão era estudioso, disciplinado, um bom filho, educado e meu pai dizia pra nós: oh, vocês

não prestam. Ficou aqui na cabeça, tu não presta, tu não presta. Até que um dia, meu próprio irmão falou isso pra mim: tu não presta. Quando meu pai falava parecia que não rebatia em mim, mas quando ele falou pra mim, daí ficou ruim a coisa. Abalou, mexeu. Então é assim, foram muitas palavras que me machucaram muito [chorou].

O terceiro entrevistado é **A. (Gatiado)**, 38 anos, natural de Curitiba/PR, foi casado com J. por 12 anos. Desta união teve um casal de filhos, G. agora com 16 anos, e I., com 9 anos. O motivo da separação foi a descoberta de que havia sido traído. Saiu de casa “cheio de orgulho, fiquei degringolado”.

Conheceu uma mulher que era usuária de droga e como ele já fez uso também, antes de se casar rapidamente retomou o vício só que desta vez se envolveu com o crack. Virou um andarilho, passando a morar em várias cidades.

Perambulou por Chapecó, Rio Azul, Contenda, parou um pouco em Navegantes, onde ora trabalhou informalmente, ora em restaurante. Até chegar a Navegantes nunca havia morado na rua. Conseguiu alugar uma quitinete, mas sempre recaindo no crack.

Só que eu conheci um pessoal que morava na rua e que ficava nos fundos da lanchonete onde eu costumava a trabalhar. Como todos eram usuários, eu também me envolvi com eles ali e a coisa foi piorando até o dia que eu não pude mais pagar o aluguel da minha casa. Cheguei a mudar para outra casa toda mobiliada com tudo, mas não conseguia dar conta de pagar. A dona da casa não aguentou mais, era muito amiga, mas precisava receber. Daí eu fui pra rua.

Seguiu a pé para Brusque porque soube que lá aconteceria a FENARECO (Feira Nacional do Marreco). “Tinha uma mochila muito grande, tinha muita roupa, muita coisa ainda. Me desfiz de tudo no caminho porque eu não conseguia carregar, né. Foram dez dias na rua. E ali eu comecei a aprender como que na rua você vai sobreviver, fazendo artesanato com latinha, pedindo, vigiando carro, coisas que eu ainda não tinha passado”.

De cidade em cidade, numa vida de errância e muita caminhada, chegou no alto verão a Florianópolis, em 2006.

Continuei aprendendo a sobreviver, mas era uma situação muito difícil em cada lugar que eu chegava, pelas histórias que eu já tinha escutado de quem vive na rua, o que acontece. Teve épocas que ouvi dizer que lá em São Paulo incendiaram, botaram fogo nos moradores de rua, situações muito complicadas que eu acompanhava na televisão, né. Então, eu chegava nos lugares e não conseguia dormir dois, três dias preocupado pra saber quem era aquele ali. Até poder ter uma tranquilidade, descansar. Meus amigos deitavam, dormiam geralmente embriagados, coisa que eu não sou de muito é de beber. Daí eles dormiam e eu ficava acordado ali de vigia e eles ali desmaiados dois, três dias.

Como era alta temporada estabeleceu-se na Lagoa da Conceição, morava embaixo da ponte e sobrevivia com serviço de flanelinha. A relação com os primos (assim chamava os companheiros de rua) lhe possibilitou acesso à droga e ao tráfico, passando a trabalhar para este até o momento em que foi preso, em 2007. Fugiu, retornou, mas “pagou” os dois anos que devia à Justiça Penal.

Ao sair da prisão, procurou seus antigos “primos” na Lagoa, mas estes já haviam se deslocado para a Praça XV, era inverno o movimento na cidade era outro.

A grande parte foi embora. O grupo se intitulava família XV. Eram os moradores do coreto da Praça XV. Usavam droga lá no meio do movimento. Aí a polícia nos tirou e fomos morar lá no INSS. Nos tiraram também. Do INSS a gente morou lá onde era a antiga Delegacia pra cima lá da praça do Teatro Álvaro de Carvalho [Praça Pereira Oliveira]. De lá viemos aqui para o PROCOM. Uma vez eu saí, não achei ninguém e vim saber que tinham vindo tudo pro PROCOM. E do PROCOM viemos aqui para o DRT. Foi se dissipando né, alguns foram mudando, alguns arrumaram confusão, foram bebendo, brigando e cada um foi procurando um lado diferente. Uns permaneceram, outros saíram, voltaram, que é meu caso também, o caso do N. e de várias pessoas. Eles tentam mudar, mas daqui a pouco retornam, mas é a mesma raiz.



A inclusão de Gatiado ao grupo, que já saiu e voltou para a rua, ocorreu porque, ajudado pela ONG Associação Espírita Fé e Caridade, teve acesso a tratamento de saúde quando estava com uma perna muito inflamada, sendo hospitalizado por um mês no Hospital Nereu Ramos. Neste período era sempre visitado pelos trabalhadores da Associação e foi quando A. resolveu retomar contato com sua esposa e filhos por meio do telefone e da internet, animando-se para o tratamento contra a dependência química.

Após mais um ano na Casa Terapêutica, saiu, conseguiu trabalho na Federação Espírita Catarinense, mediado pela Associação, ajudando em um pouco de tudo, aprendendo a mexer com computador, retomando sua vida e relação com a família, programando que, quando se estabelecesse, traria seu filho mais velho para morar consigo. Passou a morar num quatinho alugado.

No entanto, o retorno à integração à vida na sociedade não é fácil. Reconhece que por mais que tenha ganhado novos amigos, os trabalhadores da Associação, estes tinham a sua rotina de vida. Durante a semana Gatiado trabalhava, se ocupava, mas nos finais de semana era difícil.

Eu saí da rua por causa de um tratamento. Fui fazer um tratamento contra a dependência química. Permaneci durante um ano neste tratamento. Com ajuda e acompanhamento de gente muito amiga. O retorno pra sociedade ficou um vácuo, algo que é muito difícil quando você se desliga das drogas. Fica um espaço muito grande do que é com o que você conviveu. Eu mesmo que convivi tanto tempo na rua porque é 24h envolvido nesse lugar aqui nessa situação, acompanhando o que acontece com todas as pessoas. E quando eu saí, eu não tinha mais ninguém a não ser estes meus amigos que também tinham os seus afazeres, as suas vidas e eu não tinha nenhum outro círculo de amizade. Uma vida social. Então, quando eu tava sozinho, as pessoas com quem eu tinha familiaridade quem eram? Mesmo sabendo que eu devia evitar pessoas, hábitos, lugares. Eu tava sozinho. As pessoas com quem eu tinha o que falar, o que conversar, até porque eu não conhecia mais nada, não conhecia muito a cidade, a não ser os ambientes onde eu vivia, eu acabei retornando. E passei só pra dar um oi. Mas é uma coisa que pra mim, eu ainda quero e vou

atrás. A vida normal faz falta. Você quer chegar em casa, se deitar, ligar uma televisão, abrir uma geladeira, poder descansar, deitar a cabeça no travesseiro e numa cama.

Este ano, em 2014, Gatiado procurou novamente a ajuda da AEFC porque tinha sido acordado no meio da noite sendo surrado e quase foi morto, mas conseguiu fugir. Ele foi atendido, pediu para fazer tratamento, ao mesmo tempo em que precisava urgente sair da rua porque sua vida estava em perigo. Tinha discutido na noite anterior com um companheiro de rua, D., o qual o tinha como irmão e sabia que os elementos que o espancaram vieram a mando dele. Por meio de contato com a AEFC recebeu ajuda a qual também foi facilitada pelo Centro Pop, pois este o encaminhou para a Casa Terapêutica e está lá em tratamento há mais de um mês.

**R. (Surfista)**, 48a. veio da Ilha do Governador/RJ aos 10 anos com seus pais. Aqui eles se separaram, seu pai foi tentar a vida no Espírito Santo, depois em Paragominas/PA, onde se envolveu com negócios de madeira, casou novamente e por lá ficou. À época a mãe ficou em Florianópolis com seus cinco filhos, mas hoje é falecida.

Surfista falou que os demais irmãos são todos bem de vida, três morando no exterior (dois nos EUA e um na França) e um major da polícia que mora aqui em Florianópolis. Disse que desse irmão queria apenas que ele ajudasse a alugar uma casa para morar, mas este se nega a fazer isto.

Esse aí quer me ajudar, mas eu tenho uma vergonha de ficar, de chegar perto porque ele faz umas caras que não... não é meu irmão que tem que tá me ajudando. Quer pagar clínica, quer pagar advogado pra mim, mas não adianta, eu vou torrar o dinheiro do cara e não quero isso pra mim. Eu pedi pra ele alugar uma coisinha pra mim, mas ele disse não. Eu vou alugar e você não consegue ficar do lado de ninguém, tá sempre arrumando confusão. Eu não sou de tá arrumando confusão, mas até reclamo um pouco com os pré-julgamentos... é difícil. Eu não sou um cara ruim. Eu até me drogo pra não ficar tão ruim [sorriu].

Vive uma constante luta contra sua dependência da droga desde os 22 anos, vício que se intensificou com a separação de seu primeiro

relacionamento afetivo e incentivado pelo cunhado que era usuário e por um vizinho traficante. Separou-se porque vivia desaparecendo de casa para se drogar e a mulher achava que era para traí-la com outras mulheres, o que gerou muitas brigas e o fim da relação. Foi casado por duas vezes, na primeira união teve um menino, hoje com 25 anos, e na segunda teve duas meninas, com 15 e 12 anos.

Considera que não consegue administrar suas decepções, o que o faz ficar triste, vulnerável a constantes quedas de depressão que nunca foram tratadas eficazmente. Guarda consigo uma grande tristeza por saber que sua mãe morreu doente, desgostosa com o filho ausente, viciado e que não pôde se despedir dela e se desculpar antes de sua morte (chorou).

Tem o ensino médio completo e cursou dois anos de Educação Física. Gosta de projetar coisas, mas lamenta que nada deu certo em sua vida:

Eu sou projetista, eu vivo projetando coisas que facilitem para o trabalho. Os cara diz: faz o croqui aí e me dá o boneco que eu levo lá pro empresário lá pra industrializar pra você. Eu não consigo fazer isso. Paguei a prova do Detran e eu não consigo fazer a prova, não consigo parar pra estudar (ele chora). Eu tenho um alinhador de tijolos, sonhei com uma asa delta, eu projetei uma asa delta que sai do chão e pousa também como os passarinhos porque daí eu fiquei analisando os passarinhos, eu passei anos observando eles, por isso que fiquei meio doido, passei anos analisando isso. [...] Se os grandes pterossauros voaram, os gaviões, os albatrozes, os grandes abutres voam, então é possível um esqueleto nas medidas certas, é possível, bem leve, é possível eu projetei isso. Também projetei um pedalinho que gira pra um lado e pra um outro, uma prancha de surf pra pegar de peito com a mão também.

Está na rua há cinco anos, mas antes morou no morro, em lugar barato, após a última separação. Morou também de favor na casa dos outros. Agora, diz ele, está em companhia dos ladrões e por isso é facilmente comparado a um deles:

Agora tô aqui andando com os ladrão, os ladrão encosta em mim pra tomar um dinheirinho e são cheio de malandragem. Então, eu ando com ladrão

e a polícia acha que eu também sou ladrão, que eu tenho quadrilha, que sou o mafioso do estacionamento, me cortaram do estacionamento. Um outro entrou lá, eu falei: tu sabe que aqui é meu ponto, sabe que eu tô aqui há mais tempo. Ele falou: é, é eu vou te enxergar. Ainda fomos atrás de droga junto, passei na frente do batalhão e aí eles (os policiais) fala, olha lá aquele ali é da quadrilha, olha lá já botou o outro pra trabalhar e eu ouvi. Então, é difícil porque é como aquele ditado: me diga com quem tu andas e direi quem tu és. Aparentemente eu sou um bandidão mesmo. Aí eu vou no morro, e dizem: ô bandidão, vem cá. Chega aí, ô surfista, bandidão, vem cá. Querem me matar no morro. Já escapei umas quatro vezes do microondas. Aí vou pro outro morro e é a mesma coisa. Aí falam que eu sou tarado, sou num sei o quê...

Para dormir, escolheu o jardim do Banco Citibank que, na sua conformação, previu oferecer privacidade e segurança:

Eu tenho uns negócios, cobertor, papelão que eu boto escondido numa moita do banco e tem um seixo, de pedra, então aquele seixo quando a pessoa pisa, me acorda, faz barulho. Então, é um lugar seguro, mais ou menos né, porque passa de tudo que é maluco ali, mas é um lugar semi seguro, tem uma câmera em cima e tá atrás de um jardim. Então, quem passa não me vê, mas eles sabem que eu tô ali.

Este banco fica na Rua Esteves Junior, lugar central, próximo a hospital, escola, padaria, posto de gasolina, reconhecendo que tem uma rede de pessoas que já o conhece. Vai pela manhã à padaria, já ganha o café, no hospital ou no posto pode usar do banheiro, com o movimento da escola pode ganhar um trocado ajudando no estacionamento dos carros. Segue para o Centro para fazer uns serviços de panfletagem, obtém algum valor (cerca de R\$30,00 a R\$40,00/dia) para comer, tomar banho. A roupa e calçado vai buscar na ONG Centro Espírita Amor e Humildade do Apóstolo, às terças-feiras à noite. Para se resguardar, tenta fazer tudo na frente das câmeras dos estabelecimentos, mas não está satisfeito com esta estratégia:

Eu faço tudo na frente das câmeras. Aí essa burrice de eu fazer tudo na frente das câmeras, dormir na frente das câmeras, estacionar na frente das câmeras, fumar na frente das câmeras pra eles vê que eu só faço aquilo ali pra mim mesmo é a pior cagada que eu fiz porque aí essa câmera foi parar na televisão. R. tá chutando lata, fumando droga, cheirando cocaína com outros bandidos, aí o R. é realmente um pirado. Só que eles não me prendem, querem né, mas não me prendem porque senão o Estado vai ter que pagar uma clínica pra mim e também não quero ir. Pra cadeia é a pior coisa que eu fiquei uma semana, não consegui dormir um dia sequer. Só ouvindo aquele papo sobre facção, aquela tolice daqueles caras que parecem que saíram da Febem agora, uma tolice, um absurdo, sabe?

Tentou se aproximar de suas filhas que moram no bairro de Carianos, em Florianópolis, mas não tem sido uma relação muito fácil:

Uns dias atrás eu dei um dinheiro pra minha filha e ela falou uma besteira quando saiu. Aí eu cobreí ela disso que ela falou. Olha, meu pai era um coronel e nunca me deu dinheiro na mão, nunca me deu presente. Pra vocês eu dei ouro, dei presente, dei bicicleta, dei roupa, instrumento musical e eu sou um mendigo da rua, filha. Aí fui bem sincero com ela. O seu pai não é um cara que trabalha lá no estacionamento fechado não, é na rua, um mendigo. Tô falando isso agora pra você não ficar com vergonha do pai não. Você vai ficar com vergonha, mas é pra você ver que eu fiz coisa pra vocês que o meu pai, coronel, não fez. É que não adianta nada, né? Elas não tiveram a presença do pai. Eu também não acostumei essa presença com elas. Então, eu sou um cara que eu tenho vergonha de minha situação também. Então, esses desgostos me fazem mais ficar na rua do que correr atrás dos meus relacionamentos com a família.

Atualmente Surfista já saiu da rua, ajudado pela ONG Associação Espírita Fé e Caridade. Frequentava as atividades da casa todos os sábados à tarde quando um dia pediu ajuda ao Grupo Benedita Fernandes

para sair da rua. Este o auxiliou pagando um aluguel de uma casa e intermediou um trabalho como prestador de serviços gerais na Federação Espírita Catarinense. Pelo Centro Pop fez e concluiu o curso de confeitiro pelo PRONATEC e estava aguardando ser chamado para trabalhar em uma panificadora próxima à sua casa. Está tentando a reaproximação com as filhas e aprendendo com os trabalhadores da Associação a administrar suas despesas e salário. Tornou-se um assíduo trabalhador do Grupo Benedita Fernandes, ajudando também nas atividades do almoço com a PSR.

**Doug. (Artista)**, 54 anos, nascido em Porto Alegre/RS, mas registrado em São Miguel Paulista/SP, é filho de uma paulista com um gaúcho. Segundo soube por meio de seus parentes, após a separação seu pai se enforcou em praça pública, em Porto Alegre, em função de sua esposa ser filha de um policial em São Paulo.

Após o acontecimento, o seu avô policial disse que receberia sua mãe em casa desde que se livrasse dos seus três filhos. “[...] Ele disse, se você quiser, minha filha, ficar na minha casa, isto segundo meus parentes né, você vai ter que se liberar destas crianças ou se não, vá junto pra rua com eles procure algum lugar”.

A mãe deixou os filhos com tios em Porto Alegre e pegou uma carona com um caminhoneiro amigo rumo a São Paulo. Artista tinha apenas dois anos e era uma criança muito doente, com imunidade baixa, diarreia constante e dificuldade em enxergar. Em função de sua saúde debilitada, os tios não quiseram ficar com ele, deixando-o num abrigo. Aos cinco anos, Artista acha que lhes doeu na consciência, foram buscá-lo novamente.

Os tios tinham uma condição financeira boa, mas a convivência nunca foi das melhores. A empregada destes tios, sensibilizada com o estado de saúde de Artista, começou a levá-lo para sua casa aos finais de semana, cuidando com carinho, amor e atenção até que ele não quis mais voltar para a casa dos tios. Com esta nova família passou a estudar pela manhã e trabalhava à tarde desde os oito anos ajudando com a venda de alface, couve e laranja. Só conheceu a mãe aos 16 anos. Esta mora em São Paulo, chegou a ir até Porto Alegre e, orientada pelos tios, encontrou Artista. Na época, ela se explicou quanto ao porquê do abandono e fizeram as pazes. Retornou para São Paulo e só se viram muito mais tarde quando Artista fez uma grande viagem pelo Brasil.

Aos nove anos, por influência de um primo mais velho, deu o seu primeiro gole de álcool. O vício foi se intensificando. Sua tia, preocupada, tomou uma atitude para lhe tirar daquele ambiente. Combinou com um amigo que tinha uma ótica/ourivesaria em Porto Alegre para empregá-lo.

Começou a trabalhar na ótica, continuava estudando à noite, ocasião em que concluiu os Ensinos Fundamental e Médio, porém bebendo frequentemente.

Apesar de trabalhar na ótica, sua proximidade com este trabalho lhe fez observar o que o setor de ourivesaria fazia, passando a se interessar por isto, pois gostava da arte de criar peças, além do conserto de joias. O proprietário o transferiu de setor e especializou-se na ourivesaria.

Durante o período quando morou em Porto Alegre, além de fazer novas amizades, conheceu outro universo de pessoas, hábitos, costumes e vícios:

E aí me envolvendo com a turma, comecei a cheirar cola, continuei bebendo, já tava com 17 anos. Quando chegou a década de 80, eu comecei a me envolver mais com a turma que a gente chamava de boleta, comprimidos, LSD, Fiorenol, tudo que é tipo de droga química que a gente chamava de boleta e aí me acostumei com bebida, comecei a partir pra maconha, mas não gostei, aí fiquei só no álcool.

O interesse pela arte de criar peças lhe aproximou de um grupo de artistas de teatro, cinema, poetas, escritores e boêmios que sempre se reunia no bairro do Bom Fim, em Porto Alegre. Segundo ele, era um grupo visto como “contraversores”, uma vez que o Brasil vivia o período militar, era gestão do presidente Médici [ele confundiu as gestões presidenciais uma vez que na década de oitenta já havia terminado a gestão Médici] e acompanhou de perto a ação repressora principalmente do DOPS e do AI-5.

Seu grupo simpatizava com a ideologia do MR-8<sup>54</sup> e sofreu muita perseguição até ser dispersado:

---

<sup>54</sup> Quando Médici assumiu a presidência (1969-1974), a repressão era feita pelo **Departamento de Ordem Política e Social** (DOPS) de cada estado, das Secretarias de Segurança Pública (SESP) e do Departamento da Polícia Federal (DPF). A partir de 1969, passaram a funcionar Centros de Informações nas Forças Armadas: CIE, que era do exército brasileiro; SISA, da Aeronáutica e o CENIMAR, na Marinha. Nessa época, foi criado o Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e alguns órgãos paramilitares como a OBAN – Organizações Bandeirantes. Para oprimir os opositores, o governo realizava ações principalmente contra as organizações de **guerrilha**. Os principais grupos de guerrilha que atuaram

Então, na época surgiu o Movimento Revolucionário 8 de outubro - MR-8, que era um Movimento Revolucionário aqui no Brasil, os Montoneiros no Uruguai e os Tupamaros na Argentina e a gente começou a desenvolver essa filosofia política de querer libertar o país daquelas transversões, daquelas agressões. Inclusive neste bairro (Bom Fim) existia uma rua chamada Sarmento Leite, que fazia cruzamento com a Rua Osvaldo Aranha, e na Sarmento Leite existia uma faculdade de Filosofia e, na época desse AI-5, era tão malvada a Polícia Federal que o Departamento de Ordem Política e Social - DOPS, quando a rapaziada saía da aula e ia atravessar a rua, muitos deles foram mandados pro espaço, morreram né.

Lembra que por volta dos 26 anos chegou a ficar responsável pela empresa onde trabalhava, mas sempre bebendo. Teve três mulheres e a terceira viveu com ele de 1995 a 2000, com quem teve uma filha, atualmente com 18 anos, com quem não se encontra há três anos.

Em um período de férias da empresa onde trabalhava veio até Florianópolis. Trabalhou em uma joalheria por um tempo, a qual fechou porque seus sócios se separaram. Um deles montou com Artista um bar em uma das praias de Florianópolis.

Este era chamado Paraíso Tropical, em Canasvieiras. Foi justamente naquela época em que os argentinos invadiram Canasvieiras, começaram a comprar e levantar casa e prédios coisa e tal, né. Fundamos o Paraíso Tropical e deu certo e consegui mais um dinheiro e aí eu fui fazer a volta no Brasil. Eu só não conheço três lugares no Brasil, Fernando de Noronha, Amapá e o Acre. Fui pelo

---

durante o governo militar foram a Aliança Libertadora Nacional (ALN), o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), o Partido Comunista Brasileiro (PC do B) e a Vanguarda Armada Revolucionária (VAR – Palmares). Eles buscavam derrubar o governo e instalar no país o socialismo. Realizaram diversas ações como assaltos a bancos, sequestros de embaixadores e atentados contra autoridades. Todas as guerrilhas urbanas acabaram destruídas com seus militantes sendo mortos pela repressão. Os que sobreviveram foram presos ou expulsos do país. O principal ato do governo militar para acabar com essas organizações foi a destruição da **Guerrilha do Araguaia**, que havia sido promovida pelo PC do B. Disponível em: <http://governo-militar.info/mos/view/M%C3%A9dici/>.



Leste e voltei pelo Oeste. Naquela época era fácil carona, fiz 7.200km a pé, caminhava, chegava num posto, conseguia uma carona porque naquela época era um pouco mais difícil esse sistema de assistência social de passagem e tão pouco a gente queria saber. A gente queria mais era a liberdade de ir, não interessava o jeito que fosse.

Artista, apesar de já ter sido internado em hospital, sido acolhido por instituições religiosas, pelo Centro Pop, pelas Casas de Acolhimento/Abrigo, ainda continua com uma saúde muito debilitada. Reconhece: “Acabei o tratamento lá, fui muito bem quisto e tinha todo o apoio de banho, roupa, coisa e tal, alimentação. Daí eu sai de lá e vim pra rua de novo”.

Quem passa pela Praça XV sempre o encontra pelas calçadas, bancos, dividindo uma garrafa de pinga com os amigos e enfrentando pela terceira vez as dificuldades de uma tuberculose.

**Da. (Alemão)**, 40 anos, natural de Torres/RS. Quando solteiro morava com seus pais e mais três irmãos. Uma vida dura de muito trabalho, ajudando-os desde cedo na roça, o que dificultou concluir seus estudos, parando na 4ª série do Primeiro Grau. Teve duas mulheres e da segunda união nasceram dois filhos, hoje com 13 e 7 anos.

Eu vim pra esta cidade com esperança pros meus filhos. A minha menina nasceu lá e veio pra cá, ela tinha dias quando a gente veio pra cá. A mulher já tinha quatro filhos do primeiro casamento e eram tudo pequeno. Uma pessoa que morava aqui foi passar um final de semana na casa de um parente lá perto da nossa casa aí falou que aqui o salário era melhor, a situação de vida era melhor que era praia pra tudo que era lado, que dava pra fazer a vida aqui. A gente veio, compramos um terreno lá no Rio Vermelho, mas era irregular e a FATMA e o IBAMA tiraram o terreno da gente, perdemos tudo. No fim a gente terminou indo morar na favela do Siri, nos Ingleses. Da favela do Siri de lá foi a primeira vez que a gente separou, a gente separou um monte de vezes. Ficava oito meses, um ano na rua e voltava pra casa. Ficava dois, três meses em casa, voltava pra rua. Com o tempo ela arrumou outra pessoa e agora ela vive a vida dela. Dessa união tive a S. e o J.

Há vinte anos é dependente do álcool, o que causou sua última separação. Chegou a Florianópolis em 2000 e há oito anos, após sua última separação, foi viver na rua: “Aí terminei indo pra rua porque o único lugar que eu achei que me abrigou foi a rua, as marquises dessa cidade que serviram de dormitório pra mim”.

Sua vivência na rua não foge ao padrão vivido pelos demais:

Meu dia a dia na rua, a gente não tem muita opção nessa cidade, então eu vivia fazendo bico, ou pequenos serviços informais catando latinha, trabalho de pintor, trabalhava na feira carregando e descarregando caminhão, ganhava uma graninha, tava quase sempre alcoolizado. Aí depois eu comecei a usar droga. Com a droga foi pior. Única coisa que eu nunca fiz na minha vida foi roubar, mas sempre trabalhei, pedia também porque vergonha não é pedir, vergonha é roubar. Usei crack e álcool. Isto aconteceu de 2010 até 2012, dois anos. Dormia na Alfândega [Largo onde está localizado o Mercado Público], às vezes no Xande [Supermercado], às vezes dormia do lado da biblioteca pública que tem uns bancos que tem umas marquises grandes, mas a maioria do tempo na Alfândega. Levantava de manhã, ia no terminal de ônibus porque não existe um banheiro na cidade que possa se usar gratuito, é tudo pago. Então, o dia já começa dificultoso por isso, você acorda de manhã e não tem direito a ir num banheiro, não existe um lugar que você possa tomar um café ou poder tentar procurar ajuda pra sair dessa vida, não existe, nem onde dormir. Então a gente acordava de manhã, ia pro terminal, lavava o rosto e de lá até chegar na praça da Alfândega já arrumava dois, três, cinco reais, comprava um litro de cachaça e já começava o dia ali. Quando eu acordava mais cedo, trabalhava na feira, terminava de descarregar a carga que tinha no caminhão e já começava a beber logo em seguida. E ali era o dia inteiro bebendo porque não existe um restaurante popular, nada na cidade pra se comer ao meio-dia. Então, o único meio de matar a fome era a cachaça e era o meio mais viável porque quando você não tem oportunidade, a gente não tem muito o que fazer.

Foi se aproximando do Pe. Vilson Groh e da Sra. Ivone Perassa, ambos trabalhadores da ONG Centro Cultural Escrava Anastácia – CCEA, em função de todos os domingos frequentar os almoços servidos no salão paroquial na Catedral Metropolitana, localizada no Centro comercial, financiado por um grupo de apoiadores de várias ONG diferentes.

À época, em 2011, Alemão já vivia com outra moradora de rua, M., também alcoólatra, mas que estava muito doente. Ele pediu ajuda a esta ONG para sua companheira. Ambos foram acolhidos e foi uma aproximação muito proveitosa porque aos poucos Alemão e M. também se aproximaram das discussões acerca do MPR incentivados por esta ONG.

Ocorre que todas as segundas-feiras, às 15h, a Sra. Ivone passou a se reunir com moradores de rua no salão da Catedral que haviam participado do almoço no domingo, interessados em discutir as dificuldades da vida na rua e pela luta por políticas públicas junto ao município em benefício da PSR.

À medida que as discussões foram se ampliando, o grupo de pessoas em situação de rua foi tomando corpo, passando a compreender a urgência de mobilização coletiva para pressionar, dialogar com o poder público por melhorias nas suas condições de atendimento, principalmente no âmbito da assistência social e da saúde, que eram as duas áreas mais críticas ressentidas por eles. O grupo reuniu-se com a prefeitura, Ministério Público, fez manifestação à frente da Secretaria Municipal de Assistência e Alemão<sup>55</sup> foi tomando conhecimento da prática política do MNPR, chegando a se tornar representante municipal do MPR e se inserindo em eventos de discussão desta temática tanto em nível local, regional como nacionalmente também.

Além de estar envolvido com o MPR, o CCEA o contratou como cozinheiro de um projeto chamado Procurando Caminho, mantido por esta ONG que objetiva apoiar adolescentes e jovens de comunidades empobrecidas e envolvidos com a criminalidade em Santa Catarina. Isto lhe permitiu uma reaproximação com seus filhos, garantindo-lhes o pagamento da pensão e custeios de despesas com vestuário, calçado e

---

<sup>55</sup> À época, além de Alemão, o MPR contava com C. na representação Estadual e L. representando o município de São José, mas estes dois retornaram para a rua e abandonaram o Movimento, ficando somente Alemão como representante municipal de Florianópolis. Até hoje o Sr. L.M., coordenador nacional da região sul, ainda não delegou outra pessoa para assumir a representação estadual do Movimento em Santa Catarina.

material escolar, tal como seu retorno aos estudos ingressando no CEJA para concluir o Ensino Fundamental.

Atualmente, Alemão não está mais vivendo no abrigo do CCEA porque se aliou a um movimento local dos sem-terra, mais conhecido como Invasão do Amarildo de Souza e está morando em uma ocupação por determinação da Justiça Agrária em Maciambu/Palhoça, na grande Florianópolis. Sua luta agora é por habitação. Embora já tenha recaído pelo álcool, continua representando o MPR nas reuniões do Comitê Pop Rua, do Conselho Municipal de Saúde e do Conselho Municipal de Assistência Social. Aliás, esta sua dependência do álcool nunca foi devidamente tratada, apenas atenuada ao receber orientações de psicólogo e psiquiatra quando estava abrigado no CCEA e sempre confiou em si mesmo para ter força em libertar-se do vício. Na época da entrevista informou que havia 14 meses que estava “limpo”.

**Dalv.(Atleta)**, 30 anos, natural de Itaporanga/SC, mas residente no município de São José, grande Florianópolis. Tem mais dois irmãos, filho de delegado de polícia. Perdeu sua mãe há nove anos vítima de um aneurisma, perda esta que lhe aproximou das drogas durante cinco anos e da vivência na rua por mais dois anos. Na mesma ocasião concluía o Ensino Médio, envolveu-se com uma moça a qual engravidou. Segundo ele, um conjunto de situações contribuiu para sua aproximação com a rua:

Foi a perda da minha mãe, logo duas a três semanas depois eu descobri que ia ser pai. Como eu tinha 21 anos e eu tava numa transição de vida porque dos meus 17 aos 20 anos a única coisa que eu gostava de fazer... eu tenho meus estudos, me formei no segundo grau, tudo bem..., mas eu queria ser jornalista ou fotógrafo ou as duas coisas.

Atleta entendeu que a morte e a saudade que sentia de sua mãe somente poderia ser curada se ele se afastasse de sua cidade. Assim, acertou com sua namorada que precisava de um tempo de três meses para arrumar a cabeça. Quando voltou, presenciou o nascimento do filho (hoje com 8 anos) e reatou o namoro. Ao trabalhar num motel, recebeu a proposta para ir para a Itália e se mudou para lá com a mulher e o filho recém-nascido. Situação esta que avaliou precipitada, retornando a São José em quatro meses. Em suas palavras:

Eu sempre achava que se eu viajasse eu ia deixar o problema por lá eu não sabia que isso não era assim. Eu fui me dar conta que não era assim

quando eu tava usando droga aqui e eu achei que se eu mudasse daqui eu ia começar uma vida nova. [...] Quando eu voltei a gente ficou junto de novo e logo nasceu nosso filho em janeiro. Aí em fevereiro eu comecei a trabalhar num motel aqui em Florianópolis e eu recebi uma proposta pra trabalhar na Itália. Aí eu fui pra Itália de novo, mas eu levei ela e o bebê que tinha quatro meses, mas foi um acerto e um erro. O acerto de levar, beleza, mas o erro foi levar tão rápido. Eu devia ter esperado um ou dois meses as coisas ficarem mais estáveis e depois levava pra lá. Não, com uns 15 dias eu já dei um jeito de viajar. E tava tudo começando ainda, ela não falava nenhuma língua, o bebê ainda era muito pequeno, mas foi uma outra experiência que eu tive que vive pra entender outras coisas né? [...] Foi somando um monte de coisas que era pra dar certo e não dava. [...] Aí juntou uma coisa com a outra e eu fui ficando perturbado com aquilo porque eu era uma pessoa, que pelo menos as pessoas diziam, que eu tinha tudo pra ser feliz. Eu tinha feito coisas que ninguém da minha idade na época tinha feito, viajado, conhecido outras línguas. Então... eu era 'o cara' assim pra muita gente. E eu queria transformar esse cara assim, concreto né? Que fosse materializado. E não era. A imagem tava bem feita, a história tava bem contada, mas a realidade era outra. E eu tinha muita amargura, muita tristeza dentro de mim e aí eu vejo que foi um grande fator que dividiu a minha vida. Ao invés de eu procurar um psiquiatra ou um psicólogo, alguém que pudesse dizer que pô tu tá passando por um problema e precisa de ajuda, não. Eu talvez porque tive um pouco de egocentrismo meu de achar que talvez eu pudesse tudo, Deus! Talvez eu não fui humilde suficiente pra isso. Eu achava que eu podia resolver meus problemas sozinho e aí eu comecei a usar droga porque eu achava que aquilo ali ia me dar uma tranquilidade e tal.

Embora toda esta trajetória de dificuldades, somada a distância do pai e dos irmãos, ao se sentir fracassado caiu na rua experimentando todos os tipos de droga e, segundo ele, o rejeitaram, não o compreendiam.

Conseguiu fazer o tratamento em Comunidade Terapêutica por opção e, como não gostava de tomar remédios, optou por exercitar-se. Aproveitava o grande espaço físico disponível e passou a correr todos os dias. Esta atividade lhe proporcionou condições para que ao sair do tratamento pudesse investir no esporte como maratonista.

Ao sair da CT retomou sua relação com o pai, irmãos, com a antiga namorada e hoje vivem juntos com a enteada, o filho mais velho e um bebê recém-nascido. A esposa é vendedora de uma autorizada Citroën, ele trabalha como segurança na empresa de segurança de seu pai, é patrocinado por academia, lojas de roupas e conta com um médico preparador físico para suas participações em maratonas. À época da entrevista (2013) estava “limpo” havia quinze meses, mas reconhece que por duas vezes (um dia em fevereiro e outro em maio de 2012) recaiu, mas sua esposa lhe deu todo o suporte possível para superar aqueles dois dias de recaída. Não aceita acompanhamento terapêutico.

Não faço acompanhamento psicológico, não tomo medicação, parei de fumar. Bebo socialmente porque o álcool nunca foi uma dependência minha, fui dependente do crack, cocaína e essas coisas, mas eu acredito que daquele dia dois de maio em diante eu aprendi mais algumas coisas e hoje, [...] eu virei um atleta amador, eu sou corredor. Eu cuido muito de minha saúde porque eu corro. Eu corri a São Silvestre ano passado, eu corri três meias maratonas em Florianópolis. Este ano eu corri no meu aniversário em Santiago, no Chile. Vou fazer minha primeira maratona agora em outubro, em Buenos Aires.

A minha aproximação com Atleta foi diferente. Quando fui participar de uma reunião chamada pelo Centro de Saúde do bairro de Coqueiros, para tratar sobre a intervenção com a população em situação de rua, que começava a perambular naquele território, conheci um vereador que comentou abertamente suas experiências na juventude servindo quentinha e sopa, à noite, para esta população, relatando com muita satisfação sobre um amigo que foi morador de rua e hoje é corredor de maratona. Ao final da reunião fui procurá-lo para conseguir o contato do tal rapaz uma vez que me pareceu um atípico caso de morador de rua que conseguiu alcançar a reversão de seu problema.

**Ro. (Hulk)**, 54 anos, nascido em Laranjeiras/RJ, filho de família de classe média, sendo que a vivência de vários conflitos conjugais levou

à separação de seus pais. A partir deste desenlace, sua mãe o internou, aos sete anos, na Fundação Nacional do Bem Estar do Menor. Tinha mais dois irmãos, um mais velho e uma irmã mais nova, que também foram colocados em instituição conforme a idade e sexo. Ele disse que chorava muito sem entender porque sua mãe o abandonou no “colégio”.

Aos oito anos foi transferido para outra instituição, em Giparaná/RJ, onde concluiu o Ensino Médio e fez curso de mecânico de automóveis pelo SENAI, mas ao completar dezoito anos não podia mais continuar. Também não quis servir o Exército porque disse que no “colégio” já havia experimentado experiência parecida:

Aí eu tive que aprender o linguajar do colégio interno porque ali eram mais de 400 garotos de rua, que tinham cometido algumas coisa. Então ali eu fiquei naquela situação ali aprendendo a sobreviver naquele local. Depois ao sair do colégio interno, eu saí com 18 anos, aí eu já não queria servir o quartel porque no colégio interno eu já tinha aprendido vários tipos de coisa que faz no Exército. Por exemplo, arrumar a cama, tomar banho cedo, no horário certo. Tem também aquela posição de sentido, marchar, tinha disciplina... e no colégio interno eu ficava de castigo e palmatória na mão. A gente sempre tava sendo chamado pelo monitor. Se simplesmente uma moeda caía no chão o monitor já anotava nosso número, o meu número era 99. E a gente sempre tava na fila pra receber o castigo. Esse castigo era mais ou menos 25 ‘bolo’, 25 palmatória na mão, em cada mão. Então eram 50.

Sendo assim, voltou a morar com a mãe no morro São Pedro, em Duque de Caxias. O tempo distante não favoreceu a boa convivência porque “[...] não tinha aquele amor, a gente era meio distante porque não tive convivência com ela”.

O desafio de retomar à convivência familiar também foi ampliado quando precisou aprender a se relacionar com as demais pessoas de sua comunidade, principalmente os jovens da mesma idade. A vida, segundo ele, “trancada e amarrada de comunicação” que viveu na instituição não lhe ensinou como enfrentar os desafios de novas relações. Assim, precisou adotar comportamento e linguagem diferentes para ser aceito pelo novo grupo de amigos.

Então um dia eu tive que começar a fumar e a beber pra poder participar sempre das reunião deles de festas, tudo, aonde tinha grupos que pegava droga, bebia, comprava garrafas de cachaça e eu ficando sempre com eles, participando, se unindo com eles. [...] E toda vez que tinha uma festa a gente tava ali, até pra tomar coragem de dançar, arrumar uma namoradinha aí tinha que tá com cigarro no dedo e tá bebendo. Foi aí que eu comecei a ficar mais forte em mim a bebida, a droga, cheirinho de loló, que era uma fragrância que quando as pessoas cheiravam deixava perturbada, éter, maconha. Nessa época não tinha o crack ainda e a cocaína era mais difícil. Então eu comecei a usar o éter, a maconha então comecei a me viciar. Qualquer coisinha eu comprava uma garrafa de bebida, me alcoolizava todo.

Aos vinte e dois anos, sua convivência com a comunidade foi se firmando à medida que foi ganhando desenvoltura, passando a fazer parte como conselheiro da Associação de Moradores do Morro pela luta para a instalação de água e luz. No entanto, esta posição lhe impulsionou a desejar ser presidente da comunidade.

Um dia desapareceu a arma de um grupo de extermínio (hoje seria comparado aos grupos que chefiam o tráfico) e este foi procurar a arma no Morro onde morava Hulk. Foram ameaçados de morte se a arma não aparecesse. Hulk responsabilizou-se por levantar dinheiro junto à comunidade para comprar outra arma e devolver ao grupo, evitando assim que viessem a causar transtornos. Entendeu que esta atitude poderia lhe ajudar a convencer as pessoas a votarem em si para presidente da Associação.

Quando foi entregar a arma, seu status mudou na comunidade: “[...] quando eu fiz isso com a arma lá eu fiquei muito bem visto. Como uma pessoa muito importante no morro, aí cresceu minha popularidade, entendeu? Fui ousado, fui corajoso. Olha nós podemos continuar nossas festividades, com nossos futebol, fazer festa caipira tudo, que eles disseram que não vão mais vir aqui”. Conseguiu a presidência da Associação e a água foi instalada no morro.

A sua proximidade com o grupo de extermínio fez conhecer o mundo da corrupção, do envolvimento com dinheiro ilícito, relações poderosas com autoridades públicas, policiais, passando a uma relação do “toma lá, dá cá”. Até que um dia sua mãe o alertou quanto à possibilidade



de estas pessoas o traírem e poderem tirar sua vida. Conseguiu convencê-lo a sair do Rio de Janeiro e o levou para morar com parentes dela no interior de Minas Gerais.

Não se adaptou, foi morar em Belo Horizonte. Passou um tempo na rua e foi resgatado por pessoas da Legião da Boa Vontade, chegando a trabalhar lá. Porém, era muito agressivo, ficou conhecido como Hulk e costumava arrumar brigas, quebrar os bares quando tomado pela bebida e pela droga, o que resultou em sua prisão duas vezes.

Retornou para o Rio de Janeiro juntando-se a outro grupo de traficantes, mas a situação ficou tão reversa que saiu foragido, com medo de ser morto. Nesta época soube que seu irmão, que também era envolvido com o tráfico, havia sido assassinado. Sua irmã também já estava vivendo com sua mãe, mas totalmente incapacitada mentalmente. Viajou para São Paulo e Curitiba até chegar em terras catarinenses. Trabalhou e viveu um tempo em Itajaí e em Garopaba até que veio parar em Florianópolis.

Quando chegou a Florianópolis passou um mês vivendo na rodoviária. Na época, ainda existia o serviço da prefeitura Núcleo de Apoio à Família – NAF, que atendia os migrantes que precisavam de passagem, documentos, encontrar parentes, auxílio financeiro. O NAF lhe deu uma passagem de volta para o RJ, para onde foi, mas retornou para cá.

Soube que na construção do prédio Casa do Barão, localizado na Av. Prof. Othon Gama D’Eça, aqui em Florianópolis, estavam precisando de operários, para quem lhes eram oferecidas moradia e alimentação. Apresentou-se e conseguiu o emprego.

Trabalhei lá, fiz amizade com os donos, com a construtora e continuei a trabalhar lá, depois de construído, como vigia, mas eles mandavam eu comprar bebida pra eles e daí eu já bebia com eles, já fumava, com dinheiro na mão, tudo... me escancarava. Fiquei relaxado e não tinha mais força pra chegar no horário certo, pra trabalhar e às vezes eu dava uma fugidinha pra beber. Daí saí dali e fui lá pros Ingleses, onde tava sendo construída a rua da Gaivota. Eu já tinha uns 35 anos. Lá tava melhor e encontrei um grupo que tava pior ainda, que fumava, bebia todas, se drogava e eu comecei a sair com eles.

Esta situação lhe proporcionou viver a rua intensamente:

Quando eu saí dos Ingleses eu comecei a ficar na rua, todo relaxado, já bebia, ficava irreconhecível. Bebia, fumava e subia vários morros, catava lixo na rua, mexia nos lixões, virei mesmo um mendigo, dormia na calçada onde hoje é as Casas d'Água, era o supermercado Imperatriz e quando ia chegando a noite eu e mais uns vinte dormia naquela marquise. A gente foi se aproximando e ajudando um ao outro, dividindo bebida, cigarro. Teve um local que eu entrei na briga num bar que quando eu fui acordar tinha um com uma arma bem na minha cabeça, aí o cara dizia: oh! Rapá, aqui não é Rio de Janeiro não. Eu saí com minha cabeça toda arrebetada, ensanguentado, ressacado fui andando até o centro até consegui um hospital.

Depois deste episódio, foi ajudado por membros da Igreja Evangélica, os quais lhe deram vestimenta, calçado e alimentação, até que sua proximidade com estas pessoas resultou no convite para ser zelador da Igreja. Disse que foi se libertando da droga e do álcool por si mesmo ao ponto que agora é pastor, tem visitado as comunidades terapêuticas dando seu depoimento de vida.

Atualmente vive com uma senhora que conheceu na Igreja, trabalha como segurança e conseguiu instalar sua casa de oração no morro da Carvoeira, em terreno que era de um casal que conheceu em uma das visitas que fazia com sua esposa à penitenciária para levar a palavra de Deus. O homem foi assassinado pelo tráfico. A mulher, ao cumprir sua pena, foi morar na casa de Hulk. Esta senhora disse que tinha uma casa no morro da Carvoeira, mas que não podia voltar para lá. Queria alugar ou vender, mas não poderia porque não tinha os documentos do imóvel. Então Hulk propôs cuidar da casa instalando um serviço de atendimento à comunidade para ver como as pessoas da redondeza iriam se comportar. A mulher proprietária da casa aceitou e foi embora e nunca mais apareceu. Mesmo o imóvel não sendo dele tem feito benfeitorias, ampliando cada vez mais. No piso térreo funciona a Igreja onde faz o culto e ajuda as famílias carentes do morro, e no piso superior, que ainda está em acabamento, acolhe os moradores de rua que pedem sua ajuda.

Conheci Hulk também na reunião da qual participei no Centro de Saúde em Coqueiros, pois como ele ouviu a divulgação desta reunião quando foi se consultar lá, resolveu participar para se inteirar do que se tratava. Ademais, estava interessado em conseguir ajuda para comprar

telhas para acabar o piso superior de sua igreja, um fogão e um colchão. Ao falar na reunião deu seu depoimento como ex-morador de rua, motivo pelo qual me aproximei e solicitei sua autorização para conhecer sua história.

**J. (Fortinho)**, 36 anos, nascido em família bem sucedida economicamente de Criciúma. “Meu pai, que é um trabalhador de mina de carvão, aposentado da mina, tem fazenda, 30 cabeças de gado, tem trator, três Fox na garagem, casa no centro de Criciúma, casa na praia e minha mãe mora num condomínio com meu irmão mais novo”.

A sua aproximação com a maconha começou aos quatorze anos, quando, conforme relatou, “gazeava” a escola para ficar no parquinho, experimentando o fumo com seus colegas. E começou se “aprofundar nas droga” impulsionado por conflitos familiares. Conheceu uma moça com a qual teve uma filha, hoje com nove anos, tempo este também de duração de sua união. Ocorre que eles brigavam muito porque um acusava o outro por seus pais terem se separado. A história foi assim:

Separei um pouco por causa de briga familiar, meu pai deixou da minha mãe e casou com minha sogra. Meu pai era casado com minha mãe há 30 anos. Quando eu levei meu pai pra conhecer minha mulher ele ficou de namorico com minha sogra. Ela era uma mulher da roça e o marido dela bebia muito. [...]. E daí o cara não dava confiança pra mulher, velhã, só ficava no bar fumando palheiro e ela era uma senhora nova e o meu pai conheceu ela e meu pai era meio galinha né, mulherengo e ele começou a piscar pra ela né... e resumindo, com o meu pai, minha mãe começou a descobrir e minha mãe desconfiou e achava que eu tava acobertando isso, mas eu não sabia. Resumindo, meu pai deixou da minha mãe e juntou com minha sogra. Daí a minha mulher chamava o meu pai de tudo porque tinha roubado a mãe dela do pai dela e o pai dela tinha ficado chorando na fazenda, fumando o palheiro e bebendo muito mais. Daí eu chamava a mãe dela de tudo porque a mãe dela roubou meu pai da minha mãe. A minha mãe ficou lá sofrendo, mulher trabalhadeira que viveu 30 anos com meu pai. Tudo isso e mais por causa dessa coisarada eu comecei a aprofundar na droga. Da maconha comecei a cheirar cocaína, comecei a misturar a maconha com o crack.

Em Criciúma trabalhou também em uma mina de carvão, intermediado por seu pai, porque aposentado de mina tem direito a colocar um filho lá para trabalhar. Em função de Fortinho ter arranjado mulher e filho seu pai conseguiu trabalho para ele. Ganhava em torno de hum mil e trezentos reais, jogava no time Carbonífera Criciúma de Futebol, fazia academia. Estava muito feliz. Até que um dia se envolveu em uma discussão com o encarregado do serviço porque este descobriu que ele fumava maconha lá embaixo da mina, 130m abaixo do mar. Foi armado trabalhar e ameaçou o encarregado se ele delatasse Fortinho. Foi delatado ao engenheiro responsável e foi demitido depois de dois anos de trabalho.

Conseguiu trabalho em outra mina, agora para atuar com mecânica e ganhando mais, apesar de o risco lá ser maior:

Tu acredita que eu fui pra outra mina de carvão, salário melhor ainda. Eu sou pé quente pra essas coisas. Cheguei na mina de carvão, o cara me olhou e falou tu é fortinho, o que tu quer trabalhar? Ah, eu quero ser mecânico. Mecânico ganha dois mil reais. Então vou te botar no mecânico, meu pai me levou de novo na mina. Peguei na mina, era duas minas de carvão e lá morre um por ano, mas mesmo assim que morresse gente, eu queria trabalhar porque corre na veia, meu pai já foi mineiro.

Com a baixa da cota de produção de carvão a mina fechou e ele foi demitido novamente. A recorrência no desemprego abalou muito a relação com sua mulher porque tinham uma vida confortável. Isto o fez roubar e foi preso por um ano e dez meses. Segundo ele, a mulher e a filha sempre lhe visitavam, mas ela sempre pedia para ele não mais aprontar. Infelizmente isto não ocorreu, mesmo saindo da prisão continuou se envolvendo em roubo, com o tráfico e ela o deixou.

Após a separação resolveu sair de Criciúma e veio para Florianópolis. Chegou aqui em alta temporada e se instalou na praia do Canto da Lagoa. Ouviu falar que nesta cidade se ganhava muito dinheiro. Trabalhou em bar onde conseguiu aposento também. Estava vivendo muito bem. Porém, um dia mataram um rapaz na praia envolvido com o tráfico e foi à missa de sétimo dia realizada para ele. Na missa, sentiu-se comovido ao ouvir uma música que o remeteu aos ensinamentos evangélicos recomendados por sua avó, adventista, e por seu tio, que é

pastor, chorou muito e, emocionado, prometeu a Deus que queria sair do tipo de vida em que se metera, que iria buscar um tratamento.

No dia seguinte, sem dinheiro, no momento de distração de um estrangeiro, pegou a bolsa dele que estava pendurada em uma cadeira e saiu fugido do restaurante em que trabalhava. Na bolsa havia seiscentos dólares, que na época lhe rendeu um mil e seiscentos reais. Comprou roupas caras e, bem vestido, foi até um CAPS pedir tratamento. Este o enviou para o Lar Recanto da Esperança, no Rio Vermelho.

Em Florianópolis teve passagem por cinco comunidades terapêuticas e sempre pedindo para ser transferido, seja por se indispor com alguém, seja por não ter gostado da rotina e exigências, seja por desejar que elas tivessem uma infraestrutura melhor, que abrangesse equipamento de academia/ginástica, porque sempre gostou de fazer musculação.

Nesta trajetória completou quatro anos nesta cidade sendo que na rua mesmo ficou por pouco tempo, dois dias e duas noites. Quando estava fora das clínicas sempre arrumava dinheiro roubando um ou outro para garantir alimento e hotel.

Disse que o tratamento todo levou nove meses, mas que foi completado com sua passagem pelas CT. Estava preocupado em concluí-lo porque ao término teria direito ao benefício: “Nestas idas e vindas que eu andei nas clínicas, eles queriam me encostar [aposentar] como dependente químico. Encostar como dependente químico é tu passar a receber um salário mínimo por mês, mas eu não quis pegar meu dinheiro na hora, eu quis pegar o dinheiro quando eu terminasse meu tratamento. Eu fiquei internado 9 meses aqui em Florianópolis”.

Recebeu o dinheiro, cerca de sete mil reais, mas só ficou com quatro mil porque foi obrigado a deixar três mil para a última clínica onde se tratou. Gastou tudo comprando coisas para si, um computador para sua filha, hoje com 11 anos, festando e se prostituindo. Como ele mesmo disse:

Fiquei andando, andando. Pensei: pô, fiquei todo este tempo pelas clínicas, conheci tanta gente derrotada, pô, eu quero vencer, mas é o seguinte, o diabo nunca vem com a droga de tua preferência te mostrando ó, J., isto aqui é uma pedra de crack pra ti fumar. Ele não vem. Ele vem te adoçando. Ele primeiro te coloca na prostituição, na mulher, depois ele te coloca o álcool na boca, depois te coloca um cigarro, depois um baseado quando tu vê tu já tá cheirando, tu já tá no crack. Fiquei

perambulando no centro, paguei de playboy, paguei um hotel e já gastei R\$1.000,00, gastei na prostituição mais R\$1.000,00, gastei com massagem mais R\$1.000,00 e isso foi me dando um vazio no coração, o dinheiro foi acabando, acabando, nesse meio tempo fui visitar a família, levei o notebook e voltei né. Pô, depois que eu gastei o dinheiro tu sabe onde eu fui parar? Não tem a ponte Hercílio Luz que tão construindo, não tem uns bombeiro, uns canhão que ficam ali? Eu chorei naquela pedra ali e disse meu Deus do céu, eu tava com uma dinheirada e não tô com mais nada. Não tenho dinheiro nem pra comprar um litro de leite, tô com uma dor no peito de tanto usar droga, comecei a chorar um monte.

No dia seguinte, descobriu o Centro Pop, onde passou a fazer sua higiene e se alimentar. Foi lá que conseguiu encaminhamento para residir no albergue da maçonaria e, por último, no abrigo/centro da prefeitura. Foi neste abrigo que o conheci. Eu tinha ido lá para entrevistar a diretora do abrigo, mas enquanto eu a aguardava, Fortinho começou a conversar comigo, perguntando o que eu estava fazendo ali. Ao explicar, mostrou-se interessado e pediu para eu entrevistá-lo, o que ocorreu logo após entrevistar a diretora.

Naquela ocasião, além de toda história sinteticamente aqui relatada, Fortinho me informou que estava trabalhando no açougue do supermercado Angeloni à noite, mas já vislumbrava pegar uma promoção e passar a ser vendedor de eletrodoméstico porque soube que ganhava muito bem. Nas folgas pegava um trabalho de segurança de festa, assim como fazia planos para concluir seu Ensino Médio, fazer curso de corretor de imóveis porque queria ser igual seu tio que vive muito bem disso em Balneário Camboriú e que estava tendo o acompanhamento do CAPS. Sabia que seu prazo no abrigo se esgotaria quando completasse seis meses e já fazia planos para comprar uma casinha no morro, provavelmente, de um traficante que ficou seu amigo e que lhe faria negócio por baixo preço.

## CAPÍTULO V - APRESENTAÇÃO DAS MULHERES ENTREVISTADAS

**Vi. (Loira)**, 21 anos, nascida no município de Caçador, está em Florianópolis desde os dez anos. Em Caçador morava com a bisavó, mas com sua morte veio em companhia da mãe para Florianópolis. Estudou até a segunda série em Caçador e em Florianópolis alcançou até a quarta série incompleta. Sabe que tem sete irmãos, mas não tem ideia de onde estão. No momento da entrevista fazia dois anos que sua mãe morrera. Não chegou a conhecer seu pai, contudo já é falecido.

Sua aproximação com a droga aconteceu desde tenra idade e influenciada por sua própria mãe, que era usuária de cocaína, iniciando-a ao vício e pela companhia dos usuários de maconha que eram colegas de escola.

O vício e a prostituição passaram a caminhar juntos uma vez que precisava trabalhar para sustentá-lo. Porém, sua mãe utilizou muito da venda do seu corpo para comprar cocaína: “[...] foi quando minha mãe começou a vender meu corpo. Me dopava pra poder me vender e poder usar a droga dela”.

A vida sexual ativa rendeu-lhe gravidez aos 11, 14 e no intervalo dos 17 aos 21 anos teve mais três filhos. Quando conversamos, não sabia ao certo, mas achava que estava grávida do quinto com um mês e três dias. Quanto aos dois primeiros filhos, um foi resultado de sua união com um menino de rua, o segundo (uma menina) com um traficante e os três últimos do mesmo pai, com quem ainda estava naquele momento.

A separação da mãe ocorreu de forma difícil, pois não aguentava mais a vida de ser usada pela mãe e resolveu se juntar com o traficante, pai de sua segunda filha. Para isto, foi comunicar sua mãe que iria sair de casa, mas ela só autorizou porque lhe pareceu um bom negócio. A partir daí começou a usar o crack também: “Foi daí que eu conversei com ele [o namorado traficante] pra eu fugir de casa. Peguei, saí de casa. Fui lá pedir permissão e ela liberou, mas isto na quantidade de troca”.

Ao engravidar pela segunda vez, seu companheiro queria que ela abortasse. Como não concordou, separou-se dele e no dia em que completava dezessete anos veio para o Centro de Florianópolis:

Daí foi que eu comecei: já que ninguém me quer e não tenho nada com a vida então eu também não quero nada com nada. Então comecei a fazer minha vida, a fazer o meu ‘corre’ [ir atrás da droga]. Foi quando eu vim pro Centro de Florianópolis e

comecei a fazer programa pra comprar as minha droga e outros dias eu tava cheirando, outros eu tava bebendo, fumando. No dia do meu aniversário. Quando eu fiz 17 anos. Dia 5 dezembro de 1991. Eu andando de ônibus pra lá e pra cá até que um dia eu já tava uma semana sem dormir, só cheirando, cheirando, muito tempo sem dormir, tava no ônibus eu dormi, passei do ponto e vim parar aqui no Centro. Daí eu vi que o ‘corre’ aqui era maior, tinha mais movimento, os homem era maior e o dinheiro vinha mais. Foi aqui que eu comecei a ficar e tal... Então foi daí que eu conheci o D. Daí ele tinha recém saído da cadeia. Daí eu me apresentei pra ele.

Este rapaz saíra recentemente da prisão e estava morando no hotel Cruzeiro, hotel de padrão simples localizado na Rua Conselheiro Mafra. Ela foi até lá procurá-lo e o encontrou dopado pelo crack. Passaram a namorar, união que resultou em três filhos. Até o momento da entrevista ainda estavam juntos, mas já haviam separado várias vezes, seja em função de brigas, pois ele a espancou muitas vezes, seja porque foi preso.

Quando estava grávida de sua terceira filha, a primeira da união com D., aproximou-se da Associação Espírita Fé e Caridade participando do Grupo Benedita Fernandes aos sábados à tarde. Como estava na rua e grávida, foi orientada a frequentar o Grupo Maria de Nazaré, o qual trabalhava com gestantes e nutrizes. Aceitou e recebeu acompanhamento até os três meses de idade da filha. Neste período o Grupo estava ajudando a montar sua casa no bairro da Tapera, para sair da rua. Embora tenha recebido esta ajuda, sua presença no grupo ficou cada vez menos assídua até que não mais compareceu.

Na entrevista informou que, neste período brigavam muito, chegando algumas vezes à Associação Espírita com marcas roxas das agressões cometidas por ele. A convivência foi ficando cada vez mais difícil porque “ele foi pra minha casa, mas vivia na droga, na droga” até que se separaram.

Foi morar com uma amiga na Costeira e descobriu que estava grávida novamente, agora do quarto filho, sendo que D. havia sido preso novamente. Esta situação de instabilidade na criação de seus dois novos filhos contribuiu para que ambas fossem recolhidas pelo Conselho Tutelar. Os dois primeiros filhos estão com pessoas que ela chamou de madrinhas.



Em nossa conversa disse que estava vivendo novamente com D., morando embaixo da ponte e grávida do quinto filho. Disse que agora achava que poderia operar porque havia sido informada no Posto de Saúde, quando teve seu quarto filho, que não poderia se operar naquela época porque ainda não tinha idade e ainda não cumprira o pré-requisito de ter chegado ao quinto filho.

Não estava fazendo pré-natal por medo:

Não comecei ainda porque eu tô na rua. E eles vão pedir comprovante de residência e eu não vou ter como dar. Eu vou colocar no cartão que tô como morador de rua e eles vão tomar a criança de mim. Então não quero”. Ao ser questionada se correria este risco mesmo se apresentasse como endereço o Centro Pop. ela disse: “Corro risco sim. Porque tem uma menina que tá grávida aqui no centro, a A., e no Centro Pop também tão de olho no filho dela. Dizem... eu também não sei se é verdade.

Ainda tem a expectativa de conseguir “em primeiro lugar arrumar um serviço. No segundo lugar com o primeiro pagamento arrumar uma casa. Entrar pra dentro da casa e recuperar minhas filhas”. Quanto à sua dependência química, avalia que pode parar sozinha. Em suas palavras:

Eu não fiz porque na verdade eu comecei a cheirar a partir da minha segunda filha. Fiquei muito tempo. Se não me engano uns quatro ou três anos cheirando cocaína. E eu mesmo coloquei na minha cabeça que eu ia parar. E eu parei. Então hoje em dia eu penso também assim da maconha. Que se eu entrei sozinha eu tenho que sair também sozinha. Se eu tive capacidade pra sair de uma coisa que é pior que a maconha então eu tenho capacidade pra sair também da maconha.

**M. (Falante)**, nascida em Santana do Livramento/RS (fronteira com o Uruguai), 50 anos, foi casada por vinte e quatro anos, cinco filhos. Nasceu em uma família de empresários cujos pais gerenciavam hotel, panificadora e posto de gasolina. Com a venda dos imóveis, seus pais foram para Porto Alegre.

Relatou que na companhia dos pais e um casal de irmãos tinha um vida financeira boa, confortável, e a condição de filha caçula lhe rendeu

uma rotina com muita permissividade, sem controle, sem regras, ao ponto que nunca lhe foi cobrada a frequência escolar ou qualquer outra tarefa em casa, o que não acontecia com seus irmãos.

Podia se dar ao luxo de ficar em seu quarto o quanto quisesse, assistindo televisão, não fazendo nada. Porém, esta vida lhe aproximou do álcool desde seus seis anos. “Quando eu tinha 9 anos de idade meu pai foi processado por abandono intelectual porque eu não ia à escola. Eu ficava dentro do meu quarto onde a minha mamadeira era Martini. Eu só ficava dentro do meu quarto vendo televisão, tomando álcool e fumando cigarro. E não foi procurado um tratamento”.

Chegando a Porto Alegre, casou aos quinze anos com o motorista de seu pai porque engravidara e sua mãe foi muito rígida, obrigando-a a casar. Seu marido “[...] era um viciado, dependente químico. Aí eu tive uma vida... ele era totalmente liberal comigo, eu fazia o que eu queria, ia pra onde eu queria, eu bebia. Era uma vida onde eu nunca tive limites”.

Seus pais já morreram, mas conta que sua mãe era uma italiana de comportamento firme e altivo, sempre impondo como a sua vida deveria funcionar e interferindo mesmo depois de casada nas mínimas coisas da rotina do seu dia a dia.

[...] a minha mãe funcionava assim: minha mãe não adiantava dizer, ah! Eu quero separar. Ela era uma italiana assim: se ela dizia este vestido fica horrível em ti, parece... eu nunca mais conseguia usar. Eu não ia numa loja comprar roupa nem pra mim, nem pra meus filhos, nem pagava minhas contas. Ela chegava no final do mês, a empregada quem botava era ela, sempre tive empregada. Eu sempre tive duas funcionárias em minha casa pra cuidar dos filhos e da casa. [...] Eu tenho uma recordação assim, que uma vez minha mãe chegou em casa, eu tava passando um café. Eu adoro café passado assim no saco. Eu tava passando aquele café e ela brigou com meu marido. Como tu vai deixar ela passar café? E se ela se queima! Eu tinha 22 anos. [...] Por 23 anos da minha vida, a minha mãe pagava minhas contas, contas da minha casa, minhas empregadas e pagava a cocaína do meu marido e trocava o carro dele todo ano.

Começou a usar droga desde 1992. Estava grávida de seu filho que, na época da entrevista, tinha vinte e um anos e também é adicto. Embora

recriminasse o marido que era usuário de cocaína, naquela época trabalhou no Fórum em Tramandaí/RS e tinha acesso às apreensões de cocaína. Começou a roubar e levar para casa, compartilhando com o marido. Assume que não agiu corretamente: “[...] eu brigava muito com meu marido por causa da tal cocaína e lá no Fórum eu comecei não sei por que, isso foi uma falta de caráter meu, eu comecei a pegar cocaína e levar pra casa e usar também. A cheirar”.

A vida conjugal aliada à criação de seus filhos ficara muito difícil, mas se via impossibilitada de separar do marido porque sua mãe a ameaçava: “Eu aguentei todos esses anos e o meu psicológico ele judiava muito. A minha mãe judiava, dizia: tu não pode se separar, se separar, eu te boto um advogado e tiro os filhos, tiro a casa, te boto na rua. Eu ficava com medo”.

Hoje seus filhos são adultos com vida própria. São três homens, dos quais dois são adictos e duas mulheres, que vivem com ela. Uma delas trabalha em uma loja de calçados no centro de Florianópolis e a caçula está grávida de um rapaz que está preso. Vivem juntas e estão tentando apoiar uma a outra porque Falante, à época da entrevista, havia recentemente saído da Comunidade Terapêutica após um tratamento de três meses, estava vivendo um período de reinserção na sociedade e retomada de suas relações familiares, já estava trabalhando em uma empresa prestadora de serviços gerais. Ressente que este momento é muito difícil porque “eu vejo que quando acontece o que aconteceu comigo, é muito difícil a ajuda. Tu recebe muito julgamento. Muito ‘não’. Muita porta na cara. Muita humilhação dos próprios profissionais”.

Traz consigo muito ressentimento com seus irmãos porque, segundo ela, excluíram-na de momentos importantes, como quando não a convidaram para comemorar consigo os setenta anos de sua mãe, avisaram-na tardiamente quando esta faleceu, não conseguindo assim chegar a tempo do seu enterro, dividiram a herança, doaram os pertences da mãe e ela não foi contemplada e, por fim, ficou triste com a não interferência de seu pai em seu favor. Ao mesmo tempo culpa-se por ter feito mau juízo dele porque somente após sua morte soube que há anos sofria de Alzheimer.

Falante tem uma saúde frágil, além de ser portadora do HIV: “Eu tô com um problema muito sério de saúde. Tenho muita dor abdominal. Tirei a vesícula pensando que fosse e não era. Parece que eu tô com um tumorzinho dentro do fígado. Eu tenho histórico de tumores, eu tirei um no seio. Eu tirei um da cabeça. Agora tem um no ovário, muito minúsculo e parece que foi detectado um dentro do meu fígado”.

Chegou a pedir ajuda ao irmão para custear seus exames, mas com a negativa ficou ainda pior. Estas decepções levaram-na a aproximar-se do crack por influência de uma pessoa que conheceu em Porto Alegre. Passou a vender suas coisas para custear seu vício, momento em que resolveu sair daquela cidade acompanhada deste seu novo amigo e veio para Florianópolis. Antes, ligou para seu ex-marido e pediu para tomar conta de seus filhos. Ficou por dois anos ausente de sua família e envolvida com drogas, festas, prostituição e o mundo da rua. Em suas palavras:

Começou tudo em 2007, eu cheguei aqui em Florianópolis, aí eu perdi totalmente o sentido de tudo. Eu caminhava na rua chorando e até falando com a minha mãe. Parecia uma... parecia não, eu era uma débil mental. [...] Fiquei na rua, passei fome. Fiz horrores. Roubei, me prostituí, mentia pras pessoas porque eu podia chegar na loja, tomar um banho, me arrumar e iludir qualquer um, sabe? De mentira, de ilusão. Fiquei bastante tempo assim.

A busca pelo tratamento contra sua dependência química ocorreu algumas vezes, passando por internação no Hospital Celso Ramos, no Instituto de Psiquiatria-IPQ, sendo assistida pelo CAPS, frequentando Comunidades Terapêuticas como a Bom Samaritano e o Instituto Phoenix. Embora saiba da importância do tratamento para seu equilíbrio, não está frequentando o CAPS e disse estar se tratando com uma terapia alternativa.

Devido a minha correria de vida que tá eu não estou indo no CAPS. Tô precisando ir sim. Tô um pouco agitadinha sim. Não estou com medo, mas tô. [...] eu tô fazendo uma terapia, como é mesmo o nome? Ela faz aurícula, que é tipo uma hipnose. Você faz uma regressão, vai na raiz. Duas horas de terapia, seguem oito de sono. É muito bom. Pra mim é muito bom. Ela trabalhava em Curitiba, no serviço público, no CAPS lá. Então ela tá morando atualmente em Florianópolis, ela é minha vizinha, tá fazendo este trabalho pra mim voluntário.

Hoje tem consciência de que errou, mas está certa de que a seus filhos deu o melhor:

Foi a partir de 2006 que eu larguei eles com o pai, passaram dois anos sem saber de mim, tiveram muito abandono também, só que graças a Deus, por exemplo a mais nova na época tinha 8, o mais velho já era até casado, eram os três pequenos. Então vamos dizer assim, claro que marcou, que judiou. Só que eles tiveram a mãezinha deles, a mãezinha carinhosa, e depois eles tiveram a mãe sumida. Mesmo que eu bebia, mas eu não andava bêbada dentro de casa, não judiava dos meus filhos, que nem eu falei que eles tinham uma pessoa pra cuidar, dar banho, levar na escola e eu só tinha... eu tinha tempo de dar muito carinho, então eu... eles têm uma formação moral muito boa, com tudo que eu passei na minha vida, eu consegui passar uma boa formação moral que eu tento até hoje passar... olha, fiz, errei, errei, mas eu fiz o errado filha, o certo tá aqui. Eu mostro o caminho, se elas errar, eu mostro o caminho. O que eu quero hoje pra mim, eu tô lutando.

Sua luta é pessoal porque é ressentida com a assistência social pública, que não a ajudou:

Pela assistência social, ela disse na minha cara, já te ajudei e nós aqui não temos mais nada que fazer. [...]. A assistente social disse: Ah! Já te ajudei várias vezes e tu já tá aqui de novo. Nem a tua família te quer. Assim, sabe, eu não vejo uma assistente social trabalhando assim. Eu acho que assistente social tem que te acolher, te abraçar. Se ela não pode fazer, pelo menos te encaminhar.



## CAPÍTULO VI - RUA: RESULTADO DE UMA ESCOLHA?

No contato com a PSR constatei que residir na rua não é uma escolha, mas o resultado da influência de várias ocorrências que se apresentam de forma processual e interdependente, ratificando a ideia de que indivíduo e sociedade não constituem uma dualidade, não se apresentam dissociados.

Graxa, Bonsay, Artista, Hulk, Loira e Falante relataram situações diferenciadas de abandono familiar que culminaram na ruptura dos laços afetivos com pais e irmãos, levando-os a experimentar o convívio no lar substituto (abrigo, casa de outrem). Destes, Falante viveu um abandono diferente porque permaneceu vivendo com a família de sangue cujo vínculo parental ficou marcado pelo excesso de permissividade e, conseqüentemente, descuido a que ficou submetida, corroborando para o agravamento de seu vício de ingestão do álcool.

Pretendo neste tópico ensaiar uma reflexão sociológica destes contextos de vida a partir da perspectiva de que o indivíduo e sociedade não constituem uma dualidade em separado conforme defende N. Elias (2008) em *Introdução à Sociologia*.

Neste livro, Elias reelabora temas fundamentais do discurso sociológico como indivíduo, grupo, poder e sociedade. Uma das principais preocupações de Elias tem sido explicar como se dá o processo de constituição das diferentes formações sociais ao longo do tempo a partir da questão central: como e por que os indivíduos estão ligados uns aos outros constituindo tais formações.

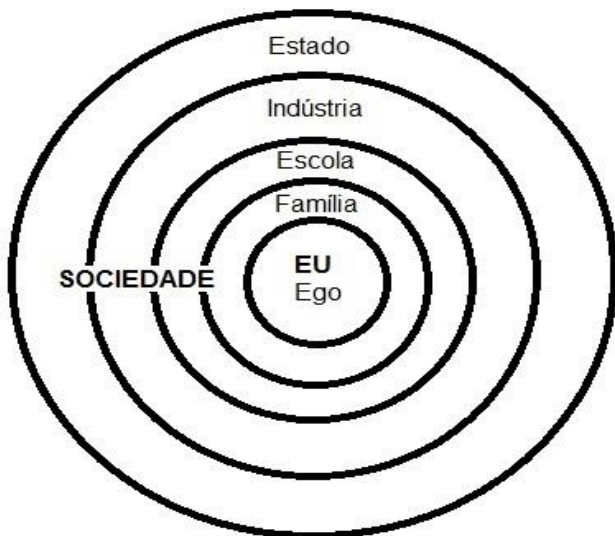
Ele parte de uma crítica à sociedade do tipo egocêntrica para passar a defender uma sociedade mais realista. Em suas palavras afirma que: “Configurações<sup>56</sup> como a universidade, a cidade, o sistema e inúmeras

---

<sup>56</sup> N. Elias, em grande parte de sua obra, utiliza “configuração”, palavra escolhida com o principal objetivo de fazer face ao termo parsoniano “sistema”. Apenas mais tarde em sua carreira é que passou a questionar a palavra em si, não seu significado. O ponto que incomodava Elias dizia respeito a sua origem no latim cujo prefixo com significa exatamente “com”, ou seja, se figuração (*figuration*) quer dizer padrão em inglês (*pattern*), con-figuração (*configuration*) seria “com padrão” (*with pattern*). Entretanto, como o objetivo do autor era entender o padrão em si, o prefixo com passou a ser visto como redundante, preferindo o uso de figuração. Quando Elias aborda em *Introdução à Sociologia* o conceito de Configuração, traz a preocupação com a tendência reduzida da Sociologia em tratar conjuntamente e em profundidade os problemas da sociedade com os problemas que envolvam as pessoas no singular e no plural. No texto desta tese utilizarei o termo figuração quando me referir às estruturas de sociedade,

outras, podem ser substituídas por família, escola, indústria ou estado” (ELIAS, 2008, p. 14). Esta ideia de sociedade egocêntrica está representada na figura 5:

Figura 5: Padrão básico de uma visão egocêntrica da sociedade



Fonte: Elias (2008, p. 1).

Para melhor compreender a problemática sociológica dos casos acima relatados optei por olhar estas pessoas e seus mundos a partir de

---

entendendo que a configuração/figuração significa uma abrangência relacional, o modo de existência do ser social e a possibilidade conceitual de aproximação às emergências do cotidiano. Gonsalves (2005) entende que um jogo de cartas, em Elias, não remete para o conjunto de regras e não é definido por elas; o jogo é uma combinação provisória e dinâmica das relações sociais. Remeter o conceito de configuração/figuração apenas para a sua realidade material – número de jogadores e regras existentes – significa, portanto, uma distorção. Uma configuração social é sempre um espaço de síntese, sempre provisória, do movimento dialético da realidade. Também é possível encontrar em Hochman (2006, p. 24) que “a configuração seria um instrumento conceitual, com o qual se escaparia do antagonismo indivíduo *versus* sociedade, e a interdependência de indivíduos, grupos e instituições, a condição prévia para a formação e identificação de uma configuração”.

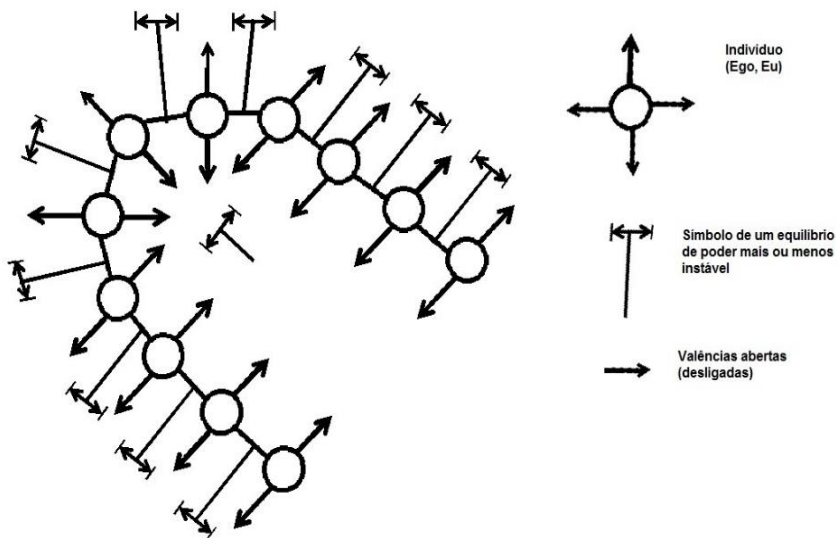


uma perspectiva dialética e considerando as determinações contraditórias, interdependentes e muitas vezes contingentes, que não fluiria se eu me ativesse a compreendê-los a partir de uma visão de sociedade egocêntrica, uma vez que:

Quaisquer que sejam essas configurações, o modo típico e predominante de conceptualizar esses grupos sociais e a autopercepção que expressam, correspondem geralmente ao diagrama apontado, que nos mostra a pessoa individual, o ego particular, rodeado de estruturas sociais. Estas são entendidas como objectos em cima e acima do ego individual. O conceito de sociedade também é encarado deste modo (ELIAS, 2008, p. 15).

A reorientação da compreensão de sociedade foi representada na Figura 2 abaixo:

Figura 6: Representação de indivíduos interdependentes (“família”, “estado”, “grupo”, “sociedade” etc)<sup>57</sup>.



Fonte: Elias (2008, p. 2).

<sup>57</sup> As figuras 1 e 2 reportam-se ao capítulo Notas e Referências da p. 193, In: (ELIAS, 2008).

Elias, com esta representação, sugere uma nova visão: a ideia de que sociedade e indivíduo não são estruturas em separado, mas interdependentes. O diagrama intenciona mostrar uma concepção mais realista das relações sociais em sociedade, de forma que o leitor possa transpor a frágil barreira de reificação de conceitos que tanto obscurece ou distorce a nossa vida em sociedade, ou seja, olhar o outro ou a situação como coisas desprovidas de sentido e significado longe da perspectiva de valorizar o ser pelo que ele é e não pelo que aparenta:

Tal reificação é um encorajamento constante à ideia de que a sociedade é constituída por estruturas que nos são exteriores — os indivíduos — e que os **indivíduos são simultaneamente rodeados pela sociedade e separados dela por uma barreira invisível**. Como veremos, estas concepções tradicionais serão substituídas por uma visão mais realista das pessoas que, **através das suas disposições e inclinações básicas são orientadas umas para as outras e unidas umas as outras das mais diversas maneiras**. Estas pessoas constituem teias de interdependência ou configurações de muitos tipos, tais como famílias, escolas, cidades, estratos sociais ou estados. Cada uma dessas pessoas constitui um ego ou uma pessoa, como muitas vezes se diz numa linguagem reificante. Entre essas pessoas colocamo-nos nós próprios (ELIAS, 2008, p. 16, grifo nosso).

Nos casos de Graxa, Bonsay, Artista, Hulk, Loira e Falante posso relacionar que todos faziam parte de uma estrutura familiar, cada um se referiu a ela como “minha família”, mas o que foi relatado no cotidiano de suas histórias os envolveu e/ou os submeteu a uma condição como se fossem figuras à parte daquela figuração:

[...] foi abandonado pelos pais, que não lembra quem são, aos oito anos (Graxa).

Porque quando a mãe saiu de casa da noite pro dia. No outro dia eu me acordei e não tinha mais ninguém em casa. Não tinha minha mãe e nem as duas irmãs mais velhas que eu. Só ficou eu, meu irmão Tião e mais um neném recém-nascido que tinha uns quatro ou cinco meses. Daí passaram-se

dois dias e o neném morreu no colo do meu irmão. O pai saía pra trabalhar e ficava uns dois dias fora. Meu irmão era pai e mãe. Ele cuidava dele e de mim também. E morreu né? Naquele dia, seis horas da tarde ele morreu. Foi bem triste naquele dia (Bonsay).

[...] Ele disse, se você quiser, minha filha, ficar na minha casa, isto segundo meus parentes né, você vai ter que se liberar destas crianças ou se não, vá junto pra rua com eles procure algum lugar (Artista).

Hulk foi internado aos sete anos pela mãe na Fundação Nacional do Bem Estar do Menor-FEBEM. Ele disse: “chorava muito sem entender porque a mãe o abandonou no colégio”.

Loira foi usada para sustentar o vício da cocaína de sua própria mãe: “[...] foi quando minha mãe começou a vender meu corpo. Me dopava pra poder me vender e poder usar a droga dela”.

“Quando eu tinha nove anos de idade meu pai foi processado por abandono intelectual porque eu não ia à escola. Eu ficava dentro do meu quarto onde a minha mamadeira era Martini. Eu só ficava dentro do meu quarto vendo televisão, tomando álcool e fumando cigarro. E não foi procurado um tratamento...”. (Falante)

É impactante observar que estas pessoas faziam parte da figuração familiar, mas de forma distante, pois cada um agia de acordo com seu objetivo individual, o que reforça a tomada de atitudes muito voltadas para seus egos sem parecer se preocupar com o objetivo do outro ou mais que isto, o que o outro significa para si, ou o que sua atitude poderia interferir na vida do outro. Atitude que reforça o que Elias chama atenção para não interdependência das relações. Há o predomínio de uma consciência individual em vez de predominar a consciência coletiva, embora seja esta o desejo de todos que têm um discurso favorável à democracia, justiça e igualdade de direitos.

Apesar de tomar como referência situações isoladas, o resultado das relações vividas aponta para uma interdependência que agride, fere,

despreza, marginaliza e deixa marcas profundas de ruptura afetiva e abandono<sup>58</sup>.

Este sentimento de ruptura afetiva infelizmente não é suprido pelos espaços institucionais ou lar substituto. Os relatos evidenciaram isto:

Não é bom viver de favor. Por mais que tu ajude, dizem assim: tu tá de favor aqui. (Graxa)

Então, lá eu tinha formação, aprendizado, escola, oficina de profissionalização. Eu tinha tudo na mão que eu podia usufruir né? Tinha acesso a muitas coisa, atividade, tudo. E daí até que eu comecei a aprontar, começa a fazer coisas que não devia e me desligaram. Daí eu caí nas ruas. (Bonsay)

Meus tios não quiseram ficar comigo porque eu era muito doente. Me deixaram no abrigo. Quando eu tinha cinco anos, acho que doeu na consciência e foram me buscar, mas a convivência nunca foi boa. A empregada que sensibilizada com a situação me levava pra casa dela todo final de semana me dando carinho, atenção, amor, até que um dia eu não quis mais voltar pra casa de meus tios. (Artista)

Aí eu tive que aprender o linguajar do colégio interno porque ali eram mais de 400 garotos de rua, que tinham cometido algumas coisas. Então ali eu fiquei naquela situação ali aprendendo a sobreviver naquele local. [...] Tem também aquela posição de sentido, marchar, tinha disciplina... e no colégio interno eu ficava de castigo e palmatória na mão. A gente sempre tava sendo chamado pelo monitor. Se simplesmente uma moeda caía no chão o monitor já anotava nosso número, o meu número era 99. E a gente sempre tava na fila pra receber o castigo. Esse castigo era mais ou menos 25 bolo, 25

---

<sup>58</sup> Nesta pesquisa não ouvi o relato dos familiares dos sujeitos entrevistados porque não foi priorizado este tipo de depoimento, apesar de saber da sua importância, esta pesquisa não conseguiu incluir no cronograma o que deixaria muito extensa a investigação, porém no contato com técnicos do serviço público municipal me foi relatado a triste e degradante situação das famílias que têm e/ou tiveram parentes em situação de rua e que recebem o acompanhamento psicossocial.

palmatória na mão, em cada mão. Então eram 50.  
(Hulk)

É como se existisse uma barreira invisível, como se reportou Elias no tratamento entre os indivíduos, impedindo que as pessoas sejam vistas como gente. Parece redundante o que estou sugerindo, mas nos casos acima apresentados ratificam a presença de relações sociais permeadas de uma institucionalidade que avilta, seja porque ajuda por obrigação, porque está regulamentado, seja porque ajuda por estar sensibilizado, mas que não deixa de fazer cobranças quando avalia estar prestando um favor. “Se não articularmos cada elemento da cultura humana, se não engatarmos o que à primeira vista aparece descontínuo e mesmo, com frequência, estranho, absurdo, jamais entenderemos o que os homens produzem e como eles vivem” (RIBEIRO apud ELIAS, 1990, p. 9).

Bonsay, hoje com a cabeça de um adulto de trinta e sete anos, consegue avaliar que não valorizou toda a oportunidade de formação educacional que o abrigo lhe ofereceu à época que residia lá. Mesmo com todas as atividades oferecidas disse que “começou a aprontar”. Avalia sua atitude trazendo para si a responsabilidade pelo “seu” fracasso. É como se ele e a sociedade que o rodeia fossem entes em separado.

Porém, tendo a problematizar por que ele começou a fugir dos padrões institucionais de normas e regras estabelecidos? Considerando que quando começou a aprontar estava entrando na pré-adolescência, fase esta cientificamente comprovada quanto à necessidade de experimentar coisas novas, ousar, desafiar, testar o outro. O fato de desde os seis anos passar a seguir regras coletivas, ser avaliado sempre com a possibilidade do enquadramento coletivo – se tem rendimento e obediente, é disciplinado, o contrário designar-lhe-á o título de rebelde, indisciplinado (como viveu na pele Hulk) – não contaria para chegar ao ponto de querer experimentar o diferente, impulsionando-o ao combinado institucionalmente? Este é apenas um aspecto que levanto, que pode ter contribuído ou se entrelaçado com a vivência de Bonsay de maneira que resultou em si marcas negativas de sua passagem pelo abrigo.

Bonsay ousou agir, tal qual fez Mozart<sup>59</sup>, o sentido de artista autônomo que, com dificuldade, tentou deixar sua marca à sociedade de corte burguesa a possibilidade de viver sem ela estar determinando sua vida inteira. Mozart ousou conciliar vozes e instrumentos em uma mesma apresentação. Bonsay também ousou muitas vezes construir seu caminho sem ter a instituição determinando sua vida.

---

<sup>59</sup> Para conhecer sobre o conteúdo da obra consultar Elias (1995).

Observo à luz de Elias, em sua obra *O Processo Civilizador* (1990), que a sociedade mudou e avançou seu processo civilizatório em diversos aspectos e na organização e funcionamento para o alcance de uma coletivização do bem estar. No âmbito do serviço público, o Estado avançou ampliando suas ações no âmbito das políticas públicas, do reconhecimento das conquistas de novos direitos sociais, de uma maior aproximação com as elites que compõem a sociedade civil, promulgando uma ação em parceria de âmbito complementar.

Contudo, embora a política de assistência social também tenha acompanhado este movimento de mudanças, parece que apenas atualizou, modernizou sua forma de trabalho, a gestão complexa<sup>60</sup> que a sustenta estruturalmente, não conseguindo que as instituições de assistência social para acolhimento de crianças, adolescentes e adultos ultrapassassem a figuração de estruturas fechadas, onde o padrão de organização espacial e de funcionamento parece ditar a mobilidade das pessoas regulando e impondo a obediência à rotina que mais parece punir do que libertar: hora de entrar, do banho, de rezar, de comer, de descansar, de estudar, de brincar.

Não estou fazendo uma apologia para que as instituições funcionem sem regras e/ou limites. É sabido que as instituições têm seu Regimento Interno, mas a meu juízo é importante que este não engesse as relações sociais. E este cuidado se torna especial quando o trabalho de assistência social é voltado para a PSR.

Penso este trabalho como um processo, do latim *processus*, termo que refere a andar para frente no decorrer do tempo, sendo assim lento, progressivo, exigindo paciência porque é um trabalho permeado de avanços e recuos, quando nem sempre o tempo de um é o mesmo tempo do outro, mas que ambos precisam um do outro porque o interesse que os une os faz interdependentes e isto que os faz seres interdependentes nem sempre se apresenta de forma clara em um tempo determinado, uma semana, quinze dias, um mês, dois meses, seis meses, um ano ou mais de acompanhamento.

O tempo aqui, no trabalho com a PSR, torna-se impreciso e muito relativo se for tomada por referência a necessidade de conhecer e compreender seus costumes e, com isto, passar a aceitar que a recíproca

---

<sup>60</sup> “Compreender a gestão complexa é tomar consciência da relação entre as esferas pública, privada e social, inserida no movimento das relações sociais, buscando a objetivação de práticas na direção da qualificação dos serviços, de maneira impessoal e com a perspectiva de universalização” (SARMENTO, 1997, p. 138).

também é verdadeira. Esta reflexão se pauta ainda no relato da reunião de gestão colegiada no abrigo que apresentei no início desta tese quando os abrigados se posicionaram a respeito da sua liberdade de ir e vir, de serem respeitados em suas opiniões, gostos e costumes e da necessidade da igualdade de direitos e deveres na relação com a coordenação e com os educadores sociais.

Seja na situação de Bonsay ou do abrigo, observei a importância e a necessidade do diálogo entre os diversos saberes de forma que, no trabalho com a PSR, pudessem utilizar a interdisciplinaridade como uma estratégia para a construção de uma metodologia interventiva que aproxime as partes, e não o contrário.

Faço este destaque em função de que está previsto a ação intersetorial com a PSR o que remete assegurar, conseqüentemente, uma ação interdisciplinar. Conforme previsto pelo Decreto nº 7.053/2009, Artigo 6º, as diretrizes em destaque abaixo deverão nortear a implementação da Política Nacional para População em Situação de Rua de forma descentralizada e articulada:

III - articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal;

IV - integração das políticas públicas em cada nível de governo;

V - integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução;

Considerando minha participação junto ao Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento desta Política Nacional para a PSR em Florianópolis, foi possível observar o grande desafio que é assegurar o cumprimento destas diretrizes.

A terceira diretriz que menciona uma possível articulação das políticas públicas de forma descentralizada, a meu juízo, já encontra barreira quando a quarta diretriz propõe integração em cada nível de governo. Isto porque uma vez submetida à adesão municipal, será uma política submetida à gestão governamental, conseqüentemente estará atrelada à vontade política do gestor da unidade federativa. Assim, presenciei o quanto tem sido difícil integrar ações intramunicípio, intermunicípios e a própria gestão estatal, quicá alcançar que repercutam entre esferas maiores.

Em contrapartida, a quinta diretriz tem muita procedência porque prevê que a implementação deste Decreto exigirá a integração de esforços muito intensos para que o poder público e a sociedade civil consigam

primeiramente conversar e se entender e, em segundo, chegar ao consenso de ações conjuntas, que garantam a intersetorialidade, interdisciplinaridade pretendida.

Contudo, apesar desta intenção, a realidade não favorece este alcance. O Comitê tem a representação paritária do poder público municipal e da sociedade civil que representam elites, saberes, poderes diferenciados. Este cenário se dispõe organizado por atores que não se conhecem, mas estão colocados ali, às vezes sem saber ao certo o papel que vão desempenhar.

São muitas as falas que parecem desencontradas, refletindo o quão complexo é o funcionamento de uma estrutura de pessoas que está habituada a seguir orientações de um diretor, um gerente, um supervisor ou outro que assuma o papel hierárquico de ditar ordens. O Comitê funciona desde 2013, mas somente no final de 2014 discute a construção de seu Regimento Interno. Independente disto é marcante o descompasso entre a formação dos especialistas ou daqueles que querem demonstrar uma especialidade para o trabalho com a PSR e o que esta demanda.

É um embate constante que discute a transferência de responsabilidades, a necessidade de superar a aparência de ações assistenciais pontuais, fragmentadas e imediatistas, mas que ao mesmo tempo parece estar longe de resolver o problema PSR.

Por outro lado, a PSR continua se sentindo distante da assistência social pública oferecida a ela.

Como disse Graxa: “o jeito que o Centro Pop funciona, dá o cafezinho e seis e meia bota todo mundo pra fora, isto não ajuda”.

Gatiado, em outro momento de sua vida na rua, relatou-me sua indignação com o serviço de limpeza pública COMCAP, que parou o caminhão e levou todas as suas coisas quando havia saído por um instante. Foi a mochila, roupas, documentos, todos seus pertences foram igualados a lixo. Ele me perguntou: “como podem fazer isto com as coisas das pessoas, sem nem procurar saber se tem um dono?”

Alemão também se sente insatisfeito com o funcionamento das políticas públicas para o atendimento da PSR. Sempre que vai às reuniões do Comitê ressalta “que seus companheiros continuam comendo o que catam no lixo porque o município não tem um restaurante popular. Que continuam morrendo como indigentes porque a saúde pública não disponibiliza leitos para a internação dos doentes crônicos. Que a polícia continua batendo e agredindo quem está na rua”.

Parecem estranhos entre si e não conseguem chegar ao denominador comum em suas falas, apesar de aparentemente estarem reunidos para um mesmo fim. A estratégia que a PSR tem feito para



superar as lacunas das políticas públicas é recorrer ao trabalho que a ONG de natureza religiosa (católicos, evangélicos e espíritas, dentre outros) oferece aos finais de semana ou a iniciativas de grupos autônomos de pessoas que saem às noites e madrugadas alternando-se durante os dias da semana, levando além da ajuda material a escuta, o aconselhamento, a informação, atuando de forma complementar ao trabalho da assistência social pública em dias e horários em que está ausente.

Estas iniciativas apontam que o problema PSR não é só preocupação no âmbito do discurso, mas também tem sido foco de diferentes formas de intervenção. Há uma consciência coletiva sobre o problema, mas há uma tendência ao exercício de uma consciência individual (onde mesmo que se reporte ao grupo A ou B no contexto das ONG, não atuam como uma rede que se comunica), o que remete à argumentação de que exercem uma relação interdependente por todos estarem se voltando para ajudar, refletir, sugerir, monitorar ações em torno de um mesmo problema de política pública - a PSR -, mas em contrapartida os posicionamentos têm ratificado uma consciência coletiva onde seus focos de intervenção têm oscilado entre uma visão preventiva/educativa e uma higienista/preconceituosa, dificultando que o problema passe por uma avaliação onde todas as partes envolvidas possam observar suas atitudes, atributos, desafios, conseguindo estabelecer uma combinação de atitudes interdependentes.

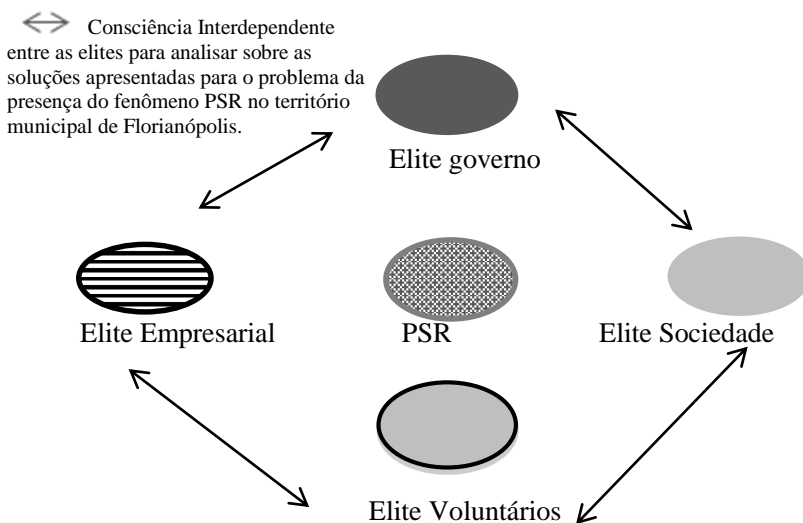
Todos parecem estar sentindo os efeitos de externalidades que afetam a PSR como a pobreza, a ausência de uma casa e de uma família, a doença, o desemprego, o estudo incompleto, a dependência da droga, o envolvimento com o tráfico e a violência que, como se fosse uma cadeia, vai afetando uns e outros de forma diferente e repercutindo em todas as áreas.

Segundo Hochman (2006), ao analisar de quem é a responsabilidade da saúde pública no Brasil fez importante ressalva sobre os cuidados necessários com o tratamento das externalidades a um determinado problema que, no caso de sua pesquisa, foi o saneamento público. Com base em Buchanam e Tullock (1965) ele trouxe a preocupação de que “[...] não bastam consciência das externalidades e incentivos para se coletivizar ou transferir uma atividade para o setor público”. No caso da política pública de assistência social à PSR, pensar o que cada iniciativa quer alcançar no trabalho com a PSR é cuidar para que não se abrace um movimento de eterna transferência de responsabilidade ou repetição de ações sem ouvir, conhecer o que de fato atenderia às necessidades e interesses da PSR.

A transferência de atividades da esfera individual para a coletiva voluntária, e depois para a esfera coletiva pública, dependeria da avaliação de cada unidade com atributos decisórios sobre os custos externos e, também sobre os custos da promoção do acordo para essa transferência, além dos que, presumivelmente, adviriam de decisões adversas da organização coletiva (HOCHMAN, 2006, p. 31).

Tentei caracterizar graficamente estas reflexões caracterizando como se a política pública de assistência à PSR estivesse submetida a interação do interesse de várias elites para sua implementação assim:

Figura 7: Fluxograma ilustrando a consciência interdependente das elites.



Fonte: Autora (2015).

A Elite Governo traz para si a responsabilidade de agir impondo coercitivamente ações regulatórias que incidam na padronização de comportamentos. No que tange à busca de soluções para o problema PSR, o governo municipal aderiu à Política Nacional de Assistência Social à PSR em 2011 pela Lei 8.751, passando ainda por uma adequação dos serviços públicos principalmente os de assistência social, mas que não

exclui as demais áreas como saúde, habitação, segurança pública, educação, lazer e cultura.

A Elite Empresarial, representada pelo Clube de Diretores Lojistas – CDL, tem marcado presença, principalmente por também fazer parte do Conselho de Segurança Pública do Bairro Centro – CONSEG-CENTRO, envidando ações de esclarecimento e informação à sociedade sobre quem é a PSR, como proceder para o seu atendimento, orientando que a população não dê esmolas, mas encaminhe para o Centro de Referência ao Atendimento a este grupo que é o Centro Pop. O CDL já confeccionou uma cartilha em 2013 e já distribuiu outra em 2014. Nas citações de reportagens abaixo é possível observar a visão dessa Elite sobre este problema:

Nossa intenção é levar à sociedade informação sobre quem são os moradores em situação de rua, possíveis situações que os levaram às ruas e formas efetivas de ajuda, com base nos serviços públicos disponíveis e citados na cartilha, [explica Ricardo Campos, presidente do Conseg]. [...] Queremos dar este conhecimento e chamar a sociedade a fazer o papel real de cidadão, procurando ajudar o seu próximo, sem dar esmolas e sim um futuro, com oportunidades de tratamento psicossocial, pedagógico, de saúde e ressocialização, [afirma Campos]. Para ele, o morador de rua passa a ser um problema de segurança quando a assistência social e a saúde deixam de cumprir seu papel de fato<sup>61</sup> (CDL, 2013).

Em 2014, a nova cartilha **Segurança no Comércio: prevenção ao crime por meio de um ambiente seguro** apresenta visão recorrente sobre a PSR:

[...] a **Cartilha Segurança no Comércio**, com dicas aos lojistas sobre como prevenir o crime por meio de um ambiente seguro. [...] O manual foi desenvolvido a partir de um questionário aplicado na região central para detectar a sensação de segurança da população. [...] O item mais citado foi

---

<sup>61</sup> Conteúdo de notícia divulgado no portal do CDL em 13/05/2013. Para ver mais In: <http://www.cdflorianopolis.com.br/noticia/conseg-do-centro-de-florianopolis-lanca-cartilha-cidada-1956>.

a situação dos moradores de rua e trabalhamos durante um ano e meio com o tema. O segundo e o terceiro quesitos foram furto e roubo do comércio e por isso desenvolvemos este documento que traz importantes dicas sobre como tornar o ambiente de trabalho mais seguro, [explica Ricardo Campos, diretor de desenvolvimento da CDL de Florianópolis e presidente do Conseg Centro] (CDL, 2013).

A Elite Sociedade é composta por todas as pessoas que não representam governo nem comércio, mas se incomoda de sentar num banco de praça com alguém sujo, de encontrar alguém dormindo à sua porta e está sempre recorrendo à Polícia Militar ou ao Centro Pop para denunciar e pedir sua remoção.

A Elite de Voluntários quer fazer algo que mude a vida da PSR, estão experimentando um pouco de tudo: dar comida, dar roupa, doutrinar, mandar rezar, incentivar a internação, oferecer serviços subsidiado.

A PSR está em seu lugar. O lugar que deseja estar ou está contingencialmente: migrando de um lugar para outro, trabalhando para se sustentar – ainda que este trabalho não seja reconhecido pelo mercado formal do trabalho. O MPR em Florianópolis existe, mas aparenta não alcançar a grande massa daqueles que estão neste grupo populacional. Existe o representante estadual que se desloca nacionalmente, financiado por uma ONG para participar dos eventos do MNPR. É o mesmo que participa das reuniões do Comitê. Observei que de forma isolada ou organizada a PSR se encontra, mesmo de forma heterogênea, movimentando-se de maneira que a dinâmica institucional parece não conseguir acompanhá-la.

Para tentar elucidar a complexidade da relação entre estas elites recorro a Hochman, que apoiado em Elias, compreende que a passagem do mundo tradicional ao moderno trouxe o surgimento dos Estados Nacionais, o desenvolvimento do capitalismo e o alargamento da complexidade das cadeias de interdependência ao ponto de se tornarem opacas e incontroláveis pelos indivíduos ou grupos.

Considerando a presença desta opacidade e descontrolo nas relações de sociabilidade, compreende que o desenvolvimento e a dinâmica histórica destas cadeias de interdependência social geraram, e ainda geram, consequências sociais não planejadas ou mesmo não desejadas por qualquer indivíduo ou grupo que as componham, sendo

concomitantemente o resultado do entrecruzamento das motivações e ações desses mesmos indivíduos e grupos. Neste sentido, as análises das figurações complexas só podem ser feitas por meio dos elos de interdependência que as constituem (ELIAS, 1980, p. 143 apud HOCHMAN, 2006, p. 24-25).

Nestes termos, constatar que a rua não é resultado de uma escolha sugeriu a mim o quão importante é conhecer com profundidade as histórias de meus sujeitos, assegurando assim uma compreensão sociológica que possibilite entender como:

[...] nesta esfera as pessoas verificam que estão sujeitas a forças que as compelem. Procuram compreendê-las para que, com a ajuda deste conhecimento, possam adquirir certo controle sobre o decurso cego dessas forças compulsivas, cujos efeitos são muitas vezes destruidores e destituídos de qualquer significado, causando muito sofrimento. O objetivo é orientar essas forças de modo a encontrar-lhes significado, tornando-as menos destruidoras de vidas e de recursos (ELIAS, 2008, p. 17).

As entrevistas realizadas me possibilitaram ver o resultado do decurso cego de forças compulsivas quando os entrevistados me relataram sobre o rompimento com a família, com a escola, com o trabalho, com os amigos, destacando só agora conseguirem compreender (quando se viram relatando sobre suas histórias, retomando suas memórias) a que forças estiveram sujeitos à época das rupturas vividas. Alguns choraram, outros silenciaram, mas o interessante foi que relataram não guardar mágoa. Impressionou-me o quanto as suas duras trajetórias os fizeram pessoas resignadas. Embora tenham sofrido muito, atualmente orientam suas forças de forma a buscar um significado menos destruidor de suas vidas, vislumbrando recursos que possam lhes dar sentido e maior sustentação às suas novas relações e ao alcance de sonhos e novas metas.



## CAPÍTULO VII - RUA: DESAFIOS E SUPERAÇÕES

No item anterior apresentei considerações acerca de que a rua não é resultado de uma escolha e em função disso é preciso considerar o processo de rualização pelo qual a PSR passou ou ainda está passando, conforme sinalizou Prates; Prates e Machado (2011). É importante perceber que a rualização é um processo social com múltiplos condicionantes para que, na cuidadosa leitura e análise destes, as políticas públicas com a PSR possam gerar resultados mais efetivos. Assim, neste item vou retratar, a partir do que me foi dito nas entrevistas, como a PSR vive, que desafios são enfrentados e como procede para superá-los no seu dia a dia.

É importante iniciar ressaltando que para nenhum deles é fácil ou tranquilo falar sobre si. Nesta pesquisa ouvi onze pessoas das quais, à época das entrevistas, cinco já não estava mais em situação de rua (Daniel, Atleta, Hulk, Bonsay, Fortinho e Falante), o que reforça o caráter contingencial desta situação, mas não assegura que as pessoas que saíram tenham alcançado totalmente a reversibilidade.

A primeira situação que chamou atenção é sobre a origem familiar de alguns deles. Geralmente, e com algumas exceções, a primeira impressão ao ver um indivíduo na rua vem travestida de conteúdo moralista, enquadrando-o em grupo familiar pobre financeiramente e que por tal motivo deve ter ficado assim, desprezado e passando fome na rua. Porém, alguns depoimentos demonstraram que nem sempre o que a aparência sugere é real:

Sou filho de delegado de polícia... vivia numa condição boa com meus pais e mais dois irmãos. Foi a perda da minha mãe e logo em seguida soube que eu ia ser pai [...] foi um conjunto de situações que me aproximou da rua (Atleta).

Meu pai é um trabalhador de mina de carvão, aposentado da mina, tem fazenda, 30 cabeças de gado, tem trator, três Fox na garagem, casa no centro de Criciúma, casa na praia e minha mãe mora num condomínio com meu irmão mais novo (Fortinho).

Olha, meu pai era um coronel [...] (Surfista).

Meus pais eram empresários. Tinha hotel, panificadora, posto de gasolina [...] (Falante).

A partir destes relatos é possível considerar que o status de uma pessoa cuja família frequenta altos cargos e desfruta de uma vida confortável economicamente não representa fator impeditivo para que o indivíduo vá viver na rua.

Este contraste nos permite também considerar que “[...] riqueza e poder fazem parte de uma só realidade [...] contudo, [...] o pobre não pode ser visto simplesmente como uma relação monetária, pois retrata, sobretudo, uma relação política. É um cuidado necessário, uma vez que a pobreza tende a ser entendida [...] comumente a partir do rebaixamento das condições de vida, o que termina levando a que as propostas governamentais dirigidas aos pobres sejam operadas como ‘pobres soluções’: os pobres terminam sendo mais pobres pela pobreza dos serviços com que contam” (SPOSATI, 1988, p. 23).

Uma segunda situação que merece atenção é sobre o capital intelectual agregado que algumas pessoas em situação de rua têm, mas que no imaginário social, quando a vemos remexendo lixeira, dormindo sobre papelões, remete à impressão de que são pessoas loucas, desprovidas de estudo para se submeter a um tipo de vida que remete a um nível animal. Depoimentos me revelaram o inusitado:

Conclui o Ensino Médio quando estava abrigado e ainda fiz o curso técnico de Eletricista pelo SENAI (Graxa).

Tenho o Ensino Médio completo e cursei dois anos de Educação Física, adoro projetar coisa, mas nunca me levaram a sério [...] (Surfista).

Eu comecei quatro faculdades só que não terminei nenhuma [...] A primeira foi Geologia só que era muito cara na UNISINOS na grande Porto Alegre, a segunda foi Comunicação na PUC, muito cara e eu tinha que trabalhar e os horários não compactuavam, na UFRGS foi História e Geografia, só que lá é aquilo, aula de manhã, tem de tarde e trabalhar ia como? A quarta na ULBRA, a Luterana, mas também era muito cara, eu me inscrevi em Odonto, mas fiquei em Radiologia. E uma vez por dia eu comia, tomava um pacotinho de leite e um de bolacha porque lá dentro era um absurdo um sanduíche, um refrigerante nos restaurantes universitários. O único que era mais barato era na UFRGS, mas lá tinha esse problema



de horário e aí não segurei nenhuma e fiquei só com o segundo grau, que é o Histórico que tenho aí agora. E aí resolvi ficar na rua (Artista). Fiz todo o Ensino Médio e concluí o curso de mecânico de automóveis pelo SENAI (Hulk).

A rua tem no seu universo um conjunto diferenciado de pessoas, que vivendo em seus agrupamentos e comunidades conseguem compartilhar conhecimentos, interesses e saberes fantásticos. A descrição retrata que muitas delas têm uma formação qualificada (embora exista também um número significativo de pessoas que não concluíram nem o Ensino Fundamental ou são analfabetas)<sup>62</sup> e interagem lutando por sua sobrevivência onde cada dia é um dia. São vivências que, independente do nível social e/ou grau de conhecimento, não hesitam em mesclar ações de solidariedade, amizade, amor, malandragem, submissão, autoritarismo, violência e até extermínio.

São estes diferentes saberes que interagem no universo da assistência social, expressão concreta das relações sociais porque reproduzem os interesses antagônicos na sociedade. “Reproduzem, portanto, a exploração, a dominação e a resistência, num processo contraditório em que se acumulam riqueza e pobreza [...]” oportunismo, experiência, “[...] Universo marcado pela pobreza, exclusão e subalternidade, pela revolta silenciosa, pela humilhação, pelo ressentimento, pela fadiga, pela crença na felicidade de novas gerações futuras, pela alienação, pela resistência e pelas estratégias para melhor sobreviver, apesar de tudo” (YAZBEK, 1993, p. 22).

Esta forma de apresentação e relacionamento parece incidir num status modelar específico, - onde muitos têm um estilo de vida com moradia fora do convencional, ausência de apoio familiar e um grau de dignidade e valor moral associado às suas formas específicas de desabrigo - Snow e Anderson (1998). Esse status é central ao modo como nos vemos e como somos vistos pela sociedade. Neste contexto de relações, a dignidade e os valores não brotam das características individuais, mas ao contrário, do papel que ora desempenhamos. Este papel será relevante nos relacionamentos que travarmos com os outros. Há sempre uma tendência ao julgamento antecipado pelo que o indivíduo aparenta e não pelo que é. Isto reforça a possibilidade de construção de um estigma que rotula,

---

<sup>62</sup> É possível rever sobre esta informação recorrendo aos dados da pesquisa nacional feita pelo MDS constantes da Parte I, item 1.2.

conforme Goffman (1988), de identidade atribuída à PSR como se ser de rua fosse um defeito de caráter.

Um terceiro aspecto que merece destaque é a sobrevivência material da PSR, o que exige uma articulação diária entre si e com a sociedade. Parece espantoso afirmar, mas os depoimentos demonstraram que, além da ajuda que recebem, muitos deles trabalham para buscar uma ocupação que lhes propicie uma renda diária, quinzenal, mensal para sua sobrevivência e também para manter o vício do álcool e/ou outras drogas.

Chego às seis da manhã aqui no Terminal Cidade de Florianópolis, já fiz amizade com os motoristas e cobradores. Todos aqui me conhece desde 2008. Pego o carrinho de bala e o de gelo pro pessoal que me paga pra fazer isso e depois começo a engraxar. [...] às vezes eu tiro trinta, quarenta real por dia [...].

Roubava sob o efeito da droga. [...] Depois da droga, todo dinheiro era droga (Bonsay).

Agora que saí da rua, vivo da venda do meu artesanato, mas às vezes, retomo o vício e estou trabalhando como serviços gerais (Bonsay).

Eu trabalho como flanelinha [...] (Gatiado).

Meu dia a dia na rua, a gente não tem muita opção nessa cidade, então eu vivia fazendo bico, ou pequenos serviços informais catando latinha, trabalhava de pintor, trabalhava na feira carregando e descarregando caminhão, ganhava uma graninha, tava quase sempre alcoolizado. Aí depois eu comecei a usar droga. Com a droga foi pior. Única coisa que eu nunca fiz na minha vida foi roubar, mas sempre trabalhei, pedia também porque vergonha não é pedir, vergonha é roubar. Usei crack e álcool [...] (Alemão).

A PSR enfrenta grande dificuldade para se inserir no mercado formal de trabalho seja porque não tem a qualificação necessária para a vaga, seja porque está sem os documentos de identificação, seja por não ter um endereço fixo. Embora esteja previsto que o endereço da unidade do Centro Pop possa ser utilizado para comprovação no processo de

candidatura a um emprego, ainda é muito difícil a aceitação por parte do empregador.

Tava trabalhando em um posto de gasolina há um mês. Enrolei pra levar o comprovante de residência porque eu não tinha. Podia ter pedido emprestado uma conta de luz, inventar que era lá que morava, como fazem alguns por aí. Eu fui dá uma de honesto e levei a declaração que o Centro Pop me deu pra comprovar endereço. Resultado: fui demitido porque o cara disse que não queria morador de rua trabalhando lá. E eu tava me dando bem, as pessoas tavam gostando de mim [Fala de um frequentador do trabalho sábado à tarde na AEFC].

Oportunidade de emprego, mas tá difícil porque não adianta tu ter profissão se tu não tem endereço. Entendeu? Tem a discriminação por ser morador de rua (Graxa).

Com este relato é possível considerar que a PSR na modernidade assume outra configuração que não mais a de mendigo, vagabundo, ou de doente mental, mas termina, conforme Bursztyn (2000, p. 42), juntando-se a estes porque constitui um grupo populacional que foi involuntariamente desvinculado do mundo do trabalho.

As mudanças estruturais que envolveram a sociedade brasileira no âmbito econômico, político e social, marcadamente da década de oitenta até hoje, submeteram a PSR a um crescente cenário de instabilidades onde a pobreza estrutural, aliada à intensa desigualdade social configuraram, segundo Escorel (2000, p. 147), seu distanciamento de uma cidadania universalizada, passando o mercado informal a ter importante papel como mecanismo de sua inserção. Ademais, suas características depõem contra sua permanência no mundo do trabalho, fragilizando também os vínculos afetivos com os demais grupos de sua convivência.

A PSR luta constantemente não só por sua sobrevivência, mas para romper com o estigma de ser pobre, portanto excluído. A pobreza aqui extrapola a acepção meramente quanto ao ponto de vista econômico, remetendo a uma significação mais ampla como lembra Telles (1990, p. 45): “[...] A condição de pobreza é capaz de gerar no imaginário social das classes trabalhadoras uma interpretação própria da condição em que vivem, definindo à sua maneira, sua relação com o crime, a pobreza e a desordem moral”.

Fiquei andando, andando. Pensei: pô, fiquei todo este tempo pelas clínicas, conheci tanta gente derrotada, pô, eu quero vencer, mas é o seguinte, o diabo nunca vem com a droga de tua preferência, te mostrando o J., isto aqui é uma pedra de crack pra ti fumar. Ele não vem. Ele vem te adoçando. Ele primeiro te coloca na prostituição, na mulher, depois ele te coloca o álcool na boca, depois te coloca um cigarro, depois um baseado quando tu vê tu já tá cheirando, tu já tá no crack. Fiquei perambulando no centro, paguei de playboy, paguei um hotel e já gastei R\$1.000,00, gastei na prostituição mais R\$1.000,00, gastei com massagem mais R\$1.000,00 e isso foi me dando um vazio no coração, o dinheiro foi acabando, acabando, nesse meio tempo fui visitar a família, levei o notebook e voltei né. Pô, depois que eu gastei o dinheiro tu sabe onde eu fui parar? Não tem na ponte Hercílio Luz que tão construindo, não tem uns bombeiro, uns canhão que ficam ali? Eu chorei naquela pedra ali e disse meu Deus do céu eu tava com uma dinheirada e não tô com mais nada. Não tenho dinheiro nem pra comprar um litro de leite, tô com uma dor no peito de tanto usar droga, comecei a chorar um monte (Fortinho).

Daí foi que eu comecei: já que ninguém me quer e não tenho nada com a vida então eu também não quero nada com nada. Então comecei a fazer minha vida, a fazer o meu 'corre' [ir atrás da droga]. Foi quando eu vim pro centro de Florianópolis e comecei a fazer programa pra comprar as minha droga e outros dias eu cheirando, outros eu tava bebendo, fumando [...] (Loira).

A partir destes dois relatos é possível observar comportamentos que pareceram demonstrar certo desamor e radicalidade consigo próprios. Fortinho, no afã de querer retomar o status de homem rico, deixa-se absorver por um comportamento de sucessivas investidas que, ao invés de ratificar este seu intuito, o distanciou e o empobreceu e o fez sentir mais desmoralizado.

Loira pareceu também radicalizar quando, ao se sentir desprezada em suas relações afetivas, opta por assumir uma vida instável, ainda que

aparentasse aventureira, render-lhe-ia prazer e felicidade àquele momento de dor.

Também é possível evidenciar que a atitude tomada por estas pessoas retratam de alguma forma sua indignação por se verem distantes de seus direitos, de possibilidades, de novas esperanças em função de suas reiteradas derrotas.

A situação de ambos também sugere:

[...] que sujeitos integrados à sociedade podem tornar-se vulneráveis, particularmente pela precarização na zona das relações de trabalho impactando também na zona de sociabilidade levando-o ao isolamento social. Neste sentido, afirma que na maior parte dos casos, ‘o excluído’ é de fato um desfiliação cuja trajetória é feita de uma série de rupturas em relação a estados de equilíbrio anteriores mais ou menos estáveis, ou instáveis (CASTEL, 2000, p. 24).

Frangella (2009, p. 50) é de opinião que a desfiliação pelo trabalho cabe mais para a realidade do trabalhador francês, no caso brasileiro isto resultaria de outras determinações sociais: “A relação com a esfera do trabalho não é, pois, suficiente ou prioritária – como no caso francês – para entender o processo de ‘desfiliação’ social no caso brasileiro. Como consequência, no contexto brasileiro, a situação de estar nas ruas, morar nas ruas, significaria desvincular-se da esfera sociofamiliar e perder seu lugar”.

Em Florianópolis por ainda não existir uma pesquisa censo que caracterize o perfil da PSR, os registros dos relatórios cedidos pelo serviço público municipal não esclarecem sobre o motivo que levou a PSR à rua porque se restringem a informações quantitativas como número de frequentadores, de desistentes, gênero, procedência, escolaridade e faixa etária.

Se considerar que a amostra utilizada em minha pesquisa foi pequena (11 pessoas, o que equivale a 1,26% de 872 pessoas atendidas pelo Centro Pop em 2013), não podendo representar o universo, é possível sugerir que preponderaram dificuldades na relação sociofamiliar, seguidas das dificuldades com o trabalho. Contudo, esta relação não pode ser considerada linear como se esta fosse a regra predominante, pois ouvi em meu trabalho junto à AEFC relatos de pessoas que se frustraram com o trabalho, decorrendo sucessivas instabilidades financeiras no lar propiciando espaço para gerar o conflito das relações afetivas até chegar

ao adoecimento psicológico com depressão, tristeza e desmotivação, tornando-se vulnerável aos diversos tipos de tentação química lesadoras de seu corpo e espírito (este tipo de impressão também foi compartilhada em minhas conversas com a equipe técnica do Centro Pop por ocasião de nossas conversas sobre uma pessoa a qual estávamos acompanhando).

Para Yazbek (1993, p. 23), esta é uma realidade subalternizada que PSR está submetida, que vai remeter a uma face da pobreza desafiadora à gestão estatal que deverá envidar esforços para administrar os processos de inclusão/exclusão social dos subalternos no campo da assistência social. Neste sentido, que esforços estão sendo administrados pela gestão de assistência social em Florianópolis para superar o fenômeno PSR?

A pesquisa trouxe que a PSR, assim como qualquer outro grupo populacional que esteja categorizado pela sua linha de pobreza e dependência econômica, está incluída no grupo de assistidos pelas instituições que atuam com a assistência social, o que remete à necessidade de que para o indivíduo sair da rua não basta o querer individual, apesar de este ser fundamental quando o assunto é assistência social à PSR.

Assim, como a PSR não precisa só de comida, imaginário preponderante na sociedade; em Florianópolis, a ausência de um Restaurante Popular fez com que este grupo recorra a um suporte complementar de assistência social que vai além do aspecto suprir com alimentação. Este suporte funciona sistematicamente de domingo a domingo por meio de dois tipos de redes. A rede voluntária, composta por ações individuais (aquele que se dispõe a dar ou comprar um alimento para a PSR) ou grupais, sejam religiosas ou não, que se ocupam cada dia da semana distribuindo alimentação e outros utensílios conforme a necessidade, prática esta que se torna ostensiva nos períodos de inverno rigoroso.

A outra rede está no âmbito do serviço público municipal, sendo o Centro Pop a referência no atendimento à PSR, porta de entrada para que esta tenha acesso a outros serviços da rede municipal. O Centro Pop oferece local para guarda-volumes, banho, higienização das roupas, descanso, participação de oficinas variadas, alimentação (café da manhã, almoço e café da tarde). Como não é um serviço que funciona vinte e quatro horas e está disponível somente de segunda a sexta feira, a PSR fica descoberta quanto ao jantar<sup>63</sup> e nos finais de semana.

---

<sup>63</sup> O Centro Pop, desde sua inauguração em 2010, passou por alterações qualitativas no sentido de ampliação de seus serviços. Iniciou oferecendo café da manhã, almoço e banho, posteriormente passou a servir também o café da tarde,

Considerando os depoimentos das entrevistas e as falas que se apresentaram nas tardes de sábado no trabalho da AEFC do qual participei, foi preponderante a insatisfação com o atendimento da rede pública e a satisfação com o atendimento privado/voluntário.

Quando questionados sobre o uso/impessão sobre os serviços municipais de assistência social, via Centro Pop ou de saúde, responderam:

Agora, atualmente, tá um pouco melhor, mas há uns anos atrás você era humilhado, era agredido, você era escorraçado pela abordagem de rua. A abordagem de rua não trabalhava direito. Ela ia acompanhada com polícia” [...] Que tu tá fazendo aí? Por que tu não tá na tua terra? Esses gaúchos só vem pra dá problema aqui. Essa gente só tá aqui pra incomodar e sujar a cidade. Era muitas as ofensas (Alemão).

Não uso porque ela não vai me ajudar em nada. Vai só me atrapalhar. Ela vai encher meu sapato. Vai querer me segurar só pra fazer um relatório. Porque é assim, da assistência social eu não pretendo pedir nada. Porque é assim: quando eu quero comer, quando eu preciso de um cobertor, de uma roupa, ela não dá. Então eu não preciso dela. Não tenho nada contra ela, mas pra mim assistente social é só pra comer dinheiro. O jeito que o Centro Pop funciona, dá o cafezinho e seis e meia bota todo mundo pra fora, isto não ajuda.[...] Não vou no Centro Pop nem pra lavar minha roupa, nem pra tomar banho, pra nada.[...] Porque é assim é tipo uma humilhação. Eles precisam do trabalho desde

---

porém este serviço de alimentação ficou parcialmente comprometido quando precisou fazer alguns ajustes para continuar aberto. A partir de novembro/2014 o Centro Pop passou a funcionar com a presença constante da Guarda Municipal em suas instalações em função do grande ocorrência de brigas, roubo e quebra-quebra ocorridos. Seu horário de funcionamento era de oito às dezoito horas. Porém, em dezembro de 2014, por impedimento da Guarda Municipal de continuar lá até o final do dia, passou a se retirar do Centro Pop às treze horas. Assim, a partir deste horário o Centro Pop só funciona para trabalho interno, não recebendo mais a PSR para além das treze horas, o que resultou na suspensão do café da tarde e da impossibilidade de uso dos demais serviços de sua dependência (banho, higiene da roupa, guarda-volumes etc).

que o morador de rua tá de favor. É tipo querer humilhar os outro. Não é certo (Graxa).

No Centro Pop uma vez eu fui lá e fui muito mal atendido, a psicóloga também me tratou muito mal. Nessa época eu tava muito drogado, muito ruim. Fiquei meio revoltado e não voltei nunca mais. Isso foi há uns dois anos atrás. Ai este ano tava o inverno muito frio e tavam dando coberta, eu fui pra lá tomei banho porque agora o banho na rodoviária é R\$10,00 (Surfista).

A saúde, é a parte que mais me entristece. A omissão de socorro que a saúde faz com a população de rua. Eu tive mais de cinco amigos que morreram na rua por omissão do SAMU, por não ter um lugar referência pra essa população ser atendida no município de Florianópolis. Muitas vezes foi negado, foi fechado a porta na cara por eu não ter documento, por andar sujo, por não ter endereço, por não ter cartão de SUS. Muitas vezes chamou a SAMU pra mim e pras outras pessoas. E aí não veio. Até hoje não vem (Alemão).

As falas parecem sugerir um desconforto que supera o status de assistido, pois ao descrever minúcias do cotidiano de atendimento atestam uma grande distância de sentimentos e percepções a respeito de um serviço público que deveria garantir a aproximação com a realidade da PSR, afinal esta nova política de assistência social (Decreto nº 7.053/2009) veio para disponibilizar um atendimento específico e especializado a este grupo, dadas as suas particularidades de ausência de moradia convencional, vínculos familiares rompidos e ausência de documentos de identificação, uma vez que a forma anterior de assistência social via PNAS/2004/SUAS<sup>64</sup> deixava a desejar. Compreendamos, pois, por que não o fazia eficientemente.

Em Florianópolis, antes da adesão ao Decreto nº 7.053, segundo informações dos técnicos e educadores sociais entrevistados que atuam no Centro Pop, o atendimento à PSR era feito em uma sala dentro da própria Secretaria Municipal de Assistência Social oferecendo um serviço pontual de atendimento, orientação para retirar segunda via de

---

<sup>64</sup> Nesta época, anterior à implementação do Decreto nº 7.053, a PSR recebia seu atendimento na assistência social via Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. No âmbito da saúde sua entrada era pela atenção básica realizada pelas Unidades Básicas de Saúde.



documento, visitas domiciliares e encaminhamento à rede de serviços (Conselho Tutelar, Casa de Apoio Social ao Morador de Rua, Casa de Passagem São Judas Tadeu, Núcleo de Atendimento à Família – NAF/Rodoviário para emissão de passagem para retorno ao lugar de origem que funcionava dentro do Terminal Rodoviário Rita Maria).

Este trabalho começou em 2001 e atendia tanto adultos como crianças e adolescentes em situação de rua. Com o estabelecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, instituído pela Lei 8069 de 13 de julho de 1990, que regulamenta os direitos das crianças e dos adolescentes, começou no governo da prefeita Ângela Amim forte trabalho de retirada das crianças da rua. A ação foi realizada em parceria com o Conselho Tutelar e aproximação com as famílias, o que contribuiu para que Florianópolis conseguisse debelar o problema de crianças na rua.

No que concerne à atuação com a PSR:

[...] naquela época, 2001, com adultos a gente tinha convênio com duas Comunidades Terapêuticas – CT, até então a saúde não tinha nenhum trabalho voltado pra isto, a não ser o hospital geral que atendia na emergência, não existia UPA nem CAPS. Então quando se deparava com alguma emergência, se levava para o hospital geral ou casos que aparentavam surto psiquiátrico a gente levava para o IPQ. Da rua mesmo já se fazia os encaminhamentos pra CT e com isso a gente ganhou uma estrutura de um veículo, um telefone celular e da equipe que a gente se revezava. Já trabalhamos sábado e domingo, até 22h, mas vai mudando o prefeito e vai reduzindo [...] até porque já muito tarde eles [PSR] já estão sob efeito do álcool e droga e não aderem a nenhum tipo de conversa, não tinha rede de atendimento, então o trabalho começou a se restringir (Técnica do Centro Pop).

Dentro desta sala havia uma equipe destinada a sair à rua para fazer a Abordagem de Rua<sup>65</sup> onde um educador social, acompanhado de um policial, fazia a ronda nos locais onde estava a PSR. Além disto, funcionava também o Projeto de Atendimento a Dependentes Químicos

---

<sup>65</sup> O Projeto Abordagem de Rua passou a ser identificado como Serviço de Abordagem Social a partir da implantação do Centro Pop.

– PROADQ. Por meio desse Projeto os técnicos faziam o contato com as Comunidades Terapêuticas e realizavam o encaminhamento direto das pessoas para tratamento da dependência química.

A partir de 2006, segundo informações do profissional do CAPS-ad/Continente e considerando a necessidade de garantir ao município uma atuação em consonância com a estratégia da política nacional de saúde mental, o trabalho da Secretaria com a PSR foi se alterando:

Desde que o CAPS-ad foi criado a gente começou uma articulação forte com a Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS. Eles tinham um programa lá chamado PROADQ – Programa de Atendimento ao Dependente Químico. Este programa tinha um conjunto de convênios com as Comunidades Terapêuticas – CT que atendiam em geral a população com dependência química que queria tratamento e encaminhava pra CT. À medida que o CAPS foi criado a gente começou a fazer articulações, conversas, capacitações pra entender o modelo do CAPS, entender que o modelo de CT não era a única modalidade de tratamento possível, articular isso. Pela política também, toda pessoa que vai pra internação deve passar primeiro pela avaliação prévia do CAPS. Vamos supor que o atendimento se deu nessa articulação: dentro dessa população que eles atendiam encaminha para a CT tinha a PSR que foi identificada pelo programa Abordagem de Rua que já existia também. Aí começou a passar por nós também pra essa avaliação prévia. Tinha condição de ir pra CT, não tinha. Tinha que ser internado num hospital primeiro porque tinha a questão da abstinência. Então a gente começou esta articulação nessa época (Profissional de Saúde do CAPSad).

Embora a parceria tenha se organizado entre CAPS-ad e a Secretaria de Assistência Social, não significou que o trabalho tenha alcançado avanços. Ainda assim o Relatório Técnico (CAPS, 2006) apontou dificuldades a serem superadas:

Dificuldades encontradas:

Falta de veículo em função da Abordagem estar atendendo outros projetos como a condução de

usuários para Comunidades Terapêuticas ou a atendimento ao NAF – Rodoviário; necessidade de contratação de dois técnicos – equipe defasada não sendo possível realizar abordagem sócio-educativa com crianças, adolescentes e adultos nas ruas centrais do município; necessidade de contratação de um auxiliar administrativo; dificuldade de reestabelecimento do vínculo familiar; pessoas com transtorno psiquiátrico sem local para encaminhamento e moradia; falta de interesse do usuário; alto índice de reincidência; falta de leito nos Hospitais para desintoxicação dos dependentes químicos; abordagem com crianças indígenas em situação de mendicância; dificuldade de compreensão da sociedade em geral em relação às atribuições do Projeto (CAPS, 2006).

O trabalho no âmbito municipal com a PSR funcionou com este formato até 2009. Com a adesão do município ao Decreto 7.053/2009 a Secretaria Municipal de Assistência Social precisou implantar o Centro Pop a partir de 2010. O pessoal que foi trabalhar neste novo espaço era o mesmo que estava na secretaria, mas até chegarem à estrutura física atual, de pessoal e de serviços oferecidos, a equipe enfrentou muitos desafios, provavelmente pela constante mudança de gestores da Secretaria Municipal conforme sinalizei na primeira parte, além do crescimento do número de frequentadores. É possível aferir este aumento pelo número de quentinhas distribuídas no almoço, que passou de cinquenta para cento e cinquenta em quatro anos de existência.

Como nem todas as pessoas que frequentam o Centro Pop passam pela entrevista com assistente social e psicólogo porque não é obrigado (sic), com os técnicos existe um grupo de pessoas que se alimenta lá, mas que não está em situação de rua, tais como os artistas circenses que atuam nos semáforos (a grande maioria composta por estrangeiros), *hippies*/artesãos e residentes nos morros próximos. A diretora da proteção especial, quando entrevistada, fez críticas às pessoas que não estão em situação de rua e desabafou:

Estas pessoas estão utilizando de um serviço que não é para eles. Isto tem aumentado muito as despesas com alimentação exigindo que em apenas um ano o número de quentinhas tenha sido alterado para mais duas vezes. Florianópolis precisa urgentemente de um restaurante popular. Esta

frequência de pessoas que não está em situação de rua tem trazido inclusive para dentro do Centro Pop traficantes que aproveitam o espaço para ficar negociando a venda de droga e pressionando seus devedores. Esta situação está ficando insustentável porque tem gerado a insegurança em todos que trabalham e frequentam aquele espaço, além das constantes brigas, conflitos que a equipe tem que estar intervindo. Não dá mais para trabalhar lá sem a presença da Guarda Municipal porque os funcionários vivem uma tensão constante.

Dados do Relatório Nacional de Acompanhamento: Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (BRASIL, 2010a) registram que a crise econômica internacional trouxe um impacto nos números da fome no mundo e ilustra a situação grave vivida pelos grupos sociais mais pobres:

A especulação financeira desenfreada contaminou inclusive os preços dos alimentos, acrescentando mais de 100 milhões de homens, mulheres e crianças ao contingente de famintos no planeta, que agora, segundo cálculos da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, ultrapassa um bilhão de pessoas. A tragédia humanitária acrescenta graves responsabilidades à comunidade internacional (BRASIL, 2010a, p. 8).

Considerando que a fome é grande e que, mesmo que a população mais pobre tenha acesso ao Programa Bolsa Família, hoje considerado pela comunidade nacional e internacional como um dos maiores programas de transferência de renda, a possibilidade de articulação com demais áreas da educação e saúde, por exemplo, ainda se faz de forma fragmentada, o que faz este Programa alcançar sucesso em níveis desiguais.

Talvez o público que hoje frequenta o Centro Pop tenha se expandido em decorrência de várias determinações que não foram ainda devidamente pesquisadas por este serviço. A fome pode ser uma delas, ou a ausência do acesso a determinados benefícios sociais como o Bolsa Família, por exemplo. Como as famílias brasileiras têm uma marca numerosa é possível que mesmo recebendo Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada – BPC ou outro benefício eventual (como cestas básicas), não esteja sendo suficiente para alimentar o grupo familiar,

hipótese que pode ser averiguada em uma frente de investigação para os profissionais e estudantes que ali atuam. O fato é que, independente do que possa estar por detrás dos motivos, a comida no Centro Pop ganhou visibilidade e cada vez mais recebe um público diverso que disputa ser incluído na listagem de inscritos não só para o almoço, mas desde o café da manhã.

A situação de insegurança apresentada pela diretora sugere que a relação entre equipe de trabalho do Centro Pop e a PSR está sofrendo de uma distância considerável, como se fossem dois grupos inimigos que se observam, analisam-se e avaliam-se, tecendo julgamentos sobre suas atitudes de forma recíproca. De um lado (institucional), a defesa pela alta regulação e até repressão se necessário. De outro lado (PSR), a agressão, o desinteresse e o descrédito.

Observei que esta relação ambivalente esteve sempre presente à medida que se davam mudanças na gestão dos serviços, no atendimento, nos protocolos, o que traz instabilidades e fragiliza a continuidade dos serviços.

Com a nova política é possível constatar uma mudança na forma de atender a PSR porque está ampliado, mostrando ser o grande diferencial da proposta anterior de atendimento, restrita a uma sala.

E em dezembro de 2009, a Secretaria deu o aceite e aderiu ao Decreto nº 7053 e ao aderir foi criado o Centro Pop. Este trouxe além da abordagem de rua que já existia e foi incorporada ao Centro Pop ele também tem como obrigação oferecer serviços especializados para pessoas em situação de rua que é esse serviço com atendimento psicossocial e não só o acolhimento, atendimento e encaminhamento, mas também o acompanhamento porque o Abordagem de Rua não conseguia fazer este acompanhamento né, então era um trabalho de encaminhamento [...] Também a gente pode falar que o diferencial hoje é porque eles podem contar com uma infraestrutura que oferece banho, alimentação, um espaço pra eles ficarem (Técnica do Centro Pop).

É importante recordar que a PSR em suas lutas por uma política pública sempre alegou não se adequar aos critérios de elegibilidade para desfrutar dos benefícios assistenciais em função do conjunto de condicionalidades exigidos. Destes os mais problemáticos estavam as

exigências em torno da apresentação de documentação com fotografia, endereço e informação sobre núcleo familiar. Quem está na rua está longe de atender a estas condicionalidades. Porém, com esta nova dinâmica de atendimento via serviço de referência – Centro Pop – terá esta realidade mudado?

Pelo depoimento da PSR, a dificuldade em acessar os serviços de assistência social e de saúde, principalmente, continua sendo grandes batalhas a serem vencidas cotidianamente.

Única vez que usei foi quando eu fui atropelado na BR em 2008. Fui atendido lá no Regional [hospital] e achei péssimo porque o médico me deixou lá jogado porque eu não tinha família, tava na rua, jogado [impressão de Graxa sobre a Saúde municipal].

Não porque ela não vai me ajudar em nada. Vai só me atrapalhar. Ela vai encher meu sapato. Vai querer me segurar só pra fazer um relatório. Eu já perguntei pra ela [assistente social] se o relatório que ela faz é pra levar pro César Souza [atual prefeito de Florianópolis], o prefeito, se ele vai me dar uma casa, mas não é. Então, que adianta? Pra que eu vou lá só pra ela fazer todo dia um relatório sobre a minha vida que o [...] o desembargador já tem, sabe da minha vida desde pequeno. Pra mim não adianta. Daí eu perco de engraxar meu sapato ali, de ganhar meu dinheiro, os cobrador me ajudar pra ficar lá sentado? [impressão de Graxa sobre a Assistência Social municipal].

Eu fui no Dr. Marcelo e ele me passou pra um patologista. O patologista me tratou muito mal perante as outras pessoas. Eu é porque eu não tenho vergonha de ter HIV não. Só que o patologista disse: eu não atendo aidéticos [impressão de Falante sobre a Saúde municipal].

Pela assistência social, ela disse na minha cara, já te ajudei e nós aqui não temos mais nada que fazer [impressão de Falante sobre a Assistência Social municipal]

Os serviços da assistência muito pouco eu usei. E a saúde, muitas vezes o SAMU foi chamado pra mim e pra outras pessoas e não veio. E até hoje não vem. [impressão de Alemão].

Os depoimentos acima trazem à tona algumas situações dentre tantas outras presentes no cotidiano da relação profissional com a PSR que infelizmente parecem se naturalizar. Nos relatos de Graxa e de Alemão é possível observar o desprezo e a demora no seu atendimento à saúde, sinalizando que mesmo com a forte expansão do Sistema Único de Saúde, por meio do acesso à Atenção Primária de Saúde, este público ainda sofre a ação de atitudes que forcem o constrangimento vivido por Falante, seja por meio do discurso, seja por meio das ações.

É visível que o atendimento público à PSR se ampliou e qualificou, mas percebo a necessidade de investimento para uma melhor adequação de suas estratégias metodológicas, permitindo a revisão de procedimentos e alguns protocolos de espera, abordagem e/ou entrevistas longas e formais que não estão compatíveis com o perfil agitado e impaciente de quem está na rua.

Por outro lado, a insatisfação também acontece quando ouvi as pessoas que trabalham no Centro Pop, na Casa de Acolhimento, pois algumas demonstraram preocupação com a inadequação do serviço oferecido. Chegou-se a compará-lo a um atendimento de caráter assistencialista que está restrito ao atendimento da necessidade material, sem dar um salto para estimular o fortalecimento do usuário para ganhar autonomia e disposição para construção de um novo projeto de vida:

É só que eu vejo e que me preocupa, o trabalho do Centro Pop está sendo mais assistencialista. Então eu vivo um paradoxo. Se por um lado me comove, me sensibiliza porque é um trabalho que eu gosto, eu adoro atender o usuário, por outro lado me aborrece o fato de eu saber que as pessoas que procuram o Centro Pop elas precisam de tratamento pra dependência química, então muitos não querem, a gente encaminha e eles voltam, a gente encaminha e eles voltam [...] eles tão indo se alimentar, fazer a higiene pessoal, recebem roupa, mas não tá tendo um trabalho de grupo, oficinas são raras, alguns voluntários estão indo lá oferecer corte de cabelo, tem o cine pipoca que o projeto Lagoa Social vai lá uma vez no mês passar filme, mas não existe um debate em cima desse filme. Quando falo de trabalho de grupo, falo de um grupo terapêutico. Então é assim, isso tudo tá pra se estruturar, mas por ser um trabalho público é tudo muito moroso. A gente antigamente podia contratar oficinairos, hoje tem que ser por processo seletivo,

então é tudo coisa que demora, que vai a médio e vai se estendendo e vai se tornando um longo prazo. Então, eu vejo que é frustrante pra mim e pras minhas colegas porque a gente atende, acolhe, consegue fazer alguns encaminhamentos, mas não consegue fazer este acompanhamento até por falta de profissional. Nós estávamos com uma assistente social e duas psicólogas, além da coordenadora [que é assistente social]. Agora com o concurso foi chamado mais duas assistentes sociais, mas vai vir outra assistente social. Ainda assim é um número pequeno [...]

[...] Eu não gosto do trabalho do Centro Pop, como ele está estruturado hoje eu não gosto, eu vejo ali um trabalho assistencialista como eu te disse. Eles acabam ficando ociosos, caídos no chão, acabam se brigando. Um dos motivos que me deixou bastante chateada que me deixou até mal, com dificuldade nos batimentos do coração, por isso que ela me afastou por causa de uma briga onde um usuário pegou uma bengala, bateu no outro porque o outro não quis dar um pedaço de bolo que havia ganho na rua. Então tu tem que tá chamando a atenção por causa disso. Aí tu tem que acabar suspendendo do trabalho. Então, falta conversar com eles e expor este regimento interno, a gente tem que fazer isso porque tem que ter normas lá dentro, de funcionamento. As roupas que estão lá pra doação é pra eles, mas eles são egoístas, eles não veem que os outros também precisam? [Técnica do Centro Pop].

Conforme Sposati et al. (1985, p. 64)

O Estado e com ele seus programas e agentes institucionais, que deles dão conta, principalmente os dirigentes, terminam sendo um foco para onde se canalizam os conflitos e pressões pelos serviços coletivos enquanto espaço de atendimento às necessidades que se colocam no cotidiano da força de trabalho.

Relacionando o depoimento acima a esta reflexão é possível dizer que o Estado, a exemplo do que está acontecendo no Centro Pop, por meio



de seus programas, parece reproduzir o conjunto de práticas com a assistência social a aparente caráter compensatório, respondendo precariamente e insuficientemente às necessidades sociais como forma de reiterar a tutela. Assim, pretende “dar conta dos excluídos” (SPOSATI et al., 1985, p. 64).

Em Florianópolis, observei a partir das discussões ocorridas nas reuniões do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua – CIAMP – Rua a dificuldade para construir e manter um protocolo integrado de atendimento entre as áreas de assistência social e saúde municipais. Embora as demais áreas sejam também importantes, é marcante que a situação de vulnerabilidade em que a PSR deste município se encontra reclama por providências mais urgentes nessas duas áreas e ainda em uma terceira, que é a da seguridade social para o encaminhamento ao BPC e aposentadoria por invalidez.

Quando a PSR recebe o atendimento no Centro Pop, segundo os técnicos do serviço, esta pode acontecer espontaneamente, por busca ativa ou em casos de denúncia mobilizando a equipe de Abordagem Social até o local da denúncia.

Para ser atendido pelo Centro Pop não há nenhum tipo de triagem uma vez que este é considerado a porta de entrada para o acesso da PSR à política pública de assistência social. Dependendo da demanda, a PSR pode receber no próprio local atendimento psicossocial assim como encaminhamento à rede de serviços para emissão de segunda via de documentação, acesso a outros benefícios eventuais (como passagem e cesta básica) ou não eventuais.

Quando a situação demanda uma intervenção ambulatorial e/ou médica, recebem encaminhamento para o serviço de Consultório na Rua, instalado na UBS do bairro da Prainha ou para o Centro de Atenção Psicossocial<sup>66</sup>. Os pacientes são atendidos de acordo com o Projeto

---

<sup>66</sup> Os CAPS são instituições destinadas a acolher pacientes com transtornos mentais, estimular sua integração social e familiar e apoiá-los em suas iniciativas de busca da autonomia, oferecendo-lhes atendimento médico e psicossocial. Um dos objetivos do Programa é possibilitar a organização de uma rede substitutiva ao Hospital Psiquiátrico no Brasil. Existem diferentes tipos de CAPS e em Florianópolis existem:

- 1- CAPS II da Ponta do Coral: Atendimento diurno (segunda a sexta) a adultos com transtornos mentais;
- 1- CAPS I - Infantil da Agrônômica: Atendimento diurno (segunda a sexta) a crianças e adolescentes;

Terapêutico Singular, que consiste em um tratamento específico para cada indivíduo, elaborado pela equipe. Além das consultas, o Projeto pode ser composto por diversas atividades como oficinas terapêuticas e culturais, rodas de conversa e orientações individuais ou em grupo, entre outras. O acesso às Comunidades Terapêuticas para tratamento prolongado da dependência química é realizado apenas via encaminhamento dado pelo CAPS ou pelo Centro Pop, embora não sejam favoráveis à internação compulsória<sup>67</sup>, mas a um trabalho de redução de danos<sup>68</sup>.

Embora toda a mudança no atendimento à PSR no sentido de provocar uma relação intersetorial, alguns depoimentos de trabalhadores antigos do Centro Pop revelaram que consideravam a forma de trabalho anterior à existente hoje de parceria com os CAPS mais eficiente no sentido de garantir maior adesão da PSR para tratamento em Comunidades Terapêuticas. Acreditavam ser mais rápido porque fazia o contato direto por meio da abordagem de rua e encaminhava-se direto à CT. Passar pelo CAPS significaria demora e burocracia.

Só que nós tínhamos mais liberdade com os caras, tinha mais autonomia, na internação, no atendimento, com PM, com SAMU, a nossa autonomia era mais forte e conseguia dar resultado [Educador Social].

Outro aspecto o qual me chamou a atenção é sobre a forma como os profissionais são introduzidos para o trabalho no Centro Pop. O concurso público foi realizado e em 2013 grande parte de funcionários que era contratado foi substituído. Esta substituição causou grande impacto nas relações com a PSR uma vez que muitos já haviam construído uma relação de afinidade, amizade e confiança. As pessoas

- 
- 2- CAPSad - Álcool e Drogas/Contínente e outro no bairro do Pantanal: Atendimento diurno à população com transtornos decorrentes do uso e dependência de substâncias psicoativas, como álcool e outras drogas.
  - 1- CAPS III: Atendimento diurno e noturno (24 horas) a adultos com transtornos mentais. Este serviço ainda não foi implantado apesar de já ter sido aprovado pelo orçamento no Estado.

<sup>67</sup> Recentemente, em 10/12/2014, na Câmara de Vereadores de Florianópolis, ocorreu Audiência Pública onde foi decidido pelo arquivamento do Projeto de Lei nº 15.909/2014 que institui a Política Municipal de Internação Voluntária e Compulsória de Dependentes Químicos, em atendimento aos requerimentos de autoria dos vereadores Ricardo Camargo Vieira e Deglauer Goulart.

<sup>68</sup> Já esclareci sobre este assunto na seção III da Parte I.

foram para o Centro Pop mas não sabiam que foram concursadas para trabalhar lá, o que ocasionou grande choque cultural, receios e insegurança.

[...] eu também entrei esse semana, né? Pouca experiência também como orientadora social, né? E a gente também tá aprendendo agora com eles observando, né? Como eles tão abordando e tal e sou formada em administração pela UNISUL [Educadora Social].

Eu sou formada em letras em Italiano e tenho especialização em gestão de arquivos públicos e empresariais pela UFSC também [Educadora Social]

Não tenho experiência anterior. Tô como associada à abordagem de rua, nós trabalhamos aqui no período da tarde, na equipe da tarde, trabalho com população de ruas, né? E acho que é isso. [Educador Social].

Mais uma vez se observa o descuido da gestão governamental com a operacionalização da política pública de assistência social. O trabalho com a PSR já sinalizou a partir de concepções, reflexões e conceitos aqui apresentados o quão complexa é a relação com este grupo. Pelos depoimentos é possível argumentar que a formação para o trabalho com a PSR ainda necessita de uma atenção quanto à seleção dos profissionais, tempo de experiência, treinamento para que minimamente seja construído um espaço de convivência favorável à entrada de novos profissionais, preparação para os desligamentos, sustentação para o início de novos processos de relacionamento e dinâmicas de trabalho.

Há alguns parágrafos sinalizei que a PSR havia demonstrado satisfação com o atendimento privado/voluntário. E a necessidade de relatar sobre este aspecto é para reafirmar que o trabalho das ONG e de particulares, no caso de Florianópolis, tem representado uma rede complementar ao serviço público e que tem atendido as expectativas da PSR.

Eu saí da rua por causa de um tratamento. Fui fazer um tratamento contra a dependência química. Permaneci durante um ano neste tratamento. Com ajuda e acompanhamento de gente muito amiga. [A AEFC o acompanhou diretamente neste processo.

Ele frequentava os sábados à tarde e tendo solicitado tratamento, a Associação encaminhou para o Centro Pop, o qual deu continuidade. Quando saiu do tratamento, a AEFC intermediou para que ele conseguisse um emprego] (Gatiado).

Eu almoço todo domingo na Catedral (Alemão).  
Eu almoço no sábado no Centro Espírita e domingo na Catedral (Graxa).

[...] alguém me ajudou. Eu encontrei aquela igreja evangélica da Felipe Schmidt da Assembleia de Deus. Ali o povo ali, que é ex-viciado, eram tanto policiais como ex-bandidos. Tinha uns policial que era da igreja lá, eles eram unido, foram lá e me ajudou. Me ajudaram a raspar a barba, a tomar banho, me deram roupa e me deixaram dormir dentro da igreja e eu passei a ser zelador. E o pastor, o presidente me deu a confiança. Me entregou na mão 50 chave pra toma conta da igreja (Hulk).

Tem um grupo que toda terça à noite serve sopa pra gente ali na Alfândega [morador de rua que frequenta a AEFC].

Umás senhoras levam café todo domingo à noite pra mim na Praça XV e ficam conversando comigo [morador de rua que frequenta a AEFC].

O Centro Espírita me ajudou muito quando eu estava grávida (Loira).

Entendo a necessidade de destacar a importância de que a ação social prestada por estas organizações não ultrapasse o sentido da complementariedade, uma vez que defendo que a responsabilidade pela proteção social à PSR é do Estado, logo, de competência das políticas públicas.

Porém, percebi a importância de destacar que a relação destas organizações com a PSR demonstra ter um sentido diferente na vida dessas pessoas pelo tipo de vínculo que é estabelecido.

A partir dos relatos acima é possível destacar alguns comportamentos.

Todos atuam de forma voluntária e sendo assim, poderiam agir sem ter o cuidado com a necessidade da continuidade na relação, com o tipo de expectativa que estão criando no outro.

Porém, ao analisar a atitude da AEFC no caso de Gatiado, é possível observar que esta ONG parece demonstrar um propósito diferenciado que não prioriza o que em geral ocorre com as entidades de natureza religiosa, que é ajudar para converter. Isto por todo o interesse demonstrado em agir em parceria com o poder público fortalecendo a rede de serviço existente, cuidando para não impor suas ideias. A AEFC o atendeu e realizou seu encaminhamento ao Centro Pop. Ele informou que foi visitado várias vezes na CT pela AEFC e que esta sempre conversava com os técnicos do Centro Pop para acompanhar sua resposta ao tratamento, metas futuras culminando em articulações entre ambos para providências relativas à expedição de segunda via de documentação, preparo e inserção novamente no mercado de trabalho, respeitando-se sempre o plano individual que estava sendo construído entre Gatiado e o Centro Pop.

Como atuei nesta ONG posso afirmar que esta atitude de parceria com o poder público repetiu-se outras vezes no acompanhamento de outras pessoas em situação de rua.

Há o exemplo de um rapaz acometido de transtorno bipolar que recebeu acompanhamento da AEFC. Estava na rua, usava droga e era muito violento. Como já mencionei na primeira parte da tese, esta ONG oferece algumas atividades além do almoço, como a sala com artes, da qual ele sempre participou, onde fazia muitos desenhos, contava sobre sua vida, gostava de ler, escrever e conversar com a facilitadora do trabalho (ambos construíram uma relação de muita confiança e empatia).

Um dia chegou a notícia na AEFC pelos seus companheiros de rua que ele havia sido internado no Instituto Psiquiátrico – IPQ. Eu e a facilitadora da sala de artes fizemos todo o trabalho de monitoramento e articulação com o Centro Pop e o Hospital IPQ visitando o rapaz, conversando com médico, com assistente social e psicóloga do Centro Pop para juntos pensarmos o planejamento da vida dele para quando saísse do hospital. Quem ficaria responsável por ele, considerando que não tem família em Florianópolis e que sua saúde lhe impediria de ter uma vida normal de trabalho e administração sozinho de um lar?

A decisão final foi de que, em função da ausência de recurso público para alugar uma casa para ele, quando recebeu alta, a AEFC se responsabilizou por esta despesa inicialmente (mas o rapaz destacou que esta ajuda seria temporária e que fazia questão de pagar o seu aluguel quando passasse a receber o seu benefício de saúde, o que foi respeitado) e o Centro Pop continuou o acompanhamento psicossocial e junto à frequência dele no CAPS-ad.

Quando este rapaz passou a receber o Auxílio Doença, a AECF sugeriu que poderia começar a contribuir com cinquenta por cento do aluguel até se organizar financeiramente e poder arcar com a despesa total. Ele não tinha noção nenhuma de orçamento/despesas domésticas, orientação que passou a receber da AEFC. Mesmo com esta orientação, quando recebeu seu primeiro benefício resolveu viajar e visitar sua família e voltou sem nenhum dinheiro, situação que o constrangeu. No segundo mês de benefício saiu para se divertir e foi roubado. Queria desistir de tudo e sair a pé, abandonando a casa e dizendo que iria para Minas Gerais.

Como ele telefonou para contar o ocorrido à facilitadora da AEFC com quem ele tinha muita aproximação, ela conversou insistindo para que ele não fizesse isso e voltasse, pois receberia o apoio de todos os amigos que conquistou na Associação.

Ele retornou. Continuou sua luta para conseguir ser mais forte e superar a solidão (pois morava sozinho e nós da AEFC nem sempre poderíamos estar com ele) e a insegurança de precisar dar conta de sua vida de forma autônoma, precisando controlar sua compulsão para não gastar todo seu salário saúde em roupas, calçados, relógios. A solidão, a insegurança e a compulsão foram situações que o deixavam vulnerável aos surtos da bipolaridade emocional.

Como é uma pessoa que tem um comprometimento patológico grave, pois não pode deixar seus remédios porque se torna uma pessoa altamente agressiva e violenta, demandou uma atenção redobrada por parte da AEFC, do Centro Pop e do CAPS-ad. A possibilidade de esquecer-se de tomar seus remédios sempre o deixava muito tenso.

A retomada de sua vida foi um processo lento. A partir do terceiro benefício recebido conseguiu contribuir com seu aluguel, o que o deixou muito feliz. Apesar da doença, sempre demonstrou ser uma pessoa amiga, trabalhadora, cuidadosa com seus pertences. Continuou comparecendo à AEFC todos os sábados à tarde já na condição de um dos trabalhadores (posição esta que fez muito bem à sua autoestima), colaborando com as atividades na recepção, distribuição de almoço e limpeza por iniciativa própria.

Atualmente, já retornou para Minas Gerais, pois decidiu voltar a viver com seus familiares, com os quais retomou o contato por intermédio da AEFC e o Centro Pop. Recentemente a AEFC e o Centro Pop foram procurados por uma irmã dele para que nós apresentássemos seu irmão a eles, ou seja, como ele é, como está sua saúde, quais são suas dificuldades, como se relacionar com ele. Após longos anos de separação o grupo familiar vai reaprender a se relacionar novamente com nosso amigo.

Aos domingos, no salão da Catedral Metropolitana de Florianópolis, um outro grupo de pessoas próximas ao Pe. Vilson Groh, do Instituto Vilson Groh, distribui almoço à PSR. Foi a partir desses encontros aos domingos que a PSR passou a ser incentivada a se mobilizar e a se organizar politicamente enquanto MPR. Um dos projetos deste Instituto, chamado Centro Cultural Escrava Anastácia, proporcionou o encontro de várias pessoas em situação de rua para que, em reuniões sistemáticas às segundas-feiras à tarde, debatessem sobre suas necessidades na rua, formas de organização para lutar por seus direitos junto ao Ministério Público, Defensoria Pública e às Secretarias Municipais.

Aos poucos o MPR foi se fortalecendo e atualmente já se encontram envolvido politicamente com as lutas maiores do MNPR, além de seu representante local estar participando ativamente das reuniões do Comitê Pop Rua em Florianópolis.

Embora todas estas experiências que a PSR tem vivido na relação com as ONG é importante lembrar que “[...] todas estas vivências podem ser oriundas de uma adequação política que promove possibilidades maiores de sua inserção social e a atenuação da condenação de sua imagem. Mas isto não elimina a movimentação errante como um modo de vida de parte desse segmento porque a errância escapa às políticas sociais” (FRANGELLA, 2009, p. 51).

Embora seja importante não esquecer que o modo de vida errante é algo muito próprio de sentido para a PSR, ressalto o grande significado que a relação das ONG com a PSR tem alcançado se considerado que é escassa a disponibilidade e disciplina de pessoas e/ou grupos que se dispõem a comprar os alimentos, cozinhar, distribuir, limpar e sentar para conversar ou ouvir pessoas mesmo sabendo que não fazem parte do seu círculo de pessoas conhecidas. Não importa como e com quem este vínculo de sentido vai se construído, se com mulheres nos períodos pré e pós gestação, se com crianças e adolescentes, idosos, doentes, presos.

Sejam aqueles que foram entrevistados nesta pesquisa, sejam aqueles que conheci no trabalho com a AEFC, reiterou-se várias vezes que a maneira como a PSR é abordada, acompanhada por estas pessoas que atuam voluntariamente permite a construção de um vínculo do querer estar junto, querer encontrar mais vezes numa relação que se sustenta para além da ajuda material que recebem. Vários já me afirmaram: “eles me tratam como gente”; “eu me sinto bem quando estou com eles”; “eu me sinto respeitado neste trabalho”.

Enfim, o contato com todas estas percepções me mobiliza a recorrer a Frangella novamente no sentido de entender que independente

das ações a que a PSR se submeta a receber, fruto de seu querer e não da imposição de outrem, “na heterogeneidade das categorias, a relação com o trabalho e as intensidades de circulação criam perfis heterogêneos, mas a circulação que se inicia com seu processo de desvinculações sociais e pessoais permanece”. Isto porque “a qualificação política não domestica a errância que os impele” (FRANGELLA, 2009, p. 51).

Assim, com esta preocupação de que o trabalho com a assistência social, independente do usuário atendido, não pode pretender vínculos que sugiram moldar relações, pretendo no próximo item abordar uma nova possibilidade de atuação com a PSR.



## CAPÍTULO VIII - RUA: APONTANDO NOVOS CAMINHOS

O Decreto nº 7.053/2009 trouxe a todos que trabalham com a PSR a expectativa de construção de uma intervenção no âmbito das políticas sociais de forma descentralizada, sugerindo que a intersetorialidade entre secretarias e a sociedade civil pudesse reunir capacidade para produzir serviços e qualificá-los no sentido de reduzir as disparidades presentes no atendimento deste grupo populacional em cada unidade federativa.

A experiência levantada neste estudo, a partir das observações e entrevistas realizadas e participação efetiva no Comitê Pop Rua em Florianópolis, trouxe a impressão da complexidade que é garantir que uma política pública se efetive de forma intersetorial.

Segundo Pereira (2014), há uma imprecisão terminológica que pode estar comprometendo a compreensão sobre a intersetorialidade.

Além de princípio ou paradigma norteador, a intersetorialidade tem sido considerada como: uma nova lógica de gestão, que transcende um único ‘setor’ da política social; e/ou estratégia política de articulação entre ‘setores’ sociais diversos e especializados. Além disso, relacionada à sua condição de estratégia, a intersetorialidade também é entendida como: instrumento de otimização de saberes; competências e relações sinérgicas, em prol de um objetivo comum; e prática social compartilhada, que requer pesquisa, planejamento e avaliação para a realização de ações conjuntas. Trata-se, enfim, a intersetorialidade, de um conceito polissêmico que, tal como a política social, possui identidade complexa e, talvez por isso, as duas se afinem (PEREIRA, 2014, p. 23).

Além da complexidade em definir a intersetorialidade, Potyara alude sobre o convencionalismo adotado de que as políticas públicas, e dentro desta a política social, são divididas em “setores” particulares. Situação esta considerada um equívoco uma vez que as políticas sociais, a saúde, a educação, a previdência, a assistência constituem um todo indivisível uma vez que cada política contém elementos das demais, o que dificulta sua programação e financiamento isolados. No que concerne à assistência, a autora sugere que ela tem uma vocação não propriamente inter, mas supra “setorial”, uma vez que a transferência de recursos dessa

área para a de outras políticas que também a contemplam é sinal de que a política social está presente nas demais e as demais nela.

A partir desta perspectiva, a intersectorialidade é identificada como a transcendência do escopo “setorial” que deveria permitir a articulação de saberes e experiências, que compreende procedimentos gerenciais dos poderes públicos em resposta aos interesses dos cidadãos. Ademais, esta autora admite que a intersectorialidade propicie uma mudança de fundo, isto é, mudança de conceitos, valores, culturas, institucionalidades, ações e formas de prestação de serviços, além de inaugurar um novo tipo de relação entre o Estado e o cidadão.

Destaca ainda que a princípio esta mudança poderia ser identificada como dialética, principalmente quando nela o Estado, a sociedade e os cidadãos são vistos como sujeitos das políticas e, como tais, assumem papéis ativos na identificação de problemas e na definição de soluções. Contudo,

[...] nem sempre a relação entre estrutura e sujeitos não é considerada; e conceitos totalizantes são substituídos por outros, mais restritos, como quando, em lugar de espaço público, isto é de todos, que está na base das políticas universais, fale-se de territorialização como *locus* biofísico com o qual um coletivo social se identifica e por ele se responsabiliza (exemplo: a escola). E há, ainda, quem veja no exercício da intersectorialidade a possibilidade de substituição de necessidades por direitos, como se as políticas sociais não tivessem como principal atribuição a concretização de direitos sociais para atender necessidades que, no sistema capitalista, constituem a força desencadeadora da conquista da cidadania e de mudanças. Afinal, não se pode esquecer que o trabalho constitui uma necessidade vital e eterna, que medeia a relação do homem com a natureza e propicia a transformação de ambos (PEREIRA, 2014, p. 26).

Apoiada nestas considerações, observei a distância que separa o ideal propagado pelo Decreto nº 7.053 da realidade concreta apresentada pelos equipamentos institucionais cujas ações demonstrariam se realmente é possível que uma política pública se efetive de maneira intersectorial.

As decisões políticas de reordenamento dos serviços públicos destinados à PSR em Florianópolis precisam ultrapassar esta instância da territorialidade levantada por Potyara, pois mesmo que se reúnam no Comitê para discutir sobre os problemas e pensar soluções que envolvem a PSR, ainda persiste uma atuação preocupada com o *lôcus* onde o serviço está sendo oferecido: o Centro Pop, o Abrigo, o Consultório na Rua, a Comunidade Terapêutica. Os olhares voltam-se para o *in* e não para o *out*.

Como exemplo desta realidade tem-se que a estrutura institucional de acolhimento para pessoas de baixa renda e em trânsito na cidade, até bem pouco tempo, era muito pequena. Os migrantes e os trecheiros disputavam vaga no único albergue administrado pela maçonaria que disponibilizava apenas trinta vagas, sendo vinte masculinas e dez femininas. Segundo a própria PSR é um espaço muito difícil de entrar não só pelo número reduzido de vagas, mas pelo rigor nos critérios estabelecidos para o ingresso. O candidato precisa apresentar documento com fotografia, além de passar pelo constrangimento de sua bagagem ser revistada pelo policial militar de plantão para identificar porte de armas e/ou drogas.

Em 2014, a prefeitura inaugurou o primeiro albergue municipal (no piso inferior) e também o serviço de Casa de Passagem (no piso superior) no mesmo espaço de um casarão reformado por uma empresa de engenharia. Sua capacidade é para quarenta homens e vinte mulheres, inclusive grávidas.

Além destes espaços, a prefeitura fez convênio com a ONG a qual montou dois tipos de serviços: uma Casa de Acolhimento Institucional/Abrigo com capacidade inicial para dez vagas, mas já ampliada para vinte, sendo dezesseis homens e quatro mulheres; uma República com capacidade para receber cinco homens e cinco mulheres que já estiverem trabalhando.

Apesar de o número de mulheres em situação de rua ser bem reduzido, pois de 872 pessoas que receberam o acompanhamento técnico do Centro Pop em 2013, apenas 123 eram mulheres, para melhor atendê-las a prefeitura adaptou, em 2014, no espaço do Centro de Referência e Assistência às Mulheres Vítimas de Violência – CREMV, a instalação de uma Casa de Passagem (com 10 vagas) para mulheres em situação de rua grávidas ou com crianças. O CREMV já disponibilizava uma Casa de Acolhimento Institucional/Abrigo também com dez vagas e atende mulheres acima de dezoito anos, vítimas de violência, acompanhadas ou não de seus filhos (crianças e adolescentes).

Este espaço chama atenção pelo arranjo com que foi organizado, adaptando o funcionamento de dois serviços em um mesmo endereço.

Não é que isto não possa acontecer, porém, o que se faz notório é juntar dois públicos com características distintas, uma estava na rua e a outra tem família, casa, mas foi para este abrigo porque sofreu violência doméstica. Ambas, apesar do mesmo gênero, têm uma forma diferente de viver, com valores distintos. Segundo informações dos técnicos, o dia a dia é complexo em função da constante relação tensa, suscetível a conflitos entre elas.

Não fosse por isto, além desta adaptação no serviço público de atendimento às mulheres, há outro agravante, pois o número existente de funcionários foi mantido, o que impõe a necessidade de algumas improvisações, tais como, por exemplo, o fato de uma única diretora gerenciar os dois serviços, além da insuficiência de educadores sociais para dar conta da rotina diária de acompanhamento das mulheres e crianças, que foi duplicado. Infelizmente são características do trabalho assistencial que reitera a intervenção fragmentada, sucateada que ao longo do tempo as estratégias que seriam temporárias, improvisadas, terminam se legitimando como permanentes.

Vale ressaltar que atualmente este espaço já recebeu outros funcionários em virtude do último concurso público realizado, mas até que esta situação fosse organizada me chama atenção a despreocupação com a qualidade da estrutura municipal de um serviço público. O Centro Pop também funciona em um espaço improvisado e com altíssimo risco de acesso pela PSR. Estas artimanhas engendradas pelo poder público com o intuito de “mostrar serviço” deixam em mim a impressão de que são organizados a partir das sobras de outras estruturas de serviços.

É como se a exceção se tornasse regra e saber ‘sobreviver na adversidade’ e transitar entre fronteiras (em uma trama de ilegalidades) ‘pode decidir a vida e os sentidos da vida, escapando dessa dura partida entre a morte matada e a desfiguração da vida para aqueles que viram ‘pobres de tudo’ e se transformam em público-alvo dos programas sociais ditos de inserção, que nas palavras de Chico de Oliveira, não são mais do que a administração da exceção’ (TELLES, 2007, p. 217 apud YAZBEK, 2012, p. 292).

A partir do exposto fica subentendida a presença de certo rigor na funcionalidade dos serviços que lutam por transpor desafios cotidianos, talvez por sofrerem os reflexos da instabilidade resultante de terem sido implantados, porém repletos de estratégias adaptadas (infraestrutura

humana, material, estrutural e financeira), porquanto esta instabilidade repercute também no conjunto das relações de sociabilidade entre o serviço e seu público-alvo.

Em Florianópolis, observei a partir dos discursos institucionais, a presença forte do rigor no atendimento da PSR nos espaços institucionais, com destaque para a Unidade de Referência Centro Pop, que tem vivido grandes desafios seja para os técnicos, seja para a própria PSR. Os técnicos, com raras exceções, queixam-se alegando que a PSR não tem jeito, que está frequentando o Centro Pop só para comer, dormir e fazer confusão. Também acreditam que o álcool e a droga tendem a deixá-los irrecuperáveis e, em alguns casos, lamentam que a orientação da não internação compulsória torna difícil realizar um trabalho com sucesso porque a grande maioria não quer se tratar, logo é difícil sair desta vida nas ruas.

Esta conduta remete a uma visão fatalista que sugere a transferência da responsabilidade de estar na rua ao indivíduo, como se a assistência social estivesse retornando a história de culpabilização das pessoas pelos seus problemas sociais como se fosse um ente à parte da sociedade. “Os impactos destrutivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo vão deixando suas marcas sobre a população empobrecida [...], mas muitas vezes são identificados como pobres e ‘inadaptados’ à vida social [...]” (YAZBEK, 2009, p. 72, apud YAZBEK, 2012, p. 290).

A PSR, por outro lado, não consegue se perceber parte do Centro Pop. Apesar de este serviço manter uma estrutura de setores e áreas montados para recebê-la, esta não consegue “sentir-se em casa”. Alguns comentam que vão lá bem rapinho só mesmo para fazer a alimentação porque não gostam do atendimento das pessoas que parecem ter uma atitude muito distante, preconceituosa. São poucos os técnicos e educadores sociais que conseguem estabelecer um laço mais próximo com a PSR. Ademais, a própria população receia encontrar com algumas pessoas que consideram perigosas e estão envolvidas com o tráfico de drogas. Frequentam o Centro Pop fazendo terrorismo aos seus devedores e aproveitam para vender droga. Aqueles que desejam sair do vício ou que não querem encontrar seus credores com medo de represália porque estão realmente endividados evitam ficar muito tempo neste espaço. Para estes o Centro Pop se transforma em espaço de medo e tensão.

Além de as relações de sociabilidade da PSR com o serviço encontrarem-se fragilizadas por estas intercorrências, a qualidade do serviço também é questionada. A PSR reclama do tipo de comida e da forma como é distribuída, pois a comida fica fria em decorrência da

demora em se servirem. As pessoas são reunidas em grupos pequenos e chamadas para o refeitório porque é um espaço diminuto não apresentando capacidade para receber todos ao mesmo tempo. O café, por exemplo, começa a ser servido às oito horas da manhã, mas até que chegue a vez do último grupo comer já passou das dez horas. As instalações sanitárias estão quebradas. A área externa não dispõe de uma estrutura com cadeiras ou outra mobília que favoreça o descanso ou a realização de atividades. As pessoas que não estão em atividade dentro do Centro Pop parecem ficar na ociosidade, deitadas pelo chão de sua área externa.

Na percepção dos técnicos as instalações estão quebradas porque a PSR destrói tudo. Nunca estão satisfeitos. Também ressaltam que qualquer coisa que precise ser comprada para o serviço depende de licitação e esta demanda uma burocracia lenta de providências que retarda a troca, substituição e conserto das estruturas a serem reparadas.

Sobre as oficinas ofertadas no Centro Pop, segundo a PSR algumas são interessantes, outras nem tanto. Com a participação do PRONATEC já foram oportunizados cursos de eletricista, padeiro e confeitoiro, obtendo uma boa adesão e buscando formar a primeira turma de concluintes desses cursos.

Na percepção dos técnicos, no entanto, são poucos os que aderem às oficinas pois a grande maioria apresenta um comportamento inconstante, evadem do curso, saem constantemente das salas de aula, chegando a criar situações conflituosas como foi o caso de um rapaz que roubou uma máquina fotográfica na oficina de fotografia. A tensão resultante entre os presentes na sala de aula foi tão elevada que o professor fugiu pela janela temendo o que poderia acontecer.

O medo e a insegurança são sentimentos que estão deixando a equipe de funcionários do Centro Pop reativos e sempre de prontidão a qualquer situação que possa deixá-los vulneráveis. Assim, a presença de um policial sempre foi uma constante neste serviço, porém seu trabalho inicialmente restringia-se a acompanhar a equipe de Abordagem Social de forma pontual. Porém, face as constantes situações de agressões vividas entre grupos rivais do tráfico que frequentam o Centro Pop, agravado também pela dificuldade nas relações entre funcionários e a PSR resultante da troca que aconteceu com a saída dos funcionários contratados e a decorrente entrada dos novos concursados que assumiram em 2014, o serviço passou a ter em sua rotina a presença constante da Guarda Municipal no sentido de impor ordem e respeito, assegurando maior tranquilidade aos funcionários em seu cotidiano de trabalho.

A mudança repentina de quase todo quadro profissional do Centro Pop provocou uma instabilidade muito forte em função da quebra de laços afetivos até então construídos, abrindo espaço para uma reação de algumas pessoas em situação de rua que passaram a serem desrespeitosas com os novatos, inclusive usando palavras de baixo calão, chegando um frequentador a cuspir no rosto do novo diretor.

As percepções apresentadas chegaram ao meu conhecimento por meio das entrevistas, da escuta dos relatos apresentados nas reuniões do Comitê Pop rua das quais participo, na ONG onde convivi com a PSR aos sábados à tarde e revelaram a mim que cada dia é um dia no Centro Pop e em qualquer outro espaço que se proponha ao trabalho com a PSR. Embora a existência de um cenário conflituoso, há quem aposte neste espaço.

Foi possível identificar alguns tipos de desejos sobre o Centro Pop: “que se transforme num espaço educativo porque aparenta ter uma ação meramente assistencialista...”, há quem deseje “que deixe de distribuir alimento porque este está sendo chamariz para a frequência de pessoa que não estão em situação de rua, mas está utilizando para se servir e tumultuar o serviço e ficar mais acomodado ainda...”, há quem deseje “que o serviço se qualifique aproveitando melhor a sua possibilidade de levar lá para dentro outros tipos de serviços da rede municipal otimizando o tempo usado para as providências de emissão de documentos, acesso aos serviços de saúde, previdência, habitação e trabalho”.

No meu ponto de vista, a luta pela qualificação dos serviços não pode ser individual, uma vez que é possível recorrer a espaços democráticos como os Conselhos de Direito. Visitei o Conselho Municipal de Assistência Social para conhecer qual o trabalho que está desenvolvendo junto aos serviços de atenção à PSR. Identifiquei que no que diz respeito às suas funções de controle social, as suas visitas de supervisão para monitorar o funcionamento dos serviços, na ocasião da entrevista, não estavam contemplando o Centro Pop e Abrigos, o que me preocupou em função dos comentários que a PSR faz sobre possíveis irregularidades. Quando solicitei também o levantamento sobre a totalidade de organizações que prestam atendimento à PSR foi informado que este levantamento ainda não existia.

Em face de tais constatações, observo a importância da atuação e participação nos Conselhos assim como quanto à própria PSR receber este tipo de orientação. O representante estadual da PSR em Florianópolis tem assento no Conselho Municipal de Assistência Social e de Saúde, mas creio que estes espaços precisam ser aproveitados de maneira otimizada pela própria PSR e não só pelo seu representante para expor suas

dificuldades de sobrevivência em Florianópolis e em acessar seus direitos. E ainda entendo que o Centro Pop pode ser um potencializador da divulgação deste tipo de conhecimento esclarecendo, informando à PSR não só sobre seus direitos, mas sobre estes novos espaços democráticos de controle social.

A oportunidade do contato com grupos como o GAPA, AA, Plantão Social do Serviço Social que funciona na Catedral Metropolitana, Polícia Militar, Guarda Municipal, CAPS-ad, Consultório na Rua permitiu-me conhecer como funcionam, qual sua visão sobre o atendimento à PSR e se existe algum tipo de articulação entre eles.

O GAPA, o AA e o Plantão Social são entidades de serviço autônomo que fazem atendimentos bem específicos. O GAPA, focando na prevenção da DST/AIDS com campanhas educativas e mantendo um grupo semanal de diálogo e relato de experiências como se fosse um grupo de mútua ajuda. O AA identifica-se como uma irmandade de homens e mulheres que tem por propósito compartilhar suas experiências, forças e esperanças a fim de resolver seu problema comum e ajudar outros a alcançarem a recuperação do alcoolismo. Estes dois recebem poucas pessoas em situação de rua atualmente. O GAPA informou também que só vai fazer algum trabalho no Centro Pop se for requisitado. No caso do Plantão Social da Catedral, existe há cerca de dois anos e o padre responsável contratou um assistente social para que, com este serviço, fossem administrados os constantes pedidos materiais que ali chegavam. O forte da sua relação com a PSR está na emissão gratuita de fotografia para documentos. Já se constituiu como um forte aliado do Centro Pop e de outras ONG que às vezes não dispõem de recurso para isto e procedem encaminhando para que obtenham o serviço na Catedral.

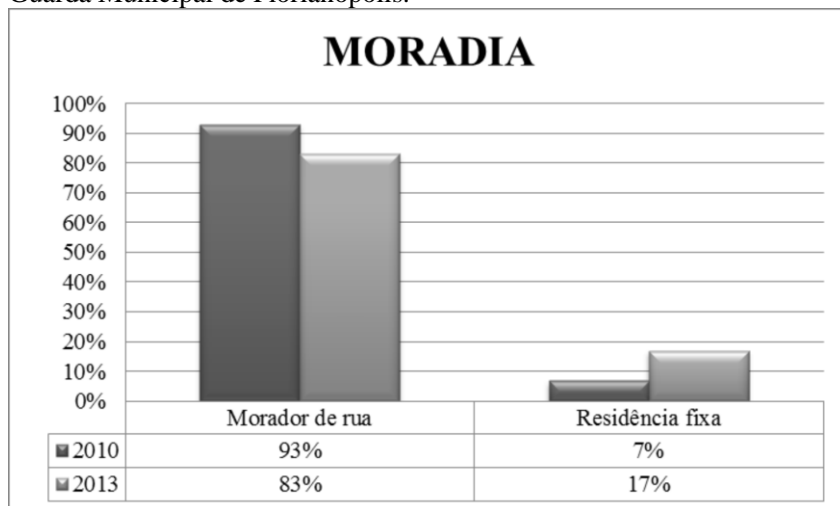
A Polícia Militar – PM tem participado ativamente das reuniões do Comitê Pop Rua e tem usado um discurso de que está pronta para colaborar com a assistência social desde que esta cumpra o seu papel de se responsabilizar pela PSR. Segundo o representante da PM, a ação da segurança pública é de promover a segurança e a contenção nos casos de ameaça à vida e ao patrimônio. Assim, se for preciso agir em nome deste princípio, não relutará ao atendimento mesmo que as denúncias recaiam sobre pessoas que estão em situação de rua, tomando as providências necessárias. Ultimamente a PM tem acompanhado uma vez por semana a equipe da Abordagem Social em uma ronda noturna em locais onde a PSR esteja instalada para identificação, levantamento das necessidades e encaminhamentos conforme a aceitação, pelo usuário, da intervenção profissional.



Quanto à Guarda Municipal de Florianópolis – GMF fui entrevistá-la porque tomei conhecimento de que teria realizado uma pesquisa censo com a PSR. No entanto, a pesquisa voltou-se para o consumo de drogas, principalmente o crack em Florianópolis e em alguns municípios vizinhos no sentido de colaborar com o Comitê Gestor Crack é Possível Vencer, vindo do Ministério da Saúde e que necessitava deste levantamento para identificar locais de uso da droga e o perfil dos moradores de rua e/ou usuários de drogas em Florianópolis.

Em 2010 identificaram nas regiões central e continental de Florianópolis 66 cenas de uso de crack, cadastrando-se 300 usuários. Em 2013, apenas na região central, este número cresceu para 74 cenas de uso do crack com cadastro de 319 pessoas, sendo que uma pequena parcela original foi reencontrada. Um dado que chamou atenção no relatório comparativo entre os anos de levantamento foi a alteração, para menos, de pessoas que são usuárias da droga, mas que não vivem na rua pois têm residência nos morros próximos.

Gráfico 2 – Gráfico comparativo de mapeamentos 2010 e 2013 da Guarda Municipal de Florianópolis.



Fonte: Relatório da Guarda Municipal de Florianópolis (2013).

A Guarda Municipal trouxe como conclusão deste levantamento:

Portanto, é possível verificar que, em decorrência de ser uma população que a maioria das pessoas é

de fora, o número, bem como as características dos usuários irão alterar de pesquisa para pesquisa. Porém, apesar da diversidade das populações alguns dados como o percentual de homens e mulheres não deve alterar muito.

No caso das pessoas que já vivem aqui e tem moradia fixa (teve aumento de 10% na população estudada), provavelmente estão buscando usar drogas longe de seus bairros para não chamar tanta atenção das suas famílias (quando tem) ou da comunidade.

Com relação às pessoas que vem de fora estávamos em baixa temporada, com clima frio, sendo mais difícil sobreviver nas ruas. Em se tratando de uma capital com uma qualidade de vida mais elevada que a maioria das cidades de Santa Catarina muitas pessoas tem o desejo de morar aqui. Se mudam e tentam se estabelecer, porém alguns vêm sem dinheiro, sem uma estrutura mínima de apoio para se manter e se não conseguem trabalho passam a viver nas ruas. Se já têm histórico de uso de drogas é muito rápido para voltar ao consumo e se ainda não usaram o prazo não é demasiado longo para a dureza das ruas transformarem suas concepções sobre drogas. Como se mostra fácil obter dinheiro através de esmolas, doações ou pequenos serviços prestados a maioria consegue sustentar o seu vício, já que a oferta de alimentos não tem sido problema em decorrência da bondade do povo florianopolitano (GUARDA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2013).

A respeito do trabalho realizado pelo CAPS-ad foi possível perceber que há uma parceria intensa com o Centro Pop, além de já ter um reconhecimento pela sociedade, pois o médico que entrevistei informou que muitas pessoas, independente de serem encaminhadas pelo Centro Pop, buscam seus serviços seja para si ou algum familiar, identificando-o como referência no atendimento da dependência química. Quanto à aceitação deste serviço pela PSR, alguns me relataram seu contentamento com o atendimento médico e com os trabalhos em que são envolvidos a partir das oficinas oferecidas. Porém, alguns não gostam da rotina de precisar frequentar o CAPS todo dia seja para ter o acompanhamento médico, psicológico, seja para participarem das oficinas.

Sobre o Consultório na Rua, reporte-me anteriormente sobre a frágil estrutura de funcionamento. Porém, a PSR tem uma percepção positiva do serviço, pois me disseram que já presenciaram a equipe se aproximado e atendendo a casos muito difíceis de pessoas que não permitem ser removidas para uma Unidade de Pronto Atendimento – UPA, não aceitam medicação e/ou curativos e a equipe consegue fazer um atendimento paliativo no local ou ainda removê-lo em função de ganhar a confiança do doente pelas sucessivas visitas ao local.

A própria equipe relatou a mim o quão relevante é este serviço no atendimento de pessoas acometidas de Tuberculose em altíssimo estágio de evolução da doença e/ou pelo HIV, que por estarem na rua, não cumprem devidamente a administração dos remédios como deveria ser. Os casos críticos têm sido acompanhados no próprio local recebendo a visita diária do Consultório na Rua para que possam tomar os remédios. Infelizmente, este tipo de abordagem fica restrita ao bairro Centro em função da dificuldade em se cobrir todos os bairros diariamente. Embora o CNR recentemente tenha passado a contar com um carro, ainda não disponibilizam da figura do médico, o que segundo a assistente social e o técnico de enfermagem, seria importantíssimo. À época da entrevista também estavam sem psicólogo e informaram que em função de ser um trabalho difícil, três já haviam pedido transferência.

O contato com todas estas organizações governamentais e não governamentais respondeu a um dos meus objetivos, que foi verificar que vínculos estão sendo estabelecidos entre os serviços e a PSR uma vez que se propõem interdisciplinares e intersetoriais. Constatei que todos estão preocupados com o problema da existência de pessoas em situação de rua, que este fenômeno parece estar crescendo e, com o risco do crescimento do tráfico de drogas, Florianópolis parece ficar vulnerável a uma situação de descontrole, necessitando a mobilização de toda a sociedade.

No entanto, observei que esta consciência coletiva sobre a existência de um problema que precisa ser resolvido não consegue mobilizar ações interdependentes, pois ainda transpareceram agir a partir de uma consciência singular mais preocupada com egos particulares, intensificando a dificuldade de ações intersetoriais e interdisciplinares.

A preocupação com a recuperação de pessoas que fogem ao padrão de normalidade instituído pela sociedade e a consequente ressocialização tem levado ao exercício de estratégias metodológicas distintas no esforço de acertar o passo nas ações de assistência social, sejam por parte do poder público, seja por parte da sociedade e organizações não governamentais.

Ao observar com esta pesquisa que muito ainda precisa se caminhar para tornar compatíveis intenções e ações no trabalho com a PSR, deixo algumas sugestões que possam fomentar uma caminhada que favoreça uma convivência entre indivíduos como algo inerente à necessidade humana. A intenção é deixar aqui uma contribuição ao trabalho de assistência social com a PSR.

Estou me referindo ao Espaço de Convivência Criatividade e Educação pelo Trabalho – ECCET, proposto pelo assistente social Mário da Costa Barbosa<sup>69</sup> ao trabalho com a assistência social.

Valorizei esta proposta pela possibilidade da amplitude dos relacionamentos a serem estimulados durante o trabalho, proporcionando aprendizado e crescimento para todos os envolvidos. Tanto quem atende quanto o atendido estarão em uma relação recíproca de força e poder onde ambos não se conhecem, precisam se aproximar, partilhar sentimentos, impressões e emoções para posteriormente as informações fluírem numa troca de crescimento compartilhado. Aprender a liberar suas amarras das quais se tornaram presas pela relação instituída – pela família, pela escola, pelos amigos, trabalho pelas diferentes figurações das quais interagiram – e a que se submeteram ao longo de suas vidas.

O primeiro contato geralmente é marcado por um padrão formal de atendimento e identificação. Se o cenário for o institucional, um representa a instituição, ou seja, o poder. O outro representa o não poder. Por isso relaciono que ambos necessitam alcançar a liberdade de se comunicar livremente ultrapassando assim as amarras do medo e da insegurança de aproximação.

O Espaço de Convivência pode ser vivenciado no Centro Pop, no Abrigo, na Casa de Passagem, na República, na rua porque sua compreensão ultrapassa a ideia de espaço físico demarcado por paredes, telhados ou salas. Os atendimentos podem começar na rua e com a evolução dos encontros demandarem um espaço físico, porém o importante é ressaltar a importância de se “colocar com disposição e tempo para o trabalho com o outro propiciando a criação de um espaço relacional, afetuoso e reconhecedor do outro como sujeito” (PAROLIN; SARMENTO; PONTES, 2013, p. 81).

Vejo a importância de considerar que o tempo de um pode não ser o mesmo tempo do outro. Assim, este espaço não pode estar preocupado em garantir que a rotina institucional seja apreendida e fixada

---

<sup>69</sup> Na primeira parte da tese, seção III informei sobre a origem desta metodologia não havendo mais necessidade de reprodução aqui.

imediatamente e muito menos em condições de pressão, ameaça ou barganha pela PSR. A pressão, a ameaça e a barganha já são situações que fazem parte do seu cotidiano como estratégia de sobrevivência na rua. Conhecedora dessa linguagem ela entrará no espaço institucional com este repertório. Agir da mesma maneira dificultará a construção de um espaço relacional afetivo e reconhecido do outro como sujeito.

Mediar o espaço relacional é estimular no dia a dia a construção de um conhecimento mútuo através do qual as partes envolvidas cresçam juntas, podendo as regras ou limites ser discutidos em conjunto. Esta perspectiva não obriga o outro a sentar para poder dialogar, não condiciona a relação à permuta de favores porque a escuta deve trazer benefícios aos dois lados envolvidos.

Em função da vida difícil que a PSR tem é comum usarem de estratégias que falseiam suas histórias. Caberia conhecer e refletir sobre o que aconteceu com esta pessoa para que tenha de usar tais expedientes para falsear sua condição de vida. Será que o atendente não tem responsabilidade na forma como está atendendo ao não inspirar confiança para que haja uma fala verdadeira?

A compreensão do homem na sua relação com a sociedade se apresenta num movimento dialético que favorece a transformação mútua. Assim, trabalho com a assistência social está longe de se reduzir ao auxílio material, destacando-se que o primeiro direito do ser humano é o direito à vida. A PSR apresenta-se geralmente reclamando o auxílio à sua sobrevivência, necessitando que suas histórias sejam acompanhadas e desveladas em aproximações sucessivas, implicando muitas vezes o recuo profissional para garantir a confiança na aproximação e o equilíbrio das emoções para aceitar e compreender que aquela pessoa recaiu outra vez não por malandragem, mas porque talvez ainda não se sinta pronta para retomar sua vida.

Além do espaço de convivência, este indivíduo marcado por tantas dificuldades pode e deve ser estimulado ao processo criativo. O que parece um simples trabalho de transformação de madeiras em um banco ou da pintura de uma tela pode levá-lo ao retorno de sua memória, reescrevendo sua própria história quando ele se absorve em um processo de dar materialidade à sua ideia, mergulhando profundamente em seus próprios sentimentos, enxergando seu potencial transformador. Dessa forma, é concomitantemente instigado ao seu autodescobrimento, ao resgate de sua autoestima, autoamor e autossatisfação, percebendo a capacidade de transformação de si mesmo seja pelas atividades lúdicas e artesanais, seja para outras situações do cotidiano de suas relações.

A criatividade está intimamente relacionada ao trabalho, mas não aquele que aliena e escraviza, mas sim o que liberta e amplia a inteligência para além do interesse individual. Quanto mais as pessoas estiverem expostas a novas experiências e conhecimentos, mais nutrirão sua inteligência para a criatividade.

Todo este movimento perpassa um processo educativo de construção de novos conhecimentos e de aprofundamento de outros já adquiridos. Alcançar profundidade em alguma temática exige preparo de conteúdo para que a relação alcance um patamar consistente de argumentações e esclarecimentos. A realidade da PSR a partir do que já foi exposto aqui é complexa, diversa e heterogênea, demandando daquele que se propõe a estar e atuar com ela preparar-se para este tipo de atendimento. Por exemplo, a dependência química não é homogênea, logo há uma diversidade de comprometimentos e tratamentos que precisam ser identificados. As dificuldades familiares, assim como quanto ao trabalho, ganharam na atualidade novas configurações e exigências. A intervenção com a PSR não permite comparações e/ou associações porque seus corpos traduzem perfis, desejos diferenciados, demandando a construção de um vínculo singular que pode requerer avanços e recuos na construção desta nova história de significados.

Reiterando o que já disse na primeira parte, o trabalho não é apenas fazer o pão ou confeccionar roupas, por exemplo, mas também fazer poesias, música, teatro, isto é, encarar o trabalho como fonte de satisfação do homem. Para que se sinta satisfeito é preciso que a PSR participe do planejamento das atividades nas quais está envolvida. Quanto maior seu envolvimento, maior seu comprometimento e autorrealização com o produto de seu próprio trabalho.

A partir desta perspectiva, conforme discutido anteriormente, o trabalho não é visto só na dimensão de sustento do corpo e da aquisição de propriedade, mas como realização do ser.

O trabalho de assistência social com a PSR que conseguir se orientar a partir desta metodologia, a meu ver, terá maiores e melhores condições de construir vínculos mais duradouros, independente de os casos conseguirem a reversão ou não das situações vividas. Observei, a partir dos relatos da PSR, que esta ainda se sente muito distante de uma relação mais humanizada na qual o cuidado recebido é permeado de traços de impessoalidade como o retratado no depoimento de Atleta sobre o serviço público de atendimento à PSR, através do qual é possível ter esta impressão:

Mas por que eu acho que não dá certo? Porque não sei se é pela quantidade de pessoas que tem ou se é por falta de vontade mesmo deles eu acho que não é uma coisa que parece que tá tratando com o ser humano. Eu me senti que nem um objeto. Um negócio que chegou ali e que tinham que mandar aquele negócio pra outro lugar. E lá, tchau.

Como ultrapassar a impessoalidade apontada por Atleta? Como tornar a relação mais humanizada? Talvez a conjugação da sugestão desta metodologia possa criar condições para a construção de uma visão interdisciplinar que norteie os passos por uma ação intersetorial das políticas sociais. Novamente recuperando Pereira, para finalizar esta reflexão, cada política constitui um conjunto de decisões e ações resultantes de relações conflituosas e contraditórias, onde fica claro que a intersetorialidade é a representação objetivada da unidade dessas decisões e ações. Visando que esta nova política pública de assistência à PSR alcance êxito, entre outros fatores, precisa atentar para que:

A intersetorialidade não é uma estratégia técnica, administrativa ou simplesmente de boa prática gerencial. Pelo contrário. É um processo eminentemente político e, portanto, vivo e conflituoso. A intersetorialidade envolve interesses competitivos e jogo de poderes que, na maior parte das vezes, se fortalecem na sua individualidade, ao cultivarem castas intelectuais, corporações, linguagem hermética e auto-referenciamento de seus pares. Por isso, a tarefa de intersetorializar as políticas sociais não é fácil, mas também não é impossível, desde que a maioria esteja consciente de que vale a pena persegui-la em prol do interesse público (PEREIRA, 2014, p. 37).





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo geral verificar em que medida, a percepção da população em situação de rua sobre o atendimento público recebido na assistência social se aproxima do atendimento de suas necessidades e do que está previsto pelo Decreto nº 7.053 em Florianópolis.

Optei por conhecer a realidade social da população em situação de rua para compreender por que estas pessoas ainda se encontram na rua mesmo com todas as transformações ocorridas no âmbito da política pública de assistência social. Neste sentido, tratei como objeto desta tese a percepção que a PSR tem sobre o serviço público que lhe é oferecido em Florianópolis.

Por esta população ter uma estruturação indefinida, singular e espacialmente dispersa, identifiquei que é considerado um fenômeno sobre o qual ainda há muito a se desvelar, embora reconheça a produção existente de estudos e pesquisas a seu respeito.

Além de compreender melhor o que é este fenômeno a partir das leituras realizadas precisei me aproximar e escutar a população em situação de rua para conhecer suas impressões, distinguir significados sobre o que é viver e compartilhar sentidos no espaço da rua.

A importância de saber o que tem contribuído para que a população continue na rua mesmo com a chegada do Decreto nº 7.053/2009 me levou a conhecer e escutar sobre os serviços municipais de assistência social que recebem a população em situação de rua, especialmente a Unidade de Referência no Atendimento à População em Situação de Rua, mais conhecido como Centro Pop, as Casas de Acolhimento Institucional nas modalidades abrigo e albergue. Identificando como informações complementares, mas prevista, o contato com o Conselho Municipal de Assistência Social e a Diretoria de Proteção Especial, Diretoria de Planejamento, ambas da Secretaria Municipal de Assistência Social como representantes da parte gestora municipal.

À medida que o contato com a PSR foi se estabelecendo, suas falas destacavam a importância de algumas organizações na dinâmica de seu movimento nas ruas, o que me levou a expandir minha caminhada de pesquisa contatando outras organizações que não estavam previstas inicialmente, como Grupo Alcoólicos Anônimos – AA, Catedral Metropolitana de Florianópolis, Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – CAPS-ad, Consultório na Rua, Centro Cultural Escrava Anastácia – CCEA, Grupo de Apoio ao Portador da AIDS – GAPA,

Guarda Municipal de Florianópolis, Polícia Militar, Movimento de População de Rua – MPR.

A entrada neste universo me fez localizar uma vasta denominação nas formas de identificação do grupo populacional em questão. Passei a compreender que é um fenômeno que está associado à constituição das cidades historicamente ao passar dos séculos, onde à medida que estas foram se modificando estruturalmente, enfrentaram os reflexos da nova sociabilidade estabelecida. Uma ordem social nem sempre repleta de riquezas que apontasse uma noção de progresso linear, ao contrário, uma ordem social onde riqueza e pobreza se relacionaram de forma interdependente com tensões inerentes a essas relações. Assim, esta sociabilidade tem provocado reações entre os estabelecidos e outsiders<sup>70</sup>, atravessada por uma pobreza estrutural marcada pela intensa desigualdade social.

Assim, para este estudo, havendo a necessidade de distinguir entre aqueles que estão em “situação de rua” e os “moradores de rua”, optei pelo entendimento de que as pessoas estão em situação de rua pela situação contingencial em que se encontram, podendo ser encontradas em abrigos, albergues e casas de convivência destinadas ao acolhimento e/ou abrigo temporário, intermitente ou definitivamente, assim como aquelas que se encontram em atividades de perambulação/circulação pelas ruas e/ou que dizem fazer da rua seu local de existência e habitação, mesmo que temporária ou intermitentemente.

O principal argumento que norteou esta tese foi entender se a opção de especificar o atendimento desta população no âmbito de política pública, viabilizado com a assinatura do Decreto nº 7.053/2009, facultando-o a uma agenda governamental, realmente trouxe mudanças qualitativas para seu atendimento. Esta iniciativa estaria conseguindo assegurar prioridade dos atendimentos, flexibilidade dos critérios e condicionalidades e continuidade no acompanhamento dos casos?

Um segundo argumento é sobre a intersetorialidade pretendida com esta nova política pública, a qual prevê que o problema da existência

---

<sup>70</sup> Para N. Elias, “a relação entre os estabelecidos – grupos ou indivíduos que ocupam posição de prestígio e poder – e os outsiders – pessoas que estariam fora dessa ‘boa sociedade’ dos estabelecidos pauta-se por uma interdependência entre os termos. A manutenção dessa relação seria garantida por um equilíbrio instável de poder, assegurado pelos estabelecidos por uma autoimagem que legitimaria sua sensação de superioridade e projetado sobre os outsiders, que, por sua vez, introjetariam o estigma que lhes fosse imposto em sua autoimagem” (ELIAS, 1994 apud FRANGELLA, 2009, p. 42).

de pessoas em situação de rua passe a ser uma preocupação de todas as secretarias envolvidas na gestão da assistência social do município de Florianópolis, tal qual foi idealizada em âmbito Nacional pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, que prevê o envolvimento das secretarias nacionais participantes do Comitê Nacional de População de Rua. Em Florianópolis, esta ideia de aproximação de ações entre secretarias estaria trazendo impacto na construção de vínculos mais próximos com a PSR no sentido de cativá-la, fortalecê-la e empoderá-la para a construção de um novo imaginário social, um novo sentido de vida fora da rua?

A literatura disponível sobre PSR apresenta-a como um grupo populacional que está nesta condição não por vontade própria, mas por um conjunto de determinações sociais que acompanham estas pessoas no processo de rualização. Este processo, segundo Prates, Prates e Machado (2011), constitui-se na entrada e saída da rua reiteradamente no movimento que alterna vitórias e derrotas.

Em Florianópolis, não há uma pesquisa censo sobre o perfil da PSR, porém, a partir do rastreamento institucional, identifiquei que os motivos predominantes equivalem a esses apontados pela pesquisa nacional (MDS, 2008) – problemas com a dependência química, desemprego e desavenças familiares -, acrescentando que, como é uma cidade turística, recebe muitos migrantes em alta temporada vindos principalmente do Rio Grande do Sul e do Paraná. Alguns destes migrantes acabam ficando na cidade para continuar a vida por aqui, mas nem sempre são bem sucedidos.

Considerando as peculiaridades de Florianópolis e as argumentações levantadas, elenquei com esta pesquisa alguns questionamentos para os quais apresento as respostas que alcancei.

Como conceber que a PSR de Florianópolis/SC, localizada geograficamente entre Paraná e Rio Grande do Sul, estaria à parte do processo do MNPR? Por que esta população não estaria recebendo as influências deste movimento social?

Minha aproximação com a PSR me permitiu entender que em Florianópolis a organização da PSR enquanto Movimento Social, em 2009 (ano em que iniciei os primeiros passos de aproximação com este grupo por meio do trabalho da AEFC), não tinha como acontecer porque o número de pessoas em situação de rua era muito pequeno e desarticulado. Segundo as pessoas que conheci àquela época a partir da convivência com esta ONG, foi possível verificar um grande número de pessoas de passagem pela cidade. Comecei a perceber que Florianópolis se caracterizava como um grande corredor de acesso e trânsito das

pessoas vindas do Paraná ou do Rio Grande do Sul. O principal objetivo era conseguir trabalho, principalmente na alta temporada. Se não dava certo, tentavam conseguir passagem seja com o poder público ou com ONG para voltar ao local de origem ou continuar sua errância.

O Movimento de PSR começou a se mobilizar de forma tutelada, mas atualmente já consegue dar alguns passos pela sua autonomia, aproximando-se, enquanto movimento social, de outros municípios vizinhos (São José, Biguaçu, Palhoça), o que demonstra que esta representação já se expande regionalmente, ganhando maior legitimidade política com seus pares em nível nacional por meio do MNPR.

Outra questão que particularmente me incomodou foi a notícia de que esta população passaria a ter uma política nacional voltada ao seu atendimento a partir de 2009. Em que medida a ideia de especificar o atendimento desta população na esfera de política pública, facultando-o a uma agenda governamental, contribuirá para o redimensionamento da realidade de assistência social (ou da realidade de vida) dessa população?

A partir de minha participação nos trabalhos da ONG, nas reuniões/encontros organizados pelo MPR de Florianópolis e nas reuniões do Comitê, permitiu-me perceber que a ideia de especificar o atendimento da PSR pareceu adequada, mas a forma como sua implementação foi divulgada e sugerida é que avalio não ser a mais adequada, pois me pareceu reiterar uma atitude paliativa de cuidado assistencial pontual, fragmentado e imediatista. Ademais, é uma política pública que foi assinada na condição de um Decreto que não tem a força de Lei, pois faculta às unidades federativas optar por aderir ou não a políticas públicas para a PSR.

No caso de Florianópolis foi visível que a Política Pública de Assistência Social à PSR ficou submetida à agenda governamental, sofrendo assim o impacto de avanços e retrocessos conforme ocorria a mudança dos secretários municipais de assistência social. Discussões, confrontos, sucateamento do trabalho, interrupções das atividades, troca de funcionários, morosidade nas decisões e insuficiência de recursos foram algumas das situações que levaram a reiteradas situações de constrangimentos entre os serviços públicos e PSR.

Esta realidade reforça a importância de que o Decreto se torne Lei, e já existe uma movimentação nacional da PSR para que isto seja encaminhado, tornando possível que a PSR seja atendida em seus direitos na condição de sujeitos que merecem uma política pública de Estado e não de Governo, através da qual todas as unidades federativas se percebam interdependentes pela necessidade de agirem conjuntamente para debelar um fenômeno que tem uma causa interdependente, que

precisa ser defendido com a percepção de uma consciência coletiva e não a partir de uma consciência individual.

À medida que minhas preocupações se aproximaram de confirmar a efetividade desta política pública procurei conhecer quais transformações são possíveis de dimensionar no atendimento da assistência social à população em situação de rua com a chegada do Decreto nº 7.053.

Nesta segunda parte apresentei como a PSR vem sendo atendida pela rede de proteção social do município. Foi possível constatar que em termos estruturais de atendimento o serviço municipal sofreu deslocamento e ampliação física. Conseguiu completar o seu quadro de funcionários, todos efetivados por concurso público. Passou a oferecer um conjunto de oficinas em parceria com outras organizações e com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC.

Observei também que, ainda com muitas dificuldades, a pretendida intersetorialização a ser alcançada pelo Decreto nº 7.053 processa-se de forma lenta e com muita resistência. Entre todas as secretarias do município as únicas nas quais se consegue ver alguma aproximação são a de assistência social e a de saúde. Embora a dificuldade em concatenar seus protocolos de atendimento, a assistência social conseguiu se aproximar da saúde municipal para conversar sobre o cuidado com os encaminhamentos da PSR para tratamento em Comunidades Terapêuticas, passando a respeitar a intervenção dos CAPS.

A Secretaria de Saúde Municipal implantou o Consultório na Rua, embora esteja funcionando precariamente sem o quadro de profissionais completo, pois sua maior dificuldade é não conseguir que um médico concursado aceite trabalhar com este serviço. Por muito tempo este serviço ficou limitado ao atendimento da PSR que ficava no bairro Centro, impossibilitado de cobrir todos os bairros de Florianópolis porque não possuía um carro. Passou um ano fazendo atendimentos pontuais a alguns casos que estavam na rua e que precisavam do acompanhamento na administração de remédios como no caso de pessoas acometidas pela Tuberculose, Hepatite e AIDS. Também fez no Centro Pop um trabalho de realização de exames preventivos da Tuberculose e do HIV e de sensibilização por meio de campanhas educativas.

Quanto às demais secretarias (habitação, educação, cultura, esportes, segurança pública), até este momento não consegui perceber, a partir do que observei nas reuniões do Comitê, iniciativas que culminem no estabelecimento de parcerias e/ou protocolos de atendimento e encaminhamento que propiciem agilidade de acesso da PSR a direitos

fundamentais como: documentação, moradia, escolaridade, acessar a espaços esportivos, culturais, reorganizar sua vida ante suas pendências com a justiça, os quais podem contribuir com sua ressocialização.

Destacaria a necessidade de o governo municipal tomar providências para minimizar as dificuldades da PSR com relação ao acesso à documentação. A grande maioria precisa acessar a segunda via de forma rápida e sem custos, que são os maiores obstáculos enfrentados. Em 2007<sup>71</sup> foi assinado pelo ex-presidente Lula, por meio da Secretaria Especial de Direitos Humanos, o Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica, destinado a grupos prioritários, entre eles, a PSR e Catadores de Materiais Recicláveis. Já existem experiências exitosas neste sentido em Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro.

Embora existindo variação de posições em torno de um mesmo argumento, acabar com o fenômeno PSR, a centralidade alcançada pela assistência social municipal aliada à pequena expressão do MPR, que ainda precisa aumentar sua capilaridade de pressão, com o apoio das organizações da sociedade civil, é possível registrar a mudança quantitativa com relação a novos espaços para acolhimento institucional da PSR masculina e feminina (esta, até 2014 estava totalmente descoberta).

Recentemente, o MPR conseguiu em Audiência Pública o arquivamento do Projeto de Lei nº 15.909/2014 que institui a Política Municipal de Internação Voluntária e Compulsória de Dependentes Químicos e já deixou agendada uma Audiência Pública para discussão sobre a necessidade da implantação no município de um Restaurante Popular.

Observei que mesmo com as conquistas quantitativas e qualitativas, o processo de mudança da política municipal de assistência social parece não caminhar com a mesma celeridade que a urgência das necessidades da PSR requer. As alterações são muito pontuais, demoradas, incompletas e desarticuladas do todo de suas relações intersetoriais. Isto remete a necessidade de pensar que a PSR precisa receber uma atenção integral e não só especial que envolva e responsabilize todas as demais áreas de políticas públicas.

---

<sup>71</sup> Para mais informações sugiro acessar o Decreto nº 6.289 de 6 de dezembro de 2007, como também a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

O contato com as pessoas que trabalham na proteção especial à PSR e esta, me permitiu ver que a consciência da interdependência, percebida através da revelação que existe um fenômeno que incomoda e precisa ser eliminado e da ausência de um governo mais atuante e coerente com suas ações, passou a ser compartilhada por vários setores das elites políticas de Florianópolis.

Quanto à questão se há diferenças de significados entre os discursos dos agentes da assistência social e a população em situação de rua sobre a assistência social em vigor, observei que embora exista a presença da singularidade de discursos diferenciados, que ora defendem a PSR, ora a expurgam, percebi que esta consciência interdependente significou a passagem da responsabilidade puramente individual e local em assuntos de assistência social para uma concepção mais coletiva, estadual e nacional, resultado da repercussão que o Decreto 7.053 tomou ratificando que todos os setores de uma política pública precisam se sentir responsáveis por ela conjuntamente, como também por retomar a importância da discussão sobre Direitos Humanos, situação esta que contribuiu para a consequente implantação de Centros de Referência de Direitos Humanos nas capitais brasileiras em defesa da PSR e dos Catadores de Materiais Recicláveis.

Com todo este avanço no marco regulatório da proteção social à PSR, por que continuam na rua?

As exigências de uma nova sociabilidade criada pela presença do fenômeno população em situação de rua na verdade denota a existência de um espaço vazio entre a consciência social produzida pela interdependência de assistência social e a disposição das elites para agir no sentido de diminuir os efeitos negativos impostos sobre elas e a sociedade. Haja vista, como apresentado no âmbito local, a estrutura frágil e inconstante de atendimento à PSR, os enfrentamentos políticos vividos na disputa e negociação dos espaços que podem ou não podem ser usados para atender a PSR ou simplesmente para que ela possa transitar tranquilamente, sem ser escorçada violentamente.

Quando me refiro à difícil negociação dos espaços para implantar serviços para atender a PSR recordo sobre a dificuldade em encontrar um local para instalar os abrigos e restaurante popular. Na questão dos abrigos, a prefeitura enfrentou um processo judicial impetrado pelos moradores do bairro que impediram que o abrigo funcionasse depois de estar totalmente organizado. Com relação ao restaurante popular, a prefeitura devolveu recurso financeiro que foi repassado para este fim porque seu prazo para apresentar a proposta expirou em função de não conseguir local que fosse adequado tanto fisicamente quanto conveniente

para os critérios da vizinhança, além da necessidade de ter uma localização no bairro central em função de apresentar a maior concentração da PSR.

No tocante à dinâmica de funcionamento da estrutura governamental, ao olhar seu comportamento a partir das lentes da Sociologia Política, observei que na resolução dos exemplos acima citados ela tentou, na relação interdependente com as elites e a sociedade em geral, uma articulação entre a solidariedade e a autoridade, mas que por várias forças externas à sua dinâmica a solidariedade não funcionou em suas negociações tampouco o poder que emana de sua posição hierárquica impediu que o recurso fosse devolvido e o serviço inviabilizado, sem perspectivas de que possa ter nova chance de garantir um restaurante popular tão breve.

Por outro lado, vejo que a ameaça de o fenômeno da PSR se espalhar e tomar conta de Florianópolis, embaçando sua vitrine tão cara aos turistas e grandes investidores, possibilitou uma extensão da consciência da dependência mútua, da necessidade de compreensão das relações entre a PSR e a sociedade, remetendo às elites o rearranjo estrutural e político de funcionamento das diversas secretarias para enfrentar de forma eficaz os graves problemas que esta nova sociabilidade apontara.

Ademais, observei que a consciência interdependente sobre o fenômeno sofreu variações na comunicabilidade entre os indivíduos das várias elites quando, em 2010, Florianópolis recebeu a proposta do governo federal de implantação do Programa Crack é Possível Vencer. Ocorreu uma movimentação geral para “limpar” a cidade, convencer os usuários do crack a aderirem à internação e ao tratamento, agindo, por vezes, também usando da violência com a PSR e generalizando como se todos que estão vivendo na rua fossem “filhos do crack” (sic).

A percepção generalizadora ganhou repercussão e foi foco de inúmeras discussões e debates nas reuniões do Comitê porque o receio de que Florianópolis se tornasse outro exemplo de Cracolândia, como já acontece em grandes capitais como São Paulo e Rio de Janeiro, demandou que as pessoas reorganizassem suas percepções sobre as relações entre grupos distintos (PSR, craqueiro, traficante, aviãozinho, trecheiro), que se tornam mutuamente dependentes pela necessidade do envolvimento com o tráfico, consumo, mas que são pessoas diferentes e, portanto, demandam intervenções diferenciadas.

Com estas considerações, compreendo que não é tão simples responder por que as pessoas ainda continuam na rua. Não dá para simplificar que é por isto ou por aquilo. O que consegui apreender é que



as justificativas de um indivíduo para estar na rua não podem ser analisadas de forma isolada porque são interdependentes. Entendi que a percepção do risco real ou das péssimas condições de um grupo populacional em situação de rua por outro grupo que não está nessas condições implicaria demanda por uma solução cujo resultado deveria ser a capacidade de agir sobre várias comunidades e seus territórios, não impondo coercitivamente leis e padrões de comportamento, mas investindo na sensibilização, informação e responsabilização coletiva pela extinção do fenômeno. Importante também trabalhar a disseminação do sentido da proteção social integral e não só especial que, além da responsabilidade de administrar vidas, possa garantir espaço para a PSR tomar posição sobre que julgamentos fazer, o que enfatizar e como se expressar.

No que se refere ao papel da PSR enquanto movimento social em Florianópolis sinto que ainda se demonstra pouco mobilizada a interferir de forma mais contundente e interdependente em defesa de seus direitos. Agem ainda muito diferentemente de grupos de PSR de outras capitais onde seu movimento social é mais antigo. Embora tenham marcado sua presença quando fizeram uma manifestação em frente à Secretaria Municipal de Assistência Social para exigir a reabertura do albergue da maçonaria, ou em lutas por providências emergenciais nos momentos de inverno rigoroso, mas avalio que ainda são manifestações muito pontuais, ainda com uma intervenção tímida e frágil. Talvez precisem de tempo para ganhar maior maturidade, exercício político e consequente legitimidade política.

Quanto aos casos de reversão, outro tema que gerou objetivo a esta pesquisa, evidenciei a partir dos casos de Bonsay, Falante, Hulk e Atleta que ainda é um processo muito singular, remetendo à necessidade da força de várias instâncias. É comum se ouvir dizer: “depende só da pessoa querer largar a droga ou um vício”. No entanto, após ouvir estas pessoas, passo a considerar que é uma luta interdependente, para a qual a ação de um pode repercutir na ação do outro, que, em sequência, ou contribuirá para mantê-lo no vício, ou para começar a vislumbrar caminhos para a ruptura. Um rompimento que não pode ser dado como definitivo, porque depende de ações sucessivas que se tornam mutuamente influentes se tomadas pela perspectiva de que a privação de uns pode impor custos aos demais.

E por último, propus identificar a existência de novos campos de força que possam configurar a construção de novos vínculos, ou seja, um novo diagrama de relações e referências sociais. E encontrei na relação interdependente, seja com as organizações governamentais, não

governamentais e a sociedade de um modo geral, que novos vínculos podem ser construídos com a PSR em função de se caracterizar uma relação em que aqueles representam uma pluralidade de pessoas e esta a pessoa singular a quem chamamos de “indivíduo”.

Parto da compreensão que em Florianópolis se destacam uma pluralidade de grupos que se interferem mutuamente dependendo de suas ações e interesses, que correspondem ao que Norbert Elias sinalizou em sua obra *A Sociedade dos Indivíduos*: “[...] há mais de cinquenta anos o problema da relação entre indivíduo e sociedade aflora constantemente, ficando claro a que ponto cada pessoa é influenciada, em seu desenvolvimento, pela posição em que ingressa no fluxo do processo social” (1994, p. 4).

A relação indivíduo e sociedade defendida por Elias, ao mesmo tempo em que parece fácil de entender, não se aplica com a mesma facilidade para compreender as configurações desse estudo.

Elias entende que toda geração quando nasce vem com um conhecimento posterior àquele de sua geração anterior. No caso das pessoas que passaram a viver em situação de rua, vieram em contextos familiares onde seus membros já mantinham uma relação com o mercado de trabalho, desenvolviam uma lógica de rotina doméstica, ações estas que os fizeram sentir parte daquele contexto ou figuração.

Suas ações eram encadeadas de uma forma onde:

[...] cada um é obrigado a usar certo tipo de traje; está preso a certo ritual no trato com os outros e as formas específicas de comportamento, muito diferentes [...] a ordem invisível dessa forma de vida em comum, que não pode ser diretamente percebida, oferece ao indivíduo uma gama mais ou menos restrita de funções e modos de comportamento possíveis. Por nascimento, ele está inserido num complexo funcional de estrutura bem definida; deve conformar-se a ele, moldar-se de acordo com ele e, talvez, desenvolver-se mais, com base nele. Até sua liberdade de escolha entre as funções preexistentes é bastante limitada. Depende largamente do ponto em que ele nasce e cresce nessa teia humana, das funções e da situação de seu país e, em consonância com isso, da escolarização que recebe. Também isso, esse passado, está diretamente presente em cada uma das pessoas que se movem apressadamente no bulício da cidade. É

possível que o indivíduo não conheça ninguém nesse burburinho, mas, em algum lugar, ele tem pessoas a quem conhece, amigos de confiança, inimigos, uma família, um círculo de relações a que pertence, ou, caso agora esteja só, tem conhecidos perdidos ou mortos que vivem apenas em sua memória. Numa palavra, **cada pessoa que passa por outra, como estranhos aparentemente desvinculados na rua, está ligada a outras por laços invisíveis, sejam estes laços de trabalho e propriedade, sejam de instintos e afetos. Os tipos mais díspares de funções tornaram-na dependente de outrem e tornaram outros dependentes dela** (ELIAS, 1994, p. 15, grifo nosso).

Na tentativa de interpretar Elias e partindo da compreensão de que as relações são interdependentes, como é possível imaginar que nós possamos ter responsabilidade por uma pessoa estar em situação de rua se ela nos parece estranha e desconhecida? E ainda poderia dizer: o que eu tenho com isto se ela está na rua? Que responsabilidade eu tenho em relação a isto?

Talvez esta pessoa ainda possa estar na rua porque quando eu lhe dei uma esmola não me preocupei em dialogar mais com ela para conhecer sobre o que a move a esmolar? Se ela me dissesse que é porque não consegue emprego porque foi roubado de seus documentos? Se eu continuasse sem saber disso ela poderia continuar a esmolar o resto do dia. Porém, se tomo uma atitude diferente, proporciono a escuta, passo a informação de onde e como pode retirar uma segunda via eu posso estar sugerindo uma oportunidade de esta pessoa dar uma direção nova a sua vida.

Este exemplo demonstra que a vida social é repleta de contradições, desafios e oportunidades, submetendo a todos incessantemente ao confronto: é possível, segundo Elias, criar uma nova ordem social que permita uma melhor harmonização entre as necessidades e inclinações pessoais dos indivíduos, de um lado, e, de outro, as exigências feitas a cada indivíduo pelo trabalho cooperativo de muitos, pela manutenção e eficiência do todo social.

A partir desta perspectiva e considerando a percepção da PSR sobre a assistência social que recebe em Florianópolis, me senti motivada a sugerir com esta tese uma estratégia metodológica de intervenção com este público conhecida como Espaço de Convivência Criatividade e

Educação pelo Trabalho – ECCET. Minha intenção é sugerir às pessoas que atuam com a PSR em Florianópolis, seja no âmbito privado ou público, a possibilidade de construção de uma nova sociabilidade de percepção, contato e convivência com este público.

Vivenciei esta proposta de trabalho com a PSR em uma ONG e os resultados apontam que é possível alcançar alteração positiva nas perspectivas de vida desta população desde que seja estimulado um espaço onde a convivência entre os indivíduos seja o fator considerado preponderante para que se garanta um espaço relacional de reconhecimento do outro como sujeito onde ambos se influenciam reciprocamente e de forma interdependente.

Os resultados da convivência com a PSR me permitiram conhecer o lado criativo de uma relação que ao mesmo tempo dá condições para a construção do conhecimento e, conseqüentemente, abre caminhos para a retomada ou abertura de oportunidades de trabalho, de reconstrução de seus laços afetivos e de resgate de seu amor próprio.

Não estou querendo com esta proposta simplesmente cair na idealização de que encontrei a grande fórmula para todos serem felizes por todo o sempre no serviço de assistência social à PSR. Estou ciente de que a metodologia por si só não funciona. Quem dará vida a ela serão as pessoas que, independente do espaço físico onde estiverem – a rua, o abrigo, o albergue, a casa de passagem – afetos e desafetos se confrontarão e, dentre as funções que assumirem, poderá contribuir para a construção de vínculos de autonomia ou de dependência, repercutindo na continuidade de uma errância que somente estas condições de convivência poderão definir.

Sintetizando os resultados alcançados com esta tese tenho a compartilhar que:

➤ Ficou muito marcante a dificuldade de assegurar a interdisciplinariedade e intersetorialidade da rede de serviços, condições fundamentais para a garantia de uma proteção social integral da população em situação de rua.

➤ Além disso, foi possível observar que o exercício profissional com este grupo populacional ainda enfrenta muitos desafios de aproximação e construção de vínculos, pois ao entrevistar os técnicos e os usuários do Centro de Referência (Centro Pop) ficou evidente a constante crise no âmbito dos vínculos de sociabilidade e de satisfação com os benefícios que este serviço oferece. Tal situação tem afetado a sua imagem que deveria ser de serviço de referência a outras formas de atendimento a esta população.

➤ O comprometimento das relações da população em situação de rua com o Centro Pop e outros serviços da rede de atendimento tem estimulado a aproximação dessa população com ONG seja para atendimento de suas necessidades imediatas, seja para tratamentos de saúde mais prolongados ou para seu conforto espiritual uma vez que a grande maioria delas é de natureza religiosa.

➤ Evidenciei também que apesar do Decreto 7.053/2009, que institui a Política Nacional de Atendimento à População em Situação de Rua (e prever muitos avanços ao propor uma proteção integral envolvendo todas as áreas das políticas públicas numa perspectiva de política de Estado), enfrenta muitos limites na sua implementação uma vez que está submetida às condições estruturais de uma política de governo.

➤ Esta situação tem incidido na não integração das demais políticas públicas, com fortes sinais da necessidade de investimento no âmbito da formação, planejamento, execução e avaliação conjunta de todas as áreas envolvidas.

➤ Sobre a população em situação de rua observei alto descontentamento com seu atendimento no serviço público e grande aproximação com a rede de serviço completar encontrada na sociedade civil sinalizando que é esta rede que está contribuindo com maior eficiência e eficácia para que alguns casos alcancem a sua reversão.

➤ Florianópolis apesar de não dispor de censo sobre a população em situação de rua, o rastreamento institucional aponta para um movimento crescente ocupando não só o território central do município, mas expandindo-se cada vez mais para uma abrangência metropolitana.

Assim finalizo esta tese que procurou compreender o significado da vida errante, conhecer os limites das políticas públicas para o enfrentamento deste tipo de anomia social, além de possibilitar o estreitamento dos laços de convivência com a PSR. Que esta tese possa aguçar a curiosidade de novos pesquisadores estimulando-os à construção de novos conhecimentos.



## REFERÊNCIAS

ABREU, P. B. et al. **Condições sociais e de saúde mental de moradores de rua adultos em Porto Alegre**: Relatório de pesquisa. Porto Alegre: FRGS/ PUCRS/ HCPA/ FASC, 1999.

ANANIAS, Patrus. **Para Combater a Esmola**. 2007. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/artigo/para-combater-a-esmola-patrus-ananias>>. Acesso em: 22 out. 2010.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA FÉ E CARIDADE. **Departamento de Serviço Assistencial**: proposta de trabalho, gestão 2009-2010. Florianópolis, 2009.

BARBOSA, Mário da Costa. **Planejamento e Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1990, 152 p.

BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela; BÓGUS, Lucia; YASBEK, Maria Carmelita (Orgs.). **Desigualdade e a Questão Social**. São Paulo/SP: EDUC, 2000.

BERGAMO, Alexandre. **A experiência do status**: roupa e moda na trama social. São Paulo: Editora UNESP, 2007. 226 p.

BORBA, J. Políticas de saúde e democracia: estratégias, impasses e contradições do Movimento Sanitário Brasileiro. **Revista Katalysis**, Florianópolis, v. 0, n. 3, 1998. Disponível em: <<http://www.katalysis.ufsc.br/conteudo.php?&sys=edicoes&edicao=16>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

BRASIL. **Lei n. 8.742**, de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS): que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, e legislação correlata. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. 156 p.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1998. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompila.do.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompila.do.htm)>. Acesso em: 26 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. Brasília: OPAS, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Portaria n. 1028**, de 1 de julho de 2005b. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2005/GM/GM-1028.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004: Norma Operacional Básica - NOB/SUAS**. 2005c. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/NormaMuniz/politica-nacional-de-assistencia-social-2013-pnas-2004-e-norma-operacional-basica-de-servico-social-2013-nobsuas>>. Acesso em: 17 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Declaração Universal dos Direitos Humanos, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Mobilização Nacional para o Registro de Nascimento. Por um Brasil com nome e sobrenome**. 2007a. Disponível em: <<http://cgj.tjrj.jus.br/documents/1017893/1040648/folder-SDH.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei n. 6.289**, de 6 de dezembro de 2007b. Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6289.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6289.htm)>. Acesso em: 14 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Sumário Executivo: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião/Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília/DF, abr. 2008a.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Brasília, MDS, 2008b. 25 p.



\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei n. 7.053**, de 23 de dezembro de 2009. Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm)>. Acesso em: 12 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Objetivos de desenvolvimento do milênio**: Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília, IPEA, 2010a. 182 p. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/docs/4\\_relatorionacionalacompanhamentoodm.pdf](http://www.pnud.org.br/docs/4_relatorionacionalacompanhamentoodm.pdf)>. Acesso em: 19 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. **Portaria n. 01**, de 18 de maio de 2010. Portaria: SEMAS/GAB. Florianópolis, SC, 18 maio 2010b.

\_\_\_\_\_. **Ofício Circular**: GAB/SEMAS. 33. ed. Florianópolis, SC, 28 de jul. 2010c.

\_\_\_\_\_. **Programação**: Do Fórum Social Pró Política de Atenção à População em Situação de Rua. Prefeitura Municipal de Florianópolis/SEMAS, de 26 de outubro de 2010d.

\_\_\_\_\_. **Carta de Adesão**: Ao Fórum Social Pró População de Rua. Florianópolis, SC: Prefeitura Municipal de Florianópolis/ SEMAS, de 26 out. 2010e.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Florianópolis. **Programa**: Moradores de Rua, Florianópolis/ SC: SEMAS, 26 out. 2010f.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 8.751**, de 7 de dezembro de 2011a. **Lei Municipal Ordinária n° 8.751/2011**. Disponível em: <[www.leismunicipais.com.br/cgi-local/showinglaw.pl](http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/showinglaw.pl)>. Acesso em: 25 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **VIII Conferência Nacional de Assistência Social**: consolidar o SUAS e valorizar seus trabalhadores. Brasília, DF: Conselho Nacional de Assistência Social, MDS, 2011b.

\_\_\_\_\_. (Município). **Decreto n. 11.624, de 04 de Junho de 2013**. Institui o comitê de acompanhamento e monitoramento da política municipal para a população em situação de rua, e dá outras

providências. Florianópolis, SC, 4 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/decreto/2013/1162/11624/decreto-n-11624-2013-institui-o-comite-de-acompanhamento-e-monitoramento-da-politica-municipal-para-a-populacao-em-situacao-de-rua-e-da-outras-providencias-2013-06-04.html>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2014, 64 p. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/livroTipificacaoNacional-20.05.14\(ultimas\\_atualizacoes\).pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/livroTipificacaoNacional-20.05.14(ultimas_atualizacoes).pdf)>. Acesso em: 06 ago. 2014.

BURSZTYN, Marcel. Da Pobreza à Miséria, da Miséria à Exclusão: o caso das populações de rua. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **No Meio da Rua: Nômades, Excluídos e Viradores**. Rio de Janeiro/RJ: Garamond, 2000, p. 48-49.

CASTEL, Robert, As Armadilhas da exclusão. In: BELFIORE-WANDERLEY, M.; BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C. (Org.). **Desigualdade e a questão social**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2000. p. 17-50.

CAPS. **Relatório Técnico do Projeto Abordagem de Rua: Proteção Social Especial**, Florianópolis/SC, 2006.

CARIO, Silvio A. F. et. al. **Economia de Santa Catarina: inserção industrial e dinâmica competitiva**. Blumenau: Nova Letra, 2008.

CDL – **Conseg do centro de Florianópolis lança cartilha cidadã**. Disponível em: <<http://www.cdflorianopolis.com.br/noticia/conseg-do-centro-de-florianopolis-lanca-cartilha-cidada-1956>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

DIÁRIO CATARINENSE. **Moradores de rua pedem albergue provisório em Florianópolis**. Florianópolis, 26 jun. 2012. Disponível em: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2012/06/morado>>

res-de-rua-pedem-albergue-provisorio-em-florianopolis-3801576.html>. Acesso em: 30 jul. 2014.

DI GIOVANNI, Geraldo. Sistemas de Proteção Social: uma introdução conceitual. **Reforma do Estado e Políticas de Emprego no Brasil**, Campinas/SP, UNICAMP, 1998.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1989.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes. Trad. de Ruy Jungmann. Vol. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. 277 p.

\_\_\_\_\_. **A sociedade dos indivíduos**. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. 188 p.

\_\_\_\_\_. **Mozart, sociologia de um gênio**. Trad. de Sergio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1995. 150 p.

\_\_\_\_\_. **Introdução à sociologia**. Trad. de Maria Luisa Ribeiro Ferreira. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2008.

ELIAS, N.; SCORSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 228 p.

ESCOREL, Sarah. Vivendo de Teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **No Meio da Rua: Nômades, Excluídos e Viradores**. Rio de Janeiro/RJ: Garamond, 2000.

ESCOREL, Sarah; TEIXEIRA, L. A. História das políticas de saúde no Brasil de 1822 a 1963: do império ao desenvolvimentismo populista. In: GIOVANELLA, L. et al. (Org.). **Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008. p. 333-384. Disponível em:

<[http://assistenciafarmaceutica.fepese.ufsc.br/pages/arquivos/Escorel\\_2008\\_I.pdf](http://assistenciafarmaceutica.fepese.ufsc.br/pages/arquivos/Escorel_2008_I.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2014.

FARIA, Carlos Aurélio P.; MACHADO, Maria F. “Hipersocialização” e Eclipse do Sujeito na Provisão Pública de Bens e Serviços para a

População de Rua. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo/SP, n. 80, Ano XXV, nov. 2004.

FLEURY, S.; OUVÉNEY, A. M. Política de Saúde: uma política social. **Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil**. 1997. 42 p. Disponível em:

<[http://www.escoladesaude.pr.gov.br/arquivos/File/TEXTO\\_1\\_POLITICA\\_DE\\_SAUDE\\_POLITICA\\_SOCIAL\\_\\_1.pdf](http://www.escoladesaude.pr.gov.br/arquivos/File/TEXTO_1_POLITICA_DE_SAUDE_POLITICA_SOCIAL__1.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2104.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 572 p.

\_\_\_\_\_. **A Arqueologia do Saber**. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. 236 p.

FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos urbanos errantes**: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2009, 255 p.

FRANTZ, Sâmia. Pergunta ao candidato: qual seria a sua política de atenção ao morador de rua de Florianópolis? **Jornal Hora de Santa Catarina**, 27 fev. 2012. Disponível em: <<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/noticia/2012/09/pergunta-ao-candidato-qual-seria-a-sua-politica-de-atencao-ao-morador-de-rua-de-florianopolis-3898869.html>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

GIORGETTI, Camila. **Moradores de rua**: uma questão social. São Paulo: FAPESP/EDUC, 2006, 292 p.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GONSALVES, Elisa Pereira. O conceito de configuração social em Norbert Elias – espaço social de ambivalência? In: IX SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR: TECNOLOGIA E CIVILIZAÇÃO. **Anais...** Ponta Grossa/PR, nov. 2005.

GOVERNO MILITAR. Disponível em: <<http://governo-militar.info/mos/view/M%C3%A9dici/>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

GUARDA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Relatório Comparativo**: mapeamento 2010 e 2013. Florianópolis, GMF, 2013.

HOCHMAN, G. **A Era do Saneamento**: as bases da política de saúde pública no Brasil. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2006. 261 p.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. Empoderamento: definições e aplicações. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 30, **Anais...** Caxambu/MG: ANPOCS, 2006. p. 1 - 29. Disponível em: <[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=3405&Itemid=232](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3405&Itemid=232)>. Acesso em: 06 ago. 2014.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007. 495 p.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Trad. de Reginaldo Sant'anna. Livro 1, Vol. II. São Paulo: DIFEL, 1985. cap. XXIII.

MICHELUZZI, Aline. **O morador de rua adulto no contexto de uma sociedade excludente**. 2003. 76 f. TCC (Graduação em Serviço Social)-Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/7483/browse?value=Micheluzzi,+Aline&type=author>>. Acesso em: 09 abr. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de (Orgs.). **Avaliação por triangulação de métodos**: Abordagem de Programas Sociais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. 244 p.

PAROLIN, Sonia Regina Hierro; SARMENTO, Hélder Boska de Moraes; PONTES, Reinaldo Nobre (Orgs.). **Conviver para amar e servir**: fundamentação Espírita sobre a metodologia do espaço de convivência, criatividade e educação pelo trabalho no serviço assistencial espírita. Brasília: FEB, 2013. 167 p.

PAUGAM, Serge. **Desqualificação Social**: ensaio sobre a nova pobreza. Trad. Camila Giorgetti; Tereza Lourenço. São Paulo: Cortez, 2003. 331 p.

PEREIRA, Potyara A. P. A Intersetorialidade das Políticas Sociais na Perspectiva Dialética. In: MONNERAT, Giselle Lavinias; ALMEIDA, Ney L. T.; SOUZA, Rosimary Gonçalves de (Orgs.). **A Intersetorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas/SP: Papel Social, 2014. 283 p.

PRATES, Jane Cruz; PRATES, Flavio Cruz; MACHADO, Simone. Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n. 22, p. 191-215, jul./dez. 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE; FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA. **Relatório Final da Pesquisa: Cadastro da População Adulta em Situação de Rua na Cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre/RS, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal da Administração. **Concurso público**: Edital 005/2013. 25 p.

PONTES, Reinaldo N. **Cidania x Pobreza**: a dialética dos conceitos na política social na era FHC, Curitiba, Appris, 2013. 319 p.

REIS, C. N.; PRATES, J. C.; MENDES, Jussara, **A realidade dos moradores de rua de Porto Alegre**. Porto Alegre: PMPA/Fesc-FSS/PUCRS, 1994.

ROSA, Gabriel Luis. **A Mídia no Trecho**: Um estudo de recepção junto a trecheiros albergados em Florianópolis, 2010. 52 f. TCC (Graduação em Jornalismo)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SANTA CATARINA – Ministério Público. **Florianópolis deverá melhorar atendimento a moradores de rua**. 2012. Disponível em: <<http://portal.mp.sc.gov.br/portal/servicos/imprensa-e-multimidia/noticias/florianopolis-devera-melhorar-atendimento-a-moradores-de-rua.aspx>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

SARMENTO, Rosana Sousa de Moraes Sarmento. **O Discurso da Ação Profissional dos Assistentes Sociais na Interrelação do Público com o Privado**. 1997, 147 f. Dissertação (Mestrado)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC, 1997.

SILVA, Claudia Lucia. **Produção de Estudos Sobre População Adulta em Situação de Rua: campo para uma comunidade epistêmica?** 2012. 123 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, Maria Lucia Lopes da, **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SNOW, David A.; ANDERSON, Leon, **Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua**, Trad. de Sandra Vasconcelos. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998. 528 p.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira et al. **A Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão em análise**. São Paulo: Cortez, 1985.

\_\_\_\_\_. **Vida Urbana e Gestão da Pobreza**. São Paulo: Cortez, 1988. 333 p.

\_\_\_\_\_. **Solução a moradores de rua: Em seu governo, qual seria a política de atenção ao morador de rua, para que mude a realidade atual, de pessoas vivendo em terminais e praças da capital?**, Florianópolis, 2012. Disponível em: <<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/noticia/2012/09/pergunta-ao-candidato-qual-seria-a-sua-politica-de-atencao-ao-morador-de-rua-de-florianopolis3898869.html>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

TELLES, Vera da Silva. A pobreza como condição de vida: família, trabalho e direitos entre as classes trabalhadoras urbanas. **São Paulo em Perspectiva**: Revista da Fundação SEADE, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 37-45, 1990.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório final da pesquisa: Cadastro de Adultos em Situação de Rua e Estudo do Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre**. POA, 2008.

VINHAIS, Henrique; SOUZA, André Portela. **A Pobreza Relativa ou Absoluta? A Linha Híbrida de Pobreza no Brasil**. 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/Rosana/Documents/ROSANA/ROSANA/popula%C3

%A7%C3%A3o%20de%20rua/artigos/Vinhais%20e%20Souza.Pob.Abs  
. %20e%20Relat..pdf>. Acesso em: 12 maio. 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social**.  
São Paulo: Cortez, 1993. 184 p.

\_\_\_\_\_. Pobreza no Brasil Contemporâneo e Formas de seu  
Enfrentamento. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.  
110, abr./jun. 2012.



## **APÊNDICE A - Formulário de entrevista aos profissionais**

- 1- Qual o trabalho desenvolvido para a população em situação de rua?
- 2- É um trabalho que faz articulação com uma rede de outros serviços?
- 3- Em que medida a adesão ao Decreto nº 7053/09 impactou no trabalho com a população em situação de rua se comparado a assistência social anteriormente realizada pela PNAS/2004/SUAS.
- 4- Você identifica dificuldades para a realização deste trabalho?
- 5- Como avalia o vínculo deste trabalho com a população em situação de rua?

**APÊNDICE B - Formulário de entrevista à população em situação de rua**

- 1- Você escolheu a rua ou a rua “escolheu” você?
- 2- O que significa a rua pra você?
- 3- Como é seu dia-a-dia na rua?
- 4- Você já utilizou dos serviços de assistência social e/ou de saúde do município?
- 5- Você se sentiu atendido em suas necessidades? Justifique sua resposta.
- 6- Você tem participado do Movimento de População em situação de rua? Justifique sua resposta.
- 7- Qual o significado da vida pra você?

## APÊNDICE C - Cenários Focais

O exame concomitante de documentos, notícias, de vozes distintas me permitiram identificar e mapear cenários e organizações sociais conforme quadro abaixo:

<i>1- Abrigo Municipal Masculino Adulto: Casa de apoio Social</i>	<i>10-Centro Cultural Escrava Anastácia</i>
<i>2- Abrigo Municipal Masculino Adulto: Centro</i>	<i>11-Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS</i>
<i>3-Alcoólicos Anônimos- AA</i>	<i>12-Diretoria de Planejamento e Gestão da Informação da Secretaria Municipal de Assistência Social</i>
<i>4-Casa de Passagem de Mulheres em Situação de Violência/Abrigo Municipal Feminino Adulto com crianças: Agrônômica</i>	<i>13-Diretoria de Proteção Especial da Secretaria Municipal de Assistência Social</i>
<i>5-Associação Espírita Fé e Caridade</i>	<i>14-Grupo de Apoio ao Portador da AIDS-GAPA</i>
<i>6-Catedral Metropolitana de Florianópolis</i>	<i>15-Guarda Municipal de Florianópolis</i>
<i>7-Centro de Referência Especializado para Atendimento à População de Rua – Centro Pop</i>	<i>16-Movimento de População de Rua-MPR</i>
<i>8-Centro de Atendimento Psicossocial álcool e drogas – CAPS-ad CONTINENTE</i>	<i>17-Polícia Militar- 4º Batalhão</i>
<i>9-Consultório na Rua</i>	
+ Albergue Noturno “Manoel Galdino Vieira” (pertence à Beneficência Maçônica de Santa Catarina) + Albergue Municipal <sup>72</sup> + Largo da Alfândega  + Praça XV de Novembro	

<sup>72</sup> Somente em 19/08/2014 a prefeitura inaugurou o primeiro albergue municipal em Florianópolis com capacidade para receber 80 pessoas maiores de idade, sendo 74 homens e 6 mulheres (inclusive grávidas). O pavimento inferior da casa

+ Rua Vitor Meireles, calçada da Delegacia Regional do Trabalho - DRT + Rua Vitor Meireles, calçada do PROCON + Praça das Nações + Rua Major José Augusto de Farias + Pontes Hercílio Luz, Colombo Salles e Pedro Ivo + Comunidade Terapêutica Lar Recanto da Esperança - Rio Vermelho + Instituto Psiquiátrico – IPQ
---

+ Os sinais de adição indicam os principais pontos de parada e/ou de perambulação que abrangem as rondas cotidianas dos moradores de rua em Florianópolis. Os <i>Itálicos</i> indicam as instituições onde funcionários foram entrevistados a respeito desse público e dos serviços prestados.
--

---

tem caráter transitório, sendo reservado aos que estiverem de passagem pela cidade e não tiverem onde ficar. Funcionará como um abrigo noturno, no horário das 19h às 7h. Os moradores de rua beneficiados com uma vaga terão direito a usufruí-la por, no máximo, 15 dias. O piso superior será destinado ao funcionamento de uma Casa de Passagem priorizando os que tiverem mais idade e/ou necessitarem de atendimento psicológico. Este público poderá passar dias inteiros no lugar, de três a seis meses.

**APÊNDICE D - Termo de consentimento livre e esclarecido**

Nós, **Marcia Grisotti e Rosana Sousa de Moraes Sarmento**, estamos desenvolvendo a pesquisa de Tese de Doutorado para o Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC intitulado: **A Política Pública de Assistência Social: um estudo sobre a Proteção Social à população em situação de rua de Florianópolis**. Tem como objetivo verificar em que medida o modelo de proteção social da população em situação de rua estabelecido pelo Decreto nº 7.053 atende suas necessidades em Florianópolis. Ademais, tem a preocupação de identificar e compreender que vínculos estão sendo estabelecidos nos processos de atendimento realizados nos serviços assistenciais à população adulta em situação de rua. É um trabalho que pretende contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços de assistência social prestado a essa população, valorizando o olhar e as contribuições que esta tem sobre esses serviços para que se tornem adequados ao atendimento de suas necessidades. O levantamento será feito por meio de entrevistas, grupo focal, narrativas de histórias de vida e fotografia. Estaremos utilizando recursos audiovisuais como gravação de voz e imagens, se autorizado. A pesquisa não trará riscos à sua integridade física e/ou moral e guardará sigilo

Rosana Sousa de Moraes

Sarmento: \_\_\_\_\_

Discente do PPGSP/UFSC

Contato: (48)9935-0007 ou [rosanamsarmento@yahoo.com.br](mailto:rosanamsarmento@yahoo.com.br)

Marcia

Grisotti: \_\_\_\_\_

Docente do PPGSP/UFSC

Contato: (48)3721-9253; Ramal:23 ou [grisotti@fastlane.com.br](mailto:grisotti@fastlane.com.br)

Entrevistado(a): Eu, \_\_\_\_\_ declaro para fins de participação nesta pesquisa, na condição de sujeito de pesquisa, que fui devidamente esclarecido(a) sobre os objetivos e procedimentos da mesma. Entendo que minha participação é voluntária e que poderei interrompê-la a qualquer momento. Florianópolis, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

## ANEXO A - Mapa da ilha de Florianópolis



Fonte: Disponível em: <<http://www.gualitoralsul.com/fotos/mapas-simplificados-guia-litoral-sul/mapa-florianopolis.gif>> Acesso em: 25 jan. 2015.

## ANEXO B - Mapa da região central de Florianópolis



Fonte: Disponível em < <http://3.bp.blogspot.com/-CBPfd6c8340/Ut2rL6jfxpI/AAAAAAAAA9ZM/Nuxx0T5IoNQ/s1600/mapa-centro-Florianopolis.jpg>>.  
 Acesso em: 25 jan. 2015.

**ANEXO C - Decreto N. 7.053/2009****Presidência da República  
Casa Civil****Subchefia para Assuntos Jurídicos****DECRETO Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.**

Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a ser implementada de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos previstos neste Decreto.

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Art. 2º A Política Nacional para a População em Situação de Rua será implementada de forma descentralizada e articulada entre a União e os demais entes federativos que a ela aderirem por meio de instrumento próprio.

Parágrafo único. O instrumento de adesão definirá as atribuições e as responsabilidades a serem compartilhadas.

Art. 3º Os entes da Federação que aderirem à Política Nacional para a População em Situação de Rua deverão instituir comitês gestores intersetoriais, integrados por representantes das áreas relacionadas ao atendimento da população em situação de rua, com a participação de fóruns, movimentos e entidades representativas desse segmento da população.

Art. 4º O Poder Executivo Federal poderá firmar convênios com entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, para o desenvolvimento e a execução de projetos que beneficiem a população em situação de rua e estejam de acordo com os princípios, diretrizes e



objetivos que orientam a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Art. 5º São princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além da igualdade e equidade:

- I - respeito à dignidade da pessoa humana;
- II - direito à convivência familiar e comunitária;
- III - valorização e respeito à vida e à cidadania;
- IV - atendimento humanizado e universalizado; e
- V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

Art. 6º São diretrizes da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

- I - promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais;
- II - responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento;
- III - articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal;
- IV - integração das políticas públicas em cada nível de governo;
- V - integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução;
- VI - participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;
- VII - incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas;
- VIII - respeito às singularidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e recursos locais e regionais na elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;
- IX - implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional; e
- X - democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos.

Art. 7º São objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

- I - assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação,

previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda;

II - garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua;

III - instituir a contagem oficial da população em situação de rua;

IV - produzir, sistematizar e disseminar dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede existente de cobertura de serviços públicos à população em situação de rua;

V - desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos;

VI - incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento;

VII - implantar centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua;

VIII - incentivar a criação, divulgação e disponibilização de canais de comunicação para o recebimento de denúncias de violência contra a população em situação de rua, bem como de sugestões para o aperfeiçoamento e melhoria das políticas públicas voltadas para este segmento;

IX - proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica;

X - criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços;

XI - adotar padrão básico de qualidade, segurança e conforto na estruturação e reestruturação dos serviços de acolhimento temporários, de acordo com o disposto no art. 8º;

XII - implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social;

XIII - implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficientes para proporcionar acesso permanente à alimentação pela população em situação de rua à alimentação, com qualidade; e

XIV - disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho.

Art. 8º O padrão básico de qualidade, segurança e conforto da rede de acolhimento temporário deverá observar limite de capacidade, regras de funcionamento e convivência, acessibilidade, salubridade e distribuição geográfica das unidades de acolhimento nas áreas urbanas, respeitado o direito de permanência da população em situação de rua, preferencialmente nas cidades ou nos centros urbanos.

§ 1º Os serviços de acolhimento temporário serão regulamentados nacionalmente pelas instâncias de pactuação e deliberação do Sistema Único de Assistência Social.

§ 2º A estruturação e reestruturação de serviços de acolhimento devem ter como referência a necessidade de cada Município, considerando-se os dados das pesquisas de contagem da população em situação de rua.

§ 3º Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social, fomentar e promover a reestruturação e a ampliação da rede de acolhimento a partir da transferência de recursos aos Municípios, Estados e Distrito Federal.

§ 4º A rede de acolhimento temporário existente deve ser reestruturada e ampliada para incentivar sua utilização pelas pessoas em situação de rua, inclusive pela sua articulação com programas de moradia popular promovidos pelos Governos Federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

Art. 9º Fica instituído o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, integrado por representantes da sociedade civil e por um representante e respectivo suplente de cada órgão a seguir descrito:

I - Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, que o coordenará;

II - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

III - Ministério da Justiça;

IV - Ministério da Saúde;

V - Ministério da Educação;

VI - Ministério das Cidades;

VII - Ministério do Trabalho e Emprego;

VIII - Ministério dos Esportes; e

IX - Ministério da Cultura.

§ 1º A sociedade civil terá nove representantes, titulares e suplentes, sendo cinco de organizações de âmbito nacional da população em

situação de rua e quatro de entidades que tenham como finalidade o trabalho com a população em situação de rua.

§ 2º Os membros do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidades as quais representam e designados pelo Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Art. 10. O Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua terá as seguintes atribuições:

I - elaborar planos de ação periódicos com o detalhamento das estratégias de implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, especialmente quanto às metas, objetivos e responsabilidades, considerando as propostas elaboradas pelo Grupo de Trabalho Interministerial instituído pelo Decreto de 25 de outubro de 2006;

II - acompanhar e monitorar o desenvolvimento da Política Nacional para a População em Situação de Rua;

III - desenvolver, em conjunto com os órgãos federais competentes, indicadores para o monitoramento e avaliação das ações da Política Nacional para a População em Situação de Rua;

IV - propor medidas que assegurem a articulação intersetorial das políticas públicas federais para o atendimento da população em situação de rua;

V - propor formas e mecanismos para a divulgação da Política Nacional para a População em Situação de Rua;

VI - instituir grupos de trabalho temáticos, em especial para discutir as desvantagens sociais a que a população em situação de rua foi submetida historicamente no Brasil e analisar formas para sua inclusão e compensação social;

VII - acompanhar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na implementação da Política Nacional da População em Situação de Rua, em âmbito local;

VIII - organizar, periodicamente, encontros nacionais para avaliar e formular ações para a consolidação da Política Nacional para a População em Situação de Rua; e

IX - deliberar sobre a forma de condução dos seus trabalhos.

Art. 11. O Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua poderá convidar gestores, especialistas e representantes da população em situação de rua para participar de suas atividades.

Art. 12. A participação no Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 13. A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA prestarão o apoio necessário ao Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, no âmbito de suas respectivas competências.

Art. 14. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República dará apoio técnico-administrativo e fornecerá os meios necessários à execução dos trabalhos do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Art. 15. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República instituirá o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua, destinado a promover e defender seus direitos, com as seguintes atribuições:

I - divulgar e incentivar a criação de serviços, programas e canais de comunicação para denúncias de maus tratos e para o recebimento de sugestões para políticas voltadas à população em situação de rua, garantido o anonimato dos denunciantes;

II - apoiar a criação de centros de defesa dos direitos humanos para população em situação de rua, em âmbito local;

III - produzir e divulgar conhecimentos sobre o tema da população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional nas diversas áreas;

IV - divulgar indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a população em situação de rua para subsidiar as políticas públicas; e

V - pesquisar e acompanhar os processos instaurados, as decisões e as punições aplicadas aos acusados de crimes contra a população em situação de rua.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Brasília, 23 de dezembro de 2009; 188<sup>o</sup> da Independência e 121<sup>o</sup> da República

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

**ANEXO D - Lei municipal n. 8.751 de 07 de dezembro de 2011****INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO À  
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE  
FLORIANÓPOLIS.**

O Presidente da Câmara Municipal de Florianópolis, no uso das atribuições

que lhe confere o § 7º do art. 58 da Lei Orgânica do Município de Florianópolis, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Atendimento à População em Situação de Rua.

§ 1º A Política Municipal de Atendimento à População em Situação de Rua

tem por objetivo garantir os padrões éticos de dignidade e não-violência na concretização de necessidades humanas e dos direitos de cidadania à população em situação de rua, em conformidade com a Constituição Federal,

a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

§ 2º A população em situação de rua a que se refere esta Lei inclui indivíduos e famílias.

Art. 2º O Executivo Municipal instalará e manterá uma rede de serviços e

de programas de caráter público-municipal que garante à população em situação de rua a proteção social básica e a proteção social especial, prevista na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Parágrafo Único - A ação municipal deve ter caráter intersetorial, de modo a garantir a efetivação dos direitos fundamentais e sócio assistenciais da população em situação de rua.

Art. 3º Os serviços e os programas a que se refere o art. 2º desta Lei serão operacionalizados pela rede municipal ou por contratos e convênios

de prestação de serviços, ou ambos.

Parágrafo Único - Os contratos e convênios terão como características a complementaridade na prestação de serviços à população em situação de rua

e o caráter público de atendimento.

Art. 4º A Política Municipal de Atendimento à População em Situação de

Rua deverá observar os seguintes princípios.

I - o respeito e a garantia à dignidade da população em situação de rua, autonomia dos seus direitos, bem como à convivência comunitária;

II - o direito de a pessoa ter espaço para localizar-se e referir-se na Cidade, tendo a garantia constitucional à privacidade como condição inerente à sua sobrevivência e cidadania;

III - a garantia da supressão de todo e qualquer ato violento contra a população em situação de rua e de comprovação vexatória de suas necessidades;

IV - a não-discriminação à população em situação de rua no acesso a quaisquer bens e serviços;

V - a proibição de tratamento degradante ou humilhante à população em situação de rua;

VI - o exercício cidadão de participação da população em situação de rua, por meio de organizações representativas, na proposição e no controle das ações que lhes digam respeito;

VII - a garantia da política de formação e de qualificação permanente dos trabalhadores que operacionalizam a Política de que trata esta Lei; e

VIII - a garantia da continuidade do atendimento social de rua descentralizado, com referência territorializada pela equipe multidisciplinar na cidade de Florianópolis, com ações pró-ativas e intersetoriais, com atendimento e acolhimento dessa população no espaço da rua.

Parágrafo Único - Para os fins a que se destina essa Lei entende-se por equipes multidisciplinares aquelas compostas por diferentes profissionais, de acordo com as necessidades das unidades da rede de atendimento à população em situação de rua.

Art. 5º Constituem medidas da Política Municipal de Atendimento à População em Situação de Rua:

I - o reordenamento da rede de atendimento à população em situação de rua;

II - a transformação das unidades de atendimento à população em situação de rua em unidades de pequeno porte, objetivando evitar o processo de institucionalização dos usuários e das equipes multidisciplinares;

III - a descentralização de serviços e programas, com respectivos padrões

de qualidade;

IV - a qualificação do Programa de Saúde da Família sem Domicílio, garantindo o transporte para deslocamento da equipe e dos usuários e o quadro de recursos humanos que atenda à necessidade de intervenções de

saúde o espaço da rua na cidade de Florianópolis;

V - a ampliação das vagas na pensão protegida e implantação dos serviços

residenciais terapêuticos, próprios ou conveniados, da rede substitutiva, conforme a reforma psiquiátrica, gerenciada pela Política Municipal de Saúde que incluam a população em situação de rua que necessite de atenção

integral em saúde mental;

VI - a inclusão da população em situação de rua, de forma descentralizada

e como referencia territorializada, no atendimento dos Centros de Atenção

Psicossocial para Álcool e outras Drogas (CAPS-AD) da Política Municipal de Saúde;

VII - a inserção de espaços já existentes e criação de espaços de referencia junto ao serviço de limpeza urbana do município, para que a população em situação de rua que sobreviva da reciclagem de resíduos sólidos possa estacionar o seu carrinho separar o material e organizá-lo;

VIII - a inclusão da população em situação de rua nos programas, projetos

e serviços desenvolvidos pelo município, com o intuito de proporcionar a

formação e capacitação profissional, bem como a formação de associação de

cooperativas de produção e geração de renda; e

IX - a inclusão da população em situação de rua em programas e projetos

de interesses sociais desenvolvidas pela Política Habitacional, tais como:

a) retomada de imóveis decorrentes de reintegração de posse;

b) loteamentos localizados nas Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS);

c) repúblicas cidadãs;

d) auxílio-moradia; e

e) financiamento de unidades habitacionais, em regime de mutirão.



Art. 6º A rede de atendimento à população em situação de rua contará com:

I - albergues com provisão de instalações preparadas com equipes multidisciplinares e materiais necessários para acolhida e pernoite da população em situação de rua, considerando as adversidades climáticas nos

horários de saída, oferecendo atendimento social, condições de higiene pessoal, alimentação, vestuário e guarda de volume;

II - abrigos com provisão de instalações preparadas com equipe multidisciplinar para acolhida de pessoas e famílias em situação de rua, com atendimento social e alojamento, com caráter de moradia provisória,

com atendimento integral, fornecendo condições para higiene pessoal, alimentação, vestuário e guarda de volumes;

III - casas de convivência com oferta de espaços adequados com equipe multidisciplinar e materiais para proporcionar convivência, socialização e organização pessoal e grupal, atendimento social, atividades ocupacionais, educacionais, culturais e de lazer, assim como condições de

higiene pessoal, cuidados ambulatoriais básicos, guarda de volumes, espaço para lavagem e secagem de roupas;

IV - casas de cuidados próprias ou conveniadas da Política Municipal de Saúde destinadas ao atendimento da população em situação de rua e de egressos de serviços de saúde, porém em tratamento de saúde, que necessitam de cuidados de enfermagem 24 horas e que não se autogerenciem;

V - repúblicas autogestionadas com provisão de instalações próprias ou locadas, com capacidade de uso temporário que compreenda um período de

seis a doze meses, para até quinze pessoas em situação de rua e em processo de construção da autonomia, por meio de uma ação integrada pelos

órgãos habitacionais, de saneamento e de assistência social do município, e

VI - restaurante popular com provisão de instalações localizadas estrategicamente, onde exista maior concentração da população usuária, com oferta de alimentos a baixo custo à população em situação de rua, em

consonância com a Política Nacional de Segurança Alimentar.

Art. 7º Fica o Executivo Municipal responsável pela garantia da criação de uma comissão inter secretarias para conhecimento e avaliação da

realidade da população adulta em situação de rua e da respectiva rede de atendimento municipal, governamental e não-governamental.

Parágrafo Único - Comporão esta comissão, além das secretarias e departamentos municipais envolvidos, as associações que trabalham com a

população e representantes da população em situação de rua.

Art. 8º O orçamento municipal deverá manter atividade específica com dotação orçamentária própria e compatível com a Política Municipal de Atendimento à População em Situação de Rua.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Florianópolis, em 07 de dezembro de 2011.

Vereador Jaime Tonello

Presidente

Procedência: Vereador João Aurélio Valente Júnior

Natureza: Projeto de Lei nº 13638/2009

DOM Edição nº 619 de 09/12/2011

Fonte: CMF/Gerência de Documentação e Reprografia

**ANEXO E - Decreto n. 11.624 de 04 de junho de 2013****INSTITUI O COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito de Florianópolis, no exercício das atribuições legais e considerando o disposto no Decreto Federal nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e na Lei Municipal nº 8.751 de 07 de dezembro de 2011, que institui a Política Municipal de Atendimento à População em Situação de Rua no Município de Florianópolis, DECRETA:

**Art. 1º** Fica instituído o Comitê de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua, responsável pelo acompanhamento, assessoramento e monitoramento da política voltada para a população em situação de rua.

**Art. 2º** O Comitê terá composição paritária, sendo constituído por dez representantes titulares, e seus respectivos suplentes, do Poder Público, e por dez representantes titulares, e seus respectivos suplentes, de entidades e movimentos organizados da sociedade civil.

**Art. 3º** Os representantes titulares e suplentes do Poder Público, indicados pelos titulares das secretarias e órgãos, são os que seguem:

I - Secretaria Municipal de Assistência Social (rede de serviços):

- a) titular: Neusa Maria Goedert
- b) suplente: Rosângela dos Santos Costa

II - Secretaria Municipal de Assistência Social (gestão):

- a) titular: Kathia Terezinha Müller
- b) suplente: Kátia Ávila Abraham

III - Secretaria Municipal de Saúde:

- a) titular: Sônia Augusta Leitão Saraiva

b) suplente: Jorge Ernesto Sergio Zepeda

IV - Secretaria Municipal de Educação:

a) titular: Doria Conceição de Moraes Vicente

b) suplente: Cleusa Regina Silvano

V - Secretaria Municipal de Segurança e Defesa do Cidadão:

a) titular: Bianca Pisani

b) suplente: Roberto Ferrari Alves

VI - Fundação Municipal de Esportes:

a) titular: Carlos Roberto Vieira

b) suplente: Miguel Zaffari Junior

VII - Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis:

a) titular: Luiz Volni Viana

b) suplente: Carlos Alberto da Silva

VIII - Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental:

a) titular: Leyla Franzoni

b) suplente: Maria Aparecida Napoleão Catarina

IX - Câmara Municipal de Vereadores:

a) titular: Edmilson Carlos Pereira Junior

b) suplente: Jerônimo Alves Ferreira

X - Polícia Militar do Estado de Santa Catarina:

a) titular: Carlos Alberto de Araújo Gomes Junior

b) suplente: Thiago Augusto Vieira

**Art. 4º** Os representantes titulares e suplentes da sociedade civil, indicados em Fórum próprio pelas entidades com atuação reconhecida junto à população em situação de rua, são os que seguem:

I - Movimento de População de Rua:

- a) titular: Daniel Paz dos Santos
- b) suplente: Marise de Fátima Lucrecia de Jesus

II - Conselho de Segurança - Centro:

- a) titular: Ricardo Campos
- b) suplente: Elídio Yocikazu Sinzato - representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis

III - Centro Cultural Escrava Anastácia:

- a) titular: Ivone Maria Perassa
- b) suplente: Accácio Mello Filho - representante do Lar Recanto da Esperança

IV - Instituto Guga Kuerten:

- a) titular: Alice Thümmel Kuerten
- b) suplente: Rosamônia Garcia - representante Ação da Cidadania Contra a Fome a Miséria e pela Vida

V - Instituto Arco-Íris:

- a) titular: Alexandre Gouveia Martins
- b) suplente: Aline Souza - representante do Grupo de Apoio a Prevenção da AIDS

VI - Instituto Vilson Groh:

- a) titular: Vilson Groh
- b) suplente: Renata Machado Pereira da Silva - representante do Instituto Comunitário Grande Florianópolis

VII - Federação Espírita Catarinense:

- a) titular: Rosana Sousa de Moraes Sarmento
- b) suplente: Sérgio Egídio de Almeida - representante da União Regional Espírita 1

VIII - Movimento dos Direitos Humanos:

- a) titular: Danilo Campo
- b) suplente: Tânia Inês Slongo - representante Movimento Mulheres Urbanas

IX - Albergue Noturno Manoel Galdino Vieira:

- a) titular: Francisco Carlos Fernandes Pacheco
- b) suplente: Ana Maria Warken do Vale Pereira - representante do Instituto Voluntários em Ação

X - Ação Beneficente Psicanálise de Deus:

- a) titular: Guilherme Cesar Abicalil
- b) suplente: Renato Cesar Lebarbenchon Polli - representante do Movimento de Emaús

**Art. 5º** Compete ao Comitê:

I - acompanhar e monitorar o desenvolvimento da Política Municipal para a População em Situação de Rua;

II - propor medidas que assegurem a articulação das políticas públicas municipais para o atendimento à população em situação de rua;

III - elaborar planos de ação periódicas com o detalhamento de estratégias para o aprimoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua;

IV - propor formas e mecanismos para a divulgação da Política Municipal para a População em Situação de Rua;

V - instituir grupos de trabalho temáticos, em especial para discutir as desvantagens sociais a que foi historicamente submetida a população em situação de rua, bem como analisar e propor formas de inclusão e compensação social;

VI - organizar encontros no âmbito Municipal para avaliar e formular ações que favoreçam o fortalecimento e a consolidação da Política Municipal para a População em Situação de Rua;

VII - deliberar sobre a forma de condução dos seus trabalhos.

**Art. 6º** A coordenação do Comitê será exercida pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único - A Secretaria Municipal de Assistência Social prestará apoio técnico-administrativo para o desenvolvimento dos trabalhos do Comitê.

**Art. 7º** A participação no Comitê será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

**Art. 8º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, aos 04 de junho de 2013.

CESAR SOUZA JUNIOR  
PREFEITO MUNICIPAL